



Relatório Anual



Volume 43

Relatório Anual

2007



ISSN 0104-3307
CGC 00.038.166/0001-05

Boletim do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 43	Relatório Anual	2007	P. 1–248
------------------------------------	----------	-------	--------------------	------	----------

Relatório do Banco Central do Brasil

Publicação anual do **Banco Central do Brasil/Departamento Econômico (Depec)**. Os textos e os correspondentes gráficos e quadros estatísticos são de responsabilidade dos seguintes componentes:

A Economia Brasileira – Consultoria de Conjuntura Econômica (Coace) (**E-mail:** coace.depec@bcb.gov.br);

Moeda e Crédito – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (**E-mail:** dimob.depec@bcb.gov.br);

Mercados Financeiro e de Capitais – Divisão Monetária e Bancária (Dimob) (**E-mail:** dimob.depec@bcb.gov.br);

Finanças Públicas – Divisão de Finanças Públicas (Difin) (**E-mail:** difin.depec@bcb.gov.br);

Relações Econômico-Financeiras com o Exterior – Divisão de Balanço de Pagamentos (Dibap)

(**E-mail:** dibap.depec@bcb.gov.br);

A Economia Internacional – Consultoria de Estudos Econômicos e Conjuntura (Copec) (**E-mail:** copec.depec@bcb.gov.br)

Organismos Financeiros Internacionais – Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin)

(**E-mail:** derin@bcb.gov.br);

Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1009

Fax: (61) 3414-2036

Telex: (61) 1299 (BCBR BR)

Pedidos de assinatura: preencher a ficha que se encontra na internet, no endereço <http://www.bcb.gov.br>, anexar cheque nominal ao Banco Central do Brasil no valor de R\$375,00 (nacional) e US\$231,00 (internacional) e remeter ambos para o Controle Geral de Publicações. A assinatura anual inclui doze edições mensais do Boletim, uma edição do Relatório Anual e quatro edições do Relatório de Inflação. O Suplemento Estatístico teve sua última edição impressa em março de 1998. Após esse mês, permanece disponível apenas via internet.

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório Anual 2007, Volume 43.

Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil

Secre/Surel/Dimep

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º andar

Caixa Postal 8.670

70074-900 Brasília – DF

Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3567

Fax: (61) 3414-3626

E-mail: editor@bcb.gov.br

Exemplar avulso: R\$31,00

Tiragem: 800 exemplares

Convenções Estatísticas

... dados desconhecidos.

- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.

0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.

* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (1970-75) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (1970/75) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou ainda, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Outras publicações do Banco Central do Brasil

Cadastro de Documentos

Capitais Estrangeiros no Brasil – Legislação (em português e inglês)

Consolidação das Normas Cambiais

Consolidação das Normas Cambiais (contrato de câmbio)

Consolidação das Normas Cambiais (taxas flutuantes)

Consolidação das Normas Cambiais (exportação)

Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

Posição das Operações de Consórcios

Manual de Crédito Agroindustrial

Manual de Crédito Rural

Manual de Normas e Instruções

Relatório de Inflação (em português e inglês)

Central de Atendimento ao Público

Banco Central do Brasil

Secre/Surel/Diate

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo

70074-900 Brasília – DF

DDG: 0800 9792345

Fax: (61) 3414-2553

Internet: <http://www.bcb.gov.br>



Sumário

	Introdução.....	11
I –	A Economia Brasileira	15
	Nível de atividade.....	15
	Produto Interno Bruto (PIB).....	15
	Investimentos	20
	Indicadores de produção industrial	23
	Indicadores de comércio.....	27
	Indicadores da produção agropecuária.....	29
	Pecuária	32
	Política agrícola	32
	Produtividade	33
	Energia	34
	Indicadores de emprego	35
	Indicadores de salários e rendimentos.....	37
	Indicadores de preços	38
	Índices gerais de preços.....	38
	Índices de preços ao consumidor	38
	Preços monitorados	41
	Núcleos.....	42
II –	Moeda e Crédito	45
	Política monetária.....	45
	Títulos públicos federais e operações do Banco Central no mercado aberto	46
	Agregados monetários.....	50
	Operações de crédito do sistema financeiro	54
	Sistema Financeiro Nacional	61
III –	Mercado Financeiro e de Capitais	67
	Taxas de juros reais e expectativas de mercado	67

	Mercado de capitais.....	68
	Aplicações financeiras.....	71
IV –	Finanças Públicas	75
	Políticas orçamentária, fiscal e tributária	75
	Outras medidas de política econômica.....	76
	Necessidades de financiamento do setor público	77
	Dívida mobiliária federal	81
	Dívida Líquida do Setor Público.....	83
	Arrecadação de impostos e contribuições federais	86
	Previdência Social	88
	Finanças estaduais e municipais.....	90
V –	Relações Econômico-Financeiras com o Exterior	93
	Política de comércio exterior.....	93
	Política cambial.....	101
	Movimento de câmbio.....	104
	Balanço de pagamentos.....	106
	Balança comercial	108
	Intercâmbio comercial.....	128
	Serviços.....	131
	Rendas	136
	Transferências unilaterais correntes	138
	Conta financeira.....	140
	Reservas internacionais	152
	Serviço da dívida externa do Tesouro Nacional.....	153
	Dívida externa	155
	Indicadores de sustentabilidade externa.....	161
	Captações externas	163
	Títulos da dívida externa brasileira	166
	Posição Internacional de Investimento (PII)	166
VI –	A Economia Internacional.....	171
	Atividade econômica.....	171
	Política monetária e inflação	175
	Mercado financeiro internacional.....	179
VII –	Organismos Financeiros Internacionais.....	187
	Fundo Monetário Internacional	187
	Grupo dos 20 (G-20)	189

	Banco de Compensações Internacionais (BIS)	190
	Centro de Estudos Monetários Latino-Americano (Cemla).....	192
VIII –	Principais Medidas de Política Econômica	193
	Emendas Constitucionais	193
	Leis Complementares	193
	Leis	194
	Medidas Provisórias	198
	Decretos.....	201
	Decretos Legislativos do Senado Federal	207
	Resoluções do Conselho Monetário Nacional	207
	Resoluções da Câmara de Comércio Exterior.....	219
	Circulares do Banco Central do Brasil	223
	Circulares da Secretaria de Comércio Exterior	227
	Carta-Circular do Banco Central do Brasil	229
	Portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..	229
	Portaria do Ministério da Ciência e Tecnologia	229
	Portarias do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	229
	Portaria da Secretaria de Comércio Exterior.....	230
	Portaria do Ministério da Fazenda	230
	Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.....	230
	Portaria do Ministério da Justiça.....	231
	Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil	231
	Apêndice.....	233

Quadros Estatísticos

Capítulo	I	
1.1	PIB a preços de mercado.....	17
1.2	PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal.....	18
1.3	Taxas reais de variação do PIB – Ótica do produto	19
1.4	Taxas reais de variação do PIB – Ótica da despesa.....	19
1.5	PIB – Valor corrente, por componente	20
1.6	Formação Bruta de Capital (FBC)	21
1.7	Produção de bens de capital selecionados.....	22
1.8	Desembolsos do Sistema BNDES.....	22
1.9	Produção industrial.....	23
1.10	Utilização da capacidade instalada na indústria.....	26
1.11	Produção agrícola – Principais culturas	30
1.12	Produção agrícola, área colhida e rendimento médio – Principais culturas	30
1.13	Estoque de grãos – Principais culturas.....	31
1.14	Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante	34
1.15	Consumo de energia elétrica	35
1.16	Emprego formal – Admissões líquidas.....	36
1.17	Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas – 2007	37
1.18	Participação de itens do IPCA em 2007	40
1.19	Participação dos grupos no IPCA em 2007.....	40
1.20	Principais itens na composição do IPCA em 2007.....	40
1.21	Preços ao consumidor e seus núcleos em 2007.....	42
Capítulo	II	
2.1	Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios.....	52
2.2	Haveres financeiros	53
2.3	Evolução do crédito.....	55
2.4	Crédito com recursos livres.....	57
2.5	Crédito com recursos direcionados	60
2.6	Desembolsos do BNDES	61
Capítulo	III	
3.1	Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2007.....	73
Capítulo	IV	
4.1	Necessidades de financiamento do setor público	77
4.2	Resultado primário do Governo Central	79
4.3	Usos e fontes – Setor público consolidado.....	80
4.4	Títulos públicos federais – Posição de carteira	81
4.5	Títulos públicos federais – Participação percentual por indexador – Posição de carteira	82
4.6	Evolução da Dívida Líquida do Setor Público	84

4.7	Dívida Líquida do Setor Público.....	85
4.8	Dívida líquida e bruta do Governo Geral.....	86
4.9	Arrecadação bruta de receitas federais.....	87
4.10	Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores	87
4.11	Previdência Social – Fluxo de caixa	89
4.12	Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	90
4.13	Transferências da União para os estados e municípios	91
Capítulo	V	
5.1	Movimento de câmbio contratado.....	105
5.2	Balanço de pagamentos.....	107
5.3	Balança comercial – FOB	108
5.4	Índices de preço e <i>quantum</i> de exportação.....	109
5.5	Índices de preço e <i>quantum</i> de importação	111
5.6	Exportações por fator agregado – FOB.....	114
5.7	Exportações – FOB – Principais produtos básicos.....	115
5.8	Exportações por fator agregado e região – FOB	117
5.9	Exportações – FOB – Principais produtos semimanufaturados	118
5.10	Exportações – FOB – Principais produtos manufaturados.....	119
5.11	Exportações por intensidade tecnológica – FOB	121
5.12	Importações – FOB	122
5.13	Importações – FOB – Principais produtos	124
5.14	Importações por categoria de uso e região – FOB	125
5.15	Balança comercial por países e blocos – FOB	130
5.16	Serviços	132
5.17	Viagens internacionais.....	133
5.18	Transportes	134
5.19	Outros serviços.....	136
5.20	Rendas	137
5.21	Transferências unilaterais correntes	139
5.22	Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo	140
5.23	Taxas de rolagem do setor privado.....	141
5.24	Investimentos estrangeiros diretos	142
5.25	Investimentos estrangeiros diretos – Participação por país.....	143
5.26	Investimentos estrangeiros diretos – Participação por setor	144
5.27	Investimentos estrangeiros em carteira	146
5.28	Outros investimentos estrangeiros	148
5.29	Investimentos brasileiros diretos.....	149
5.30	Investimentos brasileiros em carteira.....	150
5.31	Outros investimentos brasileiros	150
5.32	Fluxos financeiros por credor externo – Itens selecionados.....	151
5.33	Demonstrativo de variação das reservas internacionais	153
5.34	Tesouro Nacional – Serviço da dívida externa.....	154

5.35	Tesouro Nacional – Operações de recompra de títulos soberanos da dívida externa	155
5.36	Endividamento externo bruto	156
5.37	Dívida externa registrada	157
5.38	Dívida pública externa registrada.....	158
5.39	Dívida externa registrada – Por devedor	158
5.40	Dívida externa registrada – Por credor.....	160
5.41	Prazo médio de amortização	161
5.42	Indicadores de sustentabilidade externa.....	162
5.43	Emissões da República.....	164
5.44	Dívida externa reestruturada	166
5.45	Posição internacional de investimento	168

Gráficos

Capítulo	I	
1.1	Formação Bruta de Capital Fixo	21
1.2	Produção industrial.....	23
1.3	Produção industrial – Dados dessazonalizados	24
1.4	Produção industrial – Por categoria de uso	24
1.5	Utilização da capacidade instalada na indústria.....	26
1.6	Índice de volume de vendas no varejo	28
1.7	Índice de Confiança do Consumidor (ICC).....	29
1.8	Produção animal.....	32
1.9	Taxa média de desemprego aberto	36
1.10	Nível de emprego formal.....	36
1.11	Rendimento médio habitual real	37
1.12	Índices de preços ao consumidor	39
Capítulo	II	
2.1	Prazo médio da DPMFi	47
2.2	Leilões de títulos públicos federais – 2007 (LTN e NTN-F)	48
2.3	Leilões de títulos públicos federais – 2007 (LFT)	48
2.4	Leilões de títulos públicos federais – 2007 (NTN-B)	49
2.5	Exposição cambial do governo	49
2.6	Meios de pagamentos (M1) – Velocidade-renda.....	50
2.7	Papel-moeda em poder do público a preço de dezembro de 2007, dessazonalizado	50
2.8	Depósitos a vista a preço de dezembro de 2007, dessazonalizados...	51
2.9	Base monetária e meios de pagamento	51
2.10	Haveres financeiros – Em percentual do PIB.....	54
2.11	Direcionamento do crédito para atividades econômicas – Sistema Financeiro	55
2.12	Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres.....	58
2.13	Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa física	58

2.14	Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa jurídica.....	59
2.15	<i>Spread</i> bancário das operações de crédito com recursos livres.....	59
2.16	Inadimplência das operações de crédito com recursos livres.....	60
2.17	Sistema bancário – Participação por segmentos	63
Capítulo	III	
3.1	Taxa <i>over</i> /Selic.....	67
3.2	Taxa <i>over</i> /Selic x dólar x <i>swap</i> 360 dias	67
3.3	Curva de juros – <i>Swap</i> DI x pré	68
3.4	Taxa <i>over</i> /Selic acumulada em 12 meses.....	68
3.5	Mercado primário – Ofertas registradas na CVM.....	69
3.6	Ibovespa	69
3.7	Ibovespa x Dow Jones x Nasdaq.....	70
3.8	Volume médio diário negociado na Bovespa	70
3.9	Valor de mercado – Companhias abertas listadas na Bovespa.....	71
3.10	Aplicações financeiras – Saldos.....	71
3.11	Rendimento dos principais ativos financeiros em 2006.....	72
Capítulo	IV	
4.1	Necessidades de financiamento do setor público	77
4.2	Títulos públicos federais	82
4.3	Evolução da estrutura da dívida mobiliária.....	83
4.4	Previdência Social.....	89
Capítulo	V	
5.1	Investimentos estrangeiros diretos e necessidade de financiamento externo	108
5.2	Exportações e importações – FOB	108
5.3	Índice de termos de troca	109
5.4	Índice trimestral de preço e <i>quantum</i> das exportações brasileiras ...	110
5.5	Índice trimestral de preço e <i>quantum</i> das importações brasileiras...	113
5.6	Exportações por fator agregado – FOB.....	114
5.7	Importações de matérias-primas x produção industrial.....	123
5.8	Importações por categoria de uso final – FOB.....	126
5.9	Importações por categoria de uso final – FOB.....	128
5.10	Turismo	133
5.11	Taxas de rolagem do setor privado.....	142
5.12	Reservas internacionais	152
5.13	Prazo médio da dívida externa registrada	159
5.14	Composição da dívida externa registrada.....	161
5.15	Indicadores de sustentabilidade externa.....	163
5.16	Cotações de títulos brasileiros no exterior	167
5.17	Índice de risco-Brasil – Embi+ (<i>Strip spread</i>)	167

Capítulo	VI	
6.1	Crescimento do PIB	172
6.2	Taxas de desemprego	173
6.3	Índice de preços de <i>commodities</i> em dólar dos EUA	174
6.4	Petróleo <i>U.K. Brent</i> – Mercado a vista	175
6.5	Taxas de juros oficiais	176
6.6	EUA: inflação	176
6.7	Japão: inflação	177
6.8	Área do Euro: inflação	178
6.9	Reino Unido: inflação	178
6.10	China: inflação	179
6.11	VIX	180
6.12	Retorno dos títulos do governo	181
6.13	Bolsas de valores – EUA	181
6.14	Bolsas de valores – Europa e Japão	182
6.15	Bolsas de valores – Mercados emergentes	182
6.16	<i>Emerging Markets Bond Index Plus</i> (Embi +)	183
6.17	Moedas de países desenvolvidos	184
6.18	Moedas de países emergentes	184
6.19	Moedas de países emergentes – Países com déficits externos elevados	185



Introdução

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) manteve, no início de 2007, a estratégia de flexibilização da política monetária, promovendo, nas primeiras reuniões ordinárias realizadas no ano, três cortes sucessivos de 25 p.b. na meta para a taxa Selic. Esse ritmo de redução, embora pudesse representar relativo conservadorismo em relação à trajetória registrada no ano anterior, quando ocorreram cortes de 75 p.b. em cada uma das três primeiras reuniões ordinárias realizadas no ano, seguindo-se cinco cortes em sequência de 50 p.b., significou, na realidade, o posicionamento adequado do comitê ante o cenário de aceleração da variação dos índices de preços observado a partir do final de 2006.

O comportamento recente dos preços traduzia, no início de 2007, tanto os impactos da evolução dos preços externos das principais *commodities*, quanto os efeitos dos crescimentos dos níveis de emprego e da renda, do crédito, das transferências governamentais e de outros impulsos fiscais ocorridos em 2006 e esperados para 2007; e, adicionalmente, os efeitos defasados da redução de 650 p.b. ocorrida na taxa Selic em 2006.

Nesse cenário, as reduções promovidas pelo Copom nas três primeiras reuniões de 2007 evidenciaram a percepção de que a alta dos preços no curto prazo decorria, fundamentalmente, de fatores transitórios. Adicionalmente, foi avaliado que, a despeito da perspectiva de consolidação de um ambiente de menor liquidez global, em virtude dos efeitos dos processos de elevação das taxas de juros nas economias industrializadas e de aumento na volatilidade nos mercados globais, o cenário externo continuava favorável, particularmente no que diz respeito às perspectivas de financiamento para a economia brasileira.

Nas duas reuniões seguintes, realizadas em junho e julho, o Copom considerou que a evolução recente da inflação em patamar consistente com as metas estipuladas, em contraste com as taxas relativamente elevadas que vinham persistindo desde o final de 2006, e que a contribuição, maior do que a inicialmente contemplada, do setor externo para a consolidação de um cenário benigno para a inflação, especialmente pela disciplina exercida sobre os preços de bens transacionáveis e por meio da ampliação dos investimentos, sedimentavam um ambiente favorável para que as taxas de crescimento

da demanda agregada e da oferta doméstica voltassem a se equilibrar em um prazo relevante para as decisões de política monetária, sem comprometer a convergência para a trajetória das metas de inflação. Assim, optou-se por aumentar o ritmo de redução na meta Selic, expresso em cortes sucessivos de 50 p.b.

Nas três últimas reuniões realizadas no ano, o Copom avaliou que a evolução do cenário econômico mundial e a aceleração do aquecimento da economia doméstica justificavam a redução nos estímulos monetários. Em setembro, apesar de entender que diversos fatores respaldariam a decisão de manter a taxa de juros inalterada já naquela reunião, o comitê considerou que o balanço dos riscos para a trajetória prospectiva da inflação ainda justificaria estímulo monetário adicional, expresso em redução de 25 p.b. na meta Selic. A partir de outubro, refletindo a percepção do aumento da probabilidade de que pressões inflacionárias inicialmente localizadas viessem a apresentar riscos para a trajetória da inflação doméstica, tendo em vista que o impacto favorável do setor externo sobre a inflação no setor transacionável poderia ser superado pelas pressões altistas do aquecimento da demanda doméstica sobre os preços do setor não transacionável, em ambiente de crescimentos do crédito e da massa salarial real, o Copom optou pela manutenção da meta para a taxa Selic em 11,25% a.a.

A continuidade da eficácia na condução da política monetária, ao favorecer, igualmente, que a economia do país absorvesse, sem traumas significativos, as turbulências experimentadas pelo mercado financeiro internacional na segunda metade do ano, e que as expectativas internas não se deteriorassem em resposta ao ambiente de elevação acentuada dos preços agrícolas, fortaleceu as condições para que a variação anual do IPCA – a terceira menor desde o início da série, em 1980 – ocorresse dentro da meta estipulada pelo CMN no âmbito do regime de metas para a inflação. A evolução dos preços refletiu, ainda, o impacto favorável da administração austera das contas públicas, expressa na trajetória declinante da proporção entre a dívida líquida do setor público e o PIB, que atingiu 42,7% em 2007, menor patamar desde 1998.

Nesse ambiente de manutenção dos ganhos associados ao processo de estabilidade macroeconômica, o dinamismo da demanda interna, expresso tanto na aceleração significativa dos investimentos como na manutenção do crescimento do consumo das famílias, voltou a assegurar a intensificação do ritmo de crescimento da economia brasileira. O crescimento anual do PIB atingiu 5,4% em 2007, constituindo-se no terceiro melhor resultado dos últimos 20 anos, enquanto o padrão de sustentação do atual ciclo de expansão da economia brasileira, que incorporou 18 trimestres ao final do ano, segue apresentando características favoráveis à sua manutenção.

A consolidação da demanda interna como propulsora desse ciclo de crescimento econômico refletiu, portanto, as decisões de consumo e de investimento. Essas decisões, fundamentadas pelo otimismo registrado nas expectativas de consumidores e empresários, foram estimuladas pelas melhores condições do mercado de crédito, expressas na

trajetória declinante das taxas de juros e no alongamento dos prazos dos financiamentos. Nesse cenário, estimuladas, adicionalmente, pelas melhores condições no mercado de trabalho, as operações de crédito registraram expansão expressiva no ano, com ênfase nas operações destinadas ao financiamento do consumo das famílias, em especial nas modalidades crédito pessoal para aquisição de veículos, com participação crescente das operações de *leasing*. Da mesma forma, os créditos para o segmento empresarial registraram expressivo crescimento, com destaque para os desembolsos para capital de giro e para investimentos, não obstante a continuidade da procura, especialmente pelas empresas de maior porte, por fontes alternativas de financiamento de longo prazo.

O crescimento da demanda tem apresentado desdobramentos favoráveis sobre as condições do mercado de trabalho. Nesse ambiente, as contratações no mercado formal seguem em expansão e generalizam-se nos diversos setores da economia; a taxa de desemprego situa-se nos menores patamares da série histórica; e já aparecem sinais de escassez de mão-de-obra qualificada em segmentos específicos da economia.

A evolução dos níveis de consumo e investimento tem contribuído para a redução dos superávits da balança comercial. Esse movimento – que não representa restrição ao financiamento do balanço de pagamentos, tendo em vista a continuidade do ingresso de capitais de prazos mais longos, em linha com a crescente confiança dos investidores externos em relação à consistência dos fundamentos macroeconômicos da economia brasileira – vem sendo impulsionado pelos aumentos das importações de bens de capital e de bens de consumo, que favorecem, no curto prazo, o equilíbrio entre a demanda e a oferta, com reflexos positivos sobre a estabilidade dos preços e, no médio prazo, o processo de adequação da capacidade instalada da indústria.

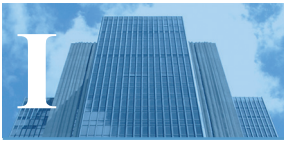
O balanço de pagamentos experimentou resultado global superavitário pelo sétimo ano consecutivo, registrando recorde anual de US\$87,5 bilhões. Os resultados favoráveis das contas externas têm permitido a adoção de política consistente para a administração do passivo externo líquido do país, cuja posição credora é influenciada tanto pelo expressivo aumento nas reservas internacionais, quanto pela redução do estoque da dívida externa. A manutenção da estratégia de redução da exposição cambial do setor público e de recomposição das reservas, adotada desde 2003, vem conferindo maior solidez às contas externas do país e aumentando a resistência da economia a mudanças adversas no cenário externo, como ficou evidenciado pelo impacto marginal sobre a economia do país no ambiente de turbulência nos mercados internacionais de crédito registrado a partir da eclosão da crise no mercado *subprime* dos EUA.

O ingresso líquido de US\$87,5 bilhões registrado no mercado de câmbio doméstico em 2007 criou condições para que o Banco Central elevasse a compra de divisas no mercado a vista, com liquidação de US\$78,6 bilhões, dos quais US\$57 bilhões no primeiro semestre do ano. Somente em setembro, no auge das turbulências no mercado financeiro internacional, não foi registrada aquisição de divisas pela autoridade

monetária no mercado a vista de câmbio. Como resultado, a reserva internacional mais que dobrou no ano, passando de US\$85,8 bilhões, ao final de 2006, para US\$180,3 bilhões, em 2007. É importante lembrar que a manutenção dessa estratégia pelo Banco Central observou, a exemplo de anos anteriores, as condições adequadas de mercado a cada momento, tendo como objetivo não adicionar volatilidade ao mercado cambial, nem assumir qualquer compromisso com o nível da taxa de câmbio. Adicionalmente, o Tesouro Nacional prosseguiu em sua estratégia de aquisição de recursos no mercado de câmbio para pagar o serviço da dívida externa e de recompra antecipada de bônus soberanos, o que fortaleceu o perfil temporal do endividamento.

O desempenho dos indicadores de sustentabilidade externa traduziu, ao longo de 2007, o quadro favorável das contas externas brasileiras. A evolução positiva dos prêmios de risco, levando-se em conta o contexto internacional, prosseguiu de forma consistente durante o ano, sendo que o risco Brasil atingiu 138 pontos em meados de junho, menor nível desde o início da série, em 1994. Na segunda metade do ano, influenciado pela volatilidade financeira internacional associada à crise no mercado *subprime*, essa medida de risco atingiu o máximo de 254 pontos, em fins de novembro, para retornar à sua trajetória declinante e encerrar o ano em 221 pontos.

A melhora dos fundamentos macroeconômicos, o recorde histórico atingido pelas reservas internacionais, o aumento da corrente de comércio, o fluxo recorde de divisas para o país, a melhoria dos indicadores de sustentabilidade, a eliminação da exposição da dívida pública interna e externa vinculada à variação cambial, entre outros, criaram as condições para que as principais agências internacionais de avaliação de risco – Standard & Poor's, Fitch e Moody's – elevassem as classificações de risco soberano, colocando o país a apenas um nível abaixo do grau de investimento. Registre-se que a elevação da nota da Moody's incorpora contornos mais relevantes se considerado que ocorreu em agosto, em cenário de forte volatilidade nos mercados financeiros internacionais, o que atesta a robustez dos fundamentos econômicos do Brasil.



A Economia Brasileira

Nível de atividade

A economia brasileira apresentou em 2007, pelo segundo ano consecutivo, intensificação do ritmo de seu crescimento. O resultado anual, que se constituiu no terceiro melhor dos últimos 20 anos, seguiu evidenciando o maior dinamismo da demanda interna, expresso tanto na aceleração significativa dos investimentos como na manutenção do crescimento do consumo das famílias. O padrão de sustentação do atual ciclo de expansão da economia brasileira segue, portanto, apresentando características favoráveis à sua manutenção.

A evolução dos níveis de consumo e investimento tem contribuído para a redução dos superávits da balança comercial. Esse movimento – que não representa restrição ao financiamento do balanço de pagamentos, tendo em vista a continuidade de ingresso de capitais de prazos mais longos, em linha com a crescente confiança dos investidores externos em relação à consistência dos fundamentos macroeconômicos da economia brasileira – vem sendo impulsionado pelos aumentos das importações de bens de capital e de bens de consumo, que favorecem, no curto prazo, o equilíbrio entre a demanda e a oferta, com reflexos positivos sobre a estabilidade dos preços e, no médio prazo, o processo de adequação da capacidade instalada da indústria.

O crescimento da demanda tem apresentado desdobramentos favoráveis sobre as condições do mercado de trabalho. Nesse ambiente, as contratações no mercado formal seguem em expansão e generalizam-se nos diversos setores da economia; a taxa de desemprego situa-se nos menores patamares da série histórica; e já aparecem sinais de escassez de mão-de-obra qualificada em segmentos específicos da economia.

Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB cresceu 5,4% em 2007, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representando a maior taxa anual registrada desde 2004, quando o crescimento do produto atingiu 5,7%, e o décimo quinto ano consecutivo de crescimento da economia. Esse resultado evidenciou a continuidade do processo de fortalecimento

da demanda interna, com ênfase na sustentabilidade proporcionada pelo expressivo crescimento dos investimentos no período. Em valores correntes, o PIB a preços de mercado alcançou R\$2.558,8 bilhões.

O desempenho positivo do PIB decorreu, mais uma vez, de expansões generalizadas em seus componentes. A produção da agropecuária aumentou 5,3%, impulsionada pelo crescimento de 13,6% da safra de grãos, resultado associado, fundamentalmente, a ganhos médios de produtividade da ordem de 14,1%, condizente com as melhores condições climáticas e com os estímulos a investimentos proporcionados, em geral, pelos preços de comercialização. A área colhida decresceu 0,4%, no ano.

A atividade industrial cresceu 4,9% em 2007, registrando taxas positivas em todos os subsetores. A expansão de 5,1% na produção da indústria de transformação refletiu, sobretudo, os efeitos da estabilidade econômica e das melhores condições dos mercados de crédito e de trabalho sobre as produções de bens de capital e de bens de consumo duráveis. A indústria da construção civil, traduzindo o processo de fortalecimento da renda e os efeitos de medidas de incentivo direcionadas ao setor, aumentou 5%, quarto resultado anual positivo consecutivo. A produção e distribuição de eletricidade, gás e água, refletindo a recuperação da economia no ano, cresceu 5%, enquanto o setor extrativo mineral expandiu 3%, reflexo de aumentos nas produções de petróleo – óleo bruto e Líquido de Gás Natural (LGN), 1,3% – e de minério de ferro, 10,8%.

O setor de serviços cresceu 4,7%, em 2007, registrando-se expansão generalizada em seus subsetores, em especial serviços de intermediação financeira, 13%; comércio, 7,6%; e transporte, armazenagem e correio, 4,8%, os dois últimos impactados pelo desempenho dos setores primário e secundário. Assinale-se, ainda, o crescimento nos segmentos serviços de informação, 8%; atividades imobiliárias e aluguel, 3,5%; outros serviços, 2,3%; e administração, saúde e educação pública, 0,9%.

A contribuição da demanda interna para o crescimento do PIB alcançou 6,8 pontos percentuais (p.p.) em 2007. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou 13,4%, seguindo-se as expansões do consumo das famílias, 6,5%, e do governo, 3,1%. Em sentido inverso, o setor externo contribuiu negativamente com 1,4 p.p. para a evolução anual do PIB, resultado condizente com os desdobramentos do maior vigor da demanda interna. Nesse sentido, enquanto as exportações de bens e serviços cresceram 6,6%, no ano, as importações, relevantes para o aparelhamento do parque industrial e para o equilíbrio entre a demanda e a oferta de bens de consumo, elevaram-se 20,7%.

O desempenho do PIB em 2007 refletiu a sucessão de resultados trimestrais favoráveis observados no período. Nesse sentido, ratificando a percepção de recuperação do ritmo de crescimento da economia, influenciada, principalmente, pelo crescimento contínuo da renda real e do emprego, pelo bom desempenho do setor agrícola e pelos reflexos da flexibilização da política monetária, o PIB cresceu 1% no primeiro trimestre do ano, em relação ao trimestre anterior, considerados dados dessazonalizados.

Quadro 1.1 – PIB a preços de mercado

Ano	A preços de 2007 (R\$ milhões)	Variação real (%)	Deflator implícito (%)	A preços correntes ^{1/} (US\$ milhões)	População (milhões)	PIB <i>per capita</i>		
						A preços de 2007 (R\$)	Variação real (%)	A preços correntes ^{1/} (US\$)
1980	1 357 648	9,2	92,1	237 772	118,6	11 451	7,0	2 005
1981	1 299 948	-4,3	100,5	258 553	121,2	10 724	-6,3	2 133
1982	1 310 737	0,8	101,0	271 252	123,9	10 580	-1,3	2 190
1983	1 272 333	-2,9	131,5	189 459	126,6	10 052	-5,0	1 497
1984	1 341 039	5,4	201,7	189 744	129,3	10 374	3,2	1 468
1985	1 446 297	7,8	248,5	211 092	132,0	10 959	5,6	1 599
1986	1 554 625	7,5	149,2	257 812	134,7	11 545	5,4	1 915
1987	1 609 503	3,5	206,2	282 357	137,3	11 725	1,6	2 057
1988	1 608 537	-0,1	628,0	305 707	139,8	11 504	-1,9	2 186
1989	1 659 367	3,2	1304,4	415 916	142,3	11 660	1,4	2 923
1990	1 587 185	-4,3	2737,0	469 318	146,6	10 827	-7,1	3 202
1991	1 603 533	1,0	416,7	405 679	149,1	10 755	-0,7	2 721
1992	1 594 816	-0,5	969,0	387 295	151,5	10 524	-2,2	2 556
1993	1 673 357	4,9	1996,1	429 685	154,0	10 867	3,3	2 790
1994	1 771 296	5,9	2240,2	543 087	156,4	11 323	4,2	3 472
1995	1 846 112	4,2	93,9	770 350	158,9	11 620	2,6	4 849
1996	1 885 813	2,2	17,1	840 268	161,3	11 690	0,6	5 209
1997	1 949 465	3,4	7,6	871 274	163,8	11 903	1,8	5 320
1998	1 950 154	0,0	4,2	843 985	166,3	11 730	-1,5	5 077
1999	1 955 109	0,3	8,5	586 777	168,8	11 586	-1,2	3 477
2000	2 039 299	4,3	6,2	644 984	171,3	11 906	2,8	3 766
2001	2 066 022	1,3	9,0	553 771	173,8	11 886	-0,2	3 186
2002	2 120 943	2,7	10,6	504 359	176,4	12 024	1,2	2 859
2003	2 145 266	1,1	13,7	553 603	179,0	11 986	-0,3	3 093
2004	2 267 893	5,7	8,0	663 783	181,6	12 489	4,2	3 655
2005	2 339 522	3,2	7,2	882 439	184,2	12 702	1,7	4 791
2006	2 427 371	3,8	4,7	1 071 973	186,8	12 997	2,3	5 740
2007	2 558 821	5,4	4,0	1 313 901	189,3	13 517	4,0	6 941

Fonte: IBGE

1/ Estimativa do Banco Central do Brasil, obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio de compra.

Considerada a mesma base de comparação, registraram-se aumento de 1,4% no setor de serviço, e redução de 1,2% na produção agropecuária e de 1,3% na indústria. Em relação aos componentes da demanda, ressaltou-se, no período, a continuidade do crescimento da FBCF, que atingiu 2,3%. O consumo das famílias aumentou 1,5%, e o do governo, 2,5%, enquanto as exportações elevaram-se 1%, e as importações, em linha com o processo de aceleração do nível da atividade, 4,3%.

**Quadro 1.2 – PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior
com ajuste sazonal**

Percentual				
Discriminação	2007			
	I	II	III	IV
PIB a preço de mercado	1,0	1,5	1,8	1,6
Agropecuária	- 1,2	1,2	7,1	- 0,3
Indústria	- 1,3	2,9	1,3	1,4
Serviços	1,4	0,9	1,3	1,6

Fonte: IBGE

A evolução do PIB apresentou dinamismo mais acentuado no segundo trimestre, reflexo de expansão generalizada em seus componentes. O aumento de 1,5% do produto no período traduziu, dessa forma, elevação no segmento industrial, 2,9%, sustentada, em especial, pela evolução da construção civil e da indústria de transformação; no agropecuário, 1,2%; e no de serviços, 0,9%. Em relação aos componentes da demanda, assinala-se, no período, a continuidade do crescimento da FBCF, atingindo 4,9%. O consumo das famílias aumentou 1,6%, sendo que o do governo caiu 0,1%, enquanto as exportações elevaram-se 1,1%, e as importações, 3%.

A expansão trimestral do PIB seguiu em ritmo crescente no terceiro trimestre do ano, quando totalizou 1,8%, constituindo-se no oitavo resultado positivo em sequência, nessa base de comparação. A agropecuária cresceu 7,1%, maior taxa dos últimos 37 trimestres, enquanto na indústria e nos serviços registraram-se aumentos de 1,3%, respectivamente, representando, na mesma ordem, o quinto e o décimo crescimento nesse tipo de comparação. Sob o enfoque da demanda, sempre considerando dados dessazonalizados, ressaltou-se, nesse trimestre, a trajetória vigorosa dos investimentos, traduzida pela expansão de 4,6% da FBCF, enquanto o consumo das famílias aumentou 1,6%, e o consumo do governo, 0,2%. As exportações e as importações elevaram-se, respectivamente, 1,4% e 8,8%, assinalando-se que as compras externas aumentaram pelo décimo sétimo trimestre consecutivo.

Ratificando a evolução de indicadores antecedentes e coincidentes, o PIB aumentou 1,6% no quarto trimestre do ano, em relação ao período anterior, constituindo-se no nono resultado positivo, em sequência, nesse tipo de análise. A agropecuária decresceu 0,3% no trimestre, após alta de 7,1% no trimestre anterior.

Sob a ótica da demanda, a análise na margem revela aspectos favoráveis à sustentabilidade do crescimento, expressos na continuidade da expansão dos investimentos e no caráter qualitativo da contribuição negativa do setor externo. Nesse sentido, a FBCF e o consumo das famílias aumentaram 3,4% e 3,7%, respectivamente, no quarto trimestre do ano, em relação ao período anterior, enquanto o consumo do governo apresentou estabilidade, possibilitando que a contribuição da demanda interna para o resultado

trimestral do PIB totalizasse 1,9 p.p. Adicionalmente, a contribuição negativa do setor externo, embora alcançasse 0,3 p.p., traduziu elevação trimestral de 2,6% nas exportações e de 5,6% nas importações, resultado consistente com o maior vigor da demanda interna e relevante tanto para a ampliação dos investimentos quanto para a manutenção da estabilidade dos preços.

Quadro 1.3 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica do produto

Percentual				
Discriminação	2005	2006	2007	
PIB	3,2	3,8	5,4	
Setor agropecuário	0,3	4,2	5,3	
Setor industrial	2,1	2,9	4,9	
Extrativa mineral	9,3	5,7	3,0	
Transformação	1,2	2,0	5,1	
Construção	1,8	4,6	5,0	
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3,0	3,3	5,0	
Setor serviços	3,7	3,8	4,7	
Comércio	3,5	5,1	7,6	
Transporte, armazenagem e correio	3,5	3,2	4,8	
Serviços de informação	4,0	2,5	8,0	
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	5,3	6,2	13,0	
Outros serviços	5,2	3,1	2,3	
Atividades imobiliárias e aluguel	4,7	2,3	3,5	
Administração, saúde e educação públicas	1,1	3,7	0,9	

Fonte: IBGE

Quadro 1.4 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica da despesa

Percentual				
Discriminação	2005	2006	2007	
PIB	3,2	3,8	5,4	
Consumo das famílias	4,5	4,6	6,5	
Consumo do governo	2,3	2,8	3,1	
Formação Bruta de Capital Fixo	3,6	10,0	13,4	
Exportações	9,3	4,7	6,6	
Importações	8,5	18,3	20,7	

Fonte: IBGE

Quadro 1.5 – PIB – Valor corrente, por componente

Em R\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	2007
Produto Interno Bruto a preços de mercado	1 941 498	2 147 239	2 332 936	2 558 821
Ótica do produto				
Setor agropecuário	115 194	105 163	103 228	120 847
Setor industrial	501 771	539 316	602 834	628 915
Setor serviços	1 049 293	1 197 774	1 295 414	1 441 144
Ótica da despesa				
Consumo final	1 533 895	1 721 783	1 870 947	2 060 853
Consumo das famílias	1 160 611	1 294 230	1 407 940	1 557 544
Consumo da administração pública	373 284	427 553	463 007	503 310
Formação Bruta de Capital	332 333	347 976	393 865	458 856
Formação Bruta de Capital Fixo	312 516	342 237	385 007	449 558
Variação de estoques	19 817	5 739	8 857	9 298
Exportação de bens e serviços	318 892	324 842	340 457	354 943
Importação de bens e serviços (-)	243 622	247 362	272 333	315 831

Fonte: IBGE

Investimentos

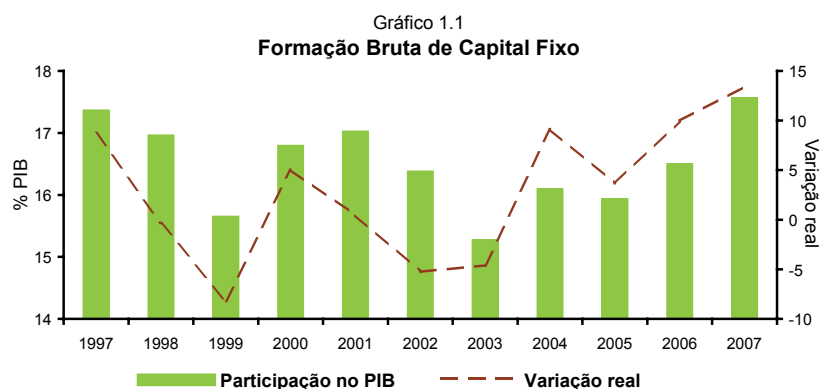
De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, os investimentos, excluídas as variações de estoques, aumentaram 13,4% em 2007, configurando a maior taxa anual desde 1994 e o quarto resultado positivo consecutivo. Esse ritmo de expansão, substancialmente superior ao registrado pelo PIB, além de evidenciar a confiança do empresariado na continuidade do ciclo de expansão da economia e de se constituir em indicativo da manutenção, a médio prazo, da capacidade produtiva em patamar compatível com a demanda interna, proporcionou aumento anual de 1,1 p.p. na relação entre a FBCF e o PIB, ao atingir 17,6% em 2007.

Os insumos da construção civil registraram crescimento anual de 5,1% em 2007, ante 4,5% no ano anterior, com o aumento do dinamismo da atividade no decorrer do ano traduzindo-se em taxas de crescimento semestrais de 2,3%, na primeira metade do ano, e de 3,7%, na segunda, consideradas variações em relação a períodos imediatamente anteriores, na série isenta de sazonalidade.

A produção de bens de capital apresentou, igualmente, aceleração do ritmo de crescimento em 2007, elevando-se 19,5%, ante 5,7% no ano anterior, resultado de aumentos generalizados nos segmentos dessa indústria. Ressalte-se, entretanto, o dinamismo, consistente com a recuperação da renda no setor, observado nos segmentos ligados à agropecuária, em especial máquinas e equipamentos agrícolas, 48,4%, e peças agrícolas, 170,8%. Registraram-se, ainda, aumentos importantes nas produções de bens de capital destinados aos setores de energia elétrica, 26%; de construção, 18,7%; e de

equipamentos de transporte, 18%. A produção de bens tipicamente industrializados aumentou 17% no ano, reflexo de elevações nos segmentos de seriados, 18,5%, e de não seriados, 7,4%.

O desempenho dos investimentos incorpora contornos ainda mais relevantes se considerada a comparação entre os resultados relativos ao quarto trimestre de 2007 e ao do ano anterior, quando o aumento atingiu 16%, décimo sexto resultado positivo consecutivo nesse tipo de comparação, confirmando o maior período de expansão da série estatística iniciada em 1991. A análise na margem registra aumento de 3,4% nos investimentos no quarto trimestre, em relação ao período anterior, considerados dados dessazonalizados.



Fonte: IBGE

Quadro 1.6 – Formação Bruta de Capital (FBC)

Percentual

Ano	Participação na FBC				A preços correntes	
	Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)			Variação de estoques	FBCF/PIB	FBC/PIB
	Construção civil	Máquinas e equipamentos	Outros			
1995	44,5	48,9	8,3	- 1,6	18,3	18,0
1996	48,2	43,5	7,3	1,0	16,9	17,0
1997	49,5	43,1	7,0	0,3	17,4	17,4
1998	51,9	40,8	6,9	0,3	17,0	17,0
1999	50,6	37,2	7,8	4,4	15,7	16,4
2000	45,7	39,3	7,1	7,9	16,8	18,3
2001	43,9	43,3	7,3	5,5	17,0	18,0
2002	47,8	44,8	8,5	- 1,2	16,4	16,2
2003	42,8	45,3	8,7	3,1	15,3	15,8
2004	41,1	45,0	7,9	6,0	16,1	17,1
2005	41,6	49,0	7,7	1,6	15,9	16,2
2006	...	...	...	...	16,5	16,9
2007	...	...	...	...	17,6	17,9

Fonte: IBGE

Quadro 1.7 – Produção de bens de capital selecionados

Discriminação	Variação percentual		
	2005	2006	2007
Bens de capital	3,6	5,7	19,5
Industrial	- 2,2	5,5	17,0
Seriados	- 2,2	5,2	18,5
Não seriados	10,4	6,9	7,4
Agrícolas	- 37,7	- 16,5	48,4
Peças agrícolas	- 69,0	- 38,9	170,8
Construção	32,0	8,2	18,7
Energia elétrica	28,5	22,2	26,0
Transportes	6,6	- 1,6	18,0
Misto	3,4	11,6	15,4

Fonte: IBGE

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os desembolsos do sistema BNDES – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S.A. (BNDESpar) – totalizaram R\$64,9 bilhões em 2007, elevando-se 26,5% em relação ao ano anterior. Estima-se que os desembolsos continuem em expansão nos próximos anos, haja vista que o crescimento das aprovações, ao atingir 33% em 2007, superou, pelo terceiro ano consecutivo, o registrado pelos desembolsos. A análise setorial revela que o desempenho do setor de infra-estrutura mostrou-se preponderante para as expansões tanto dos desembolsos quanto das aprovações, registrando elevações anuais respectivas de 62% e 104%.

Quadro 1.8 – Desembolsos do Sistema BNDES^{1/}

Em R\$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007
Total	46 980	51 318	64 892
Por setor			
Indústria de transformação	23 104	25 734	25 395
Comércio e serviços	19 479	20 704	33 448
Agropecuária	4 059	3 423	4 998
Indústria extrativa	338	1 458	1 051

Fonte: BNDES

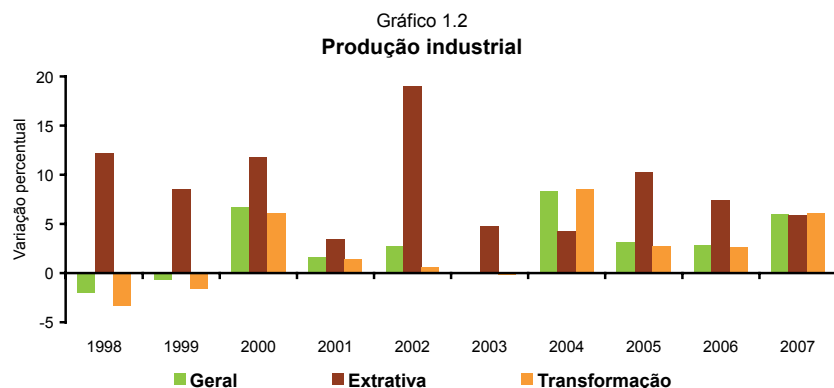
^{1/} Compreende o BNDES, a Finame e o BNDESpar.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada como indexador de financiamentos contratados junto ao sistema BNDES, foi reduzida ao longo do ano, passando de 6,85% ao ano (a.a.), ao final de 2006, para 6,5% a.a., no primeiro trimestre, e para 6,25%, no

período subsequente, patamar mantido até o último trimestre de 2007. Essas reduções, além de favorecerem a continuidade dos investimentos, traduzem o ambiente de estabilidade da economia brasileira.

Indicadores da produção industrial

A produção física da indústria cresceu 6% em 2007, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, registrando-se aumentos de 6% na indústria de transformação e de 5,9% na extrativa. Esse resultado, que sucedeu altas de 2,8% em 2006 e de 3,1% em 2005, constituiu-se no terceiro mais representativo desde a introdução do Plano Real, superado apenas pelos relativos a 1994 e 2004.



O desempenho anual da indústria evidenciou, assim como observado em relação ao PIB, a seqüência de resultados trimestrais favoráveis registrada no ano. Considerados dados dessazonalizados, a produção industrial aumentou 1,5% no primeiro trimestre, em relação ao trimestre anterior, seguindo-se, no mesmo tipo de comparação, crescimentos de 2,5%, 1,7% e 1,9% nos trimestres subsequentes.

Quadro 1.9 – Produção industrial

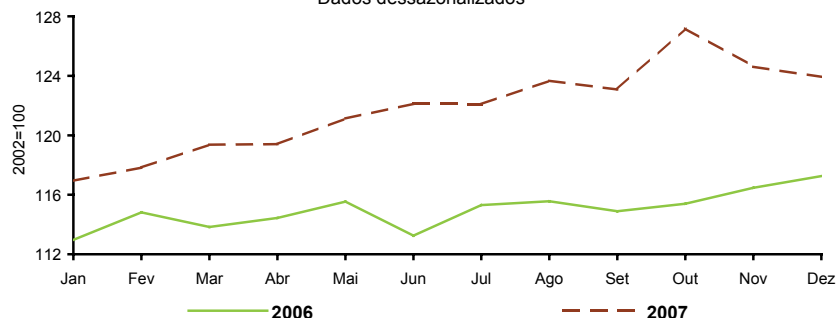
Discriminação	Variação percentual		
	2005	2006	2007
Total	3,1	2,8	6,0
Por categorias de uso			
Bens de capital	3,6	5,7	19,5
Bens intermediários	0,9	2,1	4,9
Bens de consumo	6,0	3,3	4,7
Duráveis	11,4	5,8	9,1
Semi e não duráveis	4,6	2,7	3,4

Fonte: IBGE

A segmentação do resultado anual por categorias de uso revela, igualmente, crescimento generalizado, com ênfase para o dinamismo nas produções de bens de capital e de bens de consumo duráveis, trajetória condizente com os processos de intensificação dos investimentos e de consolidação da demanda interna. Nesse cenário, a produção de bens de capital cresceu 19,5% em 2007, segundo melhor resultado registrado na série histórica iniciada em 1991, inferior apenas ao recorde de 19,7% assinalado em 2004, evolução impulsionada pelo ambiente favorável proporcionado pelo nível de confiança dos empresários em relação à continuidade do quadro macroeconômico estável e pelas trajetórias das taxas de juros e dos mercados de crédito e de trabalho.

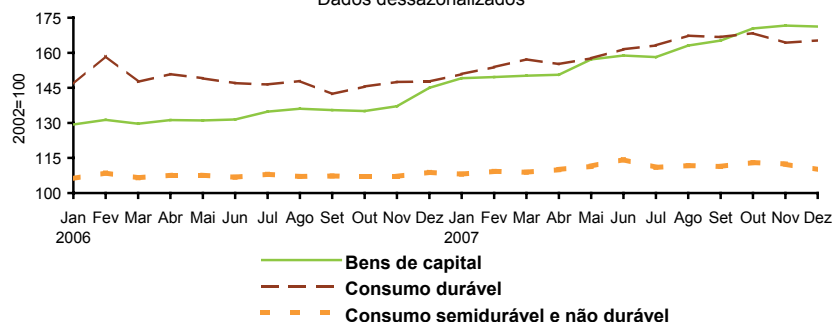
A produção de bens de consumo duráveis elevou-se 9,1% em 2007, evolução estimulada tanto pelo aumento da confiança dos consumidores, expresso em maior comprometimento da renda futura, quanto pela elevação da renda disponível e pelas melhores condições no mercado de crédito.

Gráfico 1.3
Produção industrial
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Gráfico 1.4
Produção industrial – Por categoria de uso
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

A produção de bens intermediários cresceu 4,9% em 2007, quarto resultado anual consecutivo inferior à taxa da indústria geral, ressaltando-se os desempenhos menos expressivos registrados nas atividades têxtil, 3,8%, alimentos, 2,6%, e refino de petróleo e álcool, 3,1%.

O desempenho da indústria de bens de consumo semi e não duráveis se constituiu no menos representativo em 2007. A expansão anual de 3,4% refletiu, em parte, a menor importância do crédito para a sustentação do setor e o recuo de 2,2% na atividade calçados e couros, reflexo da redução da participação do setor no mercado externo.

A produção da indústria apresentou, em 2007, crescimento em 21 das 27 atividades pesquisadas. Em relação às atividades que registraram desempenho positivo, sete apresentaram taxas superiores à média da indústria, com destaque para as associadas, mais intensamente, ao segmento de bens de capital, como máquinas e equipamentos, 17,7%; veículos automotores, 15%; máquinas de escritório e equipamentos de informática, 14,4%; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 14%. Consideradas as atividades que apresentaram retração no ano, ressalte-se que quatro delas – madeira, calçados e artigos de couro, material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações e diversos – repetiram o desempenho negativo do ano anterior, sugerindo mudança estrutural na indústria do país. Adicionalmente, os resultados negativos concentraram-se em atividades mais relacionadas à categoria de uso bens de consumo semi e não duráveis, como fumo, -8,1%, e calçados e couro, -2,2%.

A atividade industrial apresentou resultados favoráveis nas treze unidades da federação pesquisadas pelo IBGE, registrando-se avanços mais significativos nas regiões cuja produção mostra-se mais concentrada em bens de consumo duráveis, bens de capital e em setores tipicamente exportadores. Assinale-se a taxa de expansão anual de 8,6% observada no estado de Minas Gerais, estimulada pelo dinamismo das indústrias automobilística e de extração de minério de ferro, seguindo-se as relativas aos estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul, com crescimentos respectivos de 7,5% e de 7,4%; Paraná, 6,7%; e São Paulo, 6,2%. Os estados cujas indústrias apresentaram desempenho inferior à média do país foram Ceará, 0,3%; Bahia, 2%; Rio de Janeiro, 2,1%; e Goiás, 2,3%.

O pessoal ocupado na indústria aumentou 2,2% em 2007, taxa mais acentuada desde o início da série, em 2001, com ênfase nas expansões registradas em São Paulo, 3,5%, e no Paraná, 3,1%, contrapondo-se à estabilidade observada no Rio Grande do Sul. Considerados os gêneros da indústria, assinale-se a maior absorção de mão-de-obra nas atividades alimentos e bebidas e meios de transporte, e sua redução em calçados e artigos de couro, vestuário e madeira.

A folha de pagamento real da indústria cresceu 5,4% em 2007, após elevar-se 1,3% no ano anterior, ressaltando-se o aumento de 8,3% observado no Rio Grande do Sul, não obstante o pessoal ocupado se mantivesse estável no estado. As atividades nas quais registraram-se aumentos mais representativos nas folhas de pagamento real foram indústria extrativa, 16,5%; coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool, 12,7%; produtos químicos, 12%; e produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos, 10%.

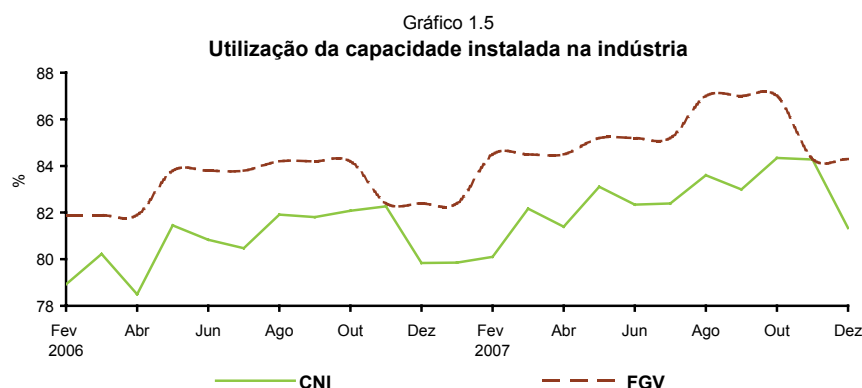
O nível de utilização da capacidade instalada na indústria (Nuci), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentou tendência ascendente ao longo de 2007. Evidenciando a continuidade do crescimento industrial, o Nuci, mesmo no ambiente de intensificação dos investimentos, atingiu 86,7% em dezembro. O Nuci atingiu 85,1%, em média, em 2007, elevando-se 1,7 p.p. em relação ao ano anterior.

Quadro 1.10 – Utilização da capacidade instalada na indústria^{1/}

Discriminação	2005	2006	2007
Indústria de transformação	83,5	83,3	85,1
Bens de consumo finais	81,2	80,1	83,1
Bens de capital	81,4	82,0	85,7
Materiais de construção	81,8	85,1	84,6
Bens de consumo intermediários	87,5	87,3	87,8

Fonte: FGV

1/ Pesquisa trimestral. Média do ano.



De acordo com dados da Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), referentes ao terceiro trimestre de 2007, a carga tributária e a taxa de câmbio se constituíram nas principais restrições às empresas industriais, enquanto os quesitos demanda insuficiente e taxas de juros elevadas vêm se tornando menos relevantes. Assinala-se a crescente preocupação dos empresários em relação à carência de mão-de-obra qualificada.

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da FGV, realizada em outubro de 2007, revelou que, entre os entrevistados que relataram a ocorrência de algum fator limitativo ao aumento da produção, no ano, 27,5% consideravam a escassez de matérias-primas como principal restrição, seguindo-se o nível da demanda, 20%, e a escassez de mão-de-obra, 17,5%.

O índice de confiança da indústria, divulgado pela FGV, atingiu 116 pontos em dezembro de 2007, ante 106,3 pontos em igual mês de 2006. De seus componentes, o índice da

situação atual atingiu 129,3 pontos, e o índice de expectativas, afetado pelas incertezas relacionadas ao ambiente externo, 102,7 pontos.

Indicadores de comércio

Os principais indicadores de vendas do comércio varejista registraram taxas de crescimento robustas em 2007, reflexo de desempenhos significativos tanto nos setores cujas vendas dependem mais fortemente do nível da renda disponível dos consumidores como naqueles em que as condições de crédito constituem-se no elemento determinante para sua evolução.

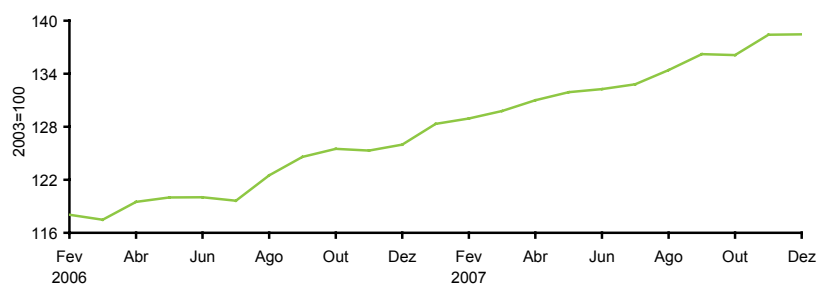
Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE, o Índice de Volume de Vendas no Varejo aumentou 9,7% em 2007, maior taxa anual registrada desde 2000, quando a pesquisa passou a ter abrangência nacional. As vendas elevaram-se nos oito segmentos que compõem o índice geral, com ênfase nas relativas a equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 29,5%; outros artigos de uso pessoal e doméstico, 22,7%; móveis e eletrodomésticos, 15,4%; e tecidos, vestuário e calçados, 10,6%. As vendas do comércio varejista ampliado, conceito que incorpora os segmentos automóveis, motocicletas, partes e peças e materiais de construção, cresceram 13,6%, no ano, evidenciando expansões respectivas de 22,6% e 10,8% nesses dois setores.

O aumento das vendas varejistas, em 2007, ocorreu de forma generalizada nas cinco grandes regiões do país. A taxa mais elevada ocorreu no Sudeste, 10,6%; seguindo-se as relativas às regiões Nordeste, 10,5%; Centro-Oeste, 9,8%; Sul, 8%; e Norte, 8,1%. Os desempenhos expressivos registrados nas regiões Sudeste e Centro-Oeste estiveram associados, em parte, à recuperação da renda agrícola nestas regiões. Em relação às unidades da Federação, assinalam-se os aumentos nas vendas varejistas em Alagoas, 19,2%; Maranhão, 14,3%; Mato Grosso do Sul, 13,4%; São Paulo, 12,6%; e Mato Grosso, 12,2%.

As taxas de crescimento das vendas do comércio ampliado superaram, em todas as regiões, as registradas no conceito restrito, atingindo 18,8% na região Norte. Consideradas as unidades da Federação, assinala-se o crescimento das vendas em Rondônia, 28,8%; Acre, 23%; Alagoas, 20,5%; e Amapá, 19,8%.

A Receita Nominal de Vendas apresentou expansão de 11,8% em 2007, resultado de crescimentos de 9,7% no volume de vendas e de 1,9% nos preços. Todos os segmentos, exceto combustíveis e lubrificantes, apresentaram taxas de crescimento da receita nominal superiores à inflação de 4,46% registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, no período, com ênfase no dinamismo dos segmentos veículos, motos, partes e peças, 23,2%; hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, 19,1%; e tecidos, vestuário e calçados, 19%.

Gráfico 1.6
Índice de volume de vendas no varejo
Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

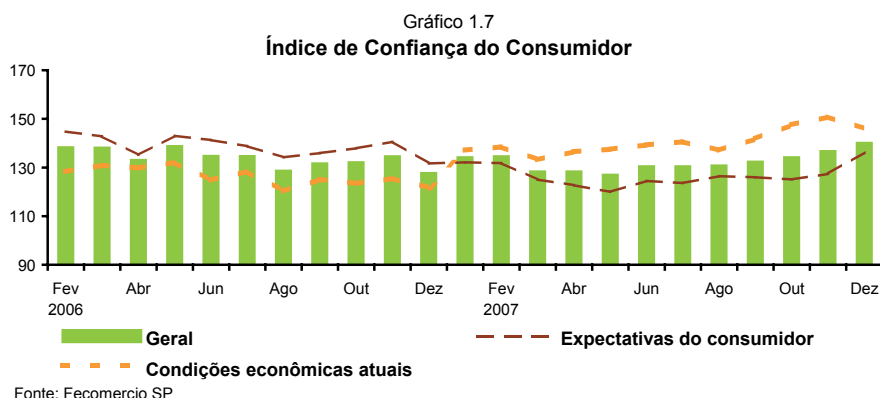
Indicadores do comércio relativos ao estado de São Paulo ratificam o crescimento generalizado das vendas de bens duráveis, semi e não duráveis em 2007. Nesse sentido, de acordo com a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), o número de consultas ao Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC), indicador de compras a prazo, cresceu 6,2% no ano, enquanto as consultas ao Usecheque, indicador de compras a vista, elevaram-se 6,1% no período.

O vigor das vendas do setor automobilístico observado em 2007 foi ratificado pelas estatísticas da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), que revelaram elevação anual de 27,8% nas vendas das concessionárias de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, melhor resultado desde 1995.

Os indicadores de inadimplência, não obstante a trajetória de expansão das vendas do comércio, seguem em patamar estável nos últimos três anos. A relação entre o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados atingiu, em média, 6,2% em 2007, ante 6% em 2005 e 6,4% em 2006. Por região, as maiores taxas ocorreram no Norte e no Nordeste. A inadimplência na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), medida pela ACSP, manteve-se, igualmente, estável, passando de 5,3%, em média, em 2006, para 5,4% em 2007.

Pesquisas de âmbito nacional, relacionadas às expectativas dos consumidores, apresentaram comportamento divergente em 2007. O Índice Nacional de Confiança (INC), da ACSP, atingiu 130,5 pontos, em média, recuando 0,4% comparativamente ao ano anterior. Esse resultado refletiu pioras nos componentes relacionados à situação da economia local e melhoras naqueles relacionados à situação financeira pessoal de curto prazo. Por região, o INC registrou, no ano, decréscimos nas regiões Nordeste, 1,4%; Norte e Centro-Oeste, 1,7%; e Sul, 9,5%; e aumento de 3,5% no Sudeste. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da FGV, aumentou 4,7% no ano, resultado de aumentos de 5,6% no Índice de Expectativas (IE) e de 3,6% no Índice da Situação Atual (ISA).

O ICC divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), traduzindo retração de 8,5% no Índice de Expectativas do Consumidor (IEC), que representa 60% do índice geral, e crescimento de 11,1% no Índice de Condições Econômicas Atuais (Icea), recuou 1,1% em 2007.



Indicadores de produção agropecuária

A safra de grãos totalizou o recorde de 132,9 milhões de toneladas em 2007. O aumento anual de 13,6%, reflexo da elevação de 14,1% na produtividade e de recuo de 0,4% na área colhida, foi favorecido, em especial, pelo desempenho das culturas de trigo, algodão herbáceo, milho e soja, enquanto, em sentido inverso, registraram-se reduções nas produções de feijão e de arroz.

Ressaltem-se os desempenhos das safras das regiões Sul e Centro-Oeste, as mais importantes do país, que cresceram 23,3% e 10,8%, respectivamente, representando, na ordem, 45,1% e 33,1% da produção agrícola nacional.

A produção de soja totalizou 58,2 milhões de toneladas em 2007. O aumento anual de 11,1% traduziu expansão de 18,5% no rendimento médio da cultura, favorecido por condições climáticas adequadas, e recuo de 6,2% na área colhida. A diminuição na área colhida refletiu a migração para culturas mais rentáveis, como milho e cana-de-açúcar.

Quadro 1.11 – Produção agrícola – Principais culturas

Milhões de toneladas

Produtos	2006	2007
Grãos	117,0	132,9
Caroço de algodão	1,8	2,3
Arroz (em casca)	11,5	11,1
Feijão	3,4	3,3
Milho	42,6	51,5
Soja	52,4	58,2
Trigo	2,5	4,0
Outros	2,8	2,4
Varição da safra de grãos (%)	3,9	13,6
Outras culturas		
Banana	7,1	7,0
Batata-inglesa	3,1	3,4
Cacau (amêndoas)	0,2	0,2
Café (beneficiado)	2,6	2,2
Cana-de-açúcar	455,3	515,3
Fumo (em folhas)	0,9	0,9
Laranja	18,1	18,3
Mandioca	26,7	26,8
Tomate	3,3	3,4

Fonte: IBGE

A safra de milho atingiu 51,5 milhões de toneladas, elevando-se 20,9% em relação ao ano anterior. A produtividade média da cultura cresceu 10,5%, e a área cultivada, 9,4%, resultados associados, na ordem, às condições climáticas favoráveis observadas na fase de plantio e ao estímulo proporcionado pela evolução dos preços, em linha com o aumento na demanda americana pelo etanol.

Quadro 1.12 – Produção agrícola, área colhida e rendimento médio – Principais culturas

Variação percentual						
Produtos	Produção		Área		Rendimento médio	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Grãos	3,9	13,6	- 2,7	- 0,4	6,9	14,1
Algodão (caroço)	- 21,3	29,2	- 28,8	23,1	11,4	5,0
Arroz (em casca)	- 13,0	- 3,7	- 24,0	- 2,5	14,8	- 1,3
Feijão	14,1	- 4,4	7,2	- 4,7	6,2	0,4
Milho	21,4	20,9	9,1	9,4	11,3	10,5
Soja	2,4	11,1	- 4,1	- 6,2	6,7	18,5
Trigo	- 46,7	62,3	- 34,0	18,0	- 19,3	37,5

Fonte: IBGE

A produção de feijão alcançou 3,3 milhões de toneladas em 2007. A redução anual de 4,4% refletiu contração de 4,7% registrada na área plantada e elevação de 0,4% na produtividade. A primeira safra, que correspondeu a 54% do volume total produzido no

ano, cresceu 13%, atingindo 1,8 milhão de toneladas de grãos, evidenciando aumentos na área colhida, 5,6%, e no rendimento médio, 7,1%. A segunda safra, prejudicada por adversidades climáticas e pela ausência de investimentos em tecnologia, tendo em vista a ocorrência de preços pouco atrativos, apresentou redução de 23% em relação ao ano anterior.

Assim como o ocorrido em relação ao feijão, o patamar dos preços desestimulou o cultivo de arroz. A produção da cultura somou 11,1 milhões de toneladas, com o recuo anual de 3,7% refletindo reduções na área colhida, 2,5%, e no rendimento médio, 1,3%.

A cultura de trigo somou 4 milhões de toneladas. O crescimento anual de 62,3% traduziu elevações na área colhida, 18%, e na produtividade média, 37,5%.

A produção de caroço de algodão aumentou 29,2% em 2007, totalizando 2,3 milhões de toneladas. A área colhida cresceu 23,1%, e a produtividade média, 5%.

O resultado da cafeicultura esteve associado ao ciclo bianual de baixa da cultura do grão, responsável pela redução de 15% na produtividade da safra em 2007. A área colhida decresceu 2%, contribuindo, adicionalmente, para a contração de 16,7% na produção anual de café, que totalizou 2,2 milhões de toneladas.

A produção de cana-de-açúcar atingiu 515,3 milhões de toneladas, elevando-se 13,2% no ano. A área plantada aumentou 9%, e a produtividade média, 3,9%.

Quadro 1.13 – Estoque de grãos – Principais culturas

Mil toneladas

Produtos	2004/2005	2005/2006	2006/2007
Grãos			
Arroz (em casca)			
Início do ano	2 728,4	3 532,1	2 879,3
Final do ano	3 532,1	2 879,3	1 745,2
Feijão			
Início do ano	169,7	113,6	353,3
Final do ano	113,6	353,3	381,0
Milho			
Início do ano	7 801,7	3 135,4	5 568,3
Final do ano	3 135,4	5 568,3	6 638,2
Soja			
Início do ano	4 522,2	2 734,7	2 469,7
Final do ano	2 734,7	2 469,7	3 636,1
Trigo			
Início do ano	390,4	1 112,5	575,8
Final do ano	1 112,5	575,8	143,4

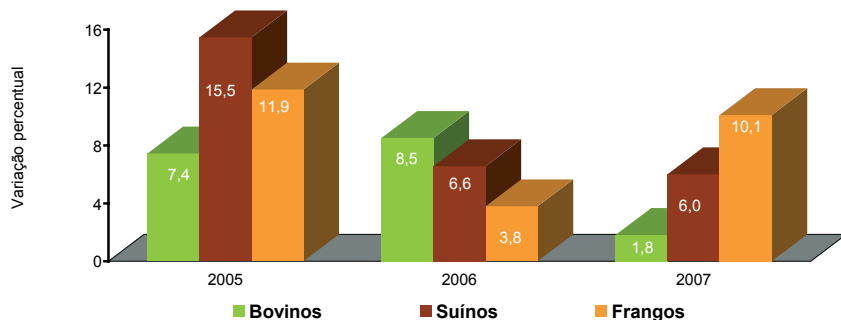
Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

Pecuária

De acordo com a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais, divulgada pelo IBGE, a produção de bovinos alcançou 7 milhões de toneladas em 2007, elevando-se 1,8% em relação ao ano anterior. As produções de aves e de suínos atingiram 9 milhões e 2,4 milhões de toneladas, apresentando aumentos de 10,1% e 6%, respectivamente.

As exportações de carne bovina totalizaram 1,3 milhão de toneladas em 2007, aumentando 4,9% em relação ao ano anterior, enquanto as relativas a carnes de aves e de suínos cresceram, na ordem, 16,3% e 14%, no período, situando-se em 3 milhões e em 552,2 mil toneladas.

Gráfico 1.8
Produção animal



Política agrícola

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) para a safra 2007/2008, divulgado em junho de 2007, prevê aporte de recursos de R\$58 bilhões, representando expansão de 16% em relação ao plano anterior.

Desse total, R\$49,1 bilhões serão destinados a custeio e comercialização e R\$8,9 bilhões a investimento, significando aumentos anuais de 18,6% e 3,5%, respectivamente.

Dos recursos destinados a custeio e comercialização, R\$37,9 bilhões são recursos direcionados e possuem taxas de juros controladas. Essas taxas, que se situavam em 8,75% a.a. desde o plano de 1998/1999, foram reduzidas em 2 p.p., contribuindo para a redução do custo financeiro da atividade agropecuária.

Com a finalidade de garantir recursos para o maior número de produtores, a legislação do crédito rural estabelece limites de crédito por tomador. No atual plano, objetivando acompanhar o aumento dos custos e estimular a produção, esses limites foram ampliados

para algumas culturas, favorecendo lavouras importantes para o abastecimento do mercado interno, como arroz, feijão, mandioca, sorgo, trigo e milho. A produção animal também foi beneficiada com a expansão dos limites de financiamento, em especial da avicultura e da suinocultura.

Os recursos disponibilizados no âmbito dos programas de crédito para investimentos totalizaram R\$8,9 bilhões, elevando-se 3,5% em relação à safra anterior. As principais modificações se constituíram na redução – para todos os programas, exceto Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) – das taxas de juros, de 8,75% a.a. para 6,75% a.a.; e na redução, de 8,75% a.a. para 7,5% a.a., nas taxas de juros das operações no âmbito do Moderfrota, que passou a englobar universo maior de máquinas autorizadas ao financiamento. Com objetivo de melhor operacionalização, o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro), o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro) e o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (Prodefruta) foram unificados em um único programa, denominado Moderagro II.

O atual PAP introduziu, adicionalmente, alterações no Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural). Nesse sentido, o limite de renda para enquadramento no programa passou de R\$100 mil para R\$220 mil; as taxas de juros recuaram 1,75 p.p., para 8%; e os recursos disponibilizados elevaram-se de R\$700 milhões para R\$2,2 bilhões.

Produtividade

Repetindo a trajetória observada no passado recente, os indicadores de produtividade dos setores primário e secundário apresentaram evolução favorável em 2007. A produtividade do trabalho industrial, definida como a razão entre o índice de produção física do setor e o indicador do número de horas pagas ao pessoal ocupado assalariado na produção fabril, ambos divulgados pelo IBGE, aumentou 4,1% em 2007, após alta de 2,5% no ano anterior, registrando-se elevações nas indústrias extrativa mineral, 3,5%, e de transformação, 4,1%, com destaque para os aumentos nos segmentos máquinas e equipamentos (exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações), 10,4%, e vestuário, 10,3%.

A produtividade do trabalho industrial registrou acréscimo generalizado nos dez estados pesquisados pelo IBGE, em especial em Minas Gerais, 8,1%; Rio Grande do Sul, 8%; Espírito Santo, 7,4%; Pernambuco, 4,6%; e Santa Catarina, 3,9%.

A produtividade média do setor agrícola, definida como a relação entre a produção de grãos e a área colhida, cresceu 14,1% em 2007, evolução consistente com o crescimento na demanda total por fertilizantes agrícolas, que, de acordo com a Associação Nacional

para Difusão de Adubos (Anda), atingiu 17,3% no ano, evidenciando elevações de 11,9% na produção nacional e de 44,8% nas importações. No mesmo sentido, as vendas internas de máquinas agrícolas cresceram 49,4% em relação a 2006, de acordo com a Anfavea, registrando-se elevações nas vendas de tratores de rodas, 52,4%, e colheitadeiras, 127,9%, e redução nas referentes a máquinas cultivadoras, 16,6%.

Energia

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a produção de petróleo, incluindo líquido de gás natural, aumentou 1,3% em 2007, após crescer 5,6% no ano anterior, totalizando, em média, 1.833 mil barris/dia. A produção média diária mais significativa ocorreu em dezembro, 1.894 mil barris, e a menor, em outubro, 1.772 mil barris. A produção de gás natural cresceu 2,5% em 2007, atingindo 313 mil barris/dia.

O total de óleo processado nas refinarias atingiu, em média, 1.744 mil barris/dia, elevando-se 2,3% em relação a 2006. A participação do petróleo nacional recuou 2 p.p., para 77%, enquanto as importações cresceram 9,8% no ano, alcançando 401,5 mil barris/dia. As exportações de petróleo, evidenciando o aumento da produção de óleo pesado acima da capacidade interna de refino, cresceram 14,8% em 2007, situando-se em 420,9 mil barris/dia.

As vendas de derivados de petróleo no mercado interno cresceram 8,5% em 2007, registrando-se aumento nos segmentos de óleos combustíveis, 84,5%; querosene de aviação, 9,5%; óleo diesel, 6,4%; gasolina de aviação, 4,8%; e gás liquefeito de petróleo (GLP), 0,2%. Em sentido inverso, recuaram as vendas de querosene iluminante, 27,4%, e gasolina automotiva, 2,5%. O consumo de álcool, em linha com a evolução das vendas de automóveis com tecnologia bicombustível, aumentou 34,5%, resultado de elevações nas vendas de álcool hidratado, 50,7%, e de álcool anidro, 14,7%.

Quadro 1.14 – Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante

Média diária (1.000 b/d)

Discriminação	2005	2006	2007
Petróleo	1 348	1 371	1 488
Óleos combustíveis	90	88	163
Gasolina	304	326	318
Óleo diesel	675	672	715
Gás liquefeito	200	206	206
Demais derivados	78	79	86
Álcool carburante	182	194	261
Anidro	101	88	101
Hidratado	80	107	161

Fonte: ANP

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), o consumo nacional de energia elétrica cresceu 5,4% em 2007, registrando-se expansão nos segmentos comercial, 6,6%; residencial, 6%, e industrial, 5%. A elevação mais expressiva ocorreu na região Centro-Oeste, 6,4%, seguindo-se as regiões Nordeste, 6,2%; Norte, 5,4%; Sul, 5,3%; e Sudeste, 5%.

Quadro 1.15 – Consumo de energia elétrica^{1/}

GWh			
Discriminação	2005	2006	2007
Total	335 909	357 529	376 905
Por setores			
Comercial	52 979	55 224	58 875
Residencial	82 722	85 784	90 940
Industrial	150 243	164 725	172 948
Outros	49 961	51 796	54 143

Fonte: EPE

1/ Não inclui autoprodutores.

Indicadores de emprego

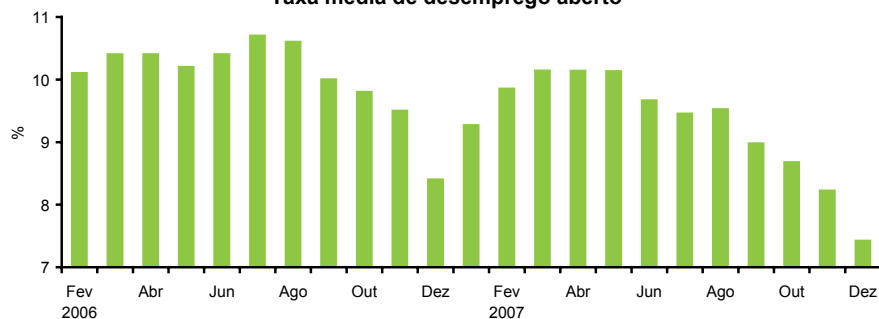
O crescente dinamismo da atividade econômica segue proporcionando desdobramentos positivos, em termos quantitativos e qualitativos, sobre as condições do mercado de trabalho.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país atingiu média de 9,5% em 2007, ante 10% em 2006.

A taxa de ocupação aumentou 3% no ano, correspondendo à criação de 623 mil postos de trabalho na área de abrangência da pesquisa. Esse resultado, ao incorporar 617 mil empregos com carteira assinada, ratifica a continuidade do processo de crescente formalização do mercado de trabalho registrado em períodos recentes. No mesmo período, o número de empregados sem carteira recuou 1,5%, e o relativo a trabalhadores por conta própria cresceu 4,2%.

De acordo com o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 1.617.392 postos de trabalho com carteira de trabalho assinada em 2007, resultado mais expressivo desde o início dessa série, em janeiro de 1985. O número de trabalhadores com carteira assinada aumentou 5,2% no ano, resultado de expansões generalizadas no nível de emprego dos principais setores da economia, atingindo 6,1% no comércio, 5,3% na indústria de

Gráfico 1.9
Taxa média de desemprego aberto



Fonte: IBGE

transformação e 4,8% nos serviços. Ressalte-se que os níveis de emprego nos segmentos comércio e serviços constituíram-se em recordes históricos, e que o relativo à indústria de transformação atingiu o segundo maior patamar. Adicionalmente, o emprego no setor da construção civil permaneceu na trajetória crescente iniciada em 2005, elevando-se 8,3% em 2007.

Quadro 1.16 – Emprego formal – Admissões líquidas

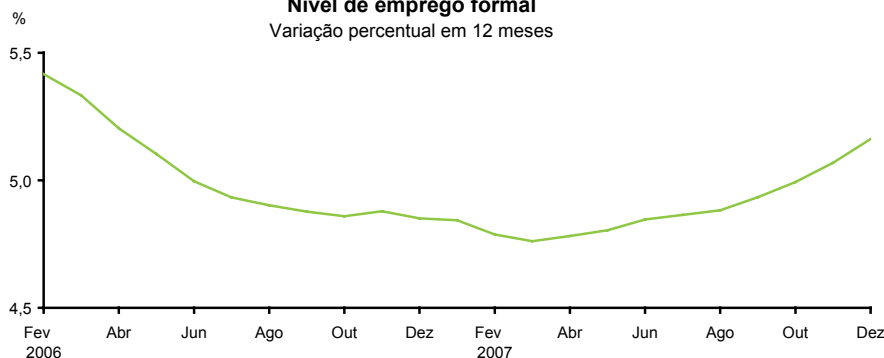
Em mil

Discriminação	2005	2006	2007
Total	1 254,0	1 228,7	1 617,4
Por setores			
Indústria de transformação	177,5	250,2	394,6
Comércio	389,8	336,8	405,1
Serviços	569,7	521,6	587,1
Construção civil	85,1	85,8	176,8
Agropecuária	- 12,9	6,6	21,1
Serviços industriais de utilidade pública	13,5	7,4	7,8
Outros ^{1/}	31,2	20,3	25,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 1.10
Nível de emprego formal
Variação percentual em 12 meses



Indicadores de salários e rendimentos

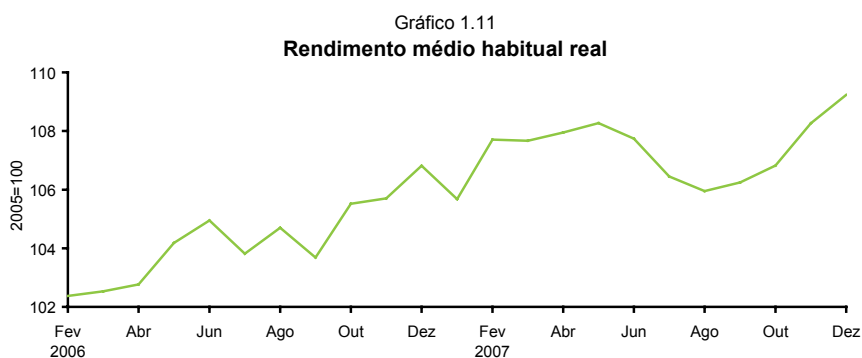
O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela PME atingiu R\$1.143,73 em 2007, elevando-se 3,2% em relação ao ano anterior, reflexo de aumento nos rendimentos dos trabalhadores por conta própria, 6,6%; sem carteira assinada, 5%; e com carteira assinada, 1%. Assinale-se que o ritmo de crescimento dos rendimentos apresentou desaceleração no segundo semestre do ano, quando aumentaram 2% em relação ao mesmo período de 2006, após elevarem-se 4,4% no semestre anterior, considerado o mesmo tipo de comparação. A massa salarial real, produto do rendimento médio real habitualmente recebido pelo número de ocupados, cresceu 6,3% em 2007.

Quadro 1.17 – Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas – 2007

Variação percentual		
Discriminação	Nominal	Real ^{1/}
Total	7,4	3,2
Posição na ocupação		
Com carteira	5,0	1,0
Sem carteira	9,3	5,0
Conta própria	10,9	6,6
Por setor		
Setor privado	6,5	2,3
Setor público	10,4	6,2

Fonte: IBGE

1/ Deflacionado pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.



Fonte: IBGE

Indicadores de preços

A aceleração registrada nas taxas de inflação em 2007, em relação ao ano anterior, esteve influenciada pelo comportamento dos preços livres, que traduziu a intensificação do ritmo da atividade econômica e o aumento dos preços dos alimentos. A variação do IPCA, calculado pelo IBGE, atingiu 4,46%, situando-se no intervalo estipulado como meta pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no âmbito do regime de metas para a inflação.

Índices gerais de preços

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela FGV, que agrega o Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna (IPA-DI), o Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-Br) e o Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), com pesos respectivos de 60%, 30% e 10%, registrou variação de 7,89% em 2007, ante 3,79% no ano anterior.

As variações anuais dos três componentes do IGP-DI registraram aceleração em 2007. O IPA-DI, evidenciando o comportamento dos preços no comércio atacadista, em resposta à alta dos preços dos produtos agrícolas, cresceu 9,44% no ano, ante 4,29% em 2006, com os preços dos produtos agrícolas elevando-se 24,82%, e os relativos aos produtos industriais, 4,42%, ante 6,92% e 3,46%, respectivamente, em 2006. O IPC-Br aumentou 4,60%, e o INCC, 6,15%, ante, na mesma ordem, 2,05% e 5,04% em 2006.

Índices de preços ao consumidor

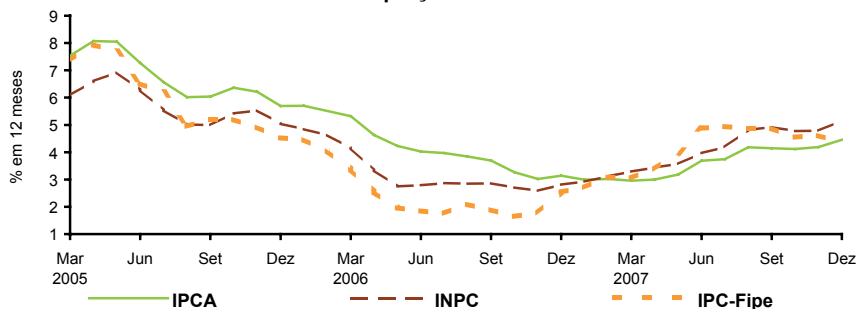
O IPCA, divulgado pelo IBGE, aumentou 4,46% em 2007, registrando-se elevação de 1,65% nos preços dos bens e serviços monitorados¹ e de 5,73% nos preços livres, ante 4,27% e 2,57%, respectivamente, no ano anterior.

A variação do IPCA, que considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal de 1 a 40 salários mínimos, atingiu 4,46% em 2007, terceira menor taxa anual desde o início de sua divulgação, em 1980, ante 3,14% no ano anterior. Assinale-se que o aumento anual na variação do indicador sucedeu quatro recuos consecutivos, expressos nas taxas anuais de 12,53%, 9,30%, 7,60% e 5,69% registradas de 2002 a 2005.

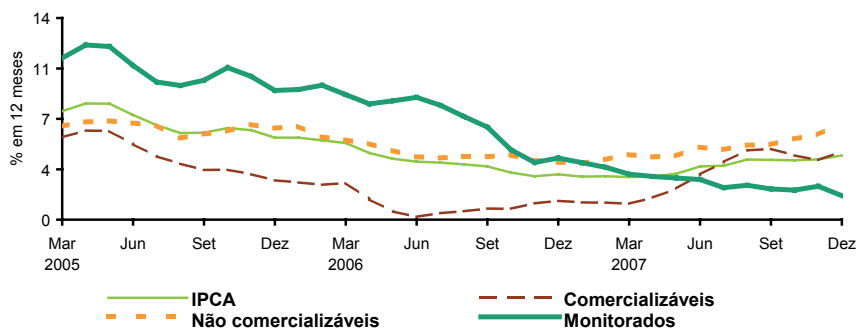
1/ Entende-se por preços monitorados aqueles que são direta ou indiretamente determinados pelos governos federal, estadual ou municipal. Em alguns casos, os reajustes são estabelecidos por contratos entre produtores/fornecedores e as agências de regulação correspondentes, como nos casos de energia elétrica e de telefonia fixa.

O desempenho do IPCA em 2007 refletiu a aceleração dos preços livres, que cresceram 5,73% no ano, ante 2,58% em 2006, resultado associado à intensificação do ritmo da atividade econômica e ao comportamento dos preços dos alimentos, em especial dos itens frango, carnes, leite, óleo de soja, feijão, e alimentos *in natura*. Os preços monitorados elevaram-se 1,65% no ano, ante 4,27% em 2006.

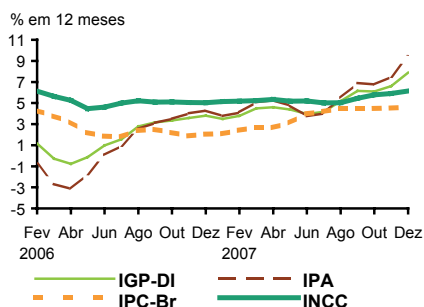
Gráfico 1.12
Índices de preços ao consumidor



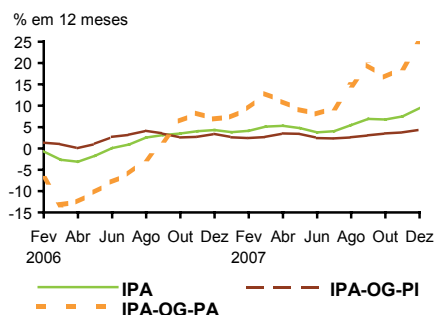
IPCA



IGP-DI e seus componentes



IPA segundo a origem



Fontes: IBGE, Fipe e FGV

Quadro 1.18 – Participação de itens no IPCA em 2007

Variação percentual

Itens	IPCA				
	Pesos ^{1/}	Variação	Variação	Contribuição	Participação
		acumulada em 2006	acumulada em 2007	acumulada em 2007	no índice ^{2/}
IPCA	100,0	3,1	4,5	4,5	100,0
Carnes	1,9	0,7	22,1	0,4	8,4
Feijões	0,4	- 13,0	109,0	0,3	6,4
Refeição	3,8	4,6	7,8	0,3	6,3
Empregado doméstico	3,1	10,7	9,5	0,3	6,1
Plano de saúde	3,4	12,3	8,1	0,3	5,8
Vestuário	6,5	5,1	3,8	0,2	5,4
Cursos	4,9	6,8	5,0	0,2	5,4
Açúcar cristal	0,1	16,5	- 28,7	- 0,1	- 1,2
Açúcar refinado	0,2	15,8	- 22,7	- 0,1	- 1,3
Seguro voluntário de veículo	0,4	1,5	- 14,9	- 0,1	- 1,5
Aparelhos eletroeletrônicos	1,9	- 5,3	- 4,7	- 0,1	- 2,1
Energia elétrica residencial	3,5	0,3	- 6,2	- 0,2	- 5,2

Fonte: IBGE

1/ Média de 2007.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

Quadro 1.19 – Participação dos grupos no IPCA em 2007

Variação percentual

Grupos	IPCA				
	Pesos ^{1/}	Variação	Variação	Contribuição	Participação
		acumulada em 2006	acumulada em 2007	acumulada em 2007	no índice ^{2/}
IPCA	100,0	3,14	4,46	4,46	100,0
Alimentação e bebidas	20,9	1,23	10,77	2,18	49,7
Habitação	13,5	3,07	1,76	0,23	5,3
Artigos de residência	4,6	- 2,71	- 2,48	- 0,11	- 2,6
Vestuário	6,5	5,07	3,78	0,24	5,5
Transportes	20,6	3,02	2,08	0,43	9,7
Saúde e cuidados pessoais	10,8	6,01	4,47	0,47	10,8
Despesas pessoais	9,6	7,26	6,54	0,61	14,0
Educação	7,1	6,24	4,16	0,29	6,6
Comunicação	6,3	- 0,24	0,69	0,04	1,0

Fonte: IBGE

1/ Média de 2007.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado igualmente pelo IBGE, apresentou aceleração mais intensa do que a relativa ao IPCA, passando de 2,81%, em 2006, para 5,16%, em 2007. A diferença entre o comportamento dos indicadores

evidencia a participação de 27,78% do grupo alimentação e bebidas no INPC, ante 20,94% no IPCA, tendo em vista que o INPC considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal de 1 a 6 salários mínimos, para as quais o comprometimento da renda com gastos de alimentação é relativamente maior.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe²), também refletindo o ritmo de atividade e a alta dos preços dos alimentos, cresceu 4,38% em 2007, ante 2,54% no ano anterior.

Preços monitorados

Os preços monitorados aumentaram 1,65% em 2007, respondendo por 0,51 p.p. da variação total do IPCA no ano. As maiores variações positivas ocorreram nos itens planos de saúde, 8,13%; taxa de água e esgoto, 4,82%; e ônibus urbano, 4,69%; enquanto, em sentido inverso, as tarifas de energia elétrica residencial recuaram 6,16%, e o preço da gasolina, 0,68%. Os preços monitorados cresceram mais intensamente em Salvador, 5,64%, e em Belo Horizonte, 4,40%, enquanto, em sentido inverso, recuaram 0,03% em São Paulo. Adicionalmente, esses preços elevaram-se 0,52% em Goiânia, 0,57% em Fortaleza e 0,95% em Porto Alegre.

Quadro 1.20 – Principais itens na composição do IPCA em 2007

Variação percentual

Discriminação	IPCA			
	Pesos ^{1/}	Variação	Variação	Contribuição
		acumulada em 2006	acumulada em 2007	acumulada em 2007
Índice (A)	100,0	3,14	4,46	4,46
Preços livres	69,1	2,57	5,73	3,96
Preços monitorados	30,9	4,27	1,65	0,51
Itens monitorados – Selecionados				
Plano de saúde	3,3	12,29	8,13	0,26
Ônibus urbano	3,8	8,12	4,69	0,18
Água e esgoto	1,6	4,99	4,82	0,08
Emplacamento e licença	0,8	1,22	8,52	0,06
Ônibus intermunicipal	1,2	8,87	4,20	0,05
Telefone celular	1,5	5,61	2,92	0,04
Óleo diesel	0,1	0,69	- 0,42	0,00
Gasolina	4,5	2,94	- 0,68	- 0,03
Energia elétrica	3,6	0,27	- 6,16	- 0,23

Fonte: IBGE

1/ Média de 2007.

2/ Para famílias com rendimento entre um e vinte salários mínimos na cidade de São Paulo.

Os valores dos planos de saúde, que são regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aumentaram 8,13% em 2007, com impacto de 0,26 p.p. sobre o IPCA, variando de 7,7%, na região metropolitana de Fortaleza, a 8,97%, em Brasília. As tarifas de ônibus urbano aumentaram 4,69% em 2007, exercendo contribuição de 0,18 p.p. no IPCA, com os maiores reajustes ocorrendo em Salvador, 17,64%; Belém, 11,12%; e Porto Alegre e Belo Horizonte, ambos com 8,11%. A variação da taxa de água e esgoto representou 0,08 p.p. no aumento do IPCA, registrando-se elevações de 13,24% em Salvador e de 9,11% em Fortaleza.

Os reajustes das tarifas de telefonia fixa, autorizados anualmente pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a partir da aplicação da variação de uma cesta de índices de preços sobre o conjunto de serviços prestados, atingiram, em média, 0,34% em 2007.

A média dos reajustes das tarifas de energia elétrica, que recuaram em sete das onze regiões abrangidas pelo IPCA, situou-se em -6,16%, variando de 6,23%, em Brasília, a -15,54%, em São Paulo. Os preços da gasolina recuaram 0,68% em 2007, comparativamente à alta de 2,94% no ano anterior, enquanto os relativos ao gás de bujão cresceram 0,11% e 7,49%, respectivamente. Os preços dos remédios e das tarifas de ônibus intermunicipais aumentaram 0,54% e 4,20%, respectivamente, comparativamente a, na mesma ordem, 4,62% e 8,87%, em 2006.

Núcleos

Os núcleos de inflação calculados pelo Banco Central apresentaram, em 2007, variações inferiores à registrada pelo IPCA. Os núcleos por exclusão e por médias aparadas sem suavização apresentaram variação mais elevada do que em 2006, enquanto a medida que considera médias aparadas com suavização mostrou desaceleração.

Quadro 1.21 – Preços ao consumidor e seus núcleos em 2007

Variação percentual

Discriminação	2006	2007		
		1º sem	2º sem	No ano
IPCA (cheio)	3,14	2,08	2,33	4,46
Exclusão	3,56	2,02	2,05	4,11
Médias aparadas				
Com suavização	4,63	1,86	2,14	4,04
Sem suavização	2,76	1,63	1,96	3,62
IPC-Br	2,05	2,51	2,04	4,60
Núcleo IPC-Br	2,82	1,66	1,62	3,31

Fontes: IBGE e FGV

O núcleo por exclusão aumentou 4,11% em 2007, ante 3,56% no ano anterior, enquanto o núcleo por médias aparadas sem suavização apresentou variações respectivas de 3,62% e 2,76%.

A variação do núcleo por médias aparadas com suavização apresentou desaceleração em 2007, elevando-se 4,04%, comparativamente a 4,63% no ano anterior. Ressalte-se que, desde julho, a variação acumulada em 12 meses do indicador mantém-se em patamar inferior à relativa ao IPCA, resultado não observado desde maio de 2005, reflexo, em parte, de sua metodologia de cálculo, que considera a distribuição doze meses à frente (suavização) de itens cujas variações sejam concentradas em determinadas épocas do ano³.

A variação do núcleo do IPC-Br, calculado pela FGV pelo método de médias aparadas com suavização, passou de 2,82%, em 2006, para 3,31%, em 2007, situando-se em patamar inferior à elevação de 4,60% do IPC-Br.

3/ Itens suavizados de acordo com a nova estrutura do IPCA introduzida em julho de 2006: combustíveis (domésticos), energia elétrica residencial, transporte público, combustíveis (veículos), serviços pessoais, fumo, cursos, cursos diversos e comunicação.



Moeda e Crédito

Política monetária

O comportamento dos preços ao longo de 2007 traduziu a continuidade da eficácia na condução da política monetária. A postura da Autoridade Monetária, ao favorecer, igualmente, que a economia do país absorvesse, sem traumas significativos, as turbulências experimentadas pelo mercado financeiro internacional na segunda metade do ano e que as expectativas internas não se deteriorassem em resposta ao ambiente de elevação acentuada dos preços agrícolas, fortaleceu as condições para que a variação anual do IPCA – a terceira menor desde o início da série, em 1980 – ocorresse dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no âmbito do regime de metas para a inflação.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) manteve, no início de 2007, a estratégia de flexibilização da política monetária, procedendo, nas primeiras reuniões ordinárias realizadas no ano, a três cortes sucessivos de 25 pontos-base (p.b.) na meta para a taxa Selic. Esse ritmo de redução, embora pudesse representar relativo conservadorismo em relação à trajetória registrada no ano anterior, quando ocorreram cortes de 75 p.b. em cada uma das três primeiras reuniões ordinárias realizadas no ano, seguindo-se cinco cortes em sequência de 50 p.b., significou, na realidade, o posicionamento adequado do comitê ante o cenário de aceleração da variação dos índices de preços observado a partir do final de 2006.

O comportamento recente dos preços traduzia, no início de 2007, tanto os impactos da evolução dos preços externos das principais *commodities*, quanto os efeitos dos crescimentos dos níveis de emprego e da renda, do crédito, das transferências governamentais e de outros impulsos fiscais ocorridos em 2006 e esperados para 2007; e, adicionalmente, os efeitos defasados da redução de 650 p.b. registrada na taxa Selic em 2006.

Nesse cenário, as reduções promovidas pelo Copom nas três primeiras reuniões de 2007 evidenciaram a percepção de que a alta dos preços no curto prazo decorria, fundamentalmente, de fatores transitórios. Adicionalmente, foi avaliado que, a despeito da perspectiva de consolidação de um ambiente de menor liquidez global, em virtude dos efeitos dos processos de elevação das taxas de juros nas economias industrializadas e de aumento na volatilidade nos mercados globais, o cenário externo continuava

favorável, particularmente no que diz respeito às perspectivas de financiamento para a economia brasileira.

Nas duas reuniões seguintes, realizadas em junho e julho, o Copom considerou que a evolução recente da inflação em patamar consistente com as metas estipuladas, em contraste com as taxas relativamente elevadas que vinham persistindo desde o final de 2006, e que a contribuição, maior do que a inicialmente contemplada, do setor externo para a consolidação de um cenário benigno para a inflação, especialmente pela disciplina exercida sobre os preços de bens transacionáveis e por meio da ampliação dos investimentos, sedimentavam um ambiente favorável para que as taxas de crescimento da demanda agregada e da oferta doméstica voltassem a se equilibrar em um prazo relevante para as decisões de política monetária, sem comprometer a convergência para a trajetória das metas de inflação. Assim, optou-se por aumentar o ritmo de redução na meta do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), expresso em cortes sucessivos de 50 p.b.

Nas três últimas reuniões realizadas no ano, o Copom avaliou que a evolução do cenário econômico mundial e a aceleração do aquecimento da economia doméstica justificavam a redução nos estímulos monetários. Em setembro, apesar de entender que diversos fatores respaldariam a decisão de manter a taxa de juros inalterada já naquela reunião, o comitê considerou que o balanço dos riscos para a trajetória prospectiva da inflação ainda justificaria estímulo monetário adicional, expresso em redução de 25 p.b. na meta Selic. A partir de outubro, refletindo a percepção do aumento da probabilidade de que pressões inflacionárias inicialmente localizadas viessem a apresentar riscos para a trajetória da inflação doméstica, tendo em vista que o impacto favorável do setor externo sobre a inflação no setor transacionável poderia ser superado pelas pressões altistas do aquecimento da demanda doméstica sobre os preços do setor não transacionável, em ambiente de crescimentos do crédito e da massa salarial real, o Copom optou pela manutenção da meta para a taxa Selic em 11,25% a.a.

Títulos públicos federais e operações do Banco Central no mercado aberto

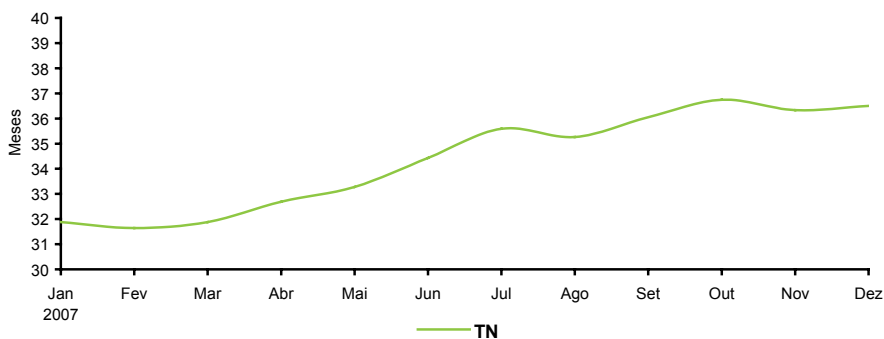
As operações primárias do Tesouro Nacional (TN) com títulos públicos federais resultaram em colocação líquida de R\$7,3 bilhões, em 2007, registrando-se vencimentos de R\$349,7 bilhões, resgates antecipados de R\$24,7 bilhões e colocações de R\$357 bilhões em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi). As trocas, realizadas com o objetivo de alongar o prazo da dívida vincenda, atingiram R\$134,6 bilhões, dos quais 39,9% em Letras do Tesouro Nacional (LTN).

O Tesouro Nacional divulgou, em janeiro, o Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2007. Entre as diretrizes de gestão da Dívida Pública Federal (DPF), destacaram-se as

estratégias de alongamento do prazo médio; de suavização do perfil de vencimentos; de substituição dos títulos indexados ao câmbio e à taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; e de desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais nos mercados interno e externo. Assinale-se que, desde janeiro de 2007, o Tesouro deixou de ofertar LTN com prazo de 18 meses, fixando o horizonte de vencimento desse papel em 12 e 24 meses, enquanto as Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) passaram a apresentar vencimento máximo de dez anos, ante sete anos, anteriormente. Nessas condições, a estrutura de emissão de títulos prefixados apresentou, a partir do início de 2007, *benchmarks* de 6, 12 e 24 meses, para as LTN, e de 3, 5 e 10 anos, para as NTN-F.

Ao longo do ano, o prazo médio da DPMFi aumentou gradualmente, até atingir 36,5 meses em dezembro, ante 31 meses em janeiro, enquanto, de maneira inédita, a composição de seu estoque em poder do público revelou, ao final do ano, participação superior dos papéis prefixados em relação à dos títulos remunerados pela taxa Selic, atingindo, na ordem, 37,3% e 33,4%, ante 36,1% e 37,8% no final de 2006. A participação dos títulos atrelados a índices de preços atingiu 26,3% do total da DPMFi, ante 22,5% no final de 2006.

Gráfico 2.1
Prazo médio da DPMFi

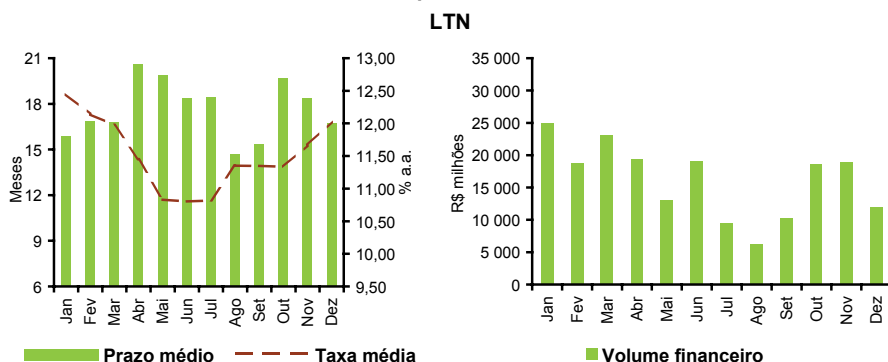


As emissões brutas de LTN e NTN-F totalizaram R\$139,4 bilhões e R\$79,2 bilhões, respectivamente, em 2007, enquanto as relativas a Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), título atrelado à variação da taxa Selic, somaram R\$81,7 bilhões. As colocações de Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), referenciadas ao IPCA, atingiram R\$56,7 bilhões, respondendo pelo total das emissões de títulos remunerados por índices de preços, tendo em vista que, conforme estratégia definida no PAF, o Tesouro não ofertou, em 2007, Notas do Tesouro Nacional – Série C (NTN-C), papéis remunerados pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

A atuação da Autoridade Monetária no mercado de reservas bancárias consistiu, fundamentalmente, no recolhimento ou na injeção de recursos conforme as necessidades conjunturais para manutenção da taxa Selic efetiva em níveis próximos às metas nominais determinadas pelo Copom nas oito reuniões realizadas em 2007.

Gráfico 2.2

Leilões de títulos públicos federais – 2007



Leilões de títulos públicos federais – 2007

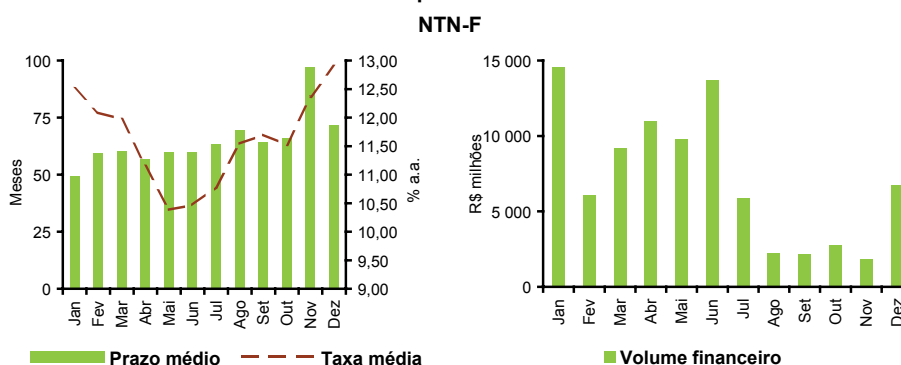
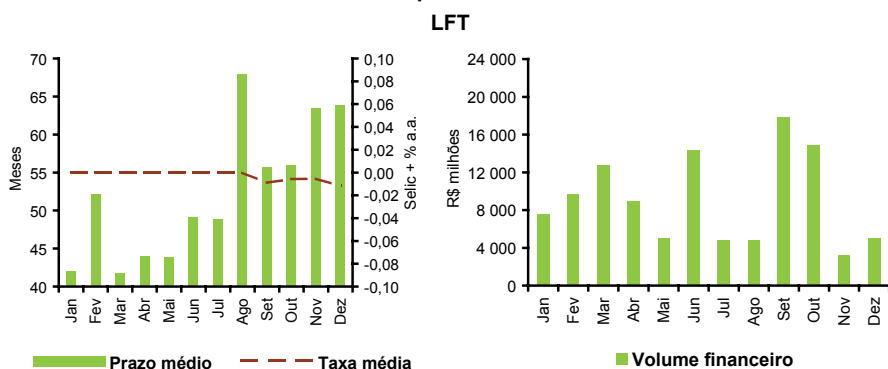


Gráfico 2.3

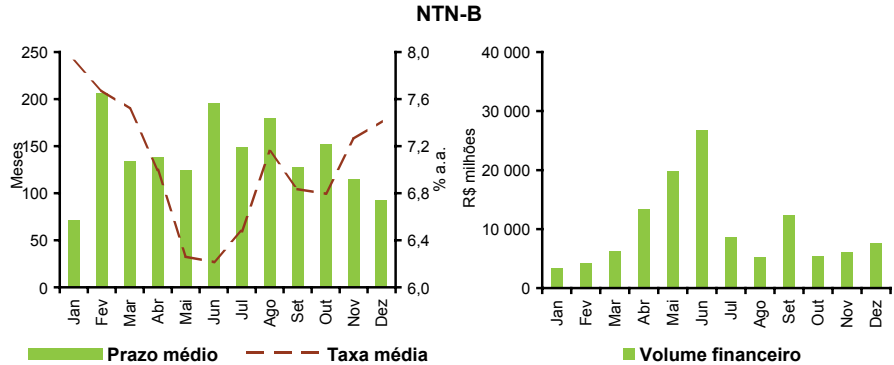
Leilões de títulos públicos federais – 2007



O saldo médio diário das operações de financiamento e de *go-around* realizadas pelo Banco Central aumentou de R\$11 bilhões, em dezembro de 2006, para R\$11,4 bilhões ao final de 2007, enquanto o relativo às operações de cinco meses decresceu de R\$30,8 bilhões para R\$17,2 bilhões. Em sentido inverso, os saldos médios diários das operações com prazos de 2 semanas a 3 meses e de 7 meses elevaram-se, na ordem, de R\$2,5 bilhões para R\$82,4 bilhões e de R\$23,7 bilhões para R\$65,9 bilhões.

Gráfico 2.4

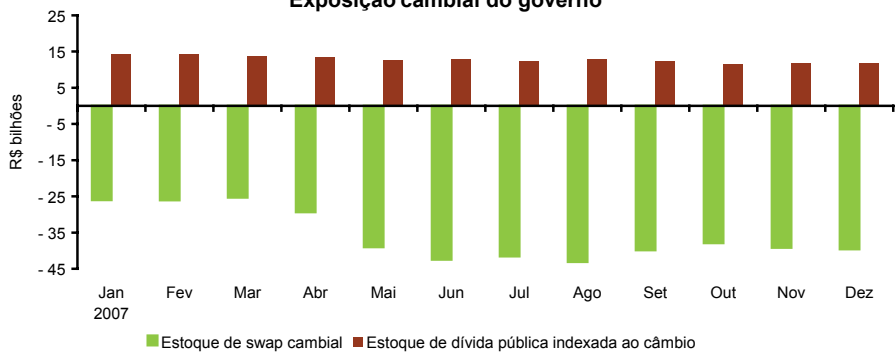
Leilões de títulos públicos federais – 2007



A média diária da posição líquida de financiamento do Banco Central no mercado aberto atingiu R\$177,3 bilhões ao final de 2007, ante R\$68,1 bilhões no período correspondente de 2006, registrando-se, a despeito das turbulências observadas nos mercados financeiros internacionais a partir de meados do ano, liquidez confortável no mercado financeiro interno. A elevação da posição líquida de financiamento da Autoridade Monetária esteve vinculada, em parte, à esterilização das aquisições de divisas pelo Banco Central, que somaram R\$155,4 bilhões no ano, bem como aos ajustes de margem das operações com *swaps* cambiais, que geraram fluxo financeiro de R\$8,8 bilhões em favor do público detentor desses contratos derivativos. Em sentido contrário, a movimentação da Conta Única do Tesouro no Banco Central, evidenciando o superávit primário registrado no ano, exerceu impacto contracionista de R\$55,6 bilhões. Incorporadas as operações com títulos públicos federais, o impacto monetário negativo totalizou R\$74 bilhões.

Gráfico 2.5

Exposição cambial do governo



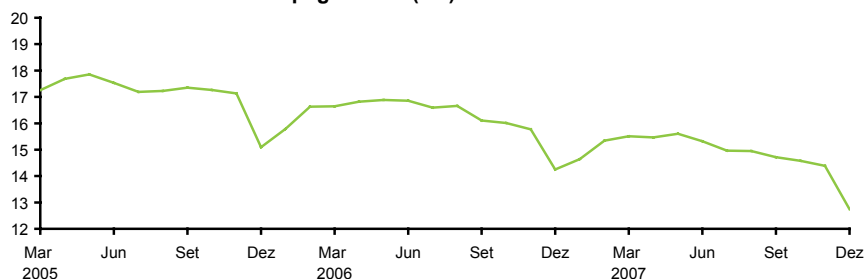
Objetivando assegurar a consolidação da posição ativa na exposição cambial da dívida pública federal e a minimização da volatilidade da taxa de câmbio, as ofertas de *swaps* cambiais reversos realizadas pelo Banco Central totalizaram US\$24,6 bilhões, ao longo de 2007, e os resgates, US\$15,9 bilhões. Essa colocação líquida de US\$8,7 bilhões se traduziu na redução, de -1,1%, no início do ano, para -2,3%, da parcela da DPMFi

exposta à variação cambial. Em termos nominais, a exposição cambial do governo, entendida como a diferença entre o saldo associado à parcela remanescente de títulos públicos cambiais e o estoque de derivativos, acentuou a tendência decrescente delineada a partir de janeiro de 2006, finalizando 2007 negativa em R\$28,4 bilhões.

Agregados monetários

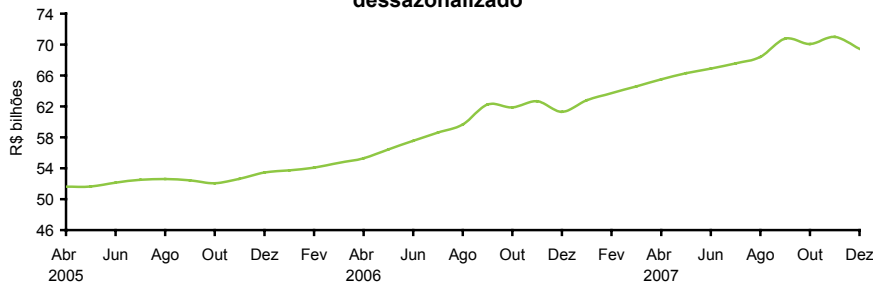
Os agregados monetários retrataram o mais acentuado dinamismo da atividade econômica em 2007, refletindo, particularmente, a expansão das operações de crédito e o ingresso de recursos externos. Nesse contexto, a média dos saldos diários dos meios de pagamento, em seu conceito restrito (M1), alcançou R\$210,5 bilhões em dezembro, elevando-se 25,9% no ano. Quanto aos seus componentes, o saldo do papel-moeda em poder do público cresceu 18,2% no ano, e o relativo aos depósitos a vista, 31,1%. Considerando-se dados dessazonalizados e deflacionados pelo IPCA, o saldo de M1 expandiu-se 22,2% em 2007, condicionado pelo aumento real dos salários, pelo desempenho das operações de crédito e pela ampliação dos programas de transferência de renda do Governo Federal. Compatível com o cenário apresentado, a velocidade-renda do agregado permaneceu relativamente estável no decorrer do ano.

Gráfico 2.6
Meios de pagamento (M1) – Velocidade-renda^{1/}



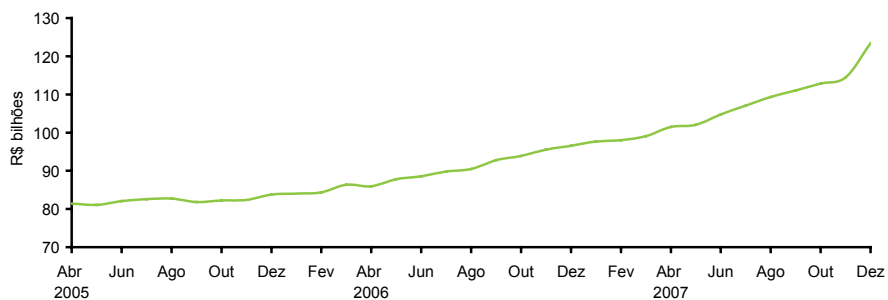
^{1/} Definida como a razão entre o PIB acumulado de doze meses e valorizado pelo IGP-DI e o saldo médio do agregado monetário.

Gráfico 2.7
Papel-moeda em poder do público a preço de dezembro de 2007, dessazonalizado^{1/}



^{1/} Índice de preço: IPCA.

Gráfico 2.8

Depósitos a vista a preço de dezembro de 2007, dessazonalizados^{1/}

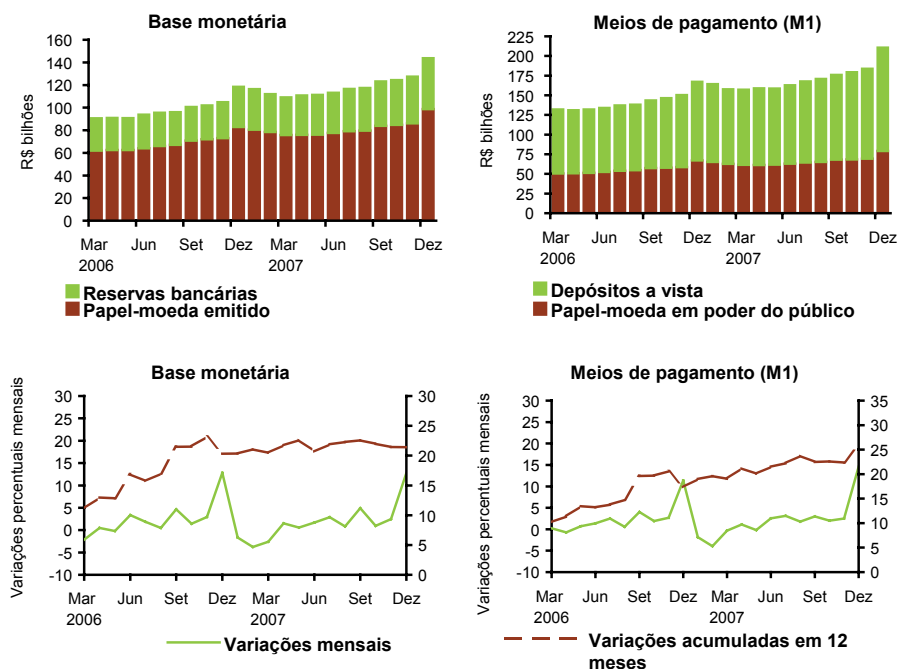
1/ Índice de preço: IPCA.

A base monetária, no conceito de média dos saldos diários, acompanhou a evolução dos meios de pagamento, atingindo R\$143,6 bilhões em dezembro. O aumento anual de 21,4% traduziu elevações de 19% no saldo médio de papel-moeda e de 27,1% nas reservas bancárias.

Gráfico 2.9

Base monetária e meios de pagamento

Média dos saldos diários



As operações do setor externo, evidenciando compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio, exerceram impacto expansionista de R\$155,4 bilhões sobre a base monetária, resultado 108,9% superior ao observado em 2006, enquanto a expansão monetária associada aos ajustes nas operações com derivativos mediante operações de *swap* cambial – mecanismo de oferta de proteção cambial ao mercado – atingiu R\$8,8 bilhões. Em sentido inverso, as operações do Tesouro Nacional, exclusive as operações com títulos, resultaram em fluxo contracionista anual

de R\$55,6 bilhões, e os recolhimentos relativos à exigibilidade adicional sobre depósitos e o compulsório sobre os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) geraram contração de R\$10,4 bilhões. A atuação do Banco Central para o ajuste da liquidez na economia proporcionou vendas líquidas de R\$74 bilhões.

Quadro 2.1 – Alíquotas de recolhimento sobre encaixes obrigatórios

Em percentual

Período	Recursos a vista ^{1/}	Depósitos a prazo ^{1/}	Depósitos de poupança ^{1/}	Operações de crédito	FIF curto prazo	FIF 30 dias	FIF 60 dias
Anterior ao							
Plano Real	50	-	15	-	-	-	-
1994 Jun	100 ^{2/}	20	20	-	-	-	-
Ago	" 2/	30	30	-	-	-	-
Out	" 2/	"	"	15	-	-	-
Dez	90 ^{2/}	27	"	"	-	-	-
1995 Abr	" 2/	30	"	"	-	-	-
Mai	" 2/	"	"	12	-	-	-
Jun	" 2/	"	"	10	-	-	-
Jul	83	"	"	"	35	10	5
Ago	"	20	15	8	40	5	0
Set	"	"	"	5	"	"	"
Nov	"	"	"	0	"	"	"
1996 Ago	82	"	"	"	42	"	"
Set	81	"	"	"	44	"	"
Out	80	"	"	"	46	"	"
Nov	79	"	"	"	48	"	"
Dez	78	"	"	"	50	"	"
1997 Jan	75	"	"	"	"	"	"
1999 Mar	"	30	"	"	"	"	"
Mai	"	25	"	"	"	"	"
Jul	"	20	"	"	"	"	"
Ago	"	"	"	"	0	0	"
Set	"	10	"	"	"	"	"
Out	65	0	"	"	"	"	"
2000 Mar	55	"	"	"	"	"	"
Jun	45	"	"	"	"	"	"
2001 Set	"	10	"	"	"	"	"
2002 Jun	"	15	"	"	"	"	"
Jul	"	"	20	"	"	"	"
2003 Fev	60	"	"	"	"	"	"
Ago	45	"	"	"	"	"	"

1/ A partir de agosto/2002, começou a vigorar recolhimento adicional sobre os recursos a vista (3%), depósitos a prazo (3%) e depósitos de poupança (5%). A partir de outubro/2002, as alíquotas dos recolhimentos adicionais sobre os recursos a vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança passaram para 8%, 8% e 10%, respectivamente.

2/ No período de junho/1994 a junho/1995, as alíquotas de 100% e de 90% referem-se ao acréscimo em relação ao período-base apurado entre 23 e 30 de junho de 1994. A partir de julho de 1995, a incidência do compulsório refere-se exclusivamente à média aritmética dos saldos diários de cada período de cálculo.

A base monetária ampliada, que incorpora a base restrita, os depósitos compulsórios em espécie e os títulos públicos federais fora do Banco Central, atingiu R\$1,6 trilhão ao final de 2007, elevando-se 20,9% em doze meses. Esse comportamento refletiu, principalmente, a evolução da dívida mobiliária federal em poder do mercado e a atuação do Tesouro Nacional no sentido de atenuar os impactos monetários das operações do setor externo.

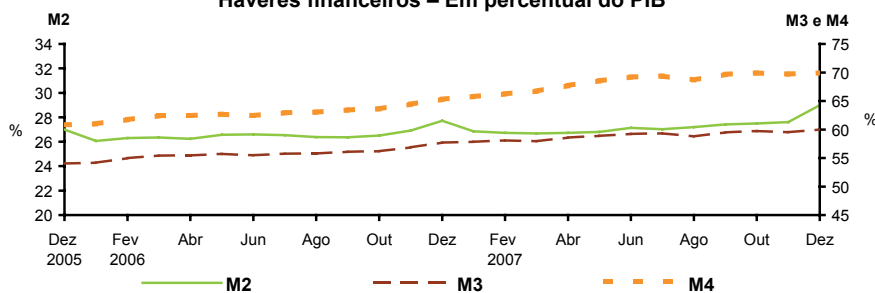
Os meios de pagamentos, no conceito M2, aumentaram 18,1% no ano, com ênfase no crescimento de 24,9% no saldo das cadernetas de poupança, impulsionado por captações líquidas de R\$33,4 bilhões. Os títulos privados registraram crescimento de 5,2%, refletindo resgates líquidos de R\$15,1 bilhões nos depósitos a prazo.

Quadro 2.2 – Haveres financeiros

Saldos em final de período		R\$ bilhões			
Período		M1	M2	M3	M4
2006	Jan	130,0	567,3	1 179,5	1 327,2
	Fev	131,1	574,9	1 202,2	1 349,7
	Mar	128,7	578,8	1 217,8	1 370,8
	Abr	127,5	579,7	1 225,5	1 379,3
	Mai	130,9	594,0	1 245,9	1 401,1
	Jun	132,1	600,4	1 252,5	1 409,3
	Jul	133,6	604,8	1 271,6	1 434,7
	Ago	136,3	607,0	1 283,7	1 450,3
	Set	143,1	611,9	1 301,9	1 471,3
	Out	145,0	622,4	1 320,2	1 493,8
	Nov	151,9	637,7	1 348,1	1 527,4
	Dez	174,3	661,5	1 377,7	1 558,6
2007	Jan	155,6	645,8	1 391,5	1 582,0
	Fev	153,7	647,0	1 406,5	1 604,2
	Mar	155,6	650,7	1 413,8	1 627,1
	Abr	156,5	657,1	1 441,0	1 664,6
	Mai	157,9	663,9	1 459,0	1 697,7
	Jun	164,2	677,2	1 478,8	1 727,8
	Jul	166,9	682,6	1 499,1	1 752,3
	Ago	170,0	698,1	1 509,4	1 762,1
	Set	174,8	711,7	1 545,2	1 809,0
	Out	178,1	722,4	1 569,7	1 836,6
	Nov	187,8	735,2	1 585,6	1 856,9
	Dez	231,4	781,3	1 617,6	1 884,8

O agregado monetário M3 elevou-se 17,4% no ano, registrando-se aumento de 16% no saldo das quotas de fundos de investimento, que apresentaram captações líquidas de R\$21,3 bilhões. A expansão anual do M4, que totalizou R\$1,9 trilhão no final de 2007, alcançou 20,9%, com destaque para o crescimento de 47,7% no saldo dos títulos federais em mercado.

Gráfico 2.10

Haveres financeiros – Em percentual do PIB^{1/}

1/ PIB dos últimos doze meses, a preços do mês assinalado (deflator: IGP-DI centrado), com base na publicação do IBGE.

Operações de crédito do sistema financeiro

As operações de crédito do sistema financeiro registraram significativa expansão em 2007, movimento consistente com a trajetória declinante das taxas de juros e com os desdobramentos, sobre decisões relativas a consumo e a investimentos, associados à consolidação da estabilidade da economia do país. Nesse ambiente, em que se registraram alongamento dos prazos dos financiamentos e estabilidade da inadimplência, destacaram-se as operações destinadas ao financiamento do consumo das famílias, estimuladas, adicionalmente, pelas melhores condições no mercado de trabalho, em especial nas modalidades crédito pessoal para aquisição de veículos, com participação crescente das operações de *leasing*. Da mesma forma, os créditos para o segmento empresarial registraram expressivo crescimento, com destaque para os desembolsos para capital de giro e para investimentos, não obstante a continuidade da procura, principalmente, pelas empresas de maior porte, por fontes alternativas de financiamento de longo prazo.

Os financiamentos realizados com recursos livres e com recursos direcionados totalizaram R\$936 bilhões ao final de 2007, registrando crescimento anual de 27,8%, ante 20,7% no ano anterior. A relação entre o volume total de empréstimos e o PIB atingiu 34,7%, maior percentual desde julho de 1995, ante 30,7% ao final de 2006.

A classificação do crédito segundo o controle de capital das instituições financeiras revelou que as operações contratadas com os bancos privados nacionais aumentaram 35,7% no ano, para R\$410 bilhões, representando 43,8% do total de crédito concedido pelo sistema financeiro, com ênfase nas operações destinadas aos segmentos de pessoas físicas, indústria e outros serviços. Os empréstimos realizados por instituições públicas totalizaram R\$318,9 bilhões, 34,1% do total da carteira, elevando-se 18,7% no ano, com destaque para a expansão nos segmentos industrial e de pessoas físicas. Os financiamentos concedidos pelos bancos estrangeiros, refletindo maior demanda nos segmentos pessoas físicas, indústria e outros serviços, cresceram 27,9% no período, passando a representar 22,1% do total do crédito concedido pelo sistema financeiro.

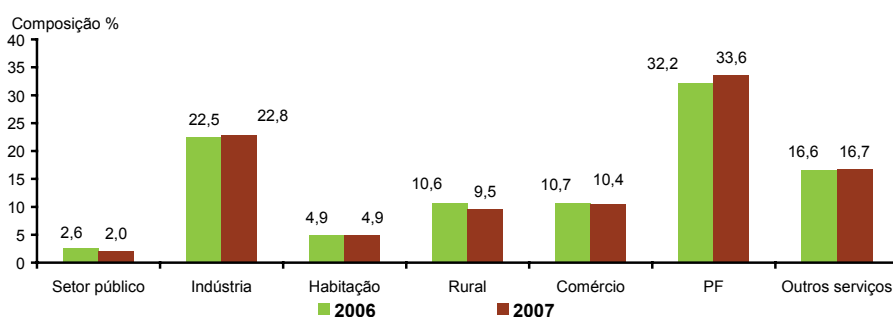
Quadro 2.3 – Evolução do crédito

Discriminação	R\$ bilhões			
	2005	2006	2007	Variação %
Total	607,0	732,6	936,0	27,8
Recursos livres	403,7	498,3	660,8	32,6
Direcionados	203,3	234,3	275,2	17,5
Participação %:				
Total/PIB	28,1	30,7	34,7	
Recursos livres/PIB	18,7	20,9	24,5	
Recursos direcionados/PIB	9,4	9,8	10,2	

O volume de crédito destinado ao setor privado, considerados os recursos livres e direcionados, totalizou R\$917,1 bilhões em dezembro, registrando expansão de 28,5% em relação a igual período de 2006. Setorialmente, destacaram-se as operações contratadas com pessoas físicas, R\$314,3 bilhões, cuja expansão anual de 33,3% traduziu os desempenhos das modalidades de crédito pessoal e de financiamentos para aquisição de veículos.

Os empréstimos direcionados à indústria expandiram-se 29,9% no ano, somando R\$213,8 bilhões, com relevância para os ramos de energia, extração mineral e agroindústria. As operações relativas ao segmento outros serviços atingiram R\$156,3 bilhões, registrando aumento anual de 28,6%, com ênfase para o desempenho nos ramos de telecomunicações, administração de cartão de crédito e transportes. Os financiamentos destinados ao comércio cresceram 24,5% em doze meses, para R\$97,6 bilhões, ressaltando-se a maior demanda dos segmentos lojas de departamento e setores automotivo e alimentício.

Gráfico 2.11
Direcionamento do crédito para atividades econômicas – Sistema Financeiro



A carteira de crédito habitacional, que inclui pessoas físicas e cooperativas habitacionais, totalizou R\$45,9 bilhões em dezembro, representando acréscimo anual de 28,5%. O desempenho expressivo do segmento, que incorpora financiamentos de prazos mais dilatados, refletiu, em grande parte, os impactos da consolidação da estabilidade da economia do país sobre as decisões relativas à demanda por imóveis e aos investimentos

no setor. Os desembolsos com recursos da caderneta de poupança, acumulados em 2007, registraram expansão anual de 92,1%, somando R\$17,6 bilhões, dos quais 90,7% concedidos segundo as regras do Sistema Financeiro de Habitação e 9,3% a taxas de juros de mercado. Os fluxos concedidos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), destinados especialmente a financiamentos de imóveis para a população de menor renda, totalizaram R\$5,9 bilhões em 2007, apresentando redução de 13,7% em relação ao ano anterior, mas mantendo-se em patamar mais elevado do que o observado em anos anteriores a 2006.

As operações contratadas com o setor rural alcançaram R\$89,2 bilhões em dezembro de 2007, ressaltando-se que a elevação anual de 14,8% esteve vinculada à recuperação da atividade agropecuária no ano. Os empréstimos destinados a custeio e investimento, estimulados por recursos obrigatórios e por fundos e programas oficiais, aumentaram, na ordem, 15,7% e 11,6%, enquanto os direcionados à comercialização cresceram 9,2%. Os créditos concedidos sob a forma de capital de giro para a agroindústria elevaram-se 86,3%, no período.

O total de crédito destinado ao setor público somou R\$18,8 bilhões ao final de 2007, recuando 0,2% em relação ao ano anterior. Os financiamentos contratados com o governo federal decresceram 14,5% no período, refletindo a amortização e a apreciação cambial em contratos com empresas de gás, petróleo e geração de eletricidade. Em sentido contrário, a dívida bancária dos governos estaduais e municipais aumentou 3,9%, para R\$15,2 bilhões, concentrando-se em operações com empresas do setor de eletricidade e de saneamento básico.

A evolução dos créditos para o setor público permanece vinculada às necessidades de recursos para a infra-estrutura, com relevância para os segmentos de energia e de saneamento básico. Nesse sentido, registre-se a manutenção da oferta de recursos para investimento em infra-estrutura, expressa na autorização concedida, desde agosto, para que o sistema financeiro conceda novos financiamentos para as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), respeitado o cronograma que estabelece liberações de R\$590 milhões em 2007, podendo atingir até R\$1,8 bilhão em dezembro de 2010. Adicionalmente, foi constituída, em 13 de junho de 2007, fonte de recursos adicional para possibilitar a concessão de financiamentos destinados à área de saneamento básico, por meio do aumento do patrimônio de referência da Caixa Econômica Federal, dada sua insuficiência de margem operacional para conceder créditos a estados, municípios e empresas controladas no montante pretendido pelo Governo Federal. Em decorrência, foi permitida, a partir de janeiro de 2008, a aplicação de recursos até o limite de R\$6 bilhões em ações de saneamento ambiental no âmbito dos programas amparados pelo setor público.

O volume de crédito com recursos livres – impulsionado pelo aumento de 33,4% no crédito destinado às pessoas físicas, que totalizou R\$317,6 bilhões – atingiu R\$660,8 bilhões em dezembro, com acréscimo anual de 32,6%, representando 70,6% do total de crédito concedido pelo sistema financeiro.

Quadro 2.4 – Crédito com recursos livres

Discriminação	R\$ bilhões			
	2005	2006	2007	Variação %
Total	403,7	498,3	660,8	32,6
Pessoa jurídica	213,0	260,4	343,2	31,8
Recursos domésticos	164,9	207,8	274,7	32,2
Referencial ^{1/}	137,3	165,0	214,9	30,2
Leasing	12,8	20,6	34,8	69,1
Rural	2,1	1,4	2,0	40,2
Outros	12,7	20,7	23,0	10,8
Recursos externos	48,1	52,6	68,6	30,3
Pessoa física	190,7	238,0	317,6	33,4
Referencial ^{1/}	155,2	191,8	240,2	25,2
Cooperativas	8,3	9,8	12,5	27,9
Leasing	8,4	13,9	30,1	117,2
Outros	18,8	22,5	34,7	54,3

1/ Crédito referencial para taxas de juros, definido pela Circular 2.957, de 30.12.1999.

A evolução expressiva das operações com pessoas físicas evidenciou, além da expansão do crédito referencial, o aumento de 117,2% nas operações contratadas sob a forma de arrendamento mercantil, que totalizaram R\$30,1 bilhões ao final de 2007. Os empréstimos concedidos a cooperativas elevaram-se 27,9% no ano, atingindo R\$12,5 bilhões.

O desempenho do crédito referencial traduziu os crescimentos de 34,3% nos empréstimos consignados em folha de pagamento e de 28,4% nos financiamentos para aquisição de veículos, cujos saldos totalizaram, ao final de 2007, R\$64,7 bilhões e R\$81,5 bilhões, respectivamente.

Os empréstimos para pessoas jurídicas somaram R\$343,2 bilhões em dezembro, registrando expansão de 31,8% no ano. As modalidades contratadas com recursos domésticos atingiram R\$274,7 bilhões, ampliando-se 32,2% no período, resultado vinculado, principalmente, ao acréscimo de 30,2% nas operações de crédito referencial, que representam 78,2% do total dos recursos domésticos, destacando-se o aumento de 43,7% em capital de giro, principal modalidade desse segmento. As operações com recursos externos cresceram 30,3% no ano, registrando-se aumentos de 30,7% nos repasses externos e de 22,3% nos Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC).

As taxas médias de juros das operações de crédito referencial, cujas informações têm como base legal a Circular nº 2.957, de 30 de dezembro de 1999, seguiram em

trajetória declinante no decorrer de 2007, mesmo após a interrupção do processo de redução da taxa básica de juros, em outubro. A taxa média dos empréstimos recuou 6 p.p. no ano, atingindo 33,8% a.a., menor taxa registrada na série histórica iniciada em junho de 2000.

Gráfico 2.12
Taxas de juros das operações de crédito com recursos livres

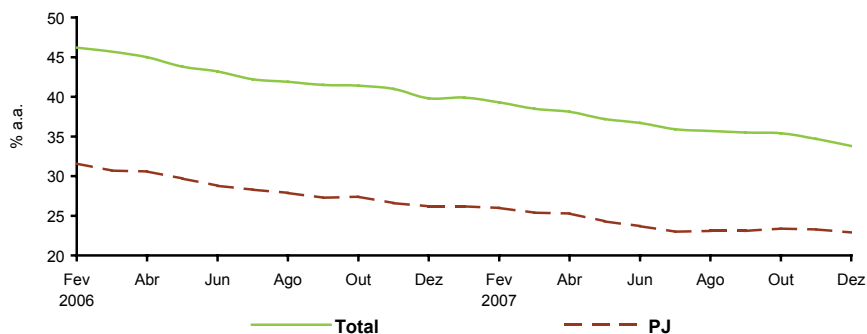
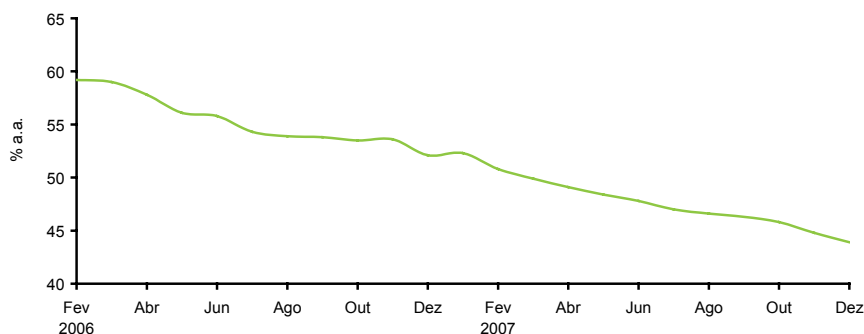


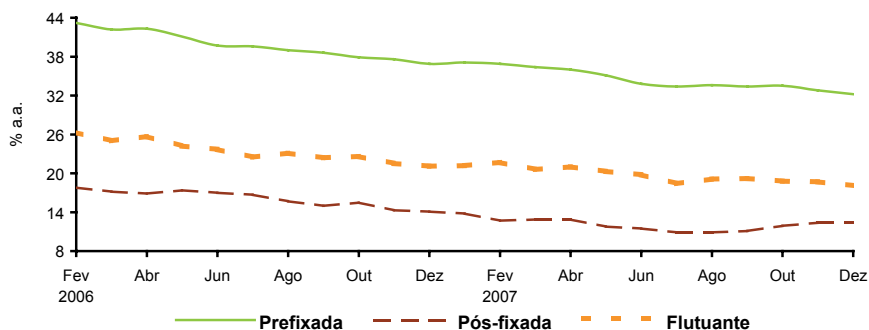
Gráfico 2.13
Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa física



A taxa média de juros praticada nos financiamentos para as famílias situou-se em 43,9% a.a., em dezembro, patamar mais reduzido da série histórica iniciada em julho de 1994 e 8,2 p.p. inferior ao do final de 2006. Esse desempenho mostrou-se mais expressivo no crédito pessoal, especialmente em razão da participação significativa, nesta modalidade, dos empréstimos consignados em folha de pagamento, que, por apresentarem menor risco, são ofertados a taxas de juros sensivelmente menores.

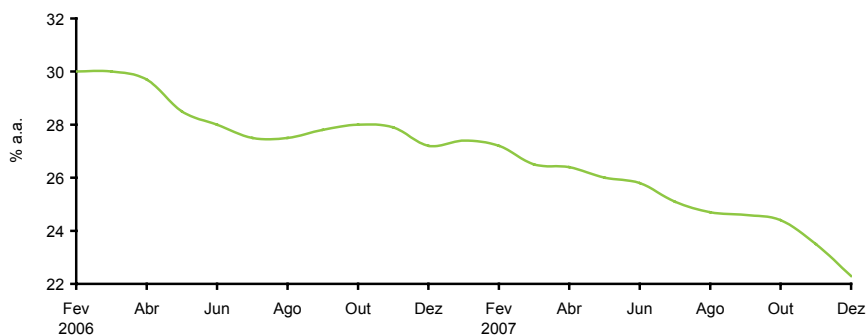
A taxa média de juros dos empréstimos para pessoas jurídicas recuou 3,3 p.p. no ano, atingindo 22,9% a.a. em dezembro, menor patamar da série iniciada em junho de 2000. A redução mostrou-se mais intensa nos financiamentos com taxas prefixadas e flutuantes, cujas médias respectivas de 32,2% a.a. e 18,1% a.a. se constituíram nas menores já assinaladas.

Gráfico 2.14
Taxas de juros das operações de crédito – Pessoa jurídica



O *spread* bancário nas operações de crédito referencial apresentou retração de 4,9 p.p. ao longo de 2007, alcançando 22,3 p.p. em dezembro, menor patamar da série histórica iniciada em 2000. Registraram-se, no período, reduções nos *spreads* relativos às operações no segmento de pessoas físicas, 7,7 p.p., e jurídicas, 1,6 p.p., que atingiram, na ordem, 31,9 p.p. – nível mais reduzido da série iniciada em julho de 1994 – e 11,9 p.p., ao final de 2007.

Gráfico 2.15
Spread bancário das operações de crédito com recursos livres



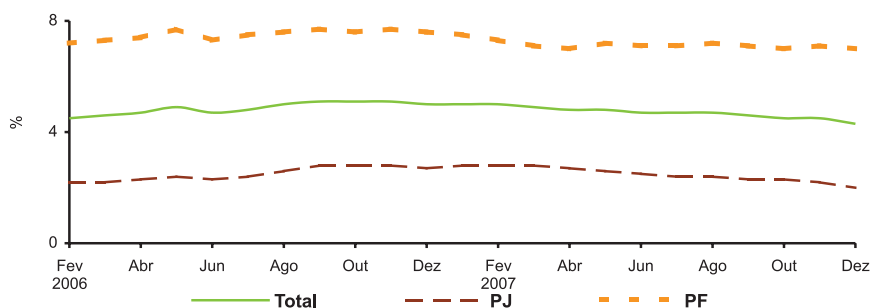
O prazo médio dos empréstimos relacionados à modalidade de crédito referencial, que corresponde à média dos prazos para vencimento do saldo ou parcelas remanescentes das operações em curso, alcançou 350 dias em dezembro de 2007, maior nível da série histórica, ante 296 dias no mesmo mês de 2006. O prazo médio da carteira de pessoas jurídicas cresceu 41 dias, para 275 dias, enquanto o relativo aos financiamentos para pessoas físicas situou-se em 439 dias, com expansão anual de 71 dias no ano. Os níveis alcançados em ambos os segmentos corresponderam aos maiores prazos médios assinalados desde junho de 2000.

A inadimplência da carteira de crédito referencial, considerados atrasos superiores a noventa dias, atingiu 4,3% ao final de 2007, menor valor desde dezembro de 2005, recuando 0,7 p.p. em relação ao período correspondente do ano anterior. Esse movimento

refletiu reduções de 0,7 p.p. na carteira de pessoas jurídicas e de 0,6 p.p. na relativa a pessoas físicas, segmentos nos quais a taxa situou-se, respectivamente, em 2% e 7%.

Gráfico 2.16

Inadimplência das operações de crédito com recursos livres^{1/}



1/ Percentual da carteira com atraso superior a 90 dias.

As operações de crédito com recursos direcionados somaram R\$275,2 bilhões ao final de 2007, registrando expansão anual de 17,5%. Essa evolução refletiu tanto o desempenho das operações dos segmentos rural e habitacional, quanto o crescimento de 15,1% nos financiamentos realizados pelo BNDES, que atingiram R\$160 bilhões ao final do ano, distribuídos de forma equilibrada entre operações diretas e créditos repassados por instituições financeiras.

Quadro 2.5 – Crédito com recursos direcionados

Discriminação	R\$ bilhões			
	2005	2006	2007	Variação % 2007/2006
Total	203,3	234,3	275,2	17,5
BNDES	124,1	139,0	160,0	15,1
Direto	66,3	71,7	77,8	8,5
Repasse	57,8	67,3	82,2	22,1
Rural	45,1	54,4	64,3	18,2
Bancos e agências	43,3	51,9	60,7	16,9
Cooperativas	1,8	2,4	3,6	46,5
Habituação	28,1	34,5	43,6	26,4
Outros	6,0	6,4	7,3	14,3

Os desembolsos do BNDES acumularam R\$64,9 bilhões em 2007. O aumento anual de 26,5% foi impulsionado pelo dinamismo dos investimentos relacionados ao PAC, destinados, principalmente, à área de infra-estrutura. As concessões para os segmentos de comércio e serviços aumentaram 61%, atingindo R\$33,4 bilhões, concentradas nos segmentos transporte terrestre, eletricidade e gás e construção. Os financiamentos para a agropecuária cresceram 46%, enquanto os desembolsos ao setor industrial recuaram 2,5%. As liberações de recursos para as micro, pequenas e médias empresas, que corresponderam a 25% do total dos desembolsos do BNDES em 2007, totalizaram R\$16,1 bilhões, aumentando 45% no período.

As consultas formalizadas no BNDES, que representam desembolsos potenciais para investimentos de médio e longo prazos das empresas, somaram R\$126,8 bilhões em 2007, com expansão de 19,6% em relação ao ano anterior. Esse desempenho esteve associado ao crescimento de 29,3% nas solicitações do segmento de comércio e serviços, que totalizaram R\$67,3 bilhões, estimulado, em grande parte, pela demanda dos setores de construção e de transporte terrestre. As consultas formuladas pela indústria totalizaram R\$54,3 bilhões, elevando-se 9,6% no ano, com destaque para os ramos de produtos alimentícios e coque, petróleo e combustível. As solicitações relativas à atividade agropecuária alcançaram R\$5,2 bilhões, crescendo 17% no período.

Quadro 2.6 – Desembolsos do BNDES

Discriminação	R\$ milhões		
	Jan-dez		Variação
	2006	2007	(%)
Total	51 318,0	64 891,7	26,5
Indústria	27 120,8	26 445,8	-2,5
Química	1 062,0	1 882,8	77,3
Borracha e plástico	472,7	1 124,9	138,0
Celulose e papel	2 315,0	1 808,5	-21,9
Produtos alimentícios	3 385,2	4 504,1	33,1
Metalurgia básica	2 160,8	3 119,8	44,4
Veículo automotor	5 186,2	3 065,2	-40,9
Outros equip. transporte ^{1/}	4 222,7	1 699,6	-59,8
Comércio/Serviços	20 774,6	33 448,1	61,0
Transporte terrestre	7 197,6	11 472,3	59,4
Construção	1 538,7	3 109,0	102,1
Telecomunicações	2 133,7	3 379,2	58,4
Eletricidade e gás	4 789,8	8 056,3	68,2
Agropecuária	3 422,6	4 997,8	46,0

Fonte: BNDES

1/ Inclui indústria automobilística e de aviação.

As provisões constituídas pelo sistema financeiro somaram R\$51,2 bilhões em dezembro de 2007. A expansão anual de 11,7%, compatível com o crescimento de 27,8% da carteira de crédito, resultou de elevações nas provisões tanto das instituições privadas nacionais, 14,2%, e estrangeiras, 22,1%, quanto daquelas efetuadas pelo sistema financeiro público, 4,3%. A relação entre os montantes provisionados e o crédito total atingiu 5,5%, ante 6,2% em dezembro de 2006.

Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional manteve, em 2007, condições adequadas de liquidez, rentabilidade e qualidade de ativos, mesmo no cenário de maior volatilidade nos

mercados financeiros internacionais, observado na segunda metade do ano. Essa sustentabilidade refletiu tanto a manutenção do dinamismo da demanda interna como propulsor do crescimento da economia, quanto a atuação da Autoridade Monetária no aperfeiçoamento da regulamentação prudencial. Adicionalmente, destaca-se a atuação do Banco Central para a melhora da qualidade dos serviços financeiros, favorecendo o aumento da concorrência entre as instituições do sistema financeiro.

As operações de crédito representavam 32,2% do total de ativos do sistema bancário, exclusive intermediação, em dezembro de 2007, mesmo patamar observado no final de 2006. A participação de títulos e valores mobiliários recuou de 27,8% para 24,8%, no período, enquanto a relativa às aplicações interfinanceiras de liquidez e às operações de câmbio aumentou 3,9 p.p., atingindo 20,6%.

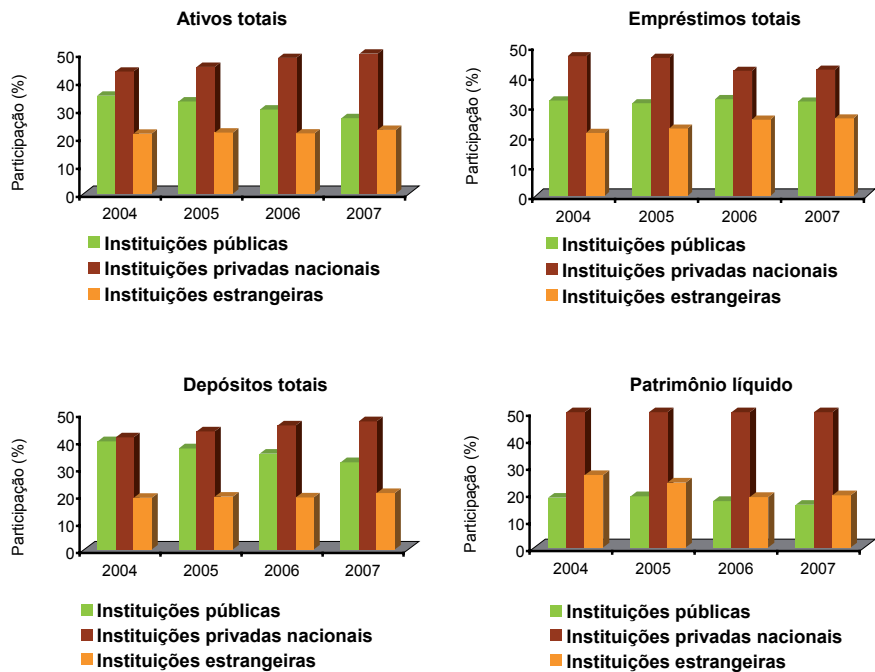
A representatividade dos títulos públicos na carteira de títulos e valores mobiliários, evidenciando o aumento da importância de outros instrumentos financeiros na carteira das instituições, em especial debêntures e ações, recuou de 73,2%, no final de 2006, para 65%, em dezembro de 2007.

Acompanhando o crescimento das operações de crédito e arrendamento mercantil, as receitas provenientes desses ativos seguiram superiores às referentes a aplicações em títulos, representando, em dezembro de 2007, 55,1% do total da intermediação financeira, ante 52,7% em dezembro de 2006. No mesmo período, a representatividade das receitas associadas a títulos e instrumentos derivativos recuou de 41,5% para 39,7%.

Em relação às fontes de financiamento para as atividades de intermediação, assinala-se, a exemplo do observado em 2006, o crescimento da participação de fontes alternativas à captação clássica de depósitos do público, evolução consistente com a trajetória de redução das taxas de juros domésticas. Nesse cenário, enquanto a participação conjunta das operações no mercado de câmbio e das captações interfinanceiras de liquidez (operações compromissadas e depósitos interfinanceiros) no total dos passivos atingiu 41,7% em dezembro de 2007, ante 37,2% no período correspondente do ano anterior, a relativa aos depósitos totais captados do público, que incluem depósitos a vista, a prazo e de poupança, recuou de 33,8% para 29,6%.

O número de cooperativas em funcionamento evoluiu de 1.452 instituições, em dezembro de 2006, para 1.465, ao final de 2007, evolução associada, em parte, à ampliação de 750 mil para 2 milhões de habitantes, segundo o disposto na Resolução nº 3.442, do limite populacional da área de atuação das cooperativas de livre admissão de associados.

A participação dos ativos dos bancos privados nacionais no sistema bancário brasileiro cresceu de 48,5%, em dezembro de 2006, para 50,3%, no mês correspondente de 2007, enquanto a relativa aos bancos estrangeiros passou de 21,5% para 22,8%, e a referente aos bancos públicos recuou de 30% para 27%.

Sistema bancário – Participação por segmentos^{1/}

1/ Apresenta dados somente das instituições bancárias, sem consolidar, portanto, as posições dos conglomerados financeiros.

No contexto da regulamentação prudencial, foram publicadas, pela Autoridade Monetária, as novas regras de requerimento de capital para cobertura dos diversos tipos de riscos inerentes à intermediação financeira, como risco de crédito, de mercado e risco operacional, que entrarão em vigor a partir de julho de 2008, no âmbito da adequação ao Acordo de Basiléia II.

Nesse sentido, a Resolução nº 3.444 redefiniu o Patrimônio de Referência (PR), que se constitui no conceito de capital próprio utilizado como base para a verificação do atendimento dos limites operacionais a que estão submetidas as instituições financeiras. Com intuito de evitar elevação artificial dos níveis de capitalização do sistema, foram efetuadas algumas deduções do PR, como a exclusão dos créditos tributários com expectativa de realização superior a cinco anos e de alguns instrumentos emitidos por outras instituições financeiras. No que se refere à autorização para que um instrumento de captação possa compor o PR, adotou-se a possibilidade de que valores efetivamente integralizados de instrumentos híbridos de capital e dívida integrem o Nível I do PR, que corresponde ao capital de melhor qualidade, desde que satisfaçam algumas condições, dentre as quais a de estarem limitados a 15% do referido nível.

Para a nova forma de apuração do requerimento de capital, a Resolução nº 3.490 definiu o conceito de Patrimônio de Referência Exigido (PRE), que deverá ser comparado com o capital próprio apurado pelo PR para se verificar o atendimento do índice mínimo de capitalização, a partir de julho de 2008. O PRE corresponde ao capital mínimo exigido das instituições para que elas absorvam perdas não esperadas provenientes dos riscos a que estão submetidas. É composto pela soma de seis parcelas, cada uma delas definida para a cobertura de uma modalidade de risco, a saber: risco de crédito, de exposição cambial, de exposição a taxa de juros, risco de variação dos preços das commodities, de variação dos preços das ações e risco operacional.

O crescimento do fluxo de recursos no mercado de câmbio, em especial no primeiro semestre de 2007, influenciou na expansão da posição vendida dos bancos. Com o intuito de controlar a alavancagem com essas posições, a Circular nº 3.352 reduziu, de 60% para 30%, o limite do PR para a exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial. Adicionalmente, a Circular nº 3.353 ampliou, de 50% para 100%, o requerimento de capital incidente sobre a exposição cambial. A partir de agosto, o efeito prudencial dessas medidas e a redução do fluxo de divisas para o país influenciaram a inversão da posição de câmbio dos bancos, que passou de vendida para comprada, assim permanecendo até o final do ano.

O Banco Central decretou, ao longo de 2007, a liquidação extrajudicial de quatro instituições: duas corretoras, uma distribuidora de títulos e valores e uma administradora de consórcio. Ao final do ano, permaneciam em processo de regime especial, 63 instituições, sete a menos do que ao final do anterior.

No que se refere à prestação de serviços bancários ao cidadão, a Resolução nº 3.477 dispôs sobre a instituição de componente organizacional de ouvidoria pelas instituições financeiras. Esse componente tem a atribuição de assegurar a estrita observância das normas relativas aos direitos do consumidor, bem como de atuar como canal de comunicação entre as instituições e seus clientes. Portanto, compete a essa ouvidoria receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado nas agências e em quaisquer outros pontos de atendimento. Os reclamantes deverão ser informados do prazo previsto para a resposta final, que não poderá ultrapassar trinta dias. O serviço de ouvidoria deverá ser disponibilizado gratuitamente, inclusive por meio de serviço de discagem direta gratuita no caso de instituições que têm como clientes pessoas físicas ou jurídicas classificadas como microempresas.

Em dezembro, a Autoridade Monetária publicou um conjunto de normas disciplinando a cobrança de tarifas pelas instituições financeiras. A Resolução nº 3.518 estabeleceu que o Banco Central do Brasil definirá a padronização e a uniformidade das denominações utilizadas nas tabelas tarifárias de serviços prioritários para pessoas físicas, o que facilitará a comparação entre os preços cobrados pelas diversas instituições.

Por intermédio da Resolução nº 3.516, foi vedada a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, e definidos os critérios para cálculo do valor presente para amortização ou liquidação desses contratos. Anteriormente, a ausência de critérios homogêneos aplicados à liquidação antecipada de operação de crédito dificultava ao mutuário trocar de instituição diante de condições mais favoráveis de custo. A medida se insere no âmbito do estímulo à portabilidade do crédito e da promoção da concorrência e do incentivo a ela, assegurando equidade nas relações e diminuição da assimetria de informações entre os agentes.

Adicionalmente, a Resolução nº 3.517 dispôs sobre a divulgação do custo efetivo total (CET) correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas. Ficou estabelecida a metodologia de cálculo do CET e sua obrigatoriedade de divulgação em informes publicitários, juntamente com a taxa anual efetiva de juros cobrada na operação.



Mercado Financeiro e de Capitais

Taxas de juros reais e expectativas de mercado

O processo de flexibilização da política monetária, iniciado em setembro de 2005, manteve-se no decorrer de 2007, expresso em sucessivas reduções da meta da taxa básica de juros até outubro, quando o Copom optou por mantê-la em 11,25% a.a., 2 p.p. abaixo do patamar observado ao final do ano anterior. Considerando as expectativas de mercado para taxas de juros e inflação captadas na pesquisa Relatório de Mercado realizada pelo Banco Central, a taxa de juros real *ex-ante* atingiu 6,5% a.a. ao final de 2007, com decréscimo de 1,4 p.p. ante dezembro de 2006. Esse desempenho refletiu, principalmente, o ajuste das expectativas sobre a evolução da taxa básica de juros, que,

Gráfico 3.1
Taxa over/Selic

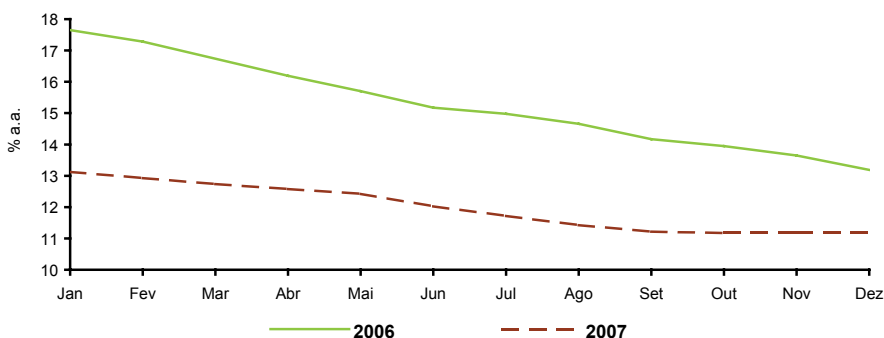
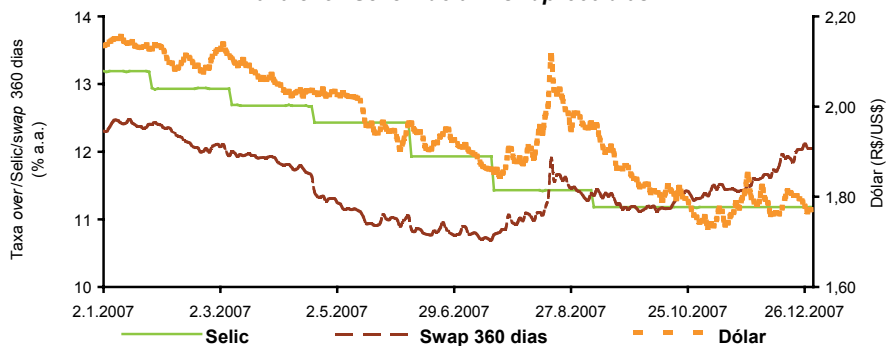


Gráfico 3.2
Taxa over/Selic x dólar x swap 360 dias



associado a um cenário de inflação estável, favoreceu a redução dos prêmios de risco até o final de agosto. Após esse período, em decorrência do aumento das incertezas nos mercados financeiros internacionais e da deterioração no cenário prospectivo de inflação, as expectativas conduziram a taxa real a um patamar relativamente estável.

No mercado de derivativos, os contratos de *swaps* DI x pré de 360 dias acompanharam a trajetória descendente da taxa básica de juros até meados de 2007, revertendo o movimento a partir de julho, tendo em vista o aumento gradual das expectativas de inflação e do grau de incerteza dos investidores em relação aos reflexos do desempenho da economia americana sobre as demais economias. Dessa forma, esses contratos encerraram o ano negociados a 12,05% a.a., com redução de 33 pontos-base em relação a dezembro de 2006.

Gráfico 3.3
Curva de juros – Swap DI x pré

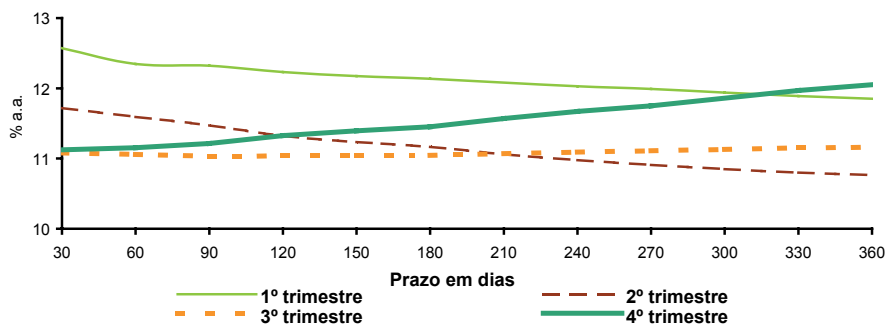
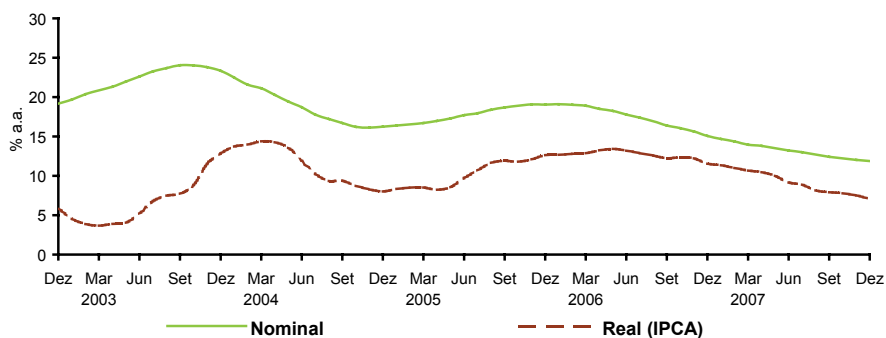


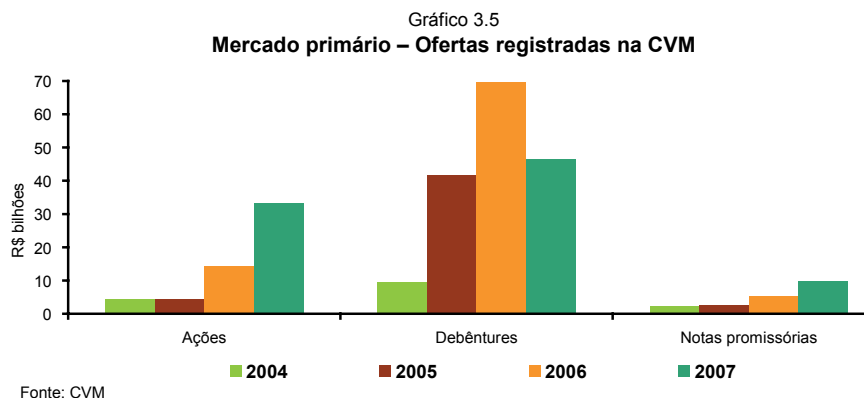
Gráfico 3.4
Taxa over/Selic acumulada em 12 meses



Mercado de capitais

O desempenho do mercado de capitais em 2007 seguiu a tendência positiva observada nos anos anteriores. As emissões de títulos e valores mobiliários registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), considerando ações, debêntures e notas promissórias,

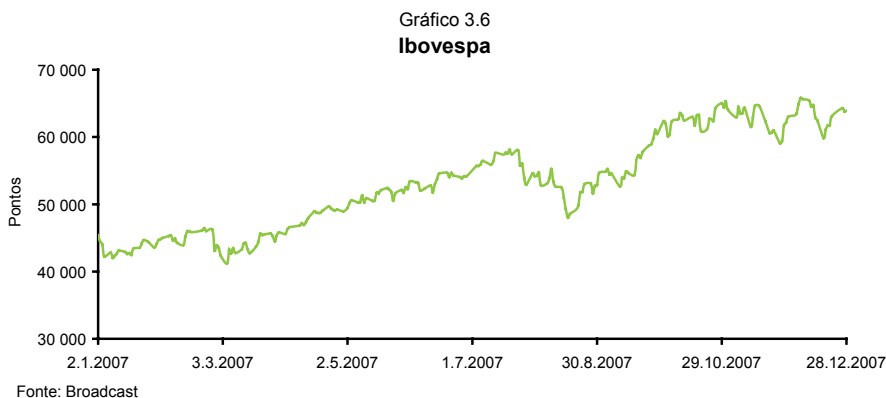
alcançaram R\$89,5 bilhões em 2007, registrando aumento de 0,6% em relação ao ano anterior. Ressaltam-se os crescimentos de 133,5% nos lançamentos de novas ações, que somaram R\$33,2 bilhões, e de 146,2% nas 64 ofertas públicas iniciais registradas em 2007, totalizando R\$28,9 bilhões.



A participação dos investidores estrangeiros nas ofertas públicas, que totalizaram R\$65,5 bilhões em 2007, atingiu 75,4%. A participação relativa desse grupo de investidores no mercado secundário de ações passou de 35,5% do total das operações realizadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), em 2006, para 34,5%, em 2007.

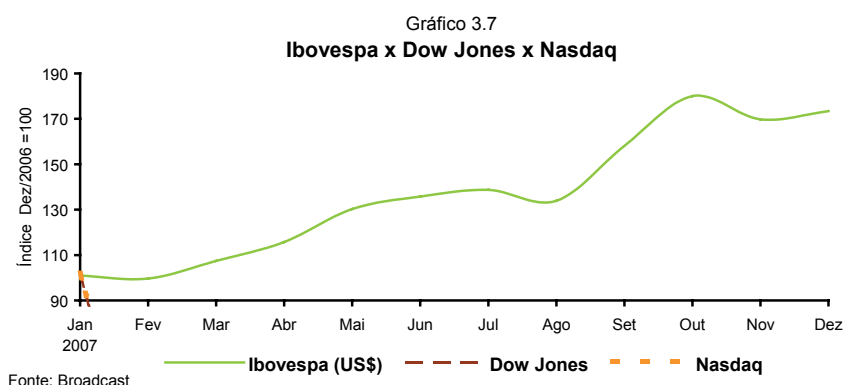
As emissões de cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP) atingiram R\$22,3 bilhões ao final de 2007, elevando-se 366,2% em relação ao ano anterior. O desempenho dessas ofertas demonstra a continuidade no crescimento vigoroso do mercado de *private equity* no Brasil, cuja demanda tem sido sustentada, em boa parte, pelos investidores estrangeiros e institucionais.

A continuidade dos processos de estabilidade econômica e de flexibilização monetária contribuiu para o dinamismo registrado pelo mercado secundário de ações. A rentabilidade nominal do Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) atingiu 43,7% em 2007,



acumulando 467% desde 2003, resultado que incorpora contornos mais relevantes se consideradas as turbulências experimentadas pelos mercados financeiros na segunda metade do ano, em resposta à deterioração do mercado de crédito imobiliário *subprime* nos Estados Unidos da América (EUA). Nesse cenário, após apresentar relativa estabilidade no primeiro semestre de 2007 e mostrar-se mais volátil nos primeiros meses do semestre subsequente, o Ibovespa, traduzindo a percepção dos investidores em relação às condições favoráveis da economia doméstica, encerrou o ano em 63.886 pontos, após ter alcançado o recorde de 65.790 pontos em 6 de dezembro.

A rentabilidade do Ibovespa, expressa em dólares, atingiu 73,4% em 2007, evolução consistente com a apreciação cambial observada no ano, resultado expressivamente superior aos registrados pelos índices Dow Jones, 6,4%, e Nasdaq, 9,8%, fortemente influenciados pelos desdobramentos da crise no mercado *subprime*.



O volume médio diário negociado na Bovespa registrou elevação anual de 100%, atingindo o recorde de R\$4,9 bilhões em 2007, enquanto a capitalização de mercado das empresas listadas na Bovespa elevou-se 60,4% nos doze meses encerrados em dezembro, totalizando o recorde de R\$2,5 trilhões. Em uma perspectiva de mais longo prazo, o volume de negócios e o valor da capitalização aumentaram 749% e 465%, respectivamente, nos últimos cinco anos.

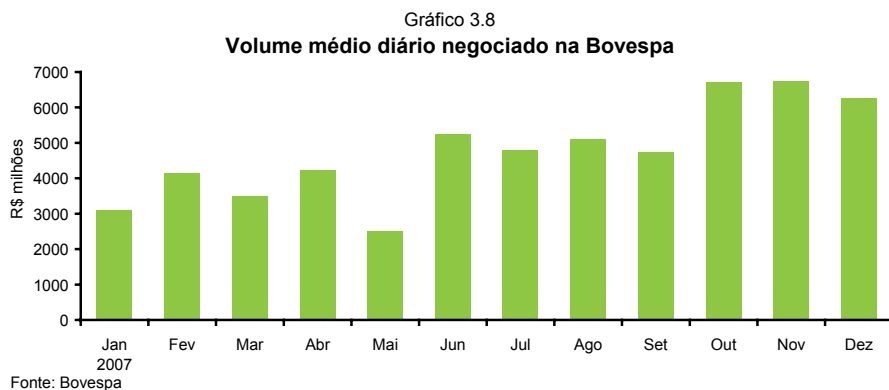
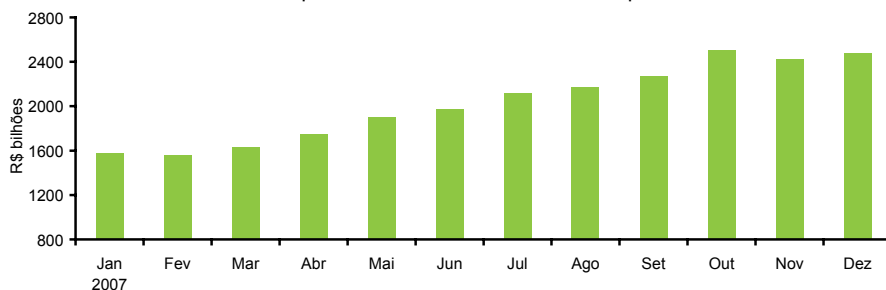


Gráfico 3.9
Valor de mercado
Companhias abertas listadas na Bovespa



Fonte: Bovespa

Aplicações financeiras

O saldo agregado dos fundos de investimento, dos depósitos a prazo e das cadernetas de poupança atingiu R\$1,5 trilhão em dezembro de 2007, elevando-se 19,6% em relação ao período correspondente do ano anterior.

Gráfico 3.10
Aplicações financeiras – Saldos

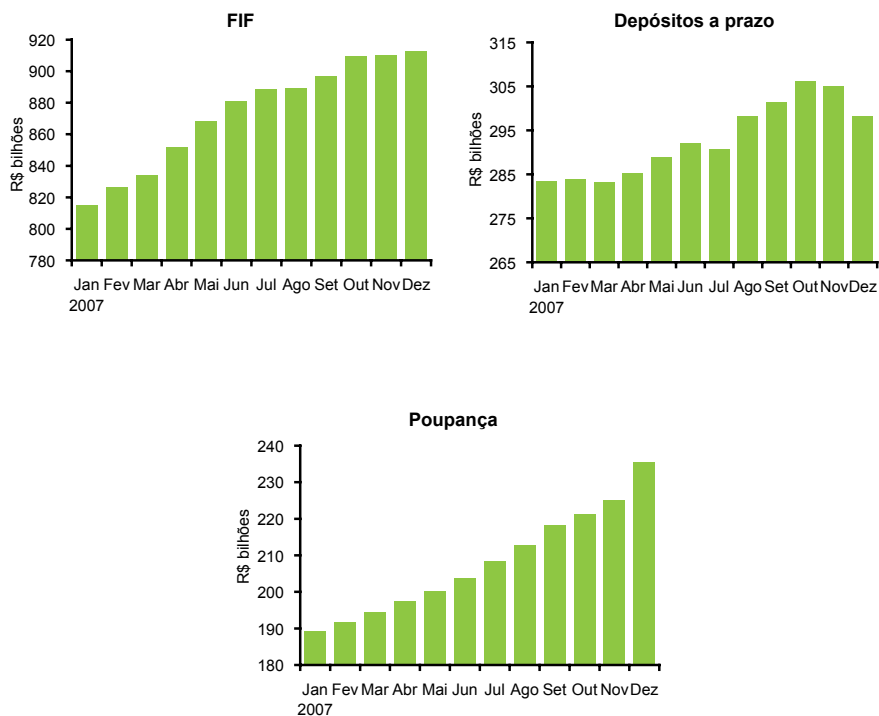
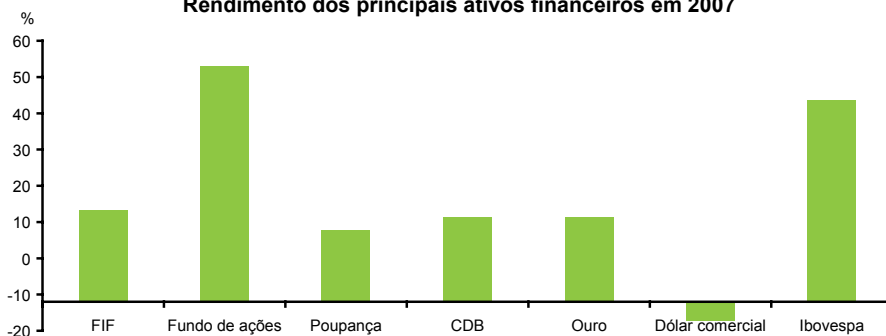


Gráfico 3.11
Rendimento dos principais ativos financeiros em 2007



Fontes: Banco Central do Brasil e Broadcast

O patrimônio líquido consolidado dos fundos de investimento atingiu R\$1,1 trilhão ao final de dezembro, aumentando 22% no ano. O saldo relativo aos fundos de investimentos em renda fixa, multimercado, referenciado, curto prazo e cambial somou R\$912,9 bilhões, enquanto os relativos aos fundos extramercado e aos fundos de investimento em renda variável alcançaram, na ordem, R\$25,9 bilhões e R\$164,1 bilhões, apresentando elevações respectivas de 14,8%, 11,8% e 86,6%.

A carteira consolidada dos fundos de investimento em renda fixa, multimercado, referenciado, curto prazo e cambial era formada, ao final de dezembro, em especial, por títulos públicos, 56,1% do total, seguindo-se as operações compromissadas, 20,8%, e instrumentos privados, 23,1%, ante, na mesma ordem, 60,9%, 17,3% e 21,8%, no mês correspondente de 2006. As incertezas no mercado financeiro internacional exerceram influência acentuada sobre a distribuição, na carteira dos fundos, dos títulos prefixados e pós-fixados emitidos pelo Tesouro Nacional. Nesse sentido, cresceu a participação de NTN-B e de NTN-C, títulos atrelados a índices de preços, em contrapartida à redução da representatividade dos títulos prefixados.

Os fundos em renda fixa, após captarem R\$36,4 bilhões liquidamente no primeiro semestre, passaram a sofrer retiradas nos meses seguintes à última redução da meta da taxa Selic, resultando em captação líquida negativa de R\$6,6 bilhões no ano. Em relação aos fundos de investimento referenciados, dos R\$10,5 bilhões em resgates líquidos observados no ano, R\$9,7 bilhões ocorreram no primeiro semestre, evidenciando a maior demanda por essa modalidade durante os períodos de incertezas crescentes no mercado internacional. Adicionalmente, a expansão do patrimônio líquido dos fundos multimercados, evidenciando captação líquida de R\$40,6 bilhões, repetiu o desempenho favorável de anos recentes.

O patrimônio líquido dos fundos de investimento extramercado, responsáveis pela administração dos recursos de propriedade da administração federal indireta, atingiu R\$25,9 bilhões ao final de 2007, registrando-se, no ano, resgates líquidos de R\$115,1 milhões.

Traduzindo o dinamismo do mercado de capitais, o patrimônio dos fundos de investimento em renda variável cresceu 86,6% em 2007, assinalando-se a ocorrência de depósitos líquidos em todos os meses, perfazendo R\$25,7 bilhões no ano. O patrimônio líquido dos Fundos Mútuos de Privatização (FMP-FGTS) e dos Fundos Mútuos de Privatização – Carteira Livre (FMP-FGTS-CL) aumentaram 64%, para R\$17,7 bilhões, evolução consistente com a valorização das ações da Petrobras e da Vale, enquanto o relativo aos demais fundos de ações totalizou R\$146,4 bilhões, elevando-se 89,9% no ano.

Os saldos das cadernetas de poupança e dos depósitos a prazo somaram R\$235,3 bilhões e R\$298,1 bilhões, respectivamente, ao final de 2007, registrando crescimento anual de 25,2% e 5,7%. Ressalte-se que as cadernetas de poupança registraram depósitos líquidos em todos os meses do ano, totalizando R\$36 bilhões, enquanto os depósitos a prazo sofreram resgates líquidos de R\$873,5 milhões.

Quadro 3.1 – Rendimentos nominais das aplicações financeiras – 2007

Discriminação													2007	Memo: 2006
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
FIF	1,13	0,87	1,19	1,21	1,41	0,89	1,13	0,23	1,47	0,99	0,99	0,93	13,17	15,53
Fundo de ações	0,47	-0,34	2,42	5,07	4,45	2,81	2,66	-1,17	8,59	6,98	-1,55	13,98	53,01	36,14
Poupança	0,72	0,57	0,69	0,63	0,67	0,60	0,65	0,65	0,54	0,61	0,56	0,56	7,70	8,33
CDB	1,03	0,85	1,01	0,90	0,99	0,84	0,90	0,95	0,76	0,90	0,82	0,82	11,31	14,64
Ouro	3,22	1,34	-1,54	3,91	-5,48	-3,41	-2,59	2,42	3,77	7,95	5,89	-3,78	11,26	12,69
Dólar comercial	-0,62	-0,70	-2,82	-0,80	-5,16	-0,14	-2,52	4,50	-6,27	-5,16	2,28	-0,70	-17,15	-8,66
Ibovespa	0,38	-1,68	4,36	6,88	6,77	4,06	-0,39	0,84	10,67	8,02	-3,54	1,40	43,65	32,93

Fontes: Banco Central do Brasil, CVM, Bovespa e BM&F

Visando a adequar a rentabilidade da caderneta de poupança à proporcionada pelas outras modalidades de aplicações financeiras em renda fixa, o CMN, mediante a Resolução nº 3.446, de 5 de março de 2007, alterou o artigo 5º, parágrafo 1º, da Resolução nº 3.354 que trata da metodologia de cálculo da Taxa Referencial (TR). Adicionalmente, de acordo com o artigo 5º, parágrafo 2º, da Resolução nº 3.354, que autoriza o Banco Central a determinar o valor do parâmetro “b” no caso de a Taxa Básica Financeira (TBF) ser inferior a 11% ao ano, a Circular nº 3.356, de 11 de julho de 2007, estabeleceu os seguintes gradientes do parâmetro “b”, conforme o valor da TBF: 0,32 para TBF menor que 11 e maior ou igual a 10,5; 0,31 para TBF menor que 10,5 e maior ou igual a 10; 0,26 para TBF menor que 10 e maior ou igual a 9,5; e 0,23 para TBF menor que 9,5 e maior ou igual a 9.



Finanças Públicas

Políticas orçamentária, fiscal e tributária

O governo federal divulgou, em 22 de janeiro de 2007, conjunto de medidas institucionais denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC constitui um plano estratégico que tem por objetivo, no prazo de quatro anos, recuperar a infra-estrutura e aumentar o ritmo de expansão da economia. Das 27 medidas institucionais que integram o PAC, 18 foram aprovadas pelo Congresso Nacional no exercício de 2007, permanecendo em tramitação nove projetos de lei que dispõem sobre a política de longo prazo para o salário mínimo; a melhoria da gestão previdenciária; os limites de despesa com pessoal e encargos sociais da União; o regime de previdência complementar dos servidores públicos federais; alterações na lei das licitações; a lei do gás; as agências reguladoras; o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; e a divisão de competências em matéria ambiental.

As principais ações do PAC podem ser sintetizadas nas seguintes categorias:

- a) investimentos em infra-estrutura: aumento dos recursos destinados aos investimentos amparados pelo Projeto Piloto de Investimento (PPI), em 2007; previsão de investimentos em infra-estrutura logística, energética e social, no total de R\$504 bilhões no período de 2007-2010;
- b) estímulo ao crédito e ao financiamento: concessão de crédito à Caixa Econômica Federal para aplicação em saneamento e habitação; ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação; criação do Fundo de Investimento em Infra-estrutura com recursos do FGTS; e elevação da liquidez do Fundo de Arrendamento Residencial;
- c) melhora do ambiente de investimento: abertura do mercado de resseguros (Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007); aprovação do marco regulatório para o setor de saneamento (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007); e recriação da Sudene e da Sudam (Leis Complementares nº 124 e nº 125, de 3 de janeiro de 2007);
- d) desoneração e aperfeiçoamento do Sistema Tributário: isenção de tributos para o Programa de Incentivos ao Setor da TV Digital e o Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores; recuperação acelerada dos créditos do Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

(Cofins) referentes a investimentos em edificações; suspensão do PIS/Cofins em novos projetos de infra-estrutura; desoneração da compra de perfis de aço; aumento do prazo de recolhimento da contribuição previdenciária; e criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

- e) medidas fiscais de longo prazo: controle das despesas de pessoal; valorização do salário mínimo; aperfeiçoamento na gestão da Previdência Social; extinção de empresas estatais federais em processo de liquidação; e instituição do fundo de previdência complementar do servidor público federal.

O Comitê Gestor do PAC, instituído em 22 de janeiro de 2007 por meio do Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, é incumbido de divulgar, a cada quatro meses, o andamento das ações amparadas pelo programa. Em dezembro de 2007, das 2.126 ações monitoradas pelo Comitê, 62% se referiam a obras em execução e 38% a obras em fase de projeto, licenciamento ou licitação.

O Governo Federal destinou, em 2007, R\$16,5 bilhões do Orçamento Geral da União para investimentos no âmbito do PAC. Deste total, R\$16 bilhões foram empenhados, ou seja, comprometidos com ações até 31 de dezembro. Os pagamentos realizados durante o exercício somaram R\$7,3 bilhões, dos quais R\$4,5 bilhões relativos a gastos do exercício e R\$2,8 bilhões a despesas de anos anteriores, representando 70% da dotação dos restos a pagar.

O Congresso Nacional promulgou, em 20 de setembro de 2007, a Emenda Constitucional nº 55, elevando em 1 p.p., para 23,5%, a parcela de recursos da União destinada ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ressalte-se que os repasses adicionais decorrentes desta medida, estimados em R\$2 bilhões anuais, serão realizados em parcela única, no primeiro decêndio de dezembro de cada ano.

A Emenda Constitucional nº 56, de 20 de dezembro de 2007, prorrogou, de 31 de dezembro de 2007 até 31 de dezembro de 2011, a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo que, ao reduzir a rigidez orçamentária e financeira, possibilita o redirecionamento de parcela das receitas do Orçamento da União. Estima-se que a DRU permitirá, em 2008, que cerca de R\$48 bilhões das receitas vinculadas sejam convertidas em recursos ordinários, isto é, recursos com livre programação.

Outras medidas de política econômica

Mediante a aprovação da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, foi autorizada a unificação da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária, originando a RFB. A estrutura do novo órgão da administração direta, subordinado ao Ministério da Fazenda, deverá favorecer a eficácia da administração tributária

federal, a simplificação dos processos de arrecadação e fiscalização e o combate mais efetivo à sonegação fiscal.

Necessidades de financiamento do setor público

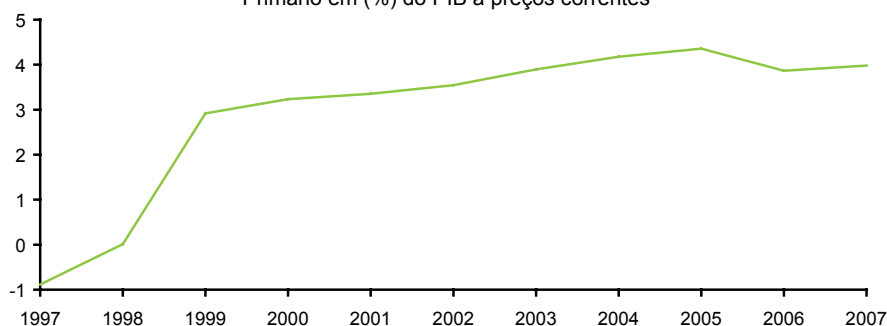
O setor público não financeiro registrou superávit primário de R\$101,6 bilhões em 2007, correspondente a 3,98% do PIB, registrando acréscimo de 0,12 p.p. do PIB em relação ao resultado verificado em 2006. O Governo Central registrou superávit de R\$59,4 bilhões, 2,33% do PIB; seguindo-se os governos regionais, R\$29,9 bilhões, 1,76% do PIB; e as empresas estatais, R\$12,2 bilhões, 0,48% do PIB.

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	2004		2005	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	47 144	2,4	63 641	3,0
Governo Central ^{2/}	27 033	1,4	73 284	3,4
Governos estaduais	27 497	1,4	4 755	0,2
Governos municipais	6 485	0,3	661	0,0
Empresas estatais	-13 872	-0,7	-15 060	-0,7
Primário	-81 112	-4,2	-93 505	-4,4
Governo Central ^{2/}	-52 385	-2,7	-55 741	-2,6
Governos estaduais	-16 060	-0,8	-17 194	-0,8
Governos municipais	-1 422	-0,1	-4 129	-0,2
Empresas estatais	-11 245	-0,6	-16 440	-0,8
Juros nominais	128 256	6,6	157 146	7,3
Governo Central ^{2/}	79 419	4,1	129 025	6,0
Governos estaduais	43 558	2,2	21 949	1,0
Governos municipais	7 906	0,4	4 790	0,2
Empresas estatais	-2 626	-0,1	1 381	0,1

(continua)

Gráfico 4.1
Necessidades de financiamento do setor público
Primário em (%) do PIB a preços correntes



As receitas do Governo Central, evidenciando o desempenho favorável das receitas do TN, que aumentaram 14% em relação a 2006, elevaram-se 0,95 p.p. do PIB em 2007, totalizando R\$618,9 bilhões. O desempenho favorável observado no período refletiu, em grande parte, o crescimento das arrecadações do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), 25,1%, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), 23%, evolução consistente com o ambiente de elevada lucratividade em diversos setores da atividade econômica e de aumento no número de processos de abertura de capital em bolsa de valores. Constituíram-se, igualmente, em determinantes relevantes para o crescimento dessas receitas, o aumento na arrecadação da Cofins, do PIS/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a elevação de 31,8% no valor em dólar das importações tributadas, e o acréscimo de R\$5,1 bilhões na arrecadação do Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas (IRPF).

Quadro 4.1 – Necessidades de financiamento do setor público (continuação)

Discriminação	2006		2007	
	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}	R\$ milhões	% do PIB ^{1/}
Nominal	69 883	3,0	57 926	2,3
Governo Central ^{2/}	74 475	3,2	59 607	2,3
Governos estaduais	13 740	0,6	10 335	0,4
Governos municipais	2 867	0,1	2 369	0,1
Empresas estatais	-21 199	-0,9	-14 385	-0,6
Primário	-90 144	-3,9	-101 606	-4,0
Governo Central ^{2/}	-51 352	-2,2	-59 439	-2,3
Governos estaduais	-16 370	-0,7	-25 998	-1,0
Governos municipais	-3 345	-0,1	-3 936	-0,2
Empresas estatais	-19 077	-0,8	-12 234	-0,5
Juros nominais	160 027	6,9	159 532	6,3
Governo Central ^{2/}	125 827	5,4	119 046	4,7
Governos estaduais	30 110	1,3	36 333	1,4
Governos municipais	6 212	0,3	6 305	0,2
Empresas estatais	-2 121	-0,1	-2 152	-0,1

1/ Preços correntes.

2/ Governo federal, Banco Central e INSS.

As despesas do Governo Central totalizaram R\$561 bilhões, com crescimento de 13,4% em 2007, representando 22% do PIB, ante 21,2% no ano anterior. Desse total, R\$373,6 bilhões corresponderam a despesas do TN; R\$185,3 bilhões, aos encargos da Previdência Social; e R\$2 bilhões, às despesas primárias de responsabilidade do Banco Central.

Os dispêndios com pessoal e encargos sociais—funcionários ativos, inativos e pensionistas—atingiram R\$116,4 bilhões em 2007, 4,56% do PIB, ante R\$105,5 bilhões, 4,52% do PIB, em 2006, evolução associada tanto ao crescimento vegetativo da folha salarial

quanto ao aumento de gastos inerente à reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares. Ressalte-se, no período, a redução de 14% no total de precatórios judiciais pagos aos servidores.

Quadro 4.2 – Resultado primário do Governo Central

R\$ milhões					
Discriminação	2005	2006	2007	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receita total	488 376	543 505	618 872	11,3	13,9
Tesouro Nacional	378 550	418 412	477 140	10,5	14,0
Previdência Social	108 433	123 522	140 412	13,9	13,7
Banco Central	1 393	1 571	1 320	12,8	-16,0
Despesa total	435 561	494 616	561 046	13,6	13,4
Tesouro Nacional	287 844	327 289	373 791	13,7	14,2
Transferências a estados e municípios	83 938	92 779	105 604	10,5	13,8
Pessoal e encargos sociais	92 231	105 497	116 373	14,4	10,3
Outras despesas correntes e de capital	111 121	128 315	151 293	15,5	17,9
Fundo de Amparo ao Trabalhador	11 900	15 299	18 472	28,6	20,7
Subsídios e subvenções econômicas	10 333	9 581	10 021	-7,3	4,6
Loas/RMV	9 253	11 639	14 192	25,8	21,9
Investimentos	-	17 481	22 109	-	26,5
Outras despesas de custeio	79 635	74 316	86 499	-6,7	16,4
Transferências do Tesouro ao Banco Central	554	697	521	25,8	-25,3
Previdência Social	146 010	165 586	185 291	13,4	11,9
Banco Central	1 707	1 741	1 964	2,0	12,8
Resultado do Governo Central ^{1/}	52 815	48 889	57 826	-7,4	18,3
Tesouro Nacional	90 706	91 123	103 349	0,5	13,4
Previdência Social	-37 577	-42 064	-44 879	11,9	6,7
Banco Central	- 314	- 170	- 644	-45,9	278,8
Resultado primário/PIB – %	2,5	2,1	2,3	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

1/ (+) = superávit; (-) = déficit.

Os gastos de custeio e capital atingiram R\$151,3 bilhões, em 2007, elevando sua participação no PIB de 5,5%, em 2006, para 5,93%. Esse desempenho refletiu elevações tanto nos gastos com investimentos, R\$4,6 bilhões, quanto naqueles amparados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), R\$3,2 bilhões, e pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas/RMV), R\$2,6 bilhões, ambos evidenciando o crescimento real do salário mínimo.

Os gastos consignados na rubrica outras despesas de custeio e capital passaram de R\$91,8 bilhões, em 2006, para R\$108,6 bilhões, em 2007, evolução consistente com os aumentos nos gastos com o PPI, 86,2%, e com as despesas discricionárias, que

incluem outros gastos com investimentos, 13,9%. Assinale-se que as despesas totais de investimento cresceram 26,5%, em 2007, e que o aumento das despesas discricionárias do Ministério da Saúde atingiu R\$2 bilhões, maior crescimento registrado no período.

Assinale-se que os principais fatores responsáveis pelo crescimento do resultado primário dos governos regionais, em 2007, constituíram-se nas elevações da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), 9,1%, e do volume das transferências constitucionais, 13,8%, principais fontes de receitas desse segmento. Ressalte-se que as transferências constitucionais passaram de R\$92,8 bilhões, em 2006, para R\$105,6 bilhões, em 2007, refletindo a elevação nos tributos partilhados com os entes da federação (Imposto de Renda e IPI).

Os juros nominais, apropriados pelo critério de competência, totalizaram R\$159,5 bilhões em 2007, correspondendo a 6,25% do PIB, ante 6,86% do PIB em 2006, redução associada à trajetória declinante da taxa Selic durante o ano. Ressalte-se que o efeito da redução de 3,2 p.p. na taxa Selic acumulada no ano, em relação a 2006, foi contrabalançado, em parte, pelo crescimento da participação dos títulos pré-fixados na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), movimento que, se por um lado reduz a volatilidade e o custo de longo prazo da DLSP, proporciona redução menos intensa da incorporação dos juros em períodos de redução da taxa básica, tendo em vista que carregam, até o vencimento, as taxas praticadas no momento de sua emissão.

Quadro 4.3 – Usos e fontes – Setor público consolidado

Discriminação	2006		2007	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Usos	69 883	3,0	57 926	2,3
Primário	- 90 144	- 3,9	- 101 606	- 4,0
Juros internos	152 116	6,5	160 516	6,3
Juros reais	117 290	5,0	71 381	2,8
Atualização monetária	34 825	1,5	89 135	3,5
Juros externos	7 911	0,3	- 984	0,0
Fontes	69 883	3,0	57 926	2,3
Financiamento interno	183 364	7,9	266 564	10,4
Dívida mobiliária	155 060	6,6	239 424	9,4
Dívida bancária	7 365	0,3	- 2 169	- 0,1
Renegociações	-	-	-	-
Estados	-	-	-	-
Municípios	-	-	-	-
Estatais	-	-	-	-
Demais	20 940	0,9	29 309	1,1
Relacionamento TN/Bacen	-	-	-	-
Financiamento externo	- 113 482	- 4,9	- 208 638	- 8,2
PIB em 12 meses ^{1/}	2 332 936		2 552 510	

1/ PIB a preços correntes.

As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal, que compreendem o superávit primário e os juros nominais apropriados, registraram déficit de R\$57,9 bilhões no ano, equivalente a 2,27% do PIB, a menor relação desde o início da série, em 1991. O Governo Central e os governos regionais apresentaram redução em suas necessidades de financiamento, relativamente ao ano anterior, de 0,85 p.p. e 0,21 p.p. do PIB, respectivamente, enquanto as empresas estatais, tradicionalmente superavitárias, registraram redução de 0,35 p.p. no superávit. O resultado total foi financiado, em especial, pela expansão da dívida mobiliária, enquanto o financiamento externo manteve-se na trajetória decrescente iniciada em 2003.

Dívida mobiliária federal

A dívida mobiliária federal fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, atingiu R\$1.224,9 bilhões, 45,5% do PIB, ao final de 2007, ante R\$1.093,5 bilhões, 45,8% do PIB, ao final do ano anterior. A redução de 0,3 p.p. do PIB refletiu resgates líquidos de R\$11,4 bilhões, incorporação de juros de R\$145,2 bilhões e redução de R\$2,4 bilhões decorrente da apreciação cambial de 17,2% incidente sobre os papéis vinculados ao dólar.

Quadro 4.4 – Títulos públicos federais – Posição de carteira

Saldos em R\$ milhões

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Responsabilidade do TN	978 104	1 099 535	1 252 510	1 390 694	1 583 871
Carteira do Banco Central	276 905	302 855	279 663	297 198	359 001
LTN	101 376	126 184	119 323	164 989	158 748
LFT	99 646	117 405	120 270	72 737	78 955
NTN	74 026	57 275	36 823	59 472	121 298
Créditos securitizados	1 857	1 990	3 247	0	0
Fora do Banco Central	701 199	796 680	972 847	1 093 495	1 224 871
LTN	91 055	159 960	263 436	346 984	325 149
LFT	443 180	457 757	504 653	412 034	409 024
BTN	74	62	48	39	27
NTN	126 721	133 700	167 379	296 598	451 132
CTN/CFT-A/CFT-B/CFT-C/CFT-D/CFT-E	18 236	17 343	15 799	14 532	13 903
Créditos securitizados	15 001	21 103	16 555	17 793	20 777
Dívida agrícola	4 879	4 345	1 529	1 302	0
TDA	2 052	2 411	3 448	4 213	4 859
CDP	1	0	0	0	0
Responsabilidade do Banco Central	30 659	13 584	6 815	0	0
LBC	-	-	-	-	-
BBC/BBCA	-	-	-	-	-
NBCE	30 659	13 584	6 815	0	0
NBCF	-	-	-	-	-
NBCA	-	-	-	-	-
Total fora do Banco Central	731 858	810 264	979 662	1 093 495	1 224 871
Em % do PIB	42,0	39,8	45,4	45,8	45,5

Os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizaram R\$1.583,9 bilhões em dezembro de 2007, dos quais R\$359 bilhões encontravam-se em poder do Banco Central e R\$1.224,9 bilhões em poder do mercado.

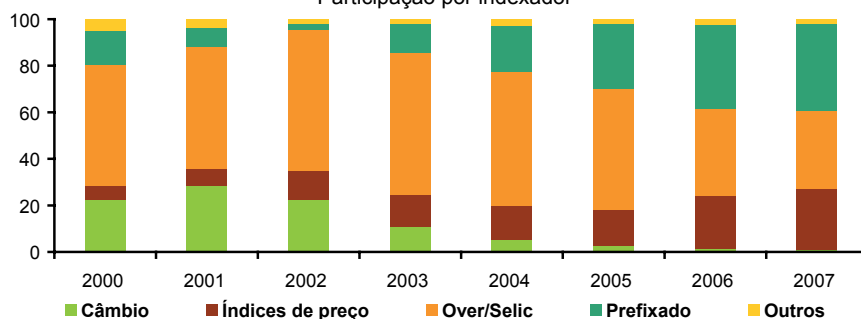
Relativamente à distribuição dos títulos por indexador, a participação dos títulos prefixados, evidenciando as emissões líquidas de NTN-F, elevou-se de 36,1% do total, em dezembro de 2006, para 37,3%, em dezembro de 2007. A participação dos títulos indexados à taxa Selic passou de 37,8% para 33,4%, em linha com os resgates líquidos de LFT. A parcela dos títulos vinculados à taxa de câmbio recuou de 1,3% para 0,9%, em razão da continuidade dos resgates de Notas do Tesouro Nacional – Série D (NTN-D) e da apreciação do real em relação ao dólar, enquanto a relativa aos títulos indexados à TR passou de 2,2% para 2,1%. A participação dos títulos atrelados a índices de preços, refletindo emissões líquidas de NTN-B, cresceu 3,7 p.p. no ano, situando-se em 26,3%.

Quadro 4.5 – Títulos públicos federais

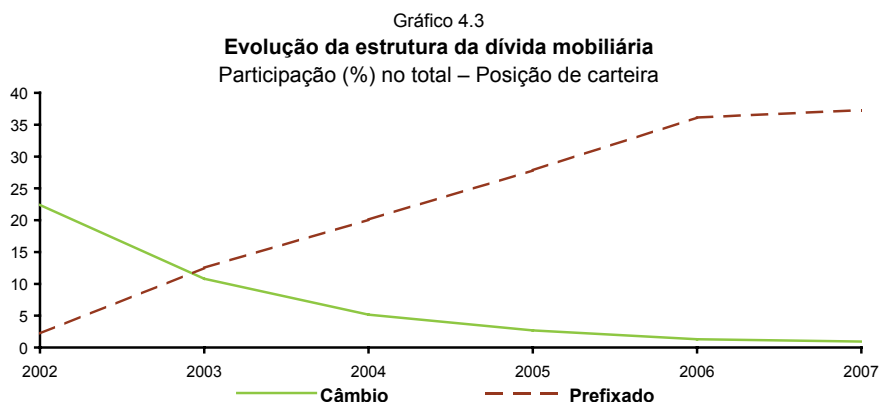
Participação percentual por indexador – Posição de carteira

Índice de correção	2003	2004	2005	2006	2007
Total – R\$ milhões	731 858	810 264	979 662	1 093 495	1 224 871
Câmbio	10,8	5,2	2,7	1,3	0,9
TR	1,8	2,7	2,1	2,2	2,1
IGP-M	8,7	9,9	7,5	6,0	4,6
Over/Selic	61,4	57,1	51,8	37,8	33,4
Prefixado	12,5	20,1	27,9	36,1	37,3
TJLP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IGP-DI	2,4	1,8	1,1	0,9	0,7
INPC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IPCA	2,4	3,1	6,9	15,6	21,0
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Gráfico 4.2
Títulos públicos federais
Participação por indexador



Ao final de dezembro, o cronograma de amortização da dívida mobiliária em mercado, exceto operações de financiamento, registrava a seguinte distribuição: R\$333,8 bilhões, 27,2% do total, com vencimento em 2008; R\$247,5 bilhões, 20,2% do total, com vencimento em 2009; e R\$643,7 bilhões, 52,6% do total, vencendo a partir de janeiro de 2010.



Em 2007, as operações de *swap* do Banco Central continuaram expandindo a exposição no sentido reverso, ao atingir, em dezembro, -R\$39,6 bilhões, ante -R\$26,2 bilhões ao final de 2006. Considerado o critério de caixa, o resultado acumulado dessas operações, em 2007, equivalente à diferença entre a rentabilidade do Depósito Interfinanceiro (DI) e a variação cambial mais cupom, foi desfavorável ao Banco Central em R\$8,8 bilhões.

Dívida Líquida do Setor Público

A condução da política fiscal segue objetivando a redução consistente da razão entre o endividamento público e o PIB. Nesse ambiente, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) expressa como proporção do PIB recuou 1.94 p.p. em 2007, em relação ao ano anterior, mantendo-se na trajetória declinante observada nos últimos anos, ao atingir o menor percentual, 42,7%, desde 1998.

A composição da DLSP apresentou alteração significativa em 2007, expressa na ampliação da parcela credora vinculada ao câmbio. Nesse sentido, o saldo credor na participação cambial da DLSP, registrado desde meados de 2006, foi ampliado, em 2007, como desdobramento do aumento das reservas internacionais observado ao longo do ano. Adicionalmente, tem-se expandido a participação de títulos pré-fixados e vinculados a índices de preços no total da DLSP, configurando um cenário que assegura maior liberdade em sua administração, em caso de turbulências nos ambientes interno e externo. Ressalte-se, ainda, em relação à dívida mobiliária federal, principal componente da DLSP, o aumento do prazo médio dos títulos emitidos, em linha com as diretrizes de gerenciamento fixadas pelo Governo Federal em seus planos de financiamento da dívida.

Quadro 4.6 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2004		2005	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	956 996	47,0	1 002 485	46,5
Dívida líquida – Var. ac. ano	43 851	-5,5	45 488	-0,5
Fatores condicionantes (fluxos ac. ano): ^{1/}	43 851	2,0	45 488	2,1
Necessidade de financiamento do setor público	47 144	2,2	63 641	2,9
Primário	- 81 112	-3,8	- 93 505	-4,3
Juros nominais	128 256	5,9	157 146	7,3
Ajuste cambial ^{2/}	- 16 193	-0,8	- 18 202	-0,8
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	- 3 335	-0,2	- 4 554	-0,2
Dívida externa	- 12 858	-0,6	- 13 648	-0,6
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	7 137	0,3	- 2 258	-0,1
Reconhecimento de dívidas	6 516	0,3	3 262	0,2
Privatizações	- 753	0,0	- 954	0,0
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		-7,5		-2,6
PIB em R\$ milhões ^{5/}	2 036 727		2 157 439	

(continua)

Quadro 4.6 – Evolução da Dívida Líquida do Setor Público (continuação)

Discriminação	2006		2007	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida total – Saldo	1 067 363	44,7	1 150 357	42,8
Dívida líquida – Var. ac. ano	64 879	-1,8	82 994	-1,9
Fatores condicionantes (fluxos ac. ano) ^{1/}	64 879	2,7	82 994	3,1
Necessidade de financiamento do setor público	69 883	2,9	57 926	2,2
Primário	- 90 144	-3,8	- 101 606	-3,8
Juros nominais	160 027	6,7	159 532	5,9
Ajuste cambial ^{2/}	- 4 881	-0,2	29 268	1,1
Dívida mobiliária interna indexada ao câmbio	- 2 222	-0,1	- 2 432	-0,1
Dívida externa	- 2 659	-0,1	31 701	1,2
Dívida externa – Outros ajustes ^{3/}	2 302	0,1	- 2 305	-0,1
Reconhecimento de dívidas	- 375	0,0	- 630	0,0
Privatizações	- 2 049	-0,1	- 1 265	0,0
Efeito crescimento PIB – Dívida ^{4/}		-4,5		-5,0
PIB em R\$ milhões ^{5/}	2 386 999		2 689 259	

1/ Os fatores condicionantes da dívida líquida como percentual do PIB consideram o total dos fatores dividido pelo PIB acumulado nos últimos doze meses valorizado, segundo a fórmula:

$\text{Fatores Condicionantes} / (\text{PIB} \times 12 \text{ Meses Valorizado}) \times 100$. Não reflete a variação da dívida em percentagem do PIB.

2/ Considera a soma dos efeitos mensais até o mês de referência.

3/ Inclui ajuste de paridade da cesta de moedas que integram as reservas internacionais e a dívida externa e demais ajustes da área externa.

4/ Considera a variação da relação dívida/PIB devida ao crescimento verificado no PIB, calculada pela fórmula: $\text{Dt-1} / (\text{PIBMesAtual} / \text{PIBMesBase}) - \text{Dt-1}$.

5/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

A dívida bruta do Governo Geral (governo federal, Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS e governos regionais) alcançou R\$1.542,9 bilhões, 57,4% do PIB, em dezembro de 2007, ante R\$1.336,6 bilhões, 56% do PIB, em 2006.

Quadro 4.7 – Dívida Líquida do Setor Público

Discriminação	2006		2007	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida fiscal líquida (G=E-F)	833 230	34,9	891 155	33,1
Ajuste metodológico s/dívida interna (F)	119 249	5,0	116 817	4,3
Dívida fiscal líquida com câmbio (E=A-B-C-D)	952 479	39,9	1 007 972	37,5
Ajuste metodológico s/dívida externa (D)	79 723	3,3	109 119	4,1
Ajuste patrimonial (C)	102 646	4,3	102 016	3,8
Ajuste de privatização (B)	- 67 485	-2,8	- 68 750	-2,6
Dívida líquida total (A)	1 067 363	44,7	1 150 357	42,8
Governo federal	727 319	30,5	808 095	30,0
Banco Central do Brasil	8 481	0,4	8 585	0,3
Governos estaduais	316 864	13,3	324 107	12,1
Governos municipais	47 073	2,0	49 216	1,8
Empresas estatais	- 32 373	-1,4	- 39 647	-1,5
Dívida interna líquida	1 130 902	47,4	1 393 139	51,8
Governo federal	591 211	24,8	703 662	26,2
Banco Central do Brasil	191 592	8,0	327 801	12,2
Governos estaduais	304 318	12,7	313 467	11,7
Governos municipais	45 139	1,9	47 525	1,8
Empresas estatais	- 1 359	-0,1	684	0,0
Dívida externa líquida	- 63 538	-2,7	- 242 782	-9,0
Governo federal	136 108	5,7	104 433	3,9
Banco Central do Brasil	- 183 111	-7,7	- 319 216	-11,9
Governos estaduais	12 545	0,5	10 641	0,4
Governos municipais	1 934	0,1	1 691	0,1
Empresas estatais	- 31 015	-1,3	- 40 330	-1,5
PIB em R\$ milhões ^{1/}	2 386 999		2 689 259	

1/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

Quadro 4.8 – Dívida líquida e bruta do Governo Geral^{1/}

Discriminação	2006		2007	
	R\$ milhões	% do PIB	R\$ milhões	% do PIB
Dívida líquida do setor público consolidado	1 067 363	44,7	1 150 357	42,8
Dívida líquida do Governo Geral	1 091 255	45,7	1 181 418	43,9
Dívida bruta do Governo Geral	1 336 645	56,0	1 542 852	57,4
Dívida interna	1 186 058	49,7	1 426 087	53,0
Dívida externa	150 587	6,3	116 764	4,3
Governo federal	136 108	5,7	104 433	3,9
Governos estaduais	12 545	0,5	10 641	0,4
Governos municipais	1 934	0,1	1 691	0,1
Créditos do Governo Geral	- 465 221	- 19,5	- 533 018	- 19,8
Créditos internos	- 465 221	- 19,5	- 533 018	- 19,8
Disponibilidades do Governo Geral	- 247 406	- 10,4	- 305 568	- 11,4
Aplic. da Previdência Social	- 231	0,0	- 284	0,0
Arrecadação a recolher	- 1 204	- 0,1	- 1 011	0,0
Depósitos a vista (inclui ag. descentral.)	- 5 528	- 0,2	- 7 072	- 0,3
Disponibilidades do governo federal no Bacen	- 226 047	- 9,5	- 275 843	- 10,3
Aplicações na rede bancária (estadual)	- 14 396	- 0,6	- 21 358	- 0,8
Aplicações de fundos e programas financeiros	- 60 247	- 2,5	- 61 436	- 2,3
Créditos junto às estatais	- 20 041	- 0,8	- 18 805	- 0,7
Demais créditos do governo federal	- 14 877	- 0,6	- 18 793	- 0,7
Recursos do FAT na rede bancária	- 122 650	- 5,1	- 128 417	- 4,8
Créditos externos	0	0,0	0	0,0
Governo federal	0	0,0	0	0,0
Governos estaduais	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-
Dívida líquida do Banco Central	8 481	0,4	8 585	0,3
Dívida líquida das empresas estatais	- 32 373	- 1,4	- 39 647	- 1,5
PIB em R\$ milhões ^{2/}	2 386 999		2 689 259	

1/ Inclui as dívidas do governo federal e dos governos estaduais e municipais com os demais agentes econômicos, inclusive as dívidas com o Bacen.

2/ PIB anual a preços de dezembro ajustado pelo deflator IGP-DI centrado (média geométrica das variações do IGP-DI no mês e no mês seguinte).

Arrecadação de impostos e contribuições federais

A arrecadação relativa a impostos e contribuições federais, excluídas as contribuições previdenciárias a cargo do INSS, totalizou R\$448,9 bilhões em 2007, ante R\$390,3 bilhões no ano anterior. O aumento real de 11% registrado no ano, considerado o IPCA como deflator, traduziu tanto o maior dinamismo apresentado pela economia no período quanto o aumento da eficiência na recuperação de débitos em atraso, em ambiente de preservação de alíquotas e de base de incidência dos tributos.

Quadro 4.9 – Arrecadação bruta de receitas federais

R\$ milhões

Discriminação	2005 (a)	2006 (b)	2007 (c)	Variação %	
				(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	124 520	136 503	160 139	9,6	17,3
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	26 428	28 159	33 793	6,5	20,0
Imposto de Importação (II)	9 080	10 035	12 254	10,5	22,1
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	6 103	6 772	7 834	11,0	15,7
Contribuição para o Financiamento da					
Seguridade Social (Cofins)	87 615	91 156	102 463	4,0	12,4
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)	26 199	27 968	34 411	6,8	23,0
Contribuição para o PIS/Pasep	22 014	24 045	26 710	9,2	11,1
Contribuição Provisória sobre					
Movimentação Financeira (CPMF)	29 273	32 033	36 483	9,4	13,9
Contribuição de Intervenção no Domínio					
Econômico (Cide)	7 681	7 812	7 937	1,7	1,6
Outros tributos	21 769	25 804	26 917	18,5	4,3
Total	360 682	390 287	448 941	8,2	15,0

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

A arrecadação do Imposto de Renda alcançou R\$160,1 bilhões, ante R\$136,5 bilhões em 2006. O aumento real de 13,2% refletiu, excetuando-se os recolhimentos relativos a rendimentos de capital, ganhos reais de receita generalizados nos segmentos do tributo.

Quadro 4.10 – Arrecadação do Imposto de Renda e do IPI por setores

R\$ milhões

Discriminação	2005 (a)	2006 (b)	2007 (c)	Variação %	
				(b)/(a)	(c)/(b)
Imposto de Renda (IR)	124 520	136 491	160 137	9,6	17,3
Pessoas físicas	7 369	8 533	13 654	15,8	60,0
Pessoas jurídicas	51 225	55 849	69 856	9,0	25,1
Entidades financeiras	7 299	9 066	13 574	24,2	49,7
Demais empresas	43 926	46 782	56 316	6,5	20,4
Retido na fonte	65 926	72 109	76 627	9,4	6,3
Rendimentos do trabalho	35 642	39 082	42 349	9,7	8,4
Rendimentos do capital	19 853	20 890	21 421	5,2	2,5
Remessas para o exterior	6 160	7 393	7 800	20,0	5,5
Outros rendimentos	4 271	4 744	5 057	11,1	6,6
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	26 428	28 159	33 806	6,5	20,1
Fumo	2 304	2 397	2 803	4,0	16,9
Bebidas	2 336	2 610	2 583	11,7	-1,0
Automóveis	3 727	4 288	5 208	15,1	21,5
Outros	12 773	12 701	15 510	-0,6	22,1
Vinculado à importação	5 288	6 163	7 702	16,5	25,0

Fonte: Ministério da Fazenda/Receita Federal do Brasil

Ressalte-se o aumento real de 54,2% no IRPF, resultado associado, principalmente, à elevação dos recolhimentos relativos a ganhos de capital decorrentes da alienação de bens duráveis, ganhos líquidos em operações em bolsa e pagamentos decorrentes da declaração de ajuste do ano-base 2006.

O IRPJ e a CSLL registraram aumentos reais de 20,6% e 18,6%, respectivamente, reflexo do número expressivo de processos de abertura de capital e do aumento da lucratividade em vários setores empresariais.

O IPI proporcionou arrecadação de R\$33,8 bilhões, representando crescimento real de 15,7% em relação a 2006. Esse resultado refletiu o desempenho favorável registrado na maior parte dos segmentos do imposto, com ênfase em IPI-automóveis, 17%, em linha com o aumento de vendas no mercado interno; IPI-outros, 17,6%, em virtude da expansão da produção industrial ao longo de 2007; e IPI-vinculado à importação, 20,6%, evidenciando a elevação de 31,8% no valor em dólar das importações tributadas.

Os recolhimentos referentes à Cofins, segundo mais importante tributo da União, atingiram R\$102,5 bilhões, com acréscimo real de 8,4% em relação ao exercício anterior. Os pagamentos efetuados pelas entidades financeiras elevaram-se 11,4%, no período.

Adicionalmente, o total arrecadado na rubrica outros tributos, que inclui parcela residual da arrecadação administrada pela Receita Federal e recolhimentos a cargo dos outros órgãos públicos que não integram o “Sistema Receita Federal”, alcançou R\$27,5 bilhões, valor semelhante, em termos reais, ao recolhido em 2006, não obstante os acréscimos nos itens depósitos judiciais/administrativos, receitas de loterias e recuperação de débitos de exercícios anteriores, em conformidade com a Medida Provisória nº 303/2006.

Previdência Social

O déficit do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) recuou de 1,8% do PIB, em 2006, para 1,76% do PIB, em 2007, evolução inédita no passado recente da Previdência. Em valores nominais, o déficit atingiu R\$44,9 bilhões, ante R\$42,1 bilhões no ano anterior.

As receitas da Previdência Social aumentaram 13,7% em 2007, para R\$140,4 bilhões, passando a representar 5,5% do PIB, ante 5,29% do PIB no ano anterior. O aumento anual dessa arrecadação evidenciou a expansão da formalização do mercado de trabalho e a elevação da massa salarial.

O pagamento de benefícios previdenciários elevou-se 11,9%, no período, totalizando R\$185,3 bilhões e passando a representar 7,26% do PIB, ante 7,1% do PIB, em 2006. Este crescimento refletiu tanto o aumento de 5,8% registrado no valor médio dos benefícios pagos, em função do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios

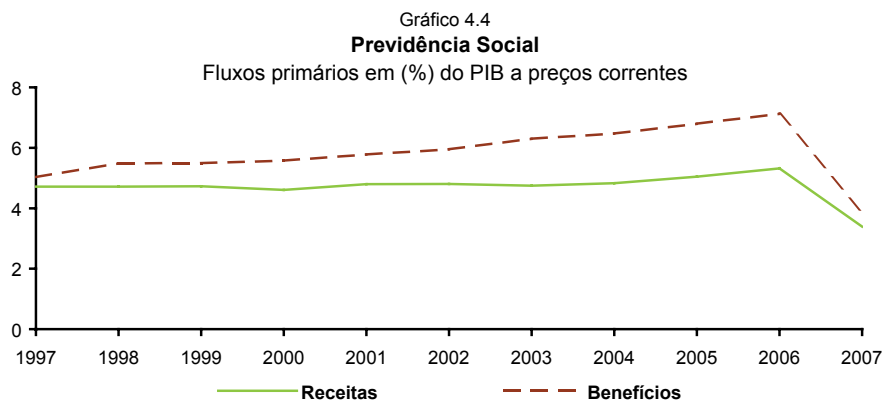
com valores acima do piso, quanto a elevação de 2,7%, para 576,8 mil, na quantidade média mensal de benefícios pagos.

Quadro 4.11 – Previdência Social – Fluxo de caixa

R\$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Receitas	172 713	201 757	216 486	16,8	7,3
Arrecadação	115 954	133 016	153 790	14,7	15,6
Outras receitas	882	1 368	-377	55,1	-127,6
Antecipação de receitas – TN	10 324	-359	1 316	-	-
Transferências da União	45 553	67 732	61 757	48,7	-8,8
Despesas	171 796	200 507	221 941	16,7	10,7
Benefícios previdenciários	146 009	165 585	185 291	13,4	11,9
Benefícios não-previdenciários	10 001	12 332	15 014	23,3	21,7
Outras despesas	8 267	13 097	8 259	58,4	-36,9
Transferências a terceiros	7 519	9 493	13 377	26,3	40,9
Saldo operacional	917	1 250	-5 455	...	...
Saldo previdenciário	-37 574	-42 062	-44 878	...	...

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social



Ressalte-se que, nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios atingiu 0,24 p.p. do PIB, passando de 6,3% do PIB, em 2003, para 7,26% do PIB, em 2007.

Em relação à segmentação dos benefícios pagos em 2007, assinalem-se os acréscimos de 373,3 mil aposentadorias, 146,8 mil pensões por morte e 54,1 mil benefícios de auxílio-doença, representando aumentos respectivos de 2,8%, 2,5% e 3,7%, comparativamente a 2006.

Finanças estaduais e municipais

O superávit primário dos estados e municípios totalizou R\$29,9 bilhões em 2007, ante R\$19,7 bilhões no ano anterior, representando 1,17% do PIB.

A arrecadação do ICMS, principal fonte de receitas próprias dos estados, alcançou R\$187,5 bilhões, registrando elevação real de 3,8% no ano, considerado o IGP-DI como deflator, ressaltando-se que a arrecadação, em conjunto, relativa aos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná representou 64,3% desse total.

Quadro 4.12 – Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

R\$ milhões					
Discriminação	2005	2006	2007	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
São Paulo	51 001	57 788	63 192	13,3	9,4
Rio de Janeiro	13 396	14 805	15 671	10,5	5,9
Minas Gerais	15 638	17 018	19 318	8,8	13,5
Rio Grande do Sul	11 383	11 813	12 258	3,8	3,8
Paraná	8 760	9 264	10 086	5,8	8,9
Bahia	7 831	8 604	8 941	9,9	3,9
Santa Catarina	5 829	6 169	6 831	5,8	10,7
Goiás	4 224	4 699	5 244	11,2	11,6
Pernambuco	4 314	4 864	5 413	12,8	11,3
Espírito Santo	4 636	5 092	5 878	9,8	15,5
Demais estados	27 807	31 600	34 518	13,6	9,2
Total	154 818	171 715	187 349	10,9	9,1

Fonte: Ministério da Fazenda/Confaz

A arrecadação do tributo atingiu R\$63,2 bilhões – 33,7% do total – no estado de São Paulo. O aumento real de 4,1% observado em relação ao ano anterior traduziu tanto o aumento da arrecadação vinculada à importação como o vigor da expansão da atividade econômica no estado.

O estado de Minas Gerais se constituiu no segundo maior arrecadador do tributo, R\$19,3 bilhões. O acréscimo anual real de 8% esteve vinculado ao desempenho dos segmentos comércio, energia elétrica, combustíveis e produtos importados. Segmentados por principais itens, ressaltam-se as expansões relacionadas a açúcar, 73%; veículos, 58%; e minérios, 38,7%.

As transferências para estados e municípios totalizaram R\$105,6 bilhões em 2007, representando 4,14% do PIB, ante R\$92,8 bilhões, 3,98% do PIB, no ano anterior, com ênfase para a elevação de R\$11,6 bilhões proporcionada pelo desempenho

Quadro 4.13 – Transferências da União para os estados e municípios

R\$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007	Variação %	
	(a)	(b)	(c)	(b)/(a)	(c)/(b)
Transferências constitucionais (IPI, IR e outras)	63 756	70 628	82 239	10,8	16,4
Fundo de Comp. das Exportações (LC 87/1996)	4 757	4 343	3 888	-8,7	-10,5
Transferências da Cide (E.C. 42/2003)	1 776	1 781	1 850	0,3	3,9
Demais ^{1/}	13 648	16 028	17 628	17,4	10,0
Total	83 937	92 780	105 605	10,5	13,8

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

^{1/} Contribuição do Salário-Educação, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), *royalties* petróleo e outras transferências.

do IR e do IPI, tributos que compõem a base para estas transferências. Em sentido inverso, as transferências relativas ao Fundo de Compensação das Exportações (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996) – destinadas ao ressarcimento da perda de arrecadação com o ICMS, originada da desoneração das exportações de semi-elaborados e produtos primários – recuaram R\$400 milhões no período. As demais transferências aumentaram R\$1,6 bilhão, reflexo de elevações de R\$1,7 bilhão na complementação da União ao Fundeb e de R\$500 milhões nas transferências com Salário-Educação, compensadas, parcialmente, pela redução de R\$600 milhões na cota parte de compensações financeiras.



Relações Econômico-Financeiras com o Exterior

Política de comércio exterior

A introdução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), analisado no capítulo anterior, incorpora diversas medidas com impactos diretos e indiretos sobre as exportações, com o objetivo de aumentar a competitividade do país no mercado global. Em geral, o foco das medidas abrange desoneração fiscal para investimentos, especialmente em logística, como portos. Essa atuação no setor de infra-estrutura é fundamental tanto para reduzir custos do setor exportador quanto para possibilitar a continuidade do processo de ampliação das quantidades exportadas e importadas pelo país.

As negociações relacionadas à liberalização comercial global no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), suspensas desde julho de 2006, não apresentaram progressos significativos em 2007, em razão da manutenção do impasse entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Enquanto estes anseiam pela maior abertura comercial nos setores industrial e de serviços nos países em desenvolvimento, os primeiros almejam cortes de tarifas sobre suas exportações agrícolas e redução de subsídios para os agricultores dos países desenvolvidos.

Ao longo de 2007, ocorreram várias iniciativas no sentido de retomar o processo negociador, como a proposta feita por Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, aos representantes de trinta países reunidos no Fórum de Davos em janeiro, enfatizando que o progresso nas negociações bilaterais poderia viabilizar a retomada completa das negociações por todos os sócios da OMC. Em abril, China e Índia emitiram comunicado conjunto no qual exigiram dos países desenvolvidos que respeitassem suas necessidades de preservar seus pequenos agricultores e de garantir a segurança alimentar de quase 2,5 bilhões de pessoas e culparam os EUA e a União Européia (UE) por eventual fracasso da Rodada Doha. Observa-se que, mesmo entre os países emergentes componentes do G-20, há posições divergentes. Enquanto Brasil e Argentina propõem ampla liberalização agrícola, China e Índia rejeitam novos cortes tarifários em seus mercados.

Em junho, na cidade de Potsdam (Alemanha), os países do G-4 – Brasil, Índia, EUA e UE – reuniram-se com o objetivo de destravar a Rodada Doha. A reunião foi encerrada dois dias antes do previsto, quando Brasil e Índia decidiram se retirar das negociações diante do impasse gerado na discussão dos cortes de subsídios e da redução de tarifas.

Em seguida, autoridades norte-americanas culpam Brasil e Índia pela falta de avanços na Rodada Doha e anunciaram a eliminação de alguns benefícios comerciais concedidos a ambos os países no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP). Diante desse quadro, foi postergado, para o final de 2008, a nova data-limite para o desfecho da Rodada Doha.

No âmbito do processo de integração do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o tema das assimetrias do bloco dominou sua agenda ao longo do ano. Entre as principais medidas relacionadas a essa matéria, destacaram-se as propostas de eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e de distribuição da renda aduaneira, bem como o Plano Estratégico de Superação das Assimetrias. Esse plano possui quatro pilares: assimetrias, políticas para a integração produtiva, acesso a mercados e assuntos de caráter institucional. Brasil e Argentina divergem, no entanto, em relação à eliminação da dupla cobrança da TEC e à tempestividade de sua implementação. Enquanto o Brasil defende maior rapidez na adoção dessa proposta, a Argentina se mostra mais cautelosa.

Na 34ª Cúpula do Mercosul, realizada no Uruguai, em dezembro, foi postergada, para o primeiro semestre de 2008, a conclusão dos acordos sobre a solução das assimetrias e a redistribuição da renda aduaneira, bem como a eliminação da dupla cobrança da TEC. Outra decisão postergada para 2008 se constituiu na ratificação, pelos parlamentos brasileiro e paraguaio, do ingresso definitivo da Venezuela no bloco. Ainda em relação à entrada de novos sócios, a Argentina bloqueou o ingresso pleno da Bolívia no Mercosul sem exigir desta o cumprimento da TEC, instrumento que confere ao bloco seu caráter de união aduaneira.

Ainda com relação à TEC, os sócios do Mercosul decidiram, na última reunião do ano, prorrogar para 31 de dezembro de 2015 a nova data fixada para a extinção de suas listas de exceção com cem itens, no caso do Paraguai e Uruguai. Brasil e Argentina poderão manter lista de exceção com cem produtos até 31 de dezembro de 2009, quando passará a 93 itens. A partir de 1º de fevereiro de 2010, essa lista será reduzida para oitenta produtos e, em 1º de agosto desse ano, para cinquenta produtos, devendo ser extinta em 31 de dezembro de 2010.

Em relação ao Regime Comum para Bens de Informática e Telecomunicações (BIT) e para Bens de Capital (BK), foi prorrogado, até dezembro de 2008, o prazo para que o Grupo de Alto Nível examine a Consistência e Dispersão da TEC (Gantec) e eleve proposta para revisão desses regimes. Pela Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul (CMC) nº 61, de 17 de dezembro de 2007, Brasil e Argentina poderão manter exceções para BIT até 31 de dezembro de 2008, enquanto Paraguai e Uruguai poderão praticar tarifas de 0% ou 2% até 31 de dezembro de 2015.

Ainda durante a referida cúpula, o Brasil anunciou a criação de escritório de representação do BNDES na capital uruguaia. Esse escritório será utilizado como apoio para suas

operações na América Latina, bem como será a primeira representação internacional do banco desde o encerramento das atividades de seu escritório em Washington (EUA), que ficou em atividade por mais de trinta anos, a partir da década de 1950.

Em dezembro, os presidentes do Brasil, da Argentina, da Venezuela, da Bolívia, do Equador, do Uruguai e do Paraguai assinaram, em Buenos Aires, a ata de fundação do Banco do Sul, que significou o estabelecimento de compromisso político para sua implantação. O banco objetiva financiar projetos de desenvolvimento da região e se constituir em alternativa às instituições financeiras multilaterais existentes. Para tanto, está previsto aporte inicial de US\$7 bilhões, divididos em cotas iguais entre os sete países participantes.

Registre-se, igualmente, que, em 2007, foi estabelecido o Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e Israel. Esse tratado, o primeiro com país não situado na América Latina, representou o final de anos sem avanços substanciais do bloco em suas negociações externas, tendo em vista que o Acordo de Preferência Comercial com a Índia, de 2004, que ainda não entrou em vigor por falta de ratificação parlamentar, era o último tratado assinado pelo Mercosul.

Com relação às negociações Brasil–Argentina, em fevereiro, o governo brasileiro anunciou que não renovaria os acordos restritivos para calçados e linha branca vigentes de 2004 a 2006, pois as restrições já teriam atingido seus objetivos de ampliar a produção da indústria argentina e aumentar investimentos nesses setores.

A importação brasileira de trigo argentino se constituiu em outro tema relevante da agenda bilateral. Empresários e governo brasileiros solicitaram ao governo argentino que igualasse, em 10%, as tarifas de exportação estipuladas, atualmente, em 10% para farinha, 10% para pré-mescla de trigo e 20% para trigo. O argumento considerava que a diferença entre as tarifas onerava a produção brasileira, tendo em vista que a importação da farinha argentina tornava-se mais vantajosa que a compra do trigo para beneficiamento no país, que produz, aproximadamente, apenas 40% do trigo que consome. Nesse cenário, os empresários do setor seguem estimulados a demandar, por intermédio da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), a redução na tarifa de importação do produto comprado de países não participantes do Mercosul.

Em relação às relações comerciais entre Brasil e Uruguai, foi prorrogado, até 30 de junho de 2008, o acordo automotivo que prevê cotas anuais de exportação de 6,5 mil automóveis e veículos comerciais leves brasileiros ao mercado uruguaio, sem imposto de importação, e de 20 mil automóveis e comerciais leves uruguaios, exceto veículos blindados, ao mercado brasileiro. Esse acordo constituiu importante medida no sentido da consolidação da Política Automotiva do Mercosul (PAM).

A Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) nº 38, de 22 de agosto de 2007, publicada em 28 de setembro, disciplinou a importação de pneus remoldados provenientes do Mercosul, definindo cotas de 250 mil unidades por ano, das quais 130 mil provenientes do Uruguai e 120 mil do Paraguai. Foi fixada, adicionalmente, cota máxima de duas mil unidades por ano para a compra de pneumáticos remoldados para ônibus e caminhões, dividida igualmente entre Uruguai e Paraguai. A referida norma proibiu importações de pneumáticos remoldados para motocicletas e triciclos.

A política comercial brasileira em 2007 se caracterizou, ainda, pela adoção de medidas emergenciais voltadas para o fortalecimento da indústria, por meio do estímulo às exportações e à reestruturação produtiva. As ações, anunciadas em 12 de junho, objetivaram fortalecer e aumentar a competitividade da indústria de transformação nos seguintes setores específicos: artefatos de couro, calçados, têxtil e confecções, pedras ornamentais, móveis, eletroeletrônicos e automóveis.

A Resolução Camex nº 40, de 27 de setembro de 2007, após aprovação dos sócios do Mercosul, elevou as alíquotas do Imposto de Importação da TEC incidentes sobre calçados, tecidos e confecções para, respectivamente, 35%, 26% e 35%. Adicionalmente, a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.252, de 13 de novembro de 2007, autorizou a equalização de taxas de juros e a concessão de bônus de adimplência sobre os juros nas operações de empréstimo e financiamento das empresas desses setores, até o limite de R\$3 bilhões, dos quais, R\$2 bilhões contarão com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e R\$1 bilhão, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Quanto às medidas de desoneração tributária, foi reduzido o prazo para apropriação dos créditos de PIS/Cofins nos investimentos, passando a ser admitida sua apropriação imediata na aquisição de bens de capital para os setores têxtil e de confecções, calçados, moveleiro, eletroeletrônico e automotivo. Assinale-se, no mesmo sentido, a ampliação setorial do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital (Recap) para empresas exportadoras, com redução de 80% para 60% do percentual mínimo de exportações que gera direito à suspensão de PIS/Cofins na aquisição de insumos para as empresas dos referidos setores.

Em 14 de junho, foi criada a Câmara da Indústria Naval, voltada para a reorganização do setor, com ênfase no planejamento de longo prazo. Os estudos desenvolvidos pelos grupos de trabalho, contendo as principais sugestões de medidas para o setor, foram encaminhados para os órgãos oficiais responsáveis pela elaboração da nova fase da Política Industrial, que deverá contemplar iniciativas mais amplas e setoriais, a partir de ações conjuntas entre o BNDES, ministérios e iniciativa privada.

A Medida Provisória nº 412, de 31 de dezembro de 2007, prorrogou, até 31 de dezembro de 2010, o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004. O Reporto, programa do governo federal, suspende, na compra de máquinas e equipamentos para os portos, a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI),

Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social (Cofins) e, no caso de importações sem similar fabricado pela indústria nacional, o Imposto de Importação (II).

Os desembolsos do BNDES-Exim totalizaram US\$4,2 bilhões no ano, recuando 34,3% em relação ao ano anterior, registrando-se redução em todas as modalidades de apoio à exportação. Os recursos relacionados à modalidade pós-embarque somaram US\$697,5 milhões, apresentando declínio anual de 62,6%, enquanto os disponibilizados sob o amparo da modalidade pré-embarque (tradicional, especial e ágil), voltada para o financiamento à produção do bem a ser exportado, atingiram US\$3,5 bilhões, dos quais 92,7% no segmento tradicional, com redução de 22,6% na mesma base de comparação.

O Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, ampliou a forma de atuação do BNDES, que foi autorizado a realizar, como entidade integrante do sistema financeiro nacional, quaisquer operações no mercado financeiro ou de capitais, em conformidade com as normas e diretrizes do CMN. Além disso, poderá contratar estudos técnicos e prestar apoio técnico e financeiro, inclusive não reembolsável, para a estruturação de projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do país ou sua integração com a América Latina.

Com relação às diretrizes e à implantação do PAC, o BNDES reduziu os *spreads* das operações nas áreas de infra-estrutura, favorecendo novos investimentos. Foram também beneficiados os segmentos produção e distribuição de gás, ferrovias, portos, aeroportos, rodovias, saneamento e transporte urbanos.

O Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007, implementou a política governamental para a indústria de biotecnologia. Essa política propõe ações estratégicas que englobam investimentos, infra-estrutura e marcos regulatórios, buscando proporcionar ambiente favorável ao desenvolvimento do setor, aumentando sua competitividade e a participação do país no comércio internacional. Ressalte-se que o BNDES é o principal agente financiador de empresas de base biotecnológica, uma vez que os investimentos nesse setor apresentam longo prazo de maturação.

O BNDES anunciou a duplicação, no ano, do orçamento do Programa de Apoio Financeiro ao Setor Calçadista, para US\$240 milhões, bem como a sua prorrogação até o fim de 2007. O programa objetivava aumentar a competitividade das exportações do setor. O banco também foi responsável pelo aporte de US\$200 milhões para a Corporação Andina de Fomento (CAF), braço financeiro da Comunidade Andina. Na visão do governo brasileiro, o aporte de capital à CAF aumentou a presença do país no desenvolvimento da região, bem como fortaleceu a instituição.

Em 2007, o valor das operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) aumentou 10,2% em relação ao ano anterior, totalizando US\$4.414,1 milhões, dos quais

US\$374,7 milhões referentes à modalidade financiamento, e US\$4.039,4 milhões, à equalização de taxas de juros. A modalidade financiamento respondeu por 8,5% do valor exportado e apresentou redução de 14,8% em relação ao ano anterior, quando atingira US\$439,7 milhões. Do mesmo modo, os desembolsos registraram redução de US\$382,9 milhões para US\$331,6 milhões no período comparativo. Apesar dessas reduções, o número de operações passou de 1.391 para 1.660, influenciado pelos crescimentos de 219 para 435 nas operações das microempresas e de 335 para 358 na quantidade de exportadores. A participação das micro e médias empresas no valor exportado aumentou de 20% para 26%, a relativa às pequenas empresas manteve-se em 10% e a referente às grandes empresas recuou de 70% para 64%.

Os principais setores econômicos que utilizaram o Proex-Financiamento em 2007 foram, por ordem de importância, serviços, 40%; máquinas e equipamentos, 15%; *agribusiness*, 14%; transporte, 14%; e têxtil, couros e calçados, 9%.

As exportações efetivadas na modalidade equalização totalizaram US\$4.039,4 milhões em 2007, ante US\$3.566,9 milhões no ano anterior. As emissões de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), título que lastreia as operações de equalização da taxa de juros, somaram US\$183,8 milhões, ante US\$191,8 milhões em 2006. No ano, foram realizadas 2.126 operações por 35 exportadores, ante 1.716 registradas no ano anterior, realizadas por 32 empresas. Assinale-se que 71% das exportações envolveram o setor de transporte, no qual se incluem as vendas externas da Embraer, seguindo-se máquinas e equipamentos, 25%, e serviços, 4%. Assim como em anos anteriores, houve expressiva concentração das operações nas grandes empresas, atingindo 74% do total e representando 77% do valor das exportações efetivadas por essa modalidade.

Ainda em relação ao Proex, em 30 de julho, após três anos de negociação, foi assinado, no Rio de Janeiro, o Entendimento no Setor da Aviação sobre Créditos à Exportação para Aeronaves Civis entre o Brasil e os países-membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O objetivo do acordo consiste em equilibrar as condições de concorrência entre os maiores fabricantes mundiais de aviões de uso comercial.

Pela Resolução Camex nº 35, de 22 de agosto de 2007, a Camex definiu as diretrizes para a utilização do Proex, e pela Medida Provisória nº 363, de 18 de abril de 2007, convertida na Lei nº 11.499, de 28 de junho de 2007, foi fixada a competência da Camex e reafirmada a do CMN na matéria, bem como estabelecido que o Tesouro Nacional poderá pactuar condições aceitas pela prática internacional aplicada a países, projetos ou setores com limitações de acesso a financiamento de mercado. Pela Resolução nº 3.512, de 30 de novembro de 2007, o CMN estabeleceu que a taxa de juros nas operações de equalização ou de financiamento do Proex não poderá ser inferior a 2% ao ano, podendo a Camex dispensar o oferecimento de garantia do beneficiário da operação.

Foi mantida a tendência, observada a partir de 2004, de crescimento do saldo positivo das operações de comércio exterior cursadas pelo Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), sobretudo como resultado das operações com a Venezuela. O saldo acumulado em 2007 foi credor em US\$2,9 bilhões, resultado de US\$3 bilhões de exportações e US\$122,5 milhões de importações, elevando-se 40,8% em relação a 2006. A Venezuela foi, como observado em anos anteriores, o principal parceiro do Brasil no âmbito do convênio, respondendo por 85,7% das exportações brasileiras. A Argentina foi o segundo principal destino das exportações brasileiras amparadas pelo CCR, 3,6%, seguida pelo Equador, 3,2%. As importações brasileiras cursadas no convênio elevaram-se 78,8% no ano, originárias, em especial, do Chile, da Argentina e do Uruguai, que concentraram 98,3% da aquisição. Assim como no ano anterior, o Chile foi o único país com o qual o Brasil registrou saldo negativo no âmbito do CCR.

Em 2007, foram mantidas as ações oficiais voltadas ao fomento das exportações, iniciativa comandada pela Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil), cujos resultados têm sido a ampliação e a diversificação das exportações brasileiras. O esforço de promoção comercial pode ser mensurado pelo crescimento das exportações das empresas que participam dos projetos desenvolvidos pela agência, conjuntamente com entidades setoriais da indústria, em patamar superior ao das exportações totais brasileiras. Com relação ao incentivo à promoção comercial, registre-se a implementação do Sistema de Autorização de Remessa para Promoção de Exportação (Sisprom), ferramenta que auxilia na concessão de benefícios a empresários que estejam realizando promoção comercial de seus produtos por meio de feiras e exposições no exterior.

Ainda no âmbito da promoção comercial, a Apex-Brasil inaugurou, na Polônia, o quinto Centro de Distribuição, espaço onde empresários brasileiros de diversos setores podem armazenar mercadorias, participar de rodadas de negócios com compradores estrangeiros e manter escritórios, dentro da estratégia de internacionalização das empresas exportadoras. Além disso, a Apex coordenou a participação de empresas brasileiras em importantes feiras internacionais, e foram organizadas, também, com o apoio da agência, missões comerciais a países asiáticos e árabes, a Portugal e à Venezuela.

Outra linha de ação, voltada para a promoção de ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento de parcerias entre o Brasil e os demais países, consiste nos comitês bilaterais de discussão, compostos por dirigentes de empresas de diferentes setores. A exemplo do Comitê Econômico e de Comércio Conjunto Brasil-Reino Unido, foram criados, em 2007, os fóruns Brasil-Estados Unidos e Brasil-Índia, compostos por representantes dos setores público e privado dos países envolvidos. Esses fóruns se reúnem duas vezes por ano, alternadamente, com a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) pelo lado brasileiro. A diplomacia comercial mostrou-se relevante para a divulgação da tecnologia brasileira de produção de biocombustível, em especial o álcool, como alternativa para reduzir a dependência de combustíveis de origem fóssil na matriz energética dos países, tendo sido assinados vários memorandos de cooperação técnica sobre o tema com diversos países.

A Resolução Camex nº 70, de 11 de dezembro de 2007, tratou da facilitação, da simplificação e da redução da burocracia no comércio exterior brasileiro, fixando prazo de oitenta dias para a implementação de medidas destinadas à sua simplificação. Segundo a Camex, existem mais de 4,7 mil anuências múltiplas na importação e 378 na exportação, ou seja, produtos que sofrem ações simultâneas de mais de um órgão governamental, situação que, na medida em que pode gerar perdas às empresas brasileiras, deverá ser eliminada por meio da adoção de harmonização de procedimentos.

Na esfera da defesa comercial, assinala-se a aceleração na análise dos processos de investigação de dano à indústria brasileira causado por *dumping*, implicando aumento da aplicação do direito *antidumping* provisório com vigência por até seis meses. Pelas regras da OMC, a aplicação desse direito pode ser feita após sessenta dias do início da investigação de dano à indústria doméstica, o que deixaria a indústria brasileira menos vulnerável. O processo de investigação para a aplicação do *antidumping* definitivo, com vigência de até cinco anos, pode demorar de oito a doze meses.

A Camex aplicou seis direitos *antidumping* provisórios, dos quais quatro foram alterados para definitivo. Além dessas medidas, foram fixados dez direitos definitivos, cuja maioria questionava as importações originárias da China. Ressalte-se, ainda, a homologação de compromisso de preços para amparar as importações de cartões semi-rígidos originários do Chile e a suspensão, a partir de dezessete de agosto, de todas as licenças de importação de produtos da empresa Mattel, com o objetivo de impedir a entrada no país de brinquedos defeituosos, integrantes da lista de *recall* mundial da empresa. Ficou estabelecido que a revogação da suspensão somente ocorrerá quando a fabricante atender a todas as normas técnicas estabelecidas por órgãos do governo e fiscalizadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Adicionalmente, deve ser ressaltado o reconhecimento da Ucrânia como economia de mercado. A consequência prática desse reconhecimento reside na necessidade de utilização, pelo Brasil, de dados de custo e preço da economia ucraniana para determinar a margem de *dumping*, em vez de informações de terceiros mercados similares.

Quanto às ações na área de defesa sanitária, destacaram-se as negociações relacionadas ao cumprimento, pelo Brasil, das exigências sanitárias do bloco europeu para que a carne bovina do país mantivesse acesso àquele mercado. Em março, o Brasil recebeu missão de técnicos da UE que detectaram deficiências em alguns procedimentos dessa cadeia produtiva, sendo exigida a correção, até o fim do ano, sob pena de adoção, pela Comissão Européia, de medidas restritivas à compra da carne brasileira. Em novembro, o país recebeu outra missão técnica do bloco europeu com o objetivo de verificar a implementação de melhorias no sistema de rastreamento do gado, controle do trânsito de animais, vacinação, certificação, legislação sobre focos e controle da febre aftosa e diagnóstico de doenças. O governo brasileiro assegurou o cumprimento de quatro exigências: a implementação de novo certificado para a carne exportada para a UE, eletrônico e impresso em papel da Casa da Moeda; a aprovação de nova legislação sobre

focos e controle da febre aftosa; a disponibilização de um sistema capaz de diagnosticar a doença em até uma semana; e a melhora no controle do trânsito de animais.

A Resolução Camex nº 12, de 25 de abril de 2007, autorizou o pagamento das exportações brasileiras em reais. Além da redução dos custos da operação de câmbio, a medida visa a incentivar o processo de integração regional, pois as negociações comerciais poderão ser realizadas em moedas locais. O primeiro país com o qual o Brasil realizará esse tipo de negociação será a Argentina, e o processo se denominará Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).

Adicionalmente, foi aprovada, em 27 de setembro, com o apoio sem restrições de trinta países-membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a candidatura brasileira como Autoridade Internacional de Busca e de Exame Preliminar de Patentes, tornando-se a 13ª nação com essa função, a primeira da América Latina. Foi também aprovado o pedido brasileiro para usar o português como idioma para depósitos internacionais e publicações de patentes, o que dispensará a tradução dos pedidos para um idioma estrangeiro, gerando economia e mais facilidade para a realização de depósitos internacionais de patentes por meio do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual.

Política cambial

Durante 2007, foi mantida a estratégia de redução da exposição cambial do setor público e de recomposição das reservas, adotada desde 2003. A manutenção dessas medidas vem conferindo maior solidez às contas externas do país e aumentando a resistência da economia a mudanças adversas no cenário externo, como ficou evidenciado pelo impacto marginal, sobre a economia do país, do ambiente de turbulência nos mercados internacionais de crédito registrado a partir da eclosão da crise no mercado *subprime* dos EUA.

Os ingressos líquidos de US\$87,5 bilhões registrados no mercado de câmbio doméstico em 2007 criaram condições para que o Banco Central elevasse as compras de divisas no mercado a vista, com liquidações de US\$78,6 bilhões, das quais US\$57 bilhões no primeiro semestre do ano. Somente em setembro, no auge das turbulências no mercado financeiro internacional, não foi registrada aquisição de divisas pela autoridade monetária no mercado a vista de câmbio. Como resultado, as reservas internacionais mais que dobraram no ano, passando de US\$85,8 bilhões, ao final de 2006, para US\$180,3 bilhões, em 2007. É importante lembrar que a manutenção dessa estratégia pelo Banco Central observou, assim como em anos anteriores, as condições adequadas de mercado a cada momento, tendo como objetivo não adicionar volatilidade ao mercado cambial, nem assumir qualquer compromisso com o nível da taxa de câmbio.

O Banco Central manteve, igualmente, a realização dos leilões de *swap* cambial reverso, nos quais assume posição ativa em variação cambial e passiva em taxa de juros doméstica, com o objetivo principal de efetuar a rolagem dos vencimentos. O maior volume dessas operações concentrou-se de 17 de abril a 4 de junho, quando foram realizados onze leilões, totalizando US\$11 bilhões. Ressalte-se que, a partir do final de abril, o Banco Central deixou de antecipar, com um dia de antecedência, a data desses leilões. No ano, os leilões de *swap* cambial reverso somaram US\$24,5 bilhões.

Adicionalmente, o Tesouro Nacional prosseguiu em sua estratégia de aquisição de recursos no mercado de câmbio para servir a dívida externa e de recompra antecipada de bônus soberanos, o que fortaleceu o perfil temporal do endividamento. Quanto às compras do Tesouro Nacional em mercado, foram liquidados US\$14 bilhões no ano, dos quais US\$7,7 bilhões no primeiro semestre.

Em junho, o Banco Central editou três circulares que alteraram as normas e procedimentos relativos à exposição de instituições financeiras a risco cambial. A Circular nº 3.352, de 8 de junho de 2007, retornou o limite de exposição cambial de 60% para 30% do patrimônio de referência. Além disso, a Circular nº 3.353, da mesma data, elevou o requerimento de capital (fator “F”) incidente sobre a exposição cambial de 50% para 100%, com vigência a partir de 2 de julho. A Circular nº 3.351, de 25 de junho de 2007, determinou que, a partir de 2 de julho, as exposições compensadas entre instituições de um mesmo conglomerado, no país e no exterior, receberiam tratamento específico. Anteriormente a essa norma, as exposições contrárias (compradas e vendidas) realizadas no país e no exterior por instituições integrantes de um mesmo conglomerado compensavam-se entre si, não resultando em exposição cambial sujeita ao limite e ao requerimento exigidos, conforme anteriormente mencionado. Com a nova circular, o valor compensado internacionalmente pelo conglomerado passou a ser adicionado à exposição cambial líquida do conglomerado no país. Ao reduzir o risco assumido pelas instituições financeiras, essas medidas forçaram a redução das posições vendidas no mercado futuro de dólar.

A melhora dos fundamentos macroeconômicos, o recorde histórico atingido pelas reservas internacionais, o aumento da corrente de comércio, o fluxo recorde de divisas para o país, a melhoria dos indicadores de sustentabilidade, a eliminação da exposição da dívida pública interna e externa vinculada à variação cambial, entre outros fatores, criaram as condições para que as principais agências internacionais de avaliação de risco – Standard & Poor’s, Fitch e Moody’s – elevassem as classificações de risco soberano, colocando o país a apenas um nível abaixo do grau de investimento. Registre-se que a elevação da nota da Moody’s ocorreu em agosto, num cenário de forte volatilidade nos mercados financeiros internacionais, o que atesta a robustez dos fundamentos econômicos do Brasil. Em seu comunicado, a Moody’s afirmou que a elevação refletiu a melhoria observada no perfil de endividamento geral do governo, a antecipação de redução mais acelerada dos indicadores de endividamento no futuro próximo e a esperada continuação de fortalecimento dos indicadores de sustentabilidade

externa. Além disso, salientou que a acumulação de reservas internacionais propicia colchão financeiro e deve servir como defesa contra choques externos.

Pelo quinto ano consecutivo, o dólar se depreciou em relação ao real e fechou o ano cotado a R\$1,7713, acumulando, com base na taxa Ptax-venda, desvalorização nominal de 17,15% ante a cotação de fechamento do ano anterior. Os índices da taxa real efetiva de câmbio, deflacionados pelo IPA-DI e pelo IPCA, evidenciam igualmente a apreciação da moeda brasileira ante a norte-americana de 12,6% e de 12,8%, respectivamente. Quanto ao *spread* medido pelo Embi+, calculado pelo J.P. Morgan, ao final de 2007 registrou-se o nível de 221 pontos, superando os 192 pontos registrados em dezembro de 2006. No ano, o indicador de risco para o Brasil apresentou tendência de redução até o final do primeiro semestre, atingindo seu valor mínimo, 138 pontos, em 18 de junho. Em julho, a partir da turbulência no mercado de empréstimos hipotecários norte-americano, observou-se reversão dessa tendência, registrando valor máximo de 254 pontos em 26 de novembro.

A Resolução nº 3.447 do CMN, de 5 de março de 2007, regulamentou o registro no Banco Central do Brasil dos capitais estrangeiros de que trata a Lei nº 11.371, de 28 de junho de 2006. A medida possibilitou a regularização de investimentos estrangeiros diretos que ainda não tinham sido registrados no Banco Central por não se enquadrarem nas disposições da regulamentação até então existente. Esses capitais já deveriam estar registrados no Banco Central, até mesmo porque são oferecidos regularmente à tributação; no entanto, por não atenderem a condições formais para sua efetivação – como ausência de ingresso efetivo de moeda estrangeira no país, na forma exigida no art. 1º da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 – estavam até então impossibilitados de obter o referido registro. Somente podem ser registrados capitais que constarem dos registros contábeis da pessoa jurídica brasileira receptora do capital estrangeiro, na forma da legislação e da regulamentação em vigor. Além disso, o Banco Central foi autorizado a publicar dados constantes do registro. Os procedimentos operacionais do registro foram fixados pela Circular nº 3.344, de 7 de março de 2007, devendo ser observados os seguintes prazos: até 30 de junho de 2007, o capital existente em 31 de dezembro de 2005; até o último dia útil do ano-calendário subsequente ao do balanço anual no qual a pessoa jurídica estiver obrigada a registrar o capital, o capital contabilizado a partir de 2006, inclusive.

Com o objetivo de aperfeiçoar a regulação prudencial, visando à adoção no Brasil das recomendações do Acordo de Basiléia II, o CMN aprovou as resoluções nº 3.488 e nº 3.490, ambas de 29 de agosto de 2007, que tratam, respectivamente, do limite para a exposição total em ouro, em moedas estrangeiras e em exposições sujeitas à variação cambial, e da apuração do PRE. Em setembro, o Banco Central editou nove circulares, do número 3.360 ao 3.368, para detalhar critérios e fórmulas para o cálculo dos requerimentos de capital relativos a exposições ponderadas pelo fator de risco e aos fatores de mercado, que incluem taxa de juros, câmbio e cupons de juros e moedas

estrangeiras. Todas essas circulares terão vigência a partir de 1º de julho de 2008, com exceção da Circular nº 3.367, de 17 de setembro de 2007, que tratou da apuração da exposição cambial, cuja vigência ocorreu a partir da data de sua publicação.

Essa circular consolidou a regulamentação em vigor e introduziu aprimoramento para o risco de conversibilidade existente em operações realizadas no exterior. Na apuração do montante de exposição cambial, foram consideradas três parcelas, que, após somadas, são multiplicadas por um fator “F”, atualmente fixado em 1. A exposição cambial foi mantida a 30% do PRE. Essas medidas prudenciais na área cambial, somadas ao aprimoramento da gestão de risco e à revisão das regras de requerimento de capital das instituições financeiras, proporcionaram a redução da exposição cambial dessas instituições, contribuindo para evitar o contágio do sistema financeiro nacional diante do quadro de deterioração da economia global ocorrido a partir de agosto.

O CMN aprovou a Resolução nº 3.525, de 20 de dezembro de 2007, com o objetivo de regulamentar o art. 18 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que abriu o mercado de resseguros no Brasil. A medida disciplina a abertura e a movimentação de contas em moedas estrangeiras no país por parte de sociedades seguradoras, inclusive de crédito às exportações, resseguradoras locais, resseguradoras admitidas ou corretoras de seguro. A norma refere-se apenas às movimentações de contas destinadas ao recebimento e pagamento de prêmios; indenizações; recuperações de crédito e outros valores previstos em contratos de seguro, resseguro, retrocessão e co-seguro e acolhimentos em depósito de recursos para a manutenção do saldo mínimo da conta; e rendimentos de aplicação dos saldos existentes. Com a nova regulamentação, foram revogados dispositivos específicos da Resolução nº 2.532, de 14 de agosto de 1988, e a íntegra da Resolução nº 2.694, de 24 de fevereiro de 2000.

Movimento de câmbio

O resultado das operações de câmbio realizadas pelo mercado foi superavitário em US\$87,5 bilhões em 2007, maior valor já registrado, ante US\$37,3 bilhões em 2006, proporcionando condições tanto para que o Tesouro Nacional desse continuidade à política de obtenção de recursos em mercado para servir sua dívida externa e mantivesse o programa de recompras de títulos de emissão da República, quanto para que o Banco Central elevasse suas aquisições de divisas em mercado.

Esse resultado expressivo esteve associado tanto ao desempenho positivo da balança comercial cambial quanto à reversão dos seguidos déficits registrados no segmento financeiro, observados desde 2001. Os ingressos líquidos no segmento comercial atingiram US\$76,7 bilhões, ante US\$57,6 bilhões em 2006, melhor resultado da série, registrando-se aumento de 28% nas exportações e de 24,5% nas importações. O superávit no segmento financeiro totalizou US\$10,7 bilhões, ante déficit de US\$20,3 bilhões no ano anterior, registrando-se crescimento de 78,3% nas compras de moeda estrangeira e de 56,5% nas vendas.

Quadro 5.1 – Movimento de câmbio contratado

US\$ milhões

Período	Operações com clientes no país						Oper. c/ instit. no exterior ^{1/} (líq.) (D)	Saldo global (E) = (C) + (D)	
	Comercial			Financeiro					Saldo (C) =(A)+(B)
	Exporta- ções	Importa- ções	Saldo	Compras	Vendas	Saldo			
	(A)	(B)							
2004	93 466	56 794	36 672	84 622	109 369	-24 747	11 925	-5 563	6 362
2005	123 021	71 248	51 772	117 761	153 216	-35 455	16 317	- 492	15 825
2006									
Jan	9 410	6 261	3 149	13 631	14 831	-1 200	1 949	0	1 949
Fev	10 582	5 647	4 935	16 813	13 998	2 815	7 750	0	7 750
Mar	12 334	6 797	5 537	17 252	14 797	2 456	7 993	0	7 993
Abr	10 116	6 792	3 325	11 128	13 844	-2 715	609	0	609
Mai	14 080	6 750	7 330	17 372	17 199	174	7 504	0	7 504
Jun	11 144	7 568	3 575	16 689	22 940	-6 251	-2 676	0	-2 676
Jul	11 831	7 036	4 795	11 575	13 878	-2 303	2 492	0	2 492
Ago	12 379	8 554	3 824	14 410	16 944	-2 533	1 291	0	1 291
Set	12 522	7 022	5 501	14 516	14 882	-366	5 134	0	5 134
Out	11 690	8 955	2 735	28 589	28 137	452	3 187	0	3 187
Nov	12 751	7 661	5 090	17 319	16 909	410	5 500	0	5 500
Dez	15 537	7 734	7 802	16 086	27 352	-11 265	-3 463	0	-3 463
Ano	144 376	86 778	57 598	195 382	215 710	-20 328	37 270	0	37 270
2007									
Jan	17 335	7 272	10 063	17 193	23 486	-6 293	3 770	0	3 770
Fev	12 246	7 547	4 699	19 664	17 386	2 278	6 977	0	6 977
Mar	13 946	8 070	5 876	26 333	25 561	772	6 647	0	6 647
Abr	17 081	7 254	9 827	24 043	23 143	900	10 728	0	10 728
Mai	13 988	7 993	5 995	27 855	26 906	949	6 944	0	6 944
Jun	17 572	8 116	9 456	36 405	29 299	7 105	16 561	0	16 561
Jul	15 025	9 531	5 494	33 779	27 684	6 095	11 588	0	11 588
Ago	17 224	10 343	6 880	28 518	28 557	-39	6 841	0	6 841
Set	12 521	10 540	1 980	23 688	25 671	-1 983	-3	0	-3
Out	16 569	10 674	5 895	36 909	36 082	828	6 722	0	6 722
Nov	17 232	9 927	7 304	32 308	34 331	-2 023	5 281	0	5 281
Dez	14 025	10 749	3 276	41 588	39 467	2 121	5 397	0	5 397
Ano	184 764	108 018	76 746	348 281	337 573	10 708	87 454	0	87 454

1/ Movimentações relacionadas a transferências internacionais em reais.

Balanço de pagamentos

A deterioração observada no cenário econômico mundial ao final de 2007, condizente com a piora das expectativas quanto ao desempenho econômico dos EUA e com a volatilidade dos mercados financeiros internacionais, exerceu impacto restrito sobre a economia brasileira, evidenciando a importância do ajuste macroeconômico alcançado nos últimos anos, em especial o fortalecimento da situação externa do país para o enfrentamento de turbulências nos mercados internacionais.

Ao longo de 2007, o desempenho dos indicadores de sustentabilidade externa traduziu o quadro favorável das contas externas brasileiras. A evolução positiva dos prêmios de risco, levando-se em conta o contexto internacional, prosseguiu de forma consistente durante o ano, e o risco-Brasil atingiu 138 pontos em meados de junho, menor nível desde o início da série, em 1994. Na segunda metade do ano, influenciada pela volatilidade financeira internacional associada à crise no mercado *subprime*, essa medida de risco atingiu o máximo de 254 pontos, em fins de novembro, para retornar à sua trajetória declinante e encerrar o ano em 221 pontos, consolidando as perspectivas de alcance da classificação de nível de investimento (*investment grade*).

Os resultados favoráveis têm permitido a adoção de política consistente para a administração do passivo externo líquido do país, cuja posição credora é influenciada tanto pelo expressivo aumento nas reservas internacionais, quanto pela redução do estoque da dívida externa. O acúmulo de reservas internacionais e a melhoria do perfil da dívida vêm contribuindo para a continuidade do processo de fortalecimento do balanço de pagamentos brasileiro e, conseqüentemente, reforçando a resistência da economia brasileira a choques externos.

Cabe ressaltar que essa maior resistência, e não a posição financeira líquida perante o exterior, que tende a mudar ao longo do tempo, é o objetivo fundamental da ação do Banco Central no que se refere ao setor externo da economia.

O balanço de pagamentos experimentou resultado global superavitário pelo sétimo ano consecutivo. O recorde anual de US\$87,5 bilhões incorporou o excedente do financiamento externo, definido como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos, de US\$36 bilhões no ano, ante US\$32,5 bilhões em 2006.

Quadro 5.2 – Balanço de pagamentos

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	19 533	26 923	46 457	20 575	19 453	40 028
Exportações	61 057	76 751	137 807	73 214	87 435	160 649
Importações	41 524	49 827	91 351	52 639	67 982	120 621
Serviços	-4 197	-5 443	-9 640	-6 019	-7 336	-13 355
Receitas	9 147	10 329	19 476	11 065	12 830	23 895
Despesas	13 344	15 773	29 116	17 083	20 166	37 250
Rendas	-14 599	-12 881	-27 480	-14 062	-15 179	-29 242
Receitas	3 623	2 839	6 462	5 002	6 491	11 493
Despesas	18 222	15 720	33 942	19 064	21 670	40 734
Transferências unilat. correntes	2 036	2 270	4 306	1 944	2 085	4 029
Receitas	2 279	2 568	4 847	2 358	2 613	4 972
Despesas	-243	-298	-541	-415	-528	-943
Transações correntes	2 773	10 869	13 643	2 438	-977	1 461
Conta capital e financeira	5 814	10 484	16 299	60 662	28 493	89 155
Conta capital ^{1/}	430	439	869	342	414	756
Conta financeira	5 385	10 045	15 430	60 321	28 078	88 399
Investimento direto (líquido)	2 879	-12 259	-9 380	24 278	3 240	27 518
No exterior	-4 502	-23 700	-28 202	3 426	-10 493	-7 067
Participação no capital	-4 525	-18 889	-23 413	-4 620	-5 471	-10 091
Empréstimos intercompanhias	23	-4 812	-4 789	8 046	-5 022	3 025
No país	7 381	11 441	18 822	20 852	13 733	34 585
Participação no capital	5 405	9 968	15 373	15 168	10 907	26 074
Empréstimos intercompanhias	1 976	1 473	3 450	5 684	2 826	8 510
Investimentos em carteira	-694	9 775	9 081	24 128	24 263	48 390
Ativos	1 034	-1 029	6	-52	338	286
Ações	-387	-529	-915	-686	-727	-1 413
Títulos de renda fixa	1 421	-500	921	634	1 065	1 699
Passivos	-1 728	10 804	9 076	24 179	23 925	48 104
Ações	4 141	3 575	7 716	7 584	18 634	26 217
Títulos de renda fixa	-5 869	7 229	1 360	16 595	5 291	21 887
Derivativos	46	-5	41	-248	-462	-710
Ativos	270	212	482	88	0	88
Passivos	-224	-217	-441	-336	-463	-799
Outros investimentos ^{2/}	3 154	12 534	15 688	12 163	1 038	13 201
Ativos	-3 929	-4 486	-8 416	-19 330	607	-18 723
Passivos	7 083	17 021	24 104	31 493	431	31 923
Erros e omissões	-428	1 055	628	-1 489	-1 642	-3 131
Resultado do balanço	8 160	22 409	30 569	61 610	25 874	87 484
Memo:						
Transações correntes/PIB	1	2	1	0	-0	0
Amort. médio e longo prazos ^{3/}	26 300	17 782	44 082	22 789	14 797	37 586

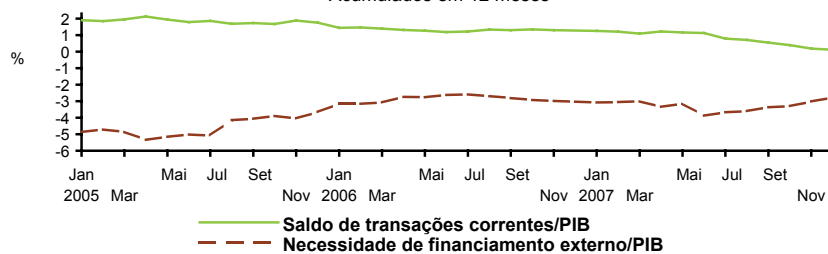
1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior.

Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

Gráfico 5.1
Investimentos estrangeiros diretos e necessidade de
financiamento externo
Acumulados em 12 meses



Obs.: Necessidade de financiamento externo = déficit de trans. correntes - invest. estrangeiros diretos líq.

Balança comercial

O superávit comercial totalizou US\$40 bilhões em 2007, ante US\$46,5 bilhões no ano anterior, constituindo-se no sétimo resultado positivo em sequência. A redução de 13,8% observada no superávit anual, que representou a interrupção da sucessão de quatro recordes consecutivos iniciada em 2003, esteve associada ao desempenho expressivo das importações, que, condizentes com a intensificação do ritmo da atividade econômica, atingiram US\$120,6 bilhões no ano, elevando-se 32% em relação a 2006, quando haviam expandido 24,1%. As exportações aumentaram 16,6% em 2007, patamar semelhante ao assinalado no ano anterior, totalizando US\$160,6 bilhões.

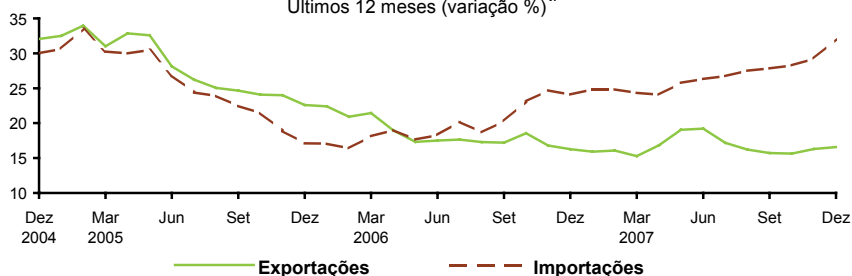
Quadro 5.3 – Balança comercial – FOB

US\$ milhões

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Fluxo de comércio
2006	137 807	91 351	46 457	229 158
2007	160 649	120 621	40 028	281 270
Variação %	16,6	32,0	-13,8	22,7

Fonte: MDIC/Secex

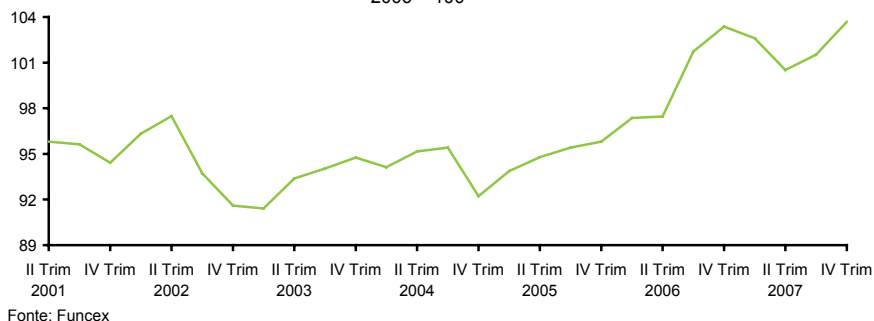
Gráfico 5.2
Exportações e importações – FOB
Últimos 12 meses (variação %)^{1/}



Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

Gráfico 5.3
Índice de termos de troca
2006 = 100



A evolução dos termos de troca no decorrer de 2007, em especial no que se refere à aceleração registrada na segunda metade do ano, constituiu-se em elemento relevante para neutralizar o impacto sobre o saldo comercial resultante da expansão nas quantidades importadas. O indicador, após apresentar elevação ininterrupta desde o quarto trimestre de 2004, recuou nos dois primeiros trimestres de 2007 e encerrou o ano no patamar em que se situava ao final de 2006.

Repetindo o padrão de anos recentes, o desempenho das exportações esteve vinculado, em especial, ao aumento de 10,5% registrado nos índices de preço, que haviam se elevado 12,5% no ano anterior. O índice de *quantum* aumentou 5,5%, comparativamente a 3,3% no ano anterior.

Quadro 5.4 – Índices de preço e *quantum* de exportação

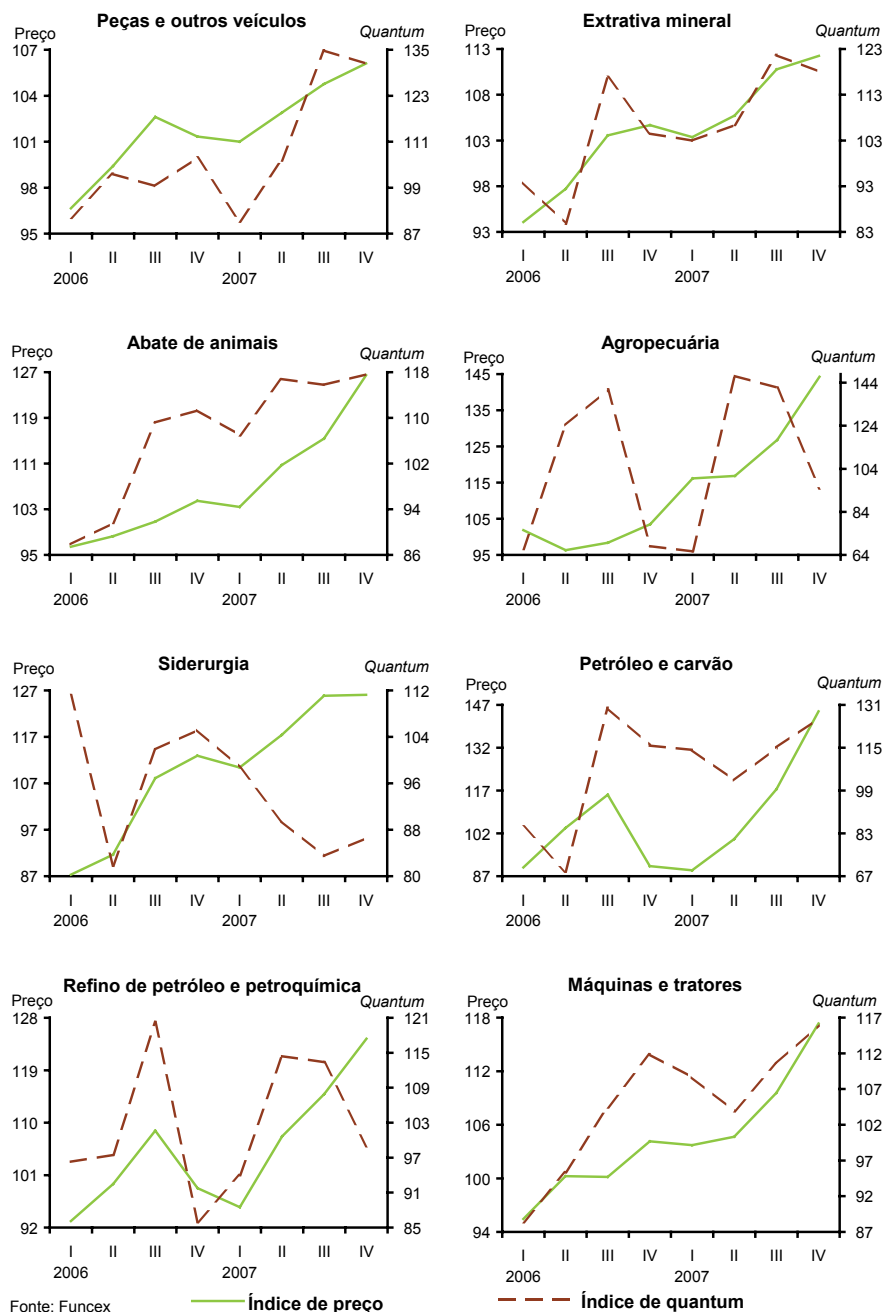
Variação % sobre o ano anterior				
	2006		2007	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Discriminação				
Total	12,5	3,3	10,5	5,5
Básicos	9,4	6,1	14,5	11,8
Semimanufaturados	18,1	3,5	10,9	0,7
Manufaturados	12,4	2,2	8,4	3,2

Fonte: Funcex

A desagregação das vendas externas por fator agregado revela aumento generalizado nos índices de preços. Os preços dos produtos básicos, que haviam registrado o aumento mais modesto em 2006, elevaram-se 14,5%, evolução compatível com o nível da demanda mundial pelas principais *commodities* agrícolas. Os índices de preço relativos às categorias de semimanufaturados e manufaturados elevaram-se, na ordem, 10,9% e 8,4%, apresentando recuos respectivos de 7,2 p.p. e 4 p.p.

A evolução dos preços básicos traduziu, em grande parte, o crescimento nas cotações dos itens soja, carne de frango, petróleo e milho. A retração na taxa de crescimento dos produtos semimanufaturados refletiu o recuo expressivo registrado no preço do principal item da categoria, açúcar em bruto, cujo efeito foi compensado, em parte, pelos aumentos

Gráfico 5.4
Índice trimestral de preço e *quantum* das exportações brasileiras
2006 = 100



significativos incorporados pelos preços de *commodities* metálicas, como ferroliga e semimanufaturas de ferro ou aço, celulose, óleo de soja, e couros e peles. No mesmo sentido, a desaceleração no preço dos produtos manufaturados evidenciou recuos acentuados nos preços dos itens açúcar refinado e álcool etílico, enquanto, em sentido inverso, destacaram-se as elevações nos preços de suco de laranja congelado, laminados de ferro ou aço, aparelhos transmissores e receptores e óleos combustíveis.

O aumento da variação anual do índice de *quantum* total refletiu aceleração nas taxas de crescimento relativas às categorias de produtos básicos e de manufaturados, enquanto a quantidade exportada de semimanufaturados cresceu 0,7%, ante 3,5% em 2006.

O desempenho do *quantum* exportado de itens básicos traduziu a ocorrência de crescimento generalizado nas exportações dos principais itens da categoria, excetuando-se soja, com ênfase nas relativas a milho, petróleo, minério de ferro e carne de frango. A aceleração na quantidade exportada de produtos manufaturados refletiu o impacto mais intenso dos aumentos nas vendas de aviões, gasolina, açúcar refinado, suco de laranja e tratores, em relação ao proporcionado pelas retrações nas quantidades exportadas de aparelhos transmissores e receptores, laminados planos de ferro ou aço e óleos combustíveis. O resultado modesto referente à quantidade exportada de produtos semimanufaturados refletiu, em especial, o recuo no *quantum* de semimanufaturas de ferro ou aço, couros e peles, açúcar em bruto, alumínio e borracha, enquanto, em sentido inverso, elevaram-se as vendas de cátodos de cobre, celulose e ouro não monetário.

Os oito principais setores de exportação apresentaram elevação anual de preços em 2007. A taxa de crescimento mais expressiva ocorreu no setor agropecuário, 26%, seguindo-se as relativas a siderurgia, 19,9%; abate de animais, 14%; petróleo e carvão, 12,8%; refino de petróleo, 10,6%; máquinas e tratores, 8,8%; extrativa mineral, 8%; e peças e outros veículos, 3,7%.

Quadro 5.5 – Índices de preço e *quantum* de importação

Variação % sobre o ano anterior

Discriminação	2006		2007	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum
Total	6,9	16,1	8,2	22,0
Bens de capital	0,8	24,0	2,9	32,1
Bens intermediários	3,3	15,7	8,5	19,6
Bens de consumo duráveis	5,4	73,5	0,4	50,6
Bens de consumo não duráveis	13,0	14,1	14,9	14,1
Combustíveis e lubrificantes	24,4	4,7	11,0	19,9

Fonte: Funcex

O mesmo tipo de análise revela que o *quantum* exportado recuou apenas no setor siderúrgico, 10,4%. A maior elevação anual na quantidade exportada ocorreu no segmento peças e outros veículos, 15,6%, seguindo-se petróleo e carvão, 14,5%; abate de animais, 14,3%; agropecuária, 12,4%; extrativa mineral, 12,3%; máquinas e tratores, 9,8%; e refino de petróleo, 5,2%.

Assim como observado em 2006, o crescimento anual das importações esteve vinculado, fundamentalmente, ao aumento de 22% na quantidade importada, enquanto os preços elevaram-se 8,2%. Esse padrão, que se repete nas principais categorias de uso final das importações, fortalece o aspecto benéfico – no que se refere aos efeitos de curto prazo sobre os preços internos e de médio prazo sobre a capacidade instalada do parque industrial – relacionado ao aumento das compras externas.

A evolução anual das importações de matérias-primas e bens intermediários decorreu de crescimentos de 19,6% na quantidade importada e de 8,5% nos preços, ressaltando-se que o *quantum* importado dos principais itens da categoria, à exceção de produtos minerais e produtos intermediários – partes e peças, cresceu no período.

As importações de bens de consumo duráveis apresentaram o maior crescimento na quantidade importada, 50,6%, acompanhado de estabilidade nos preços. As compras de automóveis de passageiros, que representaram 37,8% das importações da categoria, incorporaram crescimento de 63,5% na quantidade comprada e redução de 1,7% nos preços pagos. Assinale-se que o crescimento na quantidade importada da categoria assemelha-se à elevação registrada nas do comércio varejista em 2007.

O *quantum* importado de bens de capital aumentou 32,1% em relação a 2006, com ênfase no crescimento expressivo relativo aos itens mais representativos da categoria, como maquinaria industrial e máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico. O aumento nos preços dos bens de capital importados atingiu 2,9% no ano.

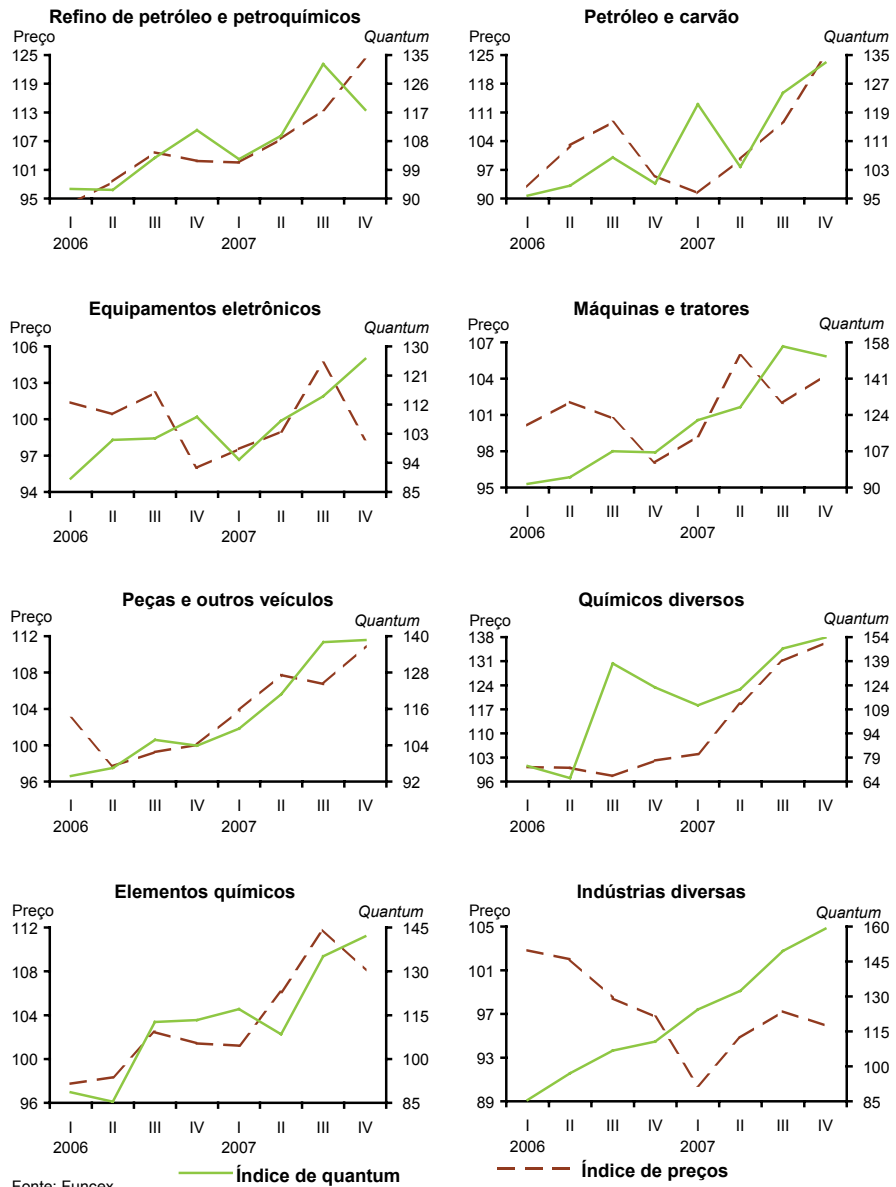
Ao contrário do observado nas demais categorias de uso final, os preços dos bens de consumo não duráveis apresentaram aumento de 14,9%, superior, inclusive, ao registrado na quantidade importada, 14,1%. Esse resultado traduziu, em grande parte, o desempenho dos produtos alimentícios, cuja importação, em razão de elevação significativa nos preços, recuou no ano. Em sentido inverso, assinalem-se as elevações na quantidade adquirida de produtos farmacêuticos e vestuário.

A quantidade importada de combustíveis e lubrificantes, em linha com o maior dinamismo da demanda interna, cresceu 19,9% em 2007, enquanto os preços da categoria elevaram-se 11%. Esse resultado representa a inversão do padrão relativo ao ano anterior, quando os preços do petróleo exerceram impacto preponderante.

Gráfico 5.5

Índice trimestral de preço e *quantum* das importações brasileiras

2006 = 100



A análise da importação segundo setores industriais de origem evidenciou crescimento significativo e generalizado do *quantum* importado em 2007. Os aumentos mais expressivos ocorreram nos setores indústrias diversas, 41,3%; máquinas e tratores, 39,2%; químicos diversos, 33,4%; e peças e outros veículos, 26,8%. A taxa média de crescimento nos demais setores atingiu 17,5%, oscilando de 25,7%, no segmento elementos químicos, a 10,7%, em equipamentos eletrônicos.

Os preços dos produtos importados cresceram na maioria dos setores, com ênfase em químicos diversos, 22,6%; farmacêutica e perfumaria, 15,1%; e artigos de vestuário, 14,5%. O preço relativo ao segmento indústrias diversas recuou 5,4%, em 2007.

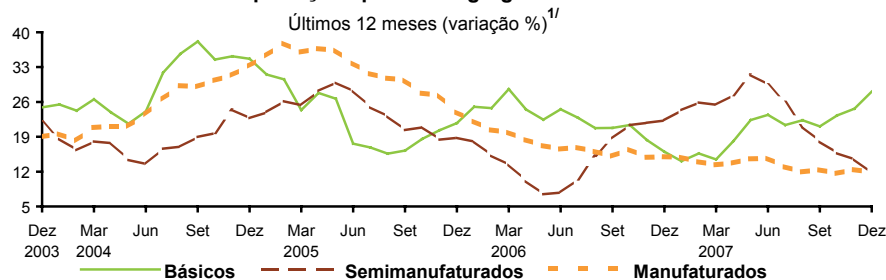
Quadro 5.6 – Exportações por fator agregado – FOB

US\$ milhões					
Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Total	73 203	96 678	118 529	137 807	160 649
Produtos básicos	21 186	28 529	34 732	40 285	51 595
Produtos industrializados	50 709	66 571	81 315	94 541	105 743
Semimanufaturados	10 945	13 433	15 963	19 523	21 800
Manufaturados	39 764	53 137	65 353	75 018	83 943
Operações especiais	1 308	1 579	2 482	2 981	3 311

Fonte: MDIC/Secex

A segmentação do valor das exportações por fator agregado retrata ampliação significativa das vendas de produtos básicos, que se elevaram 28,1% em 2007, ante 16% no ano anterior. As exportações de semimanufaturados cresceram 11,7%, e as relativas a manufaturados, 11,9% – menores taxas desde 2002 –, ante 22,3% e 14,8%, respectivamente, em 2006.

Gráfico 5.6
Exportações por fator agregado – FOB



Fonte: MDIC/Secex

1/ Sobre igual período do ano anterior.

As exportações de produtos básicos somaram US\$51,6 bilhões no ano, e sua média diária, superando a relativa ao ano anterior em 27,7%, US\$206,4 milhões. Esse resultado refletiu os aumentos observados nas vendas dos cinco principais produtos da pauta de exportação da categoria, responsáveis por 65,7% da referida cifra, com destaque para carne de frango, 43,7%. Adicionalmente, as exportações de petróleo elevaram-se 28,6%, seguindo-se as de soja, 18%; minérios de ferro, 17,5%; e carne bovina, 10,8%. Assinala-se que, na categoria, apenas as vendas de soja, caulim e mármore e granitos apresentaram redução de quantidade em 2007, enquanto os preços de todos os produtos cresceram no período.

Quadro 5.7 – Exportações – FOB – Principais produtos básicos

Variação % de 2007 sobre 2006 - média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Minérios de ferro e seus concentrados	17,5	6,2	10,7	20,5
Óleos brutos de petróleo	28,6	12,8	14,0	17,3
Soja mesmo triturada	18,0	24,6	-5,3	13,0
Carne e miúdos de frango	43,7	24,1	15,8	8,2
Carne de bovino	10,8	6,0	4,5	6,8
Café cru em grãos	14,9	14,4	0,5	6,5
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	21,7	20,8	0,7	5,7
Fumo em folhas e desperdícios	29,0	5,6	22,2	4,3
Milho em grãos	296,6	43,4	176,5	3,7
Carne de suíno	16,9	2,9	13,6	2,3
Minérios de cobre e seus concentrados	97,7	26,1	56,8	2,0
Algodão em bruto	49,3	8,8	37,2	1,0
Caulim e outras argilas caulínicas	12,2	14,5	-2,1	0,6
Bovino vivo	259,9	70,9	110,6	0,5
Minérios de alumínio e seus concentrados	22,2	12,6	8,5	0,5
Castanha de caju	19,6	0,7	18,8	0,4
Tripas e buchos de animais	55,9	42,7	9,2	0,4
Mármore e granitos	-3,5	3,2	-6,5	0,4
Uvas frescas	42,6	12,8	26,4	0,3
Carne e miúdos de peru	24,7	17,4	6,2	0,3
Demais produtos básicos	36,6	-	-	5,5

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos básicos.

Os países da UE se constituíram nos maiores compradores de produtos básicos brasileiros, absorvendo 35,3% das vendas externas dessa categoria, com média diária de US\$72,8 milhões. Esse valor, 33% superior ao observado no ano anterior, representou 45% das aquisições totais de produtos brasileiros pelo bloco. Os seis principais itens básicos destinados à UE foram minério de ferro, soja, farelo de soja, café, petróleo e milho.

Os principais destinos de produtos básicos no bloco foram Países Baixos, 21,5% do total; Alemanha, 17,6%; Espanha, 10,9%; Itália, 10,4%; e França, 9,8%, ressaltando-se a expansão de 74,4% nas exportações direcionadas à Espanha.

Os países asiáticos adquiriram 28,9% das exportações brasileiras de bens básicos. A média diária das vendas nessa categoria somou US\$59,7 milhões, representando 59,5% do total das exportações à região, com ênfase para as aquisições de minério de ferro e soja, que responderam por mais de 60% do total das vendas de produtos básicos a esses países.

A China, principal importador de produtos básicos na região, absorveu 53,1% dessas exportações, 2,2 p.p. a mais do que no ano anterior. A participação do Japão recuou de 17,4%, em 2006, para 15,8%, e a da Coreia do Sul, de 9,9% para 7,9%.

A média diária da venda de produtos básicos aos EUA aumentou 37,2% em 2007, totalizando US\$19,5 milhões, que equivaleram a 19,3% da exportação brasileira a esse país e a 9,4% das exportações da categoria. As aquisições se concentraram em petróleo, com crescimento anual de 59,6%; café; fumo em folhas; e castanha de caju. As exportações de minério de ferro, quarto item mais demandado pelos EUA em 2006, recuaram 17,9% em 2007.

Os países da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) adquiriram 6,5% das exportações brasileiras de básicos, totalizando média diária de US\$13,5 milhões, 20,3% superior à assinalada em 2006. Essas vendas – que representaram 9,3% das exportações totais para a região e das quais 21,1% foram direcionados aos países-membros do Mercosul – concentraram-se em petróleo, minério de ferro, carne de frango e bovino vivo. Assinale-se que o desempenho das exportações de bovino vivo, que passaram de US\$32,3 milhões, em 2006, para US\$189 milhões, em 2007, refletiram, fundamentalmente, o avanço nas vendas à Venezuela. Os principais países compradores de produtos básicos na região foram Chile, 43,1%; Venezuela, 17,1%; Argentina, 16,5%; e Peru, 9,3%.

A média diária das exportações de produtos básicos aos demais países – concentrada em carne de frango, carne de bovino, petróleo, minérios de ferro, carne de suíno, milho e soja – aumentaram 25,6% em 2007, atingindo US\$41 milhões. Esse valor representou 19,9% das exportações brasileiras da categoria e 30,8% do total das vendas a esses países. A Rússia manteve-se como principal destino entre esses países, absorvendo 21,4% do total, ante 25,3% em 2006.

As exportações brasileiras de semimanufaturados totalizaram US\$21,8 bilhões em 2007, apresentando média diária de US\$87,2 milhões, 11,2% superior à do ano anterior. As vendas da categoria concentraram-se em açúcar em bruto, celulose, semimanufaturas de ferro ou aço, couros e peles e ferro fundido e ferro *spiegel*. Os preços de todos os itens da categoria elevaram-se no ano, com exceção dos relativos a açúcar em bruto, madeira laminada e cátodos de cobre, que recuaram 18,2%, 8% e 2,3% respectivamente. Em relação às quantidades exportadas, assinalem-se as elevações nas vendas de cátodos de cobre, 81,4%, e cátodos de níquel, 29,4%; e as retrações nas relativas a semimanufaturas de ferro ou aço, 11,5%; couros e peles, 5,3%; e açúcar em bruto, 3,2%.

A Ásia, principal destino das exportações brasileiras de bens semimanufaturados, adquiriu 27,4% das vendas totais da categoria, equivalentes a 23,9% do total exportado para a região. Destacaram-se as vendas de couros e peles, semimanufaturas de ferro ou aço, celulose e óleo bruto de soja. Os países que mais importaram produtos semimanufaturados

na região foram China, cuja participação passou de 27,8%, em 2006, para 32,4%, em 2007; Japão, 20,2%, ante 25,6% no ano anterior; Coréia do Sul, 10%; e Malásia, 6,4%.

A UE adquiriu 26,8% dos produtos semimanufaturados exportados pelo Brasil em 2007. A média diária de US\$23,4 milhões, que superou a relativa ao ano anterior em 31,3%, significou 14,5% do total das exportações brasileiras direcionadas ao bloco. Os principais itens destinados à região foram celulose; couros e peles; e ferroligas, cujo

Quadro 5.8 – Exportações por fator agregado e região – FOB

Média diária - US\$ milhões

Produto	2006		2007		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2006	Participação %	
				No total	No bloco
Total	552	641	16,2	100,0	-
Básicos	162	206	27,6	32,2	-
Semimanufaturados	78	87	11,2	13,6	-
Manufaturados	301	336	11,4	52,4	-
Operações especiais	10	12	14,3	1,8	-
Aladi	126	145	15,4	22,6	100,0
Básicos	11	13	20,3	2,1	9,3
Semimanufaturados	5	5	2,8	0,8	3,6
Manufaturados	109	126	15,5	19,7	87,1
Operações especiais	0	0	-5,6	0,0	0,0
Mercosul	56	69	23,7	10,8	100,0
Básicos	3	3	8,4	0,4	4,1
Semimanufaturados	2	2	8,3	0,3	2,9
Manufaturados	52	64	25,1	10,1	93,0
Operações especiais	0	0	-100,0	0,0	0,0
EUA ^{1/}	99	101	1,8	15,7	100,0
Básicos	14	19	37,2	3,0	19,3
Semimanufaturados	17	17	0,8	2,7	16,9
Manufaturados	68	64	-5,3	10,0	63,6
Operações especiais	0	0	5,9	0,0	0,1
União Européia	125	162	29,7	25,2	100,0
Básicos	55	73	33,0	11,4	45,0
Semimanufaturados	18	23	31,3	3,7	14,5
Manufaturados	52	65	25,7	10,2	40,4
Operações especiais	0	0	2,3	0,0	0,1
Ásia	83	100	20,2	15,6	100,0
Básicos	49	60	21,7	9,3	59,5
Semimanufaturados	18	24	29,8	3,7	23,9
Manufaturados	16	17	4,2	2,6	16,6
Operações especiais	0	0	35,9	0,0	0,1
Demais	119	133	12,1	20,8	100,0
Básicos	33	41	25,6	6,4	30,8
Semimanufaturados	20	18	-12,7	2,7	13,2
Manufaturados	56	63	12,6	9,9	47,7
Operações especiais	10	11	14,6	1,7	8,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui Porto Rico.

valor exportado elevou-se 98,1% no ano, enquanto os principais países de destino foram Países Baixos, 33,7% do total; Itália, 20,8%; Bélgica, 13,6%; e Alemanha, 8,5%.

A média diária das exportações de semimanufaturados aos EUA aumentou 0,8% em 2007, para US\$17,1 milhões, representando 19,6% das exportações brasileiras da categoria e 16,9% dos produtos brasileiros importados pelo país. Ressalte-se o desempenho das vendas de ferro fundido e ferro *spiegel*, 27% do total; ouro em formas semimanufaturadas; celulose; semimanufaturas de ferro ou aço; e couros e peles.

Quadro 5.9 – Exportações – FOB – Principais produtos semimanufaturados

Variação % de 2007 sobre 2006 - média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Açúcar de cana em bruto	-20,8	-18,2	-3,2	14,4
Pastas químicas de madeira	21,0	15,4	4,9	13,8
Produtos semimanufaturados de ferro/aço	2,4	15,6	-11,5	10,7
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	16,3	22,7	-5,3	10,0
Ferro fundido bruto e ferro <i>spiegel</i>	13,5	19,7	-5,1	8,6
Alumínio em bruto	1,1	7,1	-5,7	7,0
Ferroligas	74,0	79,1	-2,8	6,7
Óleo de soja em bruto	46,8	45,3	1,1	5,6
Madeira serrada/fendida longitud. >6mm	9,1	8,5	0,5	4,3
Ouro em formas semimanuf., uso não monetário	19,6	10,0	8,7	3,6
Cátodos de cobre	77,2	-2,3	81,4	3,1
Ligas de alumínio, em bruto	13,1	7,2	5,5	3,1
Cátodos de níquel	75,3	35,4	29,4	1,7
Borracha sintética e borracha artificial	-1,3	10,7	-10,8	1,4
Mates de níquel	78,9	64,0	9,0	0,8
Manteiga, gordura e óleo, de cacau	7,4	20,5	-10,8	0,7
Zinco em bruto	-27,2	8,6	-33,0	0,7
Madeira em estilhas ou em partículas	8,9	2,8	5,9	0,5
Madeira laminada	27,7	-8,0	38,8	0,4
Estanho em bruto	98,4	57,7	25,8	0,4
Demais produtos semimanufaturados	11,0	-	2,5	2,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos semimanufaturados.

Os países da Aladi se constituíram em destino de 6% das exportações brasileiras de semimanufaturados. A média diária das vendas – concentradas em semimanufaturas de ferro ou aço, ferroligas, alumínio, borracha sintética e borracha artificial, ferro fundido e ferro *spiegel* e açúcar em bruto – atingiu US\$5,2 milhões, elevando-se 2,8% em relação ao ano anterior e representando 3,6% do total de produtos brasileiros importados pelo bloco. Os principais países de destino da região foram Argentina, 32,1%; México, 29,6%; Colômbia, 10,5%; e Venezuela, 8,1%. Os países do Mercosul absorveram 37,9% do total exportado para a região da Aladi, 8,3% a mais do que em 2006.

A média diária das exportações de semimanufaturados aos demais países atingiu US\$17,5 milhões, 12,7% inferior à registrada no ano anterior, representando 20,1% das vendas totais de semimanufaturados e 13,2% do total de produtos brasileiros importados por esses países. Esse resultado esteve impulsionado pelo desempenho das exportações de açúcar em bruto, que, mesmo recuando 20,5% no ano, representaram 57,6% do total; alumínio em bruto, com crescimento anual de 32,6%; óleo de soja em bruto; e semimanufaturas de ferro ou aço. Essas vendas foram direcionadas, fundamentalmente, à Rússia, 23,9% do total; Suíça, 15,1%; Irã, 13%; e Canadá, 6,7%.

Quadro 5.10 – Exportações – FOB – Principais produtos manufaturados

Variação % de 2007 sobre 2006 - média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação % ^{3/}
Aviões	45,0	-7,1	56,1	5,6
Automóveis de passageiros	0,8	8,0	-6,6	5,5
Partes e peças p/veículos automóveis e tratores	6,8	8,8	-1,8	3,8
Motores para veículos automóveis	-9,0	2,5	-11,2	3,0
Produtos laminados planos de ferro/aço	-7,2	25,6	-26,2	3,0
Aparelhos transm. ou receptores e componentes	-23,6	21,2	-37,0	2,8
Óleos combustíveis (diesel, <i>fuel-oil</i> etc.)	1,4	18,2	-14,2	2,7
Veículos de carga	9,5	6,0	3,3	2,4
Calçados, suas partes e componentes	3,2	8,3	-4,7	2,4
Açúcar refinado	-12,0	-22,6	13,6	2,3
Gasolina	52,6	11,7	36,7	2,2
Motores/geradores/transform. elétricos e partes	27,5	14,6	11,3	2,0
Tratores	26,6	8,3	16,9	1,9
Bombas, compressores, ventiladores etc.	13,9	18,6	-4,0	1,9
Polímeros de etileno, propileno e estireno	12,1	10,6	1,4	1,8
Suco de laranja congelado	47,3	47,3	0,0	1,8
Máq. e apar. p/ terraplanagem, perfuração etc.	4,3	5,4	-1,0	1,8
Álcool etílico	-8,3	-10,9	2,9	1,8
Pneumáticos	35,2	18,9	13,8	1,6
Óxidos e hidróxidos de alumínio	16,3	4,5	11,3	1,5
Chassis c/motor e carroçarias p/veíc. automóveis	7,6	10,0	-2,2	1,3
Fio-máquina e barras de ferro ou aço	0,5	16,2	-13,5	1,2
Móveis e suas partes	3,1	4,3	-1,2	1,2
Papel e cartão para fins gráficos	16,1	10,3	5,3	1,0
Hidrocarbonetos e seus derivados halogenados	28,5	15,4	11,3	1,0
Obras de mármore e granito	5,5	6,9	-1,3	0,9
Rolamentos e engrenagens, partes e peças	13,4	-4,5	18,8	0,9
Suco de laranja não congelado	66,0	22,2	35,8	0,8
Madeira compensada e semelhantes	6,7	19,6	-10,8	0,8
Carne bovina em preparações e conservas	5,7	2,8	2,7	0,8
Demais produtos manufaturados	16,6	-	2,6	37,9

Fonte: MDIC/Secex

1/ Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.

2/ Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.

3/ Participação percentual no total da categoria de produtos manufaturados.

As exportações de manufaturados totalizaram US\$83,9 bilhões em 2007, com média diária, de US\$335,8 milhões, 11,4% superior à assinalada no ano anterior. Entre os dez itens mais representativos da categoria, cujas vendas representaram 33,8% do total em 2007, seis apresentaram aumento anual no valor exportado, com destaque para aviões, principal item da pauta, 45%; e veículos de carga, 9,5%; enquanto quatro apresentaram recuo, em especial aparelhos transmissores, 23,6%; e açúcar refinado, 12%. Em relação ao comportamento dos preços de exportação da categoria, registraram-se recuos apenas nos relativos a açúcar refinado, 22,6%; e a aviões, 7,1%, destacando-se elevações nos referentes a suco de laranja congelado, 47,3%; e a laminados planos de ferro/aço, 25,6%. Em relação às quantidades exportadas, ressaltem-se as elevações nas dos itens aviões, 56,1%; e gasolina, 36,7%; e o recuo nas relativas a aparelhos transmissores ou receptores, 37%; e a laminados planos de ferro/aço, 26,2%.

As exportações de manufaturados direcionadas à Aladi atingiram média diária de US\$126,2 milhões em 2007, valor 15,5% superior ao registrado no ano anterior, equivalendo a 37,6% do total das exportações da categoria e a 87,1% do total exportado à região. Essas vendas, que se concentraram em automóveis de passageiros, aparelhos transmissores ou receptores, autopeças e veículos de carga, foram direcionadas, em sua maior parte, à Argentina, 42,5%; Venezuela, 12,4%; México, 11,8%; e Chile, 8,7%. As exportações aos países-membros do Mercosul somaram média diária de US\$64,5 milhões, elevando-se 25,1% no ano, quando passou a representar 51,1% do total adquirido pela região, dos quais 83,2% absorvidos pela Argentina.

As exportações de produtos manufaturados à UE totalizaram US\$65,3 milhões diários, com crescimento de 25,7% em relação a 2006, representando 19,4% do total das vendas da categoria e 40,4% do total das exportações ao bloco. Os principais países de destino foram Alemanha, 21,5% do total; Países Baixos, 18,1%; Reino Unido, 11,8%; e Bélgica, 11,4%, enquanto os principais produtos embarcados para a região foram aviões, suco de laranja congelado – com expansão anual de 51,6% –, motores de automóveis, automóveis de passageiros e laminados planos.

As vendas de produtos manufaturados para os EUA alcançaram média diária de US\$64,2 milhões em 2007, recuando 5,3% em relação ao ano anterior. Esse total respondeu por 63,6% do total exportado ao país, representando 19,1% das exportações brasileiras da categoria, ante 22,5% em 2006. Os principais itens exportados aos EUA foram aviões, com crescimento de 49,8%; motores de automóveis; calçados; motores, geradores e transformadores elétricos; e autopeças. Ressalte-se, ainda, a expressiva expansão anual de 359% nas vendas de óleos combustíveis, passando da 38ª para décima posição na pauta; e o recuo de 58,8% nas exportações de álcool etílico, após aumento superior a 1.000% em 2006.

A média diária das vendas de produtos manufaturados para os países asiáticos cresceu 4,2% em 2007, para US\$16,6 milhões, representando 16,6% dos produtos brasileiros adquiridos pela região e 4,9% das exportações totais de manufaturados. Essas vendas

estiveram concentradas em óleos combustíveis, suco de laranja congelado, álcool etílico, laminados planos e motores de automóveis. Ressalte-se a redução anual de 91,4% nas vendas de açúcar refinado, passando da segunda para a 38ª posição entre os principais itens na pauta. Os principais países de destino na região foram Cingapura, 25,4% do total; China, 20,9%; Japão, 18,1%; e Índia, 7,6%.

As aquisições de produtos manufaturados pelos demais países – em especial de açúcar refinado, gasolina, aviões, óxidos e hidróxidos de alumínio e tratores – alcançaram média diária de US\$63,5 milhões em 2007, crescimento anual de 12,6%, correspondendo a 47,7% do total exportado para esse grupo de países e a 18,9% do total das exportações de bens manufaturados. Os principais países de destino foram Canadá, 11,4%; África do Sul, 8,8%; Nigéria, 7,9%; Angola, 6,8%; e Antilhas Holandesas, 5,1%.

A análise das exportações de acordo com a intensidade tecnológica revela crescimento anual de 12,8% nas vendas externas de produtos industriais, em 2007, representando média diária de US\$476 milhões e 74% das exportações totais. A segmentação das exportações industriais segundo a complexidade tecnológica revela que as vendas de itens considerados de baixa tecnologia foram as mais representativas no ano, respondendo por 27% das exportações totais em 2007, com ênfase no dinamismo das exportações de

Quadro 5.11 – Exportações por intensidade tecnológica – FOB

US\$ milhões - média diária

Discriminação	2006	2007		
		Valor	Var.%	Part.%
Total	553	643	16,1	100,0
Produtos industriais	422	476	12,8	74,0
Alta tecnologia	38	41	8,4	6,4
Aeronáutica e aeroespacial	15	21	38,5	3,2
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	14	11	-20,7	1,8
Outros	8	9	4,4	1,4
Média-alta tecnologia	131	146	11,8	22,7
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	57	59	3,7	9,2
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	33	39	16,8	6,1
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	27	33	19,6	5,1
Outros	13	15	18,6	2,4
Indústria de média-baixa tecnologia	100	115	15,4	18,0
Produtos metálicos	68	76	10,9	11,8
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	15	17	17,7	2,7
Outros	17	22	31,9	3,5
Indústria de baixa tecnologia	154	173	12,9	27,0
Alimentos, bebidas e tabaco	96	111	14,9	17,3
Madeira e seus produtos, papel e celulose	29	33	11,6	5,1
Têxteis, couro e calçados	22	24	7,6	3,8
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	6	6	6,0	0,9

Fonte: MDIC/Secex, elaboração Depec/Dibap

Nota: 2006, 249 dias úteis; 2007, 250 dias úteis.

alimentos, bebidas e tabaco, que aumentaram 14,9% no ano, passando a significar 17,3% das vendas desse grupo de produtos. As exportações de produtos de média-alta tecnologia somaram média diária de US\$146 milhões, 22,7% do total das exportações, estimuladas pelo vigor das vendas de automóveis, máquinas e equipamentos mecânicos e produtos químicos não farmacêuticos. As exportações médias diárias de produtos de média-baixa tecnologia e de alta tecnologia atingiram, na ordem, US\$115 milhões e US\$41 milhões, representando 18% e 6,8%, respectivamente, das exportações totais do país.

Verificou-se expansão mais acentuada na indústria de média-baixa tecnologia, 15,4%, impulsionada principalmente pelo dinamismo do setor de produtos metálicos, seguindo-se as indústrias de baixa tecnologia, 12,9%; média-alta tecnologia, 11,8%; e alta tecnologia, 8,4%, esta evidenciando o desempenho desfavorável do segmento equipamentos de rádio, TV e comunicação, cujo valor exportado recuou 20,7% em relação a 2006.

Quadro 5.12 – Importações – FOB

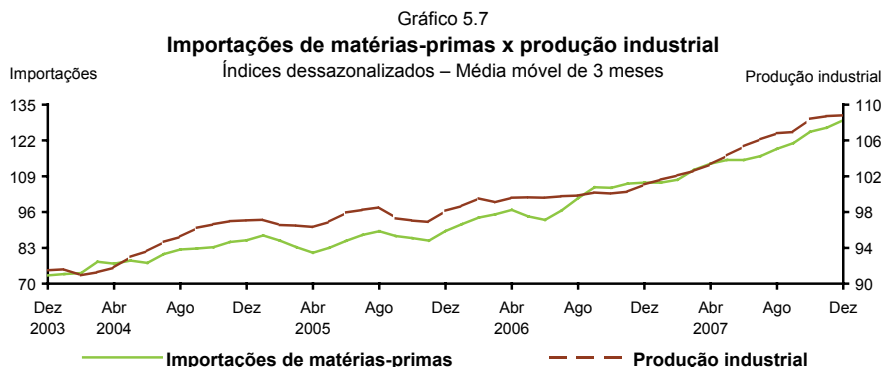
US\$ milhões					
Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Total	48 326	62 836	73 600	91 351	120 621
Bens de capital	10 353	12 145	15 387	18 920	25 108
Matérias-primas e produtos intermediários	25 832	33 512	37 804	45 237	59 295
Bens de consumo	5 540	6 864	8 484	11 996	16 150
Duráveis	2 419	3 190	3 928	6 079	8 260
Não duráveis	3 121	3 674	4 556	5 918	7 890
Combustíveis e lubrificantes	6 600	10 315	11 925	15 197	20 068

Fonte: MDIC/Secex

A aceleração registrada nas importações totais em 2007 traduziu a ocorrência de aumento entre 30,6% e 35,3% nas compras médias diárias de todas as categorias de uso final, constituindo-se no quarto ano em sequência em que as exportações de todas as categorias se expandem. As compras de matérias-primas e bens intermediários e de bens de capital, que representaram 70% das importações anuais, elevaram-se, na ordem, 30,6% e 32,2%, ante 20,6% e 23,9%, respectivamente, em 2006, desempenho condizente tanto com a aceleração registrada na produção da indústria de transformação quanto com o aumento do nível de utilização da capacidade instalada da indústria. As importações de combustíveis e lubrificantes cresceram 31,5%, ante 28,5% no ano anterior, enquanto as relativas a bens de consumo, embora aumentassem em ritmo menos intenso do que em 2006, apresentaram, pelo segundo ano consecutivo, a taxa de crescimento anual mais elevada, 34,1%.

As importações de matérias-primas e bens intermediários, responsáveis por 49,2% das importações totais, atingiram US\$237 milhões diários em 2007, impulsionadas pelas compras de produtos químicos e farmacêuticos, produtos minerais, produtos intermediários – partes e peças e acessórios e equipamentos de transporte, que, em

conjunto, representaram 75,1% das importações da categoria. O aumento anual no valor das compras tanto de produtos minerais quanto de produtos intermediários – partes e peças – esteve associado a elevações em seus preços, enquanto a quantidade importada se constituiu no determinante principal da variação das exportações nos demais segmentos.



Fonte: IBGE e Funcex

As importações de matérias-primas e produtos intermediários provenientes da UE alcançaram US\$57 milhões diários, registrando aumento anual de 28,3% e equivalendo a 24,1% das compras da categoria e a 53,5% do total importado do bloco. Os principais produtos adquiridos foram autopeças, 12,8% do total; compostos heterocíclicos, 5,2%; motores para automóveis, 5%; rolamentos e engrenagens, 4,7%; e partes e peças para aviões, 4,5%; enquanto os principais países fornecedores foram Alemanha, 32,4% do total; França, 14,8%; Itália, 10,5%; Reino Unido, 8,2%; e Espanha, 7,2%. As importações provenientes do Reino Unido e da Alemanha apresentou maior dinamismo, elevando-se, na ordem, 40,7% e 36,2%, no ano.

As compras de matérias-primas e produtos intermediários provenientes da Ásia totalizaram média diária de US\$56 milhões, elevando-se 31,6% no ano e passando a representar 23,7% das compras da categoria e 45,8% do total importado da região. Os principais produtos originários da Ásia foram circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos, 17,5% do total; partes e acessórios de computadores, 7,9%; fios de fibras têxteis sintéticas ou artificiais, 5,6%; autopeças, 4,9%; e borrachas naturais, 3,4%. Os principais fornecedores foram China, 34,8% do total; Japão, 17,3%; Coreia do Sul, 10%; e Taiwan, 8,3%.

A média diária das compras de matérias-primas e bens intermediários originários da Aladi totalizou US\$50 milhões, 25,9% superior à registrada em 2006, significando 21,2% das importações da categoria e 61,1% das aquisições do bloco, provenientes, em especial, da Argentina, 47,9% do total; Chile, 25,2%; Peru, 7,7%; e México, 7,6%. Os produtos com participação mais representativa nessa pauta foram cátodos de cobre, 12,9% do total; trigo, 9,8%; naftas, 9,7%; minérios de cobre, 8,4%; e autopeças, 5,3%.

Quadro 5.13 – Importações – FOB – Principais produtos

Variação % de 2007 sobre 2006 - média diária

Produto	Valor	Preço ^{1/}	Quantidade ^{2/}	Participação ^{3/}
Bens de capital				100,0
Maquinaria industrial	37,9	-1,1	39,5	29,3
Máq. e aparelhos de escritório, serviço científico	28,2	4,8	22,3	21,8
Partes e peças para bens de capital para indústria	97,7	46,6	34,9	16,7
Equipamento móvel de transporte	33,4	16,7	14,3	7,5
Acessórios de maquinaria industrial	34,4	-0,9	35,7	7,3
Ferramentas	41,7	-5,5	49,9	1,9
Demais bens de capital	-6,1	168,4	-65,0	15,6
Matérias-primas e produtos intermediários				100,0
Produtos químicos e farmacêuticos	27,6	9,3	16,7	26,4
Produtos minerais	26,1	26,6	-0,4	19,6
Produtos intermediários – Partes e peças	12,6	14,1	-1,3	14,9
Acessórios de equipamento de transporte	34,1	8,2	24,0	14,3
Outras matérias-primas para agricultura	81,3	32,0	37,3	9,3
Produtos agropecuários não alimentícios	25,7	14,5	9,8	6,9
Produtos alimentícios	50,9	37,6	9,6	4,4
Demais matérias-primas e produtos intermediários	46,6	18,4	23,8	4,3
Bens de consumo não duráveis				100,0
Produtos farmacêuticos	33,4	16,3	14,8	37,4
Produtos alimentícios	20,0	42,2	-15,6	26,8
Vestuário e outras confecções têxteis	65,9	7,5	54,4	8,8
Produtos de tocador	33,1	0,9	32,0	5,6
Bebidas e tabacos	22,7	0,6	22,0	4,5
Demais bens de consumo não duráveis	36,5	9,5	24,7	16,9
Bens de consumo duráveis				100,0
Automóveis de passageiros	60,7	-1,7	63,5	42,7
Objetos de adorno ou de uso pessoal	31,5	9,7	19,9	22,3
Máquinas e aparelhos de uso doméstico	21,5	-9,0	33,5	19,1
Peças para bens de consumo duráveis	-15,3	-30,5	21,8	7,8
Móveis e outros equipamentos para casa	44,3	4,3	38,4	4,8
Demais bens de consumo duráveis	53,3	-7,4	65,6	3,3
Combustíveis e lubrificantes				100,0
Combustíveis	31,3	12,5	16,8	97,8
Lubrificantes e eletricidade	39,7	-2,4	43,1	2,2

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Variação percentual do valor unitário em US\$/kg.^{2/} Variação percentual da quantidade medida em quilogramas.^{3/} Participação percentual em cada categoria de uso final.

Quadro 5.14 – Importações por categoria de uso e região – FOB

Média diária - US\$ milhões

Produto	2006		2007		
	Valor	Valor	Variação % sobre 2006	Participação %	
				No total	No bloco
Total	367	482	31,5	100,0	-
Bens de capital	76	100	32,2	20,8	-
Bens de consumo duráveis	24	33	35,2	6,8	-
Bens de consumo não duráveis	24	31	31,7	6,4	-
Combustíveis e lubrificantes	61	80	31,5	16,6	-
Matérias-primas e produtos intermediários	182	238	30,7	49,3	-
Aladi	65	82	25,9	17,1	100,0
Bens de capital	5	6	24,1	1,2	7,0
Bens de consumo duráveis	6	10	71,6	2,1	12,1
Bens de consumo não duráveis	6	7	20,1	1,4	8,4
Combustíveis e lubrificantes	9	9	1,6	1,9	11,3
Matérias-primas e produtos intermediários	40	50	25,9	10,4	61,1
Mercosul	36	47	29,2	9,6	100,0
Bens de capital	4	4	20,6	0,9	9,1
Bens de consumo duráveis	4	8	75,2	1,6	16,2
Bens de consumo não duráveis	4	5	17,0	1,1	11,2
Combustíveis e lubrificantes	2	2	-6,0	0,4	4,0
Matérias-primas e produtos intermediários	22	28	27,2	5,7	59,5
EUA ^{1/}	60	76	27,0	15,7	100,0
Bens de capital	16	19	18,4	3,8	24,6
Bens de consumo duráveis	2	3	22,6	0,6	3,6
Bens de consumo não duráveis	4	4	22,2	0,9	5,9
Combustíveis e lubrificantes	4	6	54,9	1,2	7,9
Matérias-primas e produtos intermediários	34	44	28,5	9,1	58,1
União Européia	81	107	31,8	22,2	100,0
Bens de capital	23	32	38,4	6,7	30,3
Bens de consumo duráveis	5	6	11,5	1,2	5,3
Bens de consumo não duráveis	6	9	32,7	1,8	8,0
Combustíveis e lubrificantes	2	3	94,1	0,6	2,9
Matérias-primas e produtos intermediários	45	57	28,3	11,9	53,5
Ásia	92	123	33,7	25,5	100,0
Bens de capital	29	39	35,7	8,1	31,8
Bens de consumo duráveis	11	14	29,3	2,9	11,3
Bens de consumo não duráveis	5	7	50,4	1,4	5,7
Combustíveis e lubrificantes	5	7	33,2	1,4	5,5
Matérias-primas e produtos intermediários	43	56	31,6	11,7	45,8
Demais	69	95	37,6	19,6	100,0
Bens de capital	4	5	34,9	1,0	5,0
Bens de consumo duráveis	1	1	38,1	0,2	0,8
Bens de consumo não duráveis	3	4	34,4	0,9	4,4
Combustíveis e lubrificantes	41	55	33,4	11,4	58,2
Matérias-primas e produtos intermediários	20	30	46,9	6,2	31,6

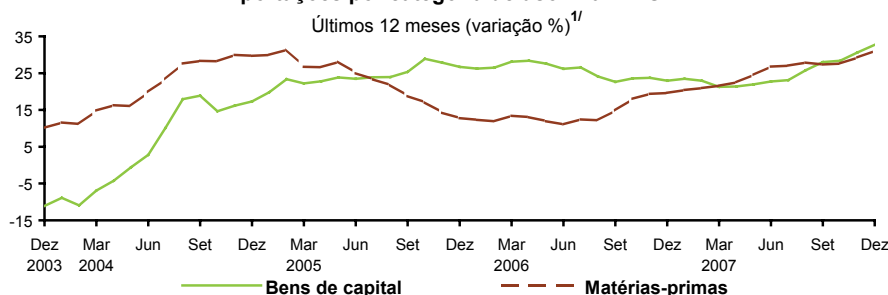
Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclusive Porto Rico.

As compras de matérias-primas e bens intermediários oriundos dos EUA totalizaram US\$44 milhões diários, resultando em crescimento anual de 28,5% e correspondendo a 18,5% das importações da categoria e a 58,1% do total importado do país. Os principais produtos foram motores e turbinas para aviação, 13,2% do total; partes e peças para aviões, 4,7%; compostos heterocíclicos, 4%; e rolamentos e engrenagens, 3,2%.

As importações de matérias-primas e bens intermediários procedentes dos demais países somaram US\$30 milhões diários, valor 46,9% superior ao assinalado em 2006, representando 12,6% do total das compras da categoria e 31,6% do total importado desse grupo de países. Os principais itens importados foram cloreto de potássio, 16,5% do total; naftas, 9,8%; adubos ou fertilizantes, 9,5%; uréia, 9,2%; e superfosfatos, 4,6%.

Gráfico 5.8
Importações por categoria de uso final – FOB



Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Sobre igual período do ano anterior.

A média diária das importações de bens de capital somou US\$100 milhões em 2007, equivalendo a 20,8% das compras externas brasileiras, com ênfase em maquinaria industrial, 29,3% do total; máquinas e aparelhos de escritório e serviço científico, 21,8%; partes e peças para bens de capital para a indústria, 16,7%; e equipamento móvel de transporte, 7,5%. O valor das importações desses itens apresentou aumentos acentuados no ano, movimento associado tanto a elevações nas quantidades importadas quanto a crescimentos nos preços, em especial em relação a partes e peças de bens de capital para a indústria.

As importações de bens de capital provenientes da Ásia, que representaram 31,8% das compras da região, atingiram média diária de US\$39 milhões em 2007, aumentando 35,7% em relação a 2006 e consolidando a região como principal fornecedora desses bens ao país, com participação de 38,8% na categoria. Os principais itens importados da Ásia foram circuitos impressos, 15,3% do total; dispositivos de cristais líquidos, 11,2%; computadores e partes, 11,1%; motores, geradores e transformadores elétricos, 5,9%; e aparelhos transmissores e receptores, 4,2%. Os principais países fornecedores foram China, 48,9% do total; Japão, 15,6%; Coréia do Sul, 12,8%; e Taiwan, 7,9%.

As compras de bens de capital da UE totalizaram média diária de US\$32 milhões em 2007, 32,2% das importações da categoria, elevando-se 38,4% em relação a 2006 e passando a representar 30,3% das importações do bloco. As compras estiveram concentradas em instrumentos e aparelhos de medida e de verificação, 9,4% do total; bombas, compressores e ventiladores, 6,5%; motores, geradores e transformadores elétricos, 4,1%; e aparelhos para interrupção e proteção de energia, 3,9%. Os principais países fornecedores foram Alemanha, 37,3% do total; Itália, 16,5%; França, 10,2%; Suécia, 6,4%; e Espanha, 5,8%.

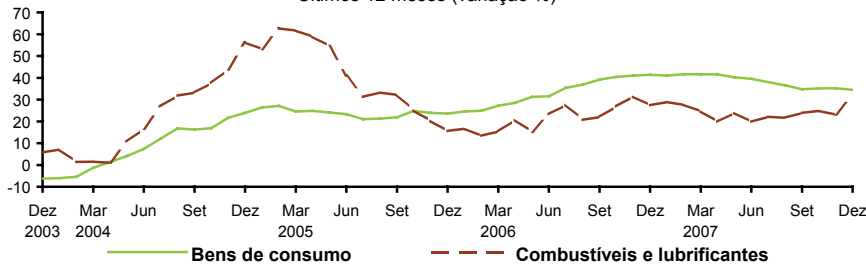
As aquisições médias diárias de bens de capital dos EUA aumentaram 18,4% no ano, para US\$19 milhões, equivalendo a 18,5% das compras da categoria e a 24,6% das importações dos EUA. Os principais produtos adquiridos foram instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 12,1% do total; computadores e partes, 6,3%; aviões, 6,2%; instrumentos e aparelhos médicos, 5,9%; bombas, compressores e ventiladores, 5,7%; e máquinas e aparelhos de terraplanagem e perfuração, 5,7%, ressaltando-se que as importações de aviões foram quase quatro vezes maiores que as de 2006.

Os bens de capital provenientes da Aladi atingiram média diária de US\$6 milhões, 24,1% superior à assinalada em 2006, com participação de 5,8% nas compras da categoria e de 7% nas aquisições originárias do bloco. As compras, concentradas em veículos de carga, 48,7%; instrumentos e aparelhos de medida e de verificação, 5,5%; aparelhos transmissores e receptores, 5,2%; e ônibus e outros veículos para mais de dez pessoas, 4,5%, originaram-se, em especial, da Argentina, 72,8%; México, 23,2% e Chile, 2,2%. Assinale-se que as importações procedentes do México aumentaram 43,2% no ano, maior taxa dentro desse bloco.

As compras externas de bens de capital procedentes do grupo demais países totalizaram US\$5 milhões diários, elevando-se 34,9% em relação a 2006 e representando 4,7% das importações da categoria e 5% do total adquirido do grupo. As compras originaram-se em sua maioria da Suíça, 36,5% do total; Canadá, 32,1%; Israel, 10,5%; Noruega, 5,2%; e Austrália, 4,2%, e concentraram-se em instrumentos e aparelhos de medida e verificação, 6,9% do total; máquinas e aparelhos de terraplanagem e perfuração, 6,4%; aviões, 6,1%; e veículos e materiais para vias férreas, 4,5%.

A média diária das importações de combustíveis e lubrificantes atingiu US\$80 milhões em 2007, equivalente a 16,6% das compras externas brasileiras, dos quais 59,7% em petróleo em bruto, seguindo-se óleos combustíveis, 15,2%; hulhas, 7,6%; e gás natural, 7,5%. Os principais países de origem foram Nigéria, 25,7%; Argélia, 8,7%; Arábia Saudita, 8,1%; Bolívia, 7,6%; EUA, 7,5%; e Índia, 5,4%. As importações provenientes da Nigéria, Argélia e Arábia Saudita representaram 69,8% das aquisições de petróleo em bruto, enquanto as procedentes da Bolívia significaram 98,3% das compras brasileiras de gás natural.

Gráfico 5.9
Importações por categoria de uso final – FOB
 Últimos 12 meses (variação %)^{1/}



Fonte: MDIC/Secex
 1/ Sobre igual período do ano anterior.

As importações médias diárias de bens de consumo duráveis, que cresceram 35,2% em 2007, atingiram US\$33 milhões, correspondendo a 6,8% das compras externas do país. As aquisições originaram-se especialmente da Ásia, 42,1% do total; Aladi, 30,2%, resultado de aumento anual de 71,6%; e UE, 17,3%. Os principais países fornecedores foram Argentina, 21,6% do total; China, 21,1%; Coréia do Sul, 8,2%; Estados Unidos, 8,1%; México, 7,1%; e Japão, 6,3%, ressaltando-se a expansão anual das importações provenientes da Argentina, cuja participação em 2006 era inferior à da China. Os principais produtos importados nessa categoria foram automóveis de passageiros, 42,7%; objetos de adorno ou de uso pessoal, 22,3%; e máquinas e aparelhos de uso doméstico, 19,1%.

As importações médias diárias de bens de consumo não duráveis somaram US\$31 milhões em 2007, ampliando-se 31,7% em relação ao ano anterior e significando 6,4% das aquisições externas brasileiras. As compras originaram-se, em sua maior parte, da UE, 27,6% do total; Ásia, 22,5%; e Aladi 22,3%, enquanto os principais países de origem se constituíram na Argentina, 14,1%; Estados Unidos, 13,2%; China, 12,6%; Suíça, 7,6%; e Alemanha, 5,2%. As importações dessa categoria estiveram concentradas em medicamentos, inclusive veterinários, 37,2%; brinquedos e jogos, 3,4%; produtos de perfumaria e de toucador, 3,3%; peixes secos, 2,9%; e calçados e partes, 2,7%.

Intercâmbio comercial

A corrente de comércio brasileira alcançou US\$281,3 bilhões em 2007, superando em 22,7% o recorde de US\$229,5 bilhões observado no ano anterior. Consideradas médias diárias, registraram-se aumentos no intercâmbio comercial com todos os blocos ou regiões, com ênfase no referente à UE, 30,5%; Ásia, 27,2%, com destaque para a expansão de 42% nos fluxos comerciais com a China; e Aladi, 18,8%, sobressaindo a elevação de 25,8% no intercâmbio com os países-membros do Mercosul. A balança comercial do país, embora apresentasse resultados favoráveis em relação aos principais blocos ou áreas, registrou recuo de 35,7% no superávit relativo aos

EUA e aprofundamento no déficit com a Ásia, sobretudo em razão do crescimento das importações procedentes da China.

O comércio bilateral com a UE totalizou média diária de US\$269 milhões em 2007, respondendo por 23,9% da corrente de comércio do país. A média diária das importações somou US\$107 milhões, e a relativa às exportações, US\$162 milhões, elevando-se, na ordem, 31,8% e 29,7% em relação a 2006. Os principais parceiros no bloco foram Alemanha, cuja corrente de comércio diária de US\$64 milhões traduziu elevação de 26,2% nas exportações e de 32,9% nas importações, que atingiram, na ordem, US\$29 milhões e US\$35 milhões diários; Países Baixos, com médias diárias de exportações e de importações da ordem de US\$35 milhões e US\$4 milhões, respectivamente; e Itália, cujo comércio bilateral totalizou US\$31 milhões, resultado das exportações brasileiras de US\$18 milhões e das importações de US\$13 milhões. O fluxo comercial com a França manteve, assim como registrado no ano anterior, equilíbrio entre importações e exportações, alcançando média diária de US\$28 milhões.

O intercâmbio comercial com os países-membros da Aladi atingiu US\$228 milhões diários, constituindo-se no segundo mais importante do país. As exportações para a região, que vem se consolidando como um dos principais destinos de produtos manufaturados brasileiros com maior conteúdo tecnológico, atingiram US\$146 milhões, e as importações, US\$82 milhões, registrando, respectivamente, crescimentos anuais de 15,2% e de 25,9%. A corrente de comércio com a Argentina, segundo principal parceiro individual do país, evidenciando aumentos de 22,3% nas exportações brasileiras e de 28,7% nas importações, as quais totalizaram, na ordem, US\$58 milhões e US\$42 milhões, atingiu média diária de US\$99 milhões, representando 43,6% do fluxo com o bloco. O relativo equilíbrio entre as expansões desses fluxos de comércio favoreceu a estabilidade do saldo comercial entre os países.

Ainda na esfera da Aladi, a segunda corrente de comércio mais relevante foi estabelecida com o Chile, cujo fluxo diário de US\$31 milhões traduziu crescimento de 8,5% nas exportações e de 21% nas importações, as quais totalizaram, respectivamente, médias diárias de US\$17 milhões e de US\$14 milhões. A corrente de comércio com o México, terceiro maior parceiro no âmbito desse bloco, alcançou US\$25 milhões, mesmo patamar de 2006. Ressalte-se, entre os demais países da Aladi, o crescimento de 21,5% no intercâmbio comercial com a Venezuela, que alcançou média diária de US\$20 milhões, com ênfase na expansão anual de US\$5 milhões nas exportações brasileiras destinadas ao mercado venezuelano, atingindo US\$19 milhões diários.

A corrente de comércio com a Ásia aumentou 27,2% em 2007, reflexo de elevações de 20% nas exportações brasileiras e de 33,7% nas importações, que somaram US\$100 milhões e US\$123 milhões diários, respectivamente. O maior dinamismo das importações favoreceu a ampliação do déficit comercial com a região, cuja média diária passou de US\$8 milhões, em 2006, para US\$23 milhões. O intercâmbio médio diário com a China,

Quadro 5.15 – Balança comercial por países e blocos – FOB

Média diária - US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Total	553	367	187	643	482	160
Aelc ^{1/}	6	7	-1	7	11	-4
Aladi	126	65	61	146	82	63
Mercosul	56	36	20	69	47	23
Argentina	47	32	15	58	42	16
Paraguai	5	1	4	7	2	5
Uruguai	4	2	2	5	3	2
Chile	16	12	4	17	14	3
México	17	8	9	17	8	9
Demais	37	10	28	42	14	28
Canadá	9	5	4	9	7	3
União Européia	125	81	44	162	107	55
Alemanha	23	26	-3	29	35	-6
Bélgica/Luxemburgo	12	4	8	16	5	11
Espanha	9	6	3	14	7	6
França	11	11	-1	14	14	-0
Itália	15	10	5	18	13	4
Países Baixos	23	3	20	35	4	31
Reino Unido	11	6	6	13	8	5
Demais	20	15	5	23	20	3
Europa Oriental	16	6	10	17	11	6
Ásia ^{2/}	84	92	-8	100	123	-23
Japão	16	15	0	17	18	-1
China	34	32	2	43	50	-7
Coreia, República da	8	12	-5	8	14	-5
Demais	26	32	-6	32	40	-9
EUA ^{3/}	99	60	40	101	76	26
Outros	89	52	37	100	66	34
Memo:						
Nafta	127	70	57	128	90	37
Opep	46	42	4	55	53	3

Fonte: MDIC/Secex

^{1/} Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.^{2/} Exclui o Oriente Médio.^{3/} Inclui Porto Rico.

principal parceiro na região, atingiu US\$93 milhões, representando 41,9% da corrente de comércio com a Ásia, resultado associado a aumentos de 27,4% nas exportações brasileiras e de 57,3% nas importações, as quais totalizaram, na ordem, médias diárias de US\$43 milhões e de US\$50 milhões. O fluxo comercial diário com o Japão cresceu

de US\$31 milhões, em 2006, para US\$36 milhões, registrando-se aumentos de 10,5% nas exportações, para US\$17 milhões diários, e de 19,6% nas importações, para US\$18 milhões diários. O terceiro intercâmbio comercial mais relevante na região ocorreu, mais uma vez, com a Coréia do Sul, atingindo US\$22 milhões diários. O aumento anual de 6,8% em tais fluxos refletiu, fundamentalmente, o aumento das importações brasileiras.

O comércio bilateral com os EUA representou, assim como nos anos anteriores, o principal fluxo comercial individual do país, atingindo média diária de US\$177 milhões, ante US\$159 milhões em 2006. O crescimento anual de 11,2% esteve associado, em especial, ao desempenho das importações médias diárias, que aumentaram 27% no período, totalizando US\$76 milhões, enquanto as exportações brasileiras cresceram 1,8%, para US\$101 milhões diários. Nesse cenário, o superávit comercial recuou 35,7% no ano, situando-se em US\$26 milhões diários.

Serviços

A conta de serviços apresentou gastos líquidos de US\$13,4 bilhões, em 2007, US\$3,7 bilhões superior ao resultado do ano anterior. A trajetória de despesas líquidas crescentes em serviços é explicada, fundamentalmente, pelo comportamento das contas viagens internacionais, transportes, aluguel de equipamentos, *royalties* e licenças, serviços governamentais e seguros.

Em 2007, tanto as receitas como as despesas da conta viagens internacionais atingiram os maiores valores da série histórica, iniciada em 1947. As receitas, em expansão desde 2002, cresceram 14,8% no ano, totalizando US\$5 bilhões, enquanto as despesas, em elevação desde 2004, aumentaram 42,5%, somando US\$8,2 bilhões. A conta apresentou saídas líquidas de US\$3,3 bilhões no ano, 125% acima do resultado de 2006, trajetória consistente com a evolução da renda disponível e a apreciação nominal da taxa de câmbio.

O déficit na conta viagens internacionais traduziu crescimentos anuais de 45,1% nas despesas de turistas brasileiros no exterior, que atingiram US\$7,7 bilhões, e de 14,9% nas efetuadas por turistas estrangeiros no país, somando US\$4,8 bilhões. Esses movimentos resultaram em despesas líquidas de US\$2,9 bilhões no item turismo, 160,9% superiores às registradas em 2006, com ênfase no déficit de US\$2 bilhões assinalado na segunda metade do ano. O principal componente dos fluxos cambiais relacionados a turismo se constitui nos pagamentos ao exterior referentes a gastos com cartões de crédito, cujas saídas líquidas elevaram-se 131% no ano, atingindo US\$2,2 bilhões. As outras despesas com turismo apresentaram déficit de US\$504 milhões, ante US\$149 milhões no ano anterior. O item viagens de negócios, menos sensível à flutuação cambial e refletindo os níveis de atividade econômica doméstica e mundial, cresceu 16,5%, apresentando déficit de US\$278 milhões.

A conta de transportes registrou saídas líquidas de US\$4,5 bilhões em 2007, 44,6% superiores às registradas no ano anterior, evolução condizente com o desempenho da balança comercial e da conta viagens internacionais. As despesas líquidas com frete cresceram 40,4% em 2007, resultado associado à expansão de 51,5% registrada nas despesas líquidas com fretes marítimos, em sua quase totalidade relacionadas a transporte de bens.

Quadro 5.16 – Serviços

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-4 197	-5 443	-9 640	-6 019	-7 336	-13 355
Receitas	9 147	10 329	19 476	11 065	12 830	23 895
Despesas	13 344	15 773	29 116	17 083	20 166	37 250
Transportes	-1 380	-1 746	-3 126	-2 191	-2 330	-4 521
Receitas	1 613	1 826	3 439	1 912	2 147	4 059
Despesas	2 993	3 572	6 565	4 103	4 477	8 580
Viagens	- 469	- 979	-1 448	-1 060	-2 198	-3 258
Receitas	2 195	2 121	4 316	2 436	2 517	4 953
Despesas	2 664	3 099	5 764	3 496	4 716	8 211
Seguros	- 198	- 233	- 430	- 368	- 397	- 766
Receitas	100	225	324	193	349	543
Despesas	297	458	755	562	747	1 308
Financeiros	- 4	- 105	- 110	108	175	283
Receitas	327	424	751	496	594	1 090
Despesas	331	530	861	388	419	807
Computação e informações	- 989	- 915	-1 903	-1 066	-1 045	-2 112
Receitas	43	58	102	86	75	161
Despesas	1 032	973	2 005	1 153	1 120	2 273
Royalties e licenças	- 700	- 813	-1 513	- 830	-1 110	-1 940
Receitas	65	85	150	176	143	319
Despesas	765	898	1 664	1 006	1 253	2 259
Aluguel de equipamentos	-2 352	-2 535	-4 887	-2 741	-3 030	-5 771
Receitas	31	46	77	13	18	31
Despesas	2 383	2 580	4 964	2 754	3 048	5 802
Serviços governamentais	- 93	- 357	- 450	- 390	- 744	-1 134
Receitas	733	784	1 517	617	722	1 340
Despesas	826	1 141	1 967	1 007	1 466	2 473
Outros serviços	1 988	2 239	4 227	2 519	3 343	5 863
Receitas	4 039	4 761	8 800	5 134	6 264	11 398
Despesas	2 051	2 522	4 573	2 615	2 920	5 536

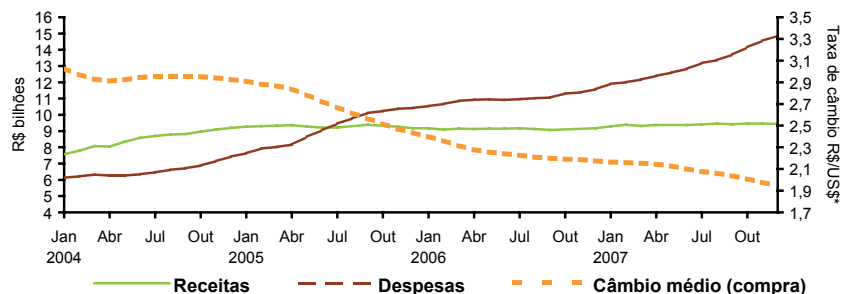
O fluxo internacional de viajantes, expresso em acréscimo anual de 28,2% nos gastos líquidos com passagens, que totalizaram US\$1,9 bilhão, contribuiu para a elevação do déficit da conta transportes. As receitas de passagens aumentaram 26,6% em relação a 2006, atingindo US\$331 milhões, enquanto as despesas cresceram 28%, para

Quadro 5.17 – Viagens internacionais

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Turismo	-290	-810	-1 101	-846	-2 027	-2 873
Receitas	2 150	2 068	4 217	2 389	2 458	4 847
Despesas	2 440	2 878	5 318	3 235	4 484	7 719
<i>Free shop</i> (líquido)	120	109	229	104	136	240
Cartões de crédito	-356	-600	-956	-797	-1 416	-2 213
Receitas	1 109	1 061	2 170	1 234	1 260	2 494
Despesas	1 466	1 661	3 128	2 031	2 676	4 707
Serviços turísticos	-97	-128	-225	-140	-255	-395
Receitas	148	147	295	178	166	343
Despesas	245	275	520	318	420	738
Outros	43	-192	-149	-12	-492	-504
Receitas	757	741	1 498	873	896	1 769
Despesas	714	933	1 646	886	1 388	2 274
Negócios	-126	-112	-239	-131	-147	-278
Receitas	20	23	43	22	26	49
Despesas	147	136	282	154	173	327
Estudantes	-45	-57	-102	-70	-25	-95
Receitas	4	5	9	5	6	11
Despesas	49	62	111	76	31	107
Funcionários do governo	-15	-2	-17	-15	-6	-22
Receitas	8	12	20	8	13	21
Despesas	23	14	37	23	19	43
Saúde	8	5	13	3	7	10
Receitas	14	12	26	11	14	25
Despesas	6	7	13	8	8	15
Total	-469	-979	-1 448	-1 060	-2 198	-3 258
Receitas	2 195	2 121	4 316	2 436	2 517	4 953
Despesas	2 664	3 099	5 764	3 496	4 716	8 211

Gráfico 5.10
Turismo
Acumulado 12 meses



* Taxa média do mês.

Quadro 5.18 – Transportes

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 380	-1 746	-3 126	-2 191	-2 330	-4 521
Receitas	1 613	1 826	3 439	1 912	2 147	4 059
Despesas	2 993	3 572	6 565	4 103	4 477	8 580
Transporte marítimo	- 597	- 690	-1 286	-1 201	-1 111	-2 312
Receitas	1 375	1 523	2 897	1 523	1 771	3 294
Despesas	1 971	2 212	4 184	2 724	2 882	5 606
Passagens	-1	-1	-1	-1	-1	-2
Receitas	0	0	0	0	0	0
Despesas	1	1	1	1	1	2
Fretes	-466	-610	-1 076	-639	-992	-1 631
Receitas	459	520	979	546	579	1 124
Despesas	925	1 130	2 055	1 185	1 571	2 755
Outros	-130	-78	-209	-562	-118	-680
Receitas	916	1 003	1 918	977	1 193	2 170
Despesas	1 046	1 081	2 127	1 539	1 310	2 849
Transporte aéreo	-790	-1 054	-1 844	-979	-1 204	-2 183
Receitas	181	244	426	334	308	642
Despesas	971	1 298	2 269	1 313	1 512	2 825
Passagens	-631	-845	-1476	-875	-1 017	-1 892
Receitas	99	161	260	174	156	330
Despesas	730	1 006	1 736	1 048	1 173	2 222
Fretes	-13	-40	-53	55	19	74
Receitas	41	36	77	122	118	241
Despesas	54	76	130	67	99	166
Outros	-145	-169	-314	-160	-206	-366
Receitas	42	47	89	38	34	72
Despesas	187	216	403	198	239	437
Outras vias de transporte ^{1/}	7	-2	4	-10	-16	-26
Receitas	57	58	116	56	67	123
Despesas	51	61	112	66	83	149
Passagens	1	0	1	1	0	1
Receitas	1	0	1	1	0	1
Despesas	0	0	0	0	0	0
Fretes	1	-7	-7	-15	-23	-38
Receitas	51	53	104	49	59	108
Despesas	50	61	111	64	82	146
Outros	5	4	10	5	7	12
Receitas	6	5	10	7	8	15
Despesas	0	0	1	2	1	3

1/ Inclui transporte terrestre.

US\$2,2 bilhões, indicando a continuidade de utilização mais intensa de companhias aéreas estrangeiras por parte dos turistas residentes no país com destinos internacionais. Outros itens de transporte, que incluem o afretamento e serviços aeroportuários, somaram despesas líquidas de US\$1 bilhão em 2007, acréscimo anual de 101,1%.

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US\$5,8 bilhões em 2007, ante US\$4,9 bilhões no ano anterior. A ampliação de 16,9% das remessas brutas esteve associada, em parte, à crescente utilização no país de bens de capital de propriedade de não residentes, com reflexos favoráveis sobre o nível da capacidade produtiva da economia.

Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, rubrica que inclui serviços de fornecimento de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US\$1,9 bilhão em 2007, com acréscimo anual de 28,2%, registrando-se aumentos de 35,8% nas remessas e de 112,5% nas, ainda incipientes, receitas.

Serviços governamentais registraram despesa líquida de US\$1,1 bilhão em 2007. O acréscimo de 151,9% observado em relação ao ano anterior refletiu aumento de 25,7% nos gastos do governo brasileiro no exterior, que atingiram US\$2,5 bilhões, e redução de 11,7% nos gastos de governos estrangeiros no Brasil, que se situaram em US\$1,3 bilhão.

Os serviços de seguros registraram saídas líquidas de US\$766 milhões, ante US\$430 milhões em 2006. As receitas elevaram-se 67,3% no ano, atingindo US\$543 milhões, comportamento associado à ampliação de operações de seguros diretos, que excluem seguros de fretes e de vida, enquanto as despesas aumentaram 73,4%.

As receitas líquidas com serviços financeiros somaram US\$283 milhões em 2007, ante despesas líquidas de US\$110 milhões do ano anterior. Esse resultado evidenciou expansão de 45,1% nas receitas, que atingiram US\$1,1 bilhão, e recuo de 6,2% nas despesas, totalizando US\$807 milhões.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US\$2,1 bilhões, ante US\$1,9 bilhão em 2006, com as receitas alcançando US\$161 milhões, e as despesas, US\$2,3 bilhões.

O item outros serviços somou receitas líquidas de US\$5,9 bilhões em 2007, representando expansão de 38,7% em relação ao ano anterior. Nesse grupo, os serviços técnicos especializados registraram receitas líquidas de US\$2,1 bilhões, ante US\$1,6 bilhão em 2006; e as despesas líquidas relativas a serviços pessoais, culturais e de recreação somaram US\$578 milhões, elevando-se 27,9%. Adicionalmente, a conta de comunicações registrou receitas líquidas de US\$180 milhões, ante US\$104 milhões no ano anterior,

Quadro 5.19 – Outros serviços

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 988	2 239	4 227	2 519	3 343	5 863
Receitas	4 039	4 761	8 800	5 134	6 264	11 398
Despesas	2 051	2 522	4 573	2 615	2 920	5 536
Comunicações	68	36	104	40	139	180
Receitas	109	96	205	87	188	276
Despesas	41	60	102	47	49	96
Construção	14	5	18	5	7	12
Receitas	14	8	23	6	11	17
Despesas	1	4	4	1	4	4
Comerciais e corretagem	-28	28	1	26	-7	18
Receitas	409	558	967	471	485	956
Despesas	437	530	967	445	493	938
Pessoais, cult. e de recreação	-247	-205	-452	-272	-306	-578
Receitas	31	50	81	34	39	73
Despesas	278	255	533	306	345	651
Negócios, prof. e técnicos	2 181	2 375	4 556	2 719	3 510	6 229
Receitas	3 476	4 048	7 524	4 536	5 541	10 077
Serv. téc. especializados	1 655	1 841	3 496	2 031	2 573	4 604
Demais	1 820	2 207	4 028	2 505	2 968	5 472
Despesas	1 294	1 673	2 967	1 817	2 030	3 847
Serv. téc. especializados	804	1 077	1 881	1 161	1 326	2 487
Demais	490	596	1 086	656	705	1 361

com as receitas passando de US\$205 milhões para US\$276 milhões e as despesas recuando 5,8%, para US\$96 milhões.

Rendas

O déficit da conta de rendas, que totalizou US\$29,2 bilhões em 2007, com elevação de 6,4% em relação ao ano anterior, repetiu o padrão observado em 2006, quando esteve fortemente influenciado pelas saídas líquidas relacionadas a investimento direto. Adicionalmente, como consequência da redução do endividamento externo, as remessas líquidas de lucros e dividendos voltaram a ultrapassar as despesas líquidas com juros, refletindo a predominância do estoque de investimentos estrangeiros diretos e em carteira no país sobre o estoque do endividamento externo na composição do passivo externo.

As remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$22,4 bilhões em 2007, ante US\$16,4 bilhões no ano anterior. A elevação anual de 37,1% refletiu, fundamentalmente, o crescimento do estoque de investimentos externos no Brasil, a maior lucratividade das empresas e a apreciação do real.

Quadro 5.20 – Rendas

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-14 599	-12 881	-27 480	-14 062	-15 179	-29 242
Receitas	3 623	2 839	6 462	5 002	6 491	11 493
Despesas	18 222	15 720	33 942	19 064	21 670	40 734
Salários e ordenados	95	82	177	233	215	448
Receitas	192	205	397	257	240	497
Despesas	97	123	220	24	25	49
Renda de investimentos	-14 695	-12 963	-27 657	-14 296	-15 394	-29 690
Receitas	3 431	2 634	6 064	4 745	6 251	10 996
Despesas	18 125	15 596	33 722	19 041	21 645	40 686
Renda de investimento direto	-6 116	-6 711	-12 826	-7 123	-10 367	-17 489
Receitas	885	188	1 073	1 210	993	2 202
Despesas	7 000	6 899	13 899	8 332	11 359	19 692
Lucros e dividendos	-5 440	-6 006	-11 445	-6 540	-10 206	-16 745
Receitas	795	133	928	995	157	1 152
Despesas	6 235	6 138	12 373	7 535	10 363	17 898
Juros de empréstimos intercompanhias	-676	-705	-1 381	-583	-161	-744
Receitas	89	55	145	215	836	1 050
Despesas	765	761	1 526	798	996	1 794
Renda de investimento em carteira	-6 826	-4 202	-11 028	-4 709	-2 356	-7 065
Receitas	1 644	1 429	3 073	2 563	4 392	6 955
Despesas	8 469	5 631	14 101	7 272	6 748	14 020
Lucros e dividendos	-3 425	-1 499	-4 924	-3 268	-2 422	-5 689
Receitas	16	5	21	5	8	13
Despesas	3 441	1 504	4 945	3 272	2 430	5 702
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	-3 401	-2 703	-6 104	-1 441	66	-1 376
Receitas	1 627	1 424	3 052	2 558	4 384	6 942
Despesas	5 029	4 128	9 156	3 999	4 319	8 318
Renda de outros investimentos ^{1/}	-1 753	-2 050	-3 803	-2 464	-2 671	-5 135
Receitas	902	1 016	1 919	973	866	1 839
Despesas	2 655	3 066	5 721	3 437	3 538	6 974
Memo:						
Juros	-5 831	-5 458	-11 289	-4 489	-2 766	-7 255
Receitas	2 619	2 496	5 115	3 745	6 086	9 831
Despesas	8 450	7 954	16 404	8 234	8 852	17 086
Lucros e dividendos	-8 864	-7 505	-16 369	-9 807	-12 628	-22 435
Receitas	812	138	949	1000	165	1 165
Despesas	9 676	7 642	17 318	10 807	12 793	23 600

^{1/} Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

As despesas líquidas de juros recuaram de US\$11,3 bilhões, em 2006, para US\$7,3 bilhões, menor valor desde 1994. A redução anual de 35,7% nessas despesas refletiu a ampliação substancial de 92,2% das receitas de juros, em linha com a elevação de haveres de brasileiros no exterior, especialmente reservas internacionais. As despesas com juros aumentaram 4,2%, evidenciando a ocorrência de antecipações de pagamentos

de juros e o aumento da captação do setor privado, usualmente a taxas mais elevadas do que as contratadas pelo setor público.

A conta de salários e ordenados proporcionou recebimento líquido de US\$448 milhões em 2007, ante US\$177 milhões no ano anterior. A renda paga a trabalhadores domiciliados no país somou US\$497 milhões, elevando-se 25,1% no ano, enquanto os pagamentos a não residentes recuaram 77,9%, totalizando US\$49 milhões.

Vistas de forma desagregada, as remessas líquidas em renda de investimento direto somaram US\$17,5 bilhões, aumentando 36,4% relativamente a 2006. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US\$16,7 bilhões, com o crescimento anual de 46,3% mostrando-se correlacionado ao maior estoque de investimentos diretos externos e à maturação destes. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias recuaram 46,1% no ano, para US\$744 milhões, influenciadas pela elevação substancial, de US\$145 milhões para US\$1,1 bilhão, nas receitas.

As remessas líquidas relativas a renda de investimento em carteira totalizaram US\$7,1 bilhões, reduzindo-se 35,9% em relação a 2006. Esse resultado refletiu o decréscimo de 77,5% nas despesas líquidas de juros de títulos de renda fixa, que somaram US\$1,4 bilhão. As remessas líquidas de lucros e dividendos de recursos aplicados em carteiras de investimento, de maior relevância para o resultado da rubrica, totalizaram US\$5,7 bilhões, elevando-se 15,6%. A distribuição de lucros e dividendos referentes a ações de companhias brasileiras é significativa, principalmente no que se refere às empresas cujas receitas de exportação têm peso relativamente maior na receita total.

A renda de outros investimentos, que abrange juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US\$5,1 bilhões em 2007, aumentando 35% em relação ao ano anterior. As receitas recuaram 4,1%, para US\$1,8 bilhão, enquanto as despesas cresceram 21,9%, situando-se em US\$7 bilhões.

As empresas do setor industrial foram responsáveis pelo envio de 61,1% das remessas brutas de lucros e dividendos, e as do setor de serviços, por 36,5%. Foi registrada considerável dispersão nas remessas setoriais, com destaque para a associada aos segmentos fabricação e montagem de veículos automotores, 16,2% do total das remessas brutas; metalurgia, 11,4%; intermediação financeira, 10,8%; e eletricidade, gás e outras utilidades, 7,4%.

Transferências unilaterais correntes

Interrompendo a tendência de crescimento iniciada em 2000, as transferências unilaterais líquidas apresentaram redução de 6,4% em 2007, totalizando ingresso de US\$4 bilhões,

ante US\$4,3 bilhões em 2006, resultado influenciado pela apreciação da taxa de câmbio e pelo crescimento das despesas. As receitas brutas para manutenção de residentes recuaram 2,8% no ano, somando US\$2,8 bilhões, resultado associado, em parte, à crise na economia norte-americana. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 48,3% do total, e Japão, 23%.

Quadro 5.21 – Transferências unilaterais correntes

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	2 036	2 270	4 306	1 944	2 085	4 029
Receitas	2 279	2 568	4 847	2 358	2 613	4 972
Despesas	243	298	541	415	528	943
Transferências correntes governamentais	-3	-31	-34	12	-3	10
Receitas	40	46	86	66	73	139
Despesas	43	77	120	54	75	129
Transferências correntes privadas	2 040	2 301	4 341	1 931	2 088	4 019
Receitas	2 239	2 522	4 761	2 292	2 541	4 833
Despesas	200	221	421	361	452	813
Manutenção de residentes	1 259	1 321	2 581	1 197	1 097	2 295
Receitas	1 402	1 488	2 890	1 404	1 405	2 809
Estados Unidos	698	716	1 415	676	679	1 355
Japão	324	325	649	324	323	647
Demais países	380	447	826	404	402	806
Despesas	143	167	309	207	307	514
Outras transferências	780	980	1 760	734	991	1 725
Receitas	837	1 034	1 872	888	1 136	2 024
Despesas	57	54	111	154	145	299

**Quadro 5.22 – Saldo de transações correntes e necessidade de
financiamento externo^{1/}**

US\$ milhões

Período		Saldo de transações			Investimentos estrangeiros			Necessidade de		
		correntes			diretos			financiamento externo		
		Valor		% PIB	Valor		% PIB	Valor		% PIB
		Mensal	Últimos	Últimos	Mensal	Últimos	Últimos	Mensal	Últimos	Últimos
		12 meses		12 meses	12 meses		12 meses	12 meses		12 meses
2002	Dez	-84	-7 637	-1,66	1 503	16 590	3,61	-1 419	-8 954	-1,95
2003	Dez	343	4 177	0,82	1 409	10 144	2,00	-1 752	-14 321	-2,83
2004	Dez	1 207	11 738	1,94	3 150	18 166	3,01	-4 357	-29 903	-4,95
2005	Dez	530	13 985	1,76	1 406	15 066	1,89	-1 936	-29 051	-3,65
2006	Jan	-314	12 874	1,44	1 474	15 337	1,71	-1 161	-28 212	-3,15
	Fev	627	13 371	1,47	854	15 347	1,68	-1 481	-28 718	-3,15
	Mar	1 311	12 952	1,39	1 658	15 610	1,68	-2 969	-28 562	-3,08
	Abr	133	12 370	1,31	785	13 358	1,42	-918	-25 728	-2,73
	Mai	383	12 160	1,27	1 577	14 226	1,48	-1 960	-26 387	-2,75
	Jun	632	11 509	1,18	1 032	13 933	1,43	-1 665	-25 442	-2,62
	Jul	3 068	12 037	1,22	1 586	13 490	1,36	-4 654	-25 528	-2,58
	Ago	2 184	13 450	1,33	1 256	13 656	1,35	-3 440	-27 107	-2,69
	Set	2 249	13 340	1,30	1 752	15 377	1,50	-4 001	-28 718	-2,81
	Out	1 536	14 032	1,35	1 722	16 276	1,57	-3 258	-30 308	-2,92
	Nov	1 393	13 734	1,30	2 667	17 771	1,68	-4 061	-31 505	-2,98
	Dez	438	13 643	1,27	2 457	18 822	1,76	-2 896	-32 465	-3,03
2007	Jan	-369	13 587	1,25	2 422	19 770	1,81	-2 053	-33 357	-3,06
	Fev	376	13 336	1,21	1 378	20 293	1,83	-1 754	-33 629	-3,04
	Mar	235	12 259	1,09	2 766	21 401	1,90	-3 001	-33 661	-2,99
	Abr	1 806	13 932	1,22	3 471	24 087	2,10	-5 277	-38 020	-3,32
	Mai	-151	13 398	1,15	497	23 007	1,97	-346	-36 406	-3,12
	Jun	541	13 307	1,12	10 318	32 293	2,72	-10 859	-45 601	-3,85
	Jul	-823	9 416	0,78	3 613	34 321	2,85	-2 790	-43 737	-3,63
	Ago	1 291	8 523	0,70	1 979	35 044	2,86	-3 270	-43 567	-3,56
	Set	411	6 684	0,54	1 537	34 828	2,79	-1 948	-41 513	-3,33
	Out	-152	4 996	0,39	3 188	36 294	2,86	-3 035	-41 290	-3,25
	Nov	-1 305	2 297	0,18	2 530	36 156	2,80	-1 225	-38 454	-2,97
	Dez	-398	1 461	0,11	886	34 585	2,63	-487	-36 046	-2,74

^{1/} Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimentos estrangeiros diretos líquidos
(inclui empréstimos intercompanhias).

Conta financeira

Os fluxos globais de investimentos evidenciam o processo de expansão de empresas brasileiras em direção a mercados no exterior e a atividade exercida pelo Brasil nos investidores internacionais. Como consequência, a conta financeira tem passado por modificações significativas, nos últimos anos, com importantes movimentos de constituição de ativos externos.

As incertezas predominantes nos mercados financeiros na segunda metade de 2007, decorrentes dos desdobramentos da crise no mercado *subprime* sobre a confiança em outras complexas estruturas financeiras, traduzidos tanto em reduções adicionais na liquidez quanto em aumento na volatilidade dos preços de uma variedade de mercados de dívida, impactaram negativamente o setor real das principais economias maduras, em especial a norte-americana. Mesmo nesse cenário, persistiram as condições favoráveis em relação ao financiamento do balanço de pagamentos brasileiro.

O país manteve a atratividade para o investimento estrangeiro direto e para os demais empréstimos e financiamentos, com ampla aceitação das colocações internacionais a taxas mais favoráveis. Nesse cenário, a rolagem da dívida externa do setor privado de médio e longo prazo, cuja taxa reflete novos desembolsos em relação às amortizações ocorridas, situou-se em 109%.

Quadro 5.23 – Taxas de rolagem do setor privado^{1/}

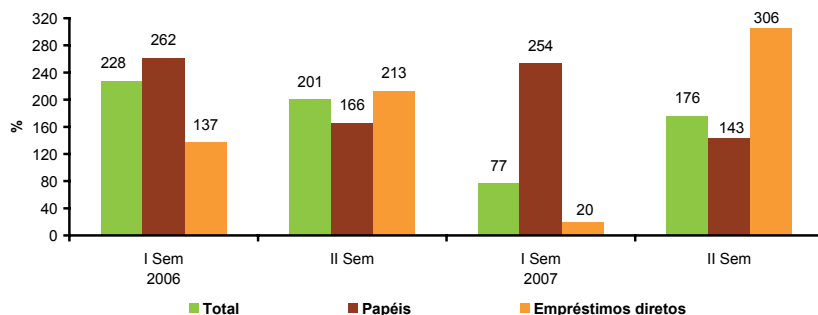
US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total (a/b)	228%	201%	207%	77%	176%	109%
Desembolsos (a)	6 224	21 038	27 262	9 970	10 921	20 891
Amortizações	3 429	10 479	13 908	13 450	6 364	19 815
Remetidas (b)	2 734	10 467	13 201	12 910	6 201	19 110
Convertidas em IED	695	12	707	541	164	704
 Bônus, Notes e commercial papers (a/b)	 262%	 166%	 206%	 254%	 143%	 186%
Desembolsos (a)	5 204	4 504	9 708	7 979	7 104	15 083
Amortizações	2 671	2 723	5 394	3 680	5 117	8 798
Remetidas (b)	1 989	2 718	4 706	3 145	4 954	8 099
Convertidas em IED	683	5	688	536	164	699
 Empréstimos diretos (a/b)	 137%	 213%	 207%	 20%	 306%	 53%
Desembolsos (a)	1 020	16 534	17 554	1 991	3 817	5 809
Amortizações	757	7 756	8 514	9 770	1 247	11 017
Remetidas (b)	745	7 750	8 495	9 765	1 247	11 012
Convertidas em IED	12	7	19	5	0	5

1/ Operações de médio e longo prazo.

A conta financeira do balanço de pagamentos apresentou ingressos líquidos recordes de US\$88,4 bilhões em 2007, ante US\$15,4 bilhões no ano anterior, evolução associada à alta rentabilidade dos investimentos e à redução do risco-país. No ano, os investimentos diretos registraram ingressos líquidos de US\$27,5 bilhões, enquanto os investimentos em carteira e os outros investimentos proporcionaram desembolsos líquidos de US\$48,4 bilhões e US\$13,2 bilhões, respectivamente.

Gráfico 5.11
Taxas de rolagem do setor privado



De acordo com estimativas da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o fluxo anual de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) na economia global atingiu o recorde de US\$1,5 trilhão em 2007, elevando-se 17,8% em relação ao ano anterior e constituindo o quarto resultado anual positivo em sequência. Os fluxos de IED, que apresentaram expansão generalizada em relação a todos os grupos de países, cresceram 16,8%, se considerado o conjunto de países desenvolvidos, os quais absorveram US\$1 trilhão do fluxo anual, e 19,5% em relação ao conjunto dos países em desenvolvimento e em transição, que receberam US\$536 bilhões.

Quadro 5.24 – Investimentos estrangeiros diretos

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	7 381	11 441	18 822	20 852	13 733	34 585
Ingressos	14 170	18 230	32 399	27 124	23 108	50 233
Saídas	6 789	6 789	13 577	6 272	9 376	15 648
Participação no capital	5 405	9 968	15 373	15 168	10 907	26 074
Ingressos	9 610	13 159	22 769	18 615	15 719	34 335
Moeda	8 046	12 479	20 525	17 340	14 367	31 707
Autônomos	8 046	12 248	20 295	17 340	14 367	31 707
Privatizações	0	230	230	0	0	0
Conversões	1 559	675	2 234	1 263	1 339	2 602
Autônomos	1 559	675	2 234	1 263	1 339	2 602
Privatizações	0	0	0	0	0	0
Mercadoria	4	5	9	12	14	26
Saídas	4 205	3 191	7 396	3 448	4 813	8 260
Empréstimos intercompanhias	1 976	1 473	3 450	5 684	2 826	8 510
Ingressos	4 560	5 071	9 631	8 509	7 389	15 898
Saídas	2 584	3 598	6 181	2 824	4 563	7 387
Das quais conversões	349	454	803	529	890	1 419
Memo:						
Contribuição líquida das conversões para IED	1 210	221	1 431	733	450	1 183
Desembolsos totais por meio de conversões	1 559	675	2 234	1 263	1 339	2 602
Saídas de conversões de empr. intercompanhias	349	454	803	529	890	1 419

Quadro 5.25 – Investimentos estrangeiros diretos – Participação por país

US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	9 548	13 159	22 706	18 615	15 719	34 335
Países Baixos	1 065	2 441	3 506	6 576	1 553	8 129
Estados Unidos	2 346	2 176	4 522	3 262	2 811	6 073
Luxemburgo	596	150	746	650	2 207	2 857
Espanha	715	848	1 564	1 406	796	2 202
Alemanha	204	663	867	1 226	575	1 801
Ilhas Cayman	1 278	697	1 974	1 228	376	1 604
Bermudas	226	289	515	299	1 199	1 497
França	342	421	763	271	962	1 233
Reino Unido	88	338	426	371	682	1 053
Suíça	391	1 268	1 659	287	618	905
Canadá	805	483	1 287	380	439	819
Chile	11	15	27	8	709	717
Bahamas	21	44	65	211	391	603
Portugal	226	121	347	201	316	517
Japão	228	431	660	191	310	501
Austrália	22	95	117	227	267	494
México	6	775	782	340	69	409
Ilhas Virgens Britânicas	127	159	286	143	228	371
Itália	152	102	254	193	119	313
Noruega	81	288	369	200	84	284
Coréia do Sul	42	68	110	145	120	265
Uruguai	142	96	237	77	135	212
Colômbia	1	231	232	162	6	167
Panamá	48	92	140	54	88	141
Dinamarca	56	41	97	72	50	122
Áustria	8	8	16	18	98	116
Bélgica	8	270	278	72	19	91
Finlândia	8	1	9	6	82	88
Argentina	39	87	126	31	39	70
Irlanda	31	6	37	6	58	64
Suécia	13	7	20	56	8	64
Antilhas Holandesas	2	0	2	21	9	29
Cingapura	9	70	79	5	19	24
Hong Kong	82	19	101	8	6	13
Costa Rica	0	212	212	0	0	0
Demais países	130	145	275	214	274	488

Quadro 5.26 – Investimentos estrangeiros diretos – Participação por setor^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	9 548	13 159	22 706	18 615	15 720	34 335
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	667	875	1 542	1 108	3 643	4 751
Extração de minerais metálicos e atividades de apoio	288	306	595	639	2 610	3 249
Extração de petróleo, gás natural e atividades de apoio	283	250	532	336	556	892
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	83	93	176	118	185	303
Demais	13	225	239	16	291	307
Indústria	3 616	4 846	8 462	7 518	5 963	13 481
Metalurgia	904	809	1 713	3 479	1 220	4 699
Produtos alimentícios	141	384	525	341	1 411	1 752
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	16	244	260	494	1 149	1 644
Produtos químicos	378	559	936	1 242	136	1 378
Veículos automotores, reboques e carrocerias	225	65	290	436	425	861
Produtos de borracha e de material plástico	157	61	219	225	269	494
Celulose, papel e produtos do papel	77	1 542	1 619	337	140	477
Produtos minerais não-metálicos	108	43	152	161	294	454
Máquinas e equipamentos	232	126	357	136	293	428
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	31	239	270	237	148	385
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	75	115	191	48	113	160
Equip. de informática, produtos eletrônicos e ópticos	199	95	294	80	79	159
Produtos diversos	19	7	27	35	88	124
Produtos têxteis	627	22	649	64	26	90
Outras indústrias	427	534	962	204	172	376
Serviços	5 264	7 438	12 702	9 989	6 114	16 103
Serviços financeiros e atividades auxiliares	1 045	1 947	2 993	3 073	1 450	4 524
Comércio, exceto veículos	751	776	1 527	1 669	1 090	2 759
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	112	52	164	1 471	136	1 607
Construção de edifícios	536	76	613	621	618	1 240
Eletricidade, gás e outras utilidades	1 143	1 188	2 332	574	482	1 055
Atividades imobiliárias	423	468	890	361	461	822
Telecomunicações	269	945	1 214	444	108	551
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	116	136	252	180	336	516
Transporte	9	154	163	270	118	387
Serviços financeiros – Holdings não financeiras	173	265	438	250	126	376
Serviços de tecnologia da informação	57	85	141	106	85	191
Serviços de escritório e apoio administrativo	37	144	181	57	107	164
Serviços de arquitetura e engenharia	30	173	203	85	46	132
Armazenamento e ativ. auxiliares de transportes	68	71	140	86	35	121
Obras de infra-estrutura	23	191	213	32	89	121
Outros serviços	471	766	1 237	711	826	1 537

1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

2/ Inclui siderurgia.

3/ Inclui indústria de peças automotivas.

4/ Inclui obras de infra-estrutura relacionadas aos setores energético e de telecomunicações.

5/ Inclui internet.

Após longo período de relativa estagnação, os fluxos de IED direcionados à América Latina e Caribe recuperaram-se e atingiram o recorde de US\$125,8 bilhões em 2007. Destacaram-se os aumentos de IED em novos projetos e em expansão da capacidade produtiva (*greenfield*), em oposição ao padrão observado em países desenvolvidos, onde a expansão do IED foi liderada, principalmente, pelas operações de fusão e aquisição de empresas. Essa situação refletiu, principalmente, a retomada de uma trajetória de crescimento sustentado na América Latina e Caribe nos últimos anos. Os fluxos continuaram distribuídos de forma desigual e concentrados em poucos países de destino. Nesse sentido, enquanto os fluxos direcionados à região cresceram 50,1%, os direcionados à Ásia e à África aumentaram 6,6% e 0,3%, respectivamente.

Acompanhando o crescimento dos IED na América Latina, os fluxos para o Brasil atingiram o recorde de US\$34,6 bilhões, elevando-se 83,7% em relação a 2006 e superando os elevados ingressos registrados de 1998 a 2001, período favorecido por fluxos relacionados ao programa de privatizações. Essa evolução é expressa pelo aumento no estoque de investimentos estrangeiros diretos, que totalizava US\$328,5 bilhões em 2007.

Do total dos ingressos líquidos de 2007, a participação no capital de empresas no país somou US\$26,1 bilhões, dos quais US\$2,6 bilhões referentes às operações de conversões de dívida externa em investimentos. Ressalte-se que, dessas conversões, US\$1,4 bilhão originaram-se de amortizações de empréstimos intercompanhias, já incluídos no total dos investimentos estrangeiros diretos. Dessa forma, a contribuição líquida das conversões aos investimentos situou-se em US\$1,2 bilhão. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US\$8,5 bilhões, ante US\$3,5 bilhões em 2006.

Na modalidade de participação no capital, os ingressos de investimentos estrangeiros diretos originados dos Países Baixos, principal investidor estrangeiro no país, somaram US\$8,1 bilhões em 2007, representando 23,7% do total. Outras inversões expressivas originaram-se dos EUA, US\$6,1 bilhões, 17,7% do total; Luxemburgo, US\$2,9 bilhões, 8,3%; e Espanha, US\$2,2 bilhões, 6,4%.

Os ingressos de IED direcionados aos três setores de atividades registraram aumentos significativos em 2007. O setor serviços, apesar de perder participação, manteve-se como o maior receptor desses fluxos, absorvendo US\$16,1 bilhões, que representaram 46,9% do total do ano e 26,8% de crescimento em relação a 2006. As maiores expansões foram registradas nos segmentos serviços financeiros, comércio, consultoria, construção, seguros e transportes, enquanto registraram-se recuos nos fluxos direcionados aos setores de eletricidade, gás e outras utilidades e telecomunicações. Os IED destinados ao setor industrial cresceram 59,3% no ano, totalizando US\$13,5 bilhões, com destaque para as expansões registradas nos segmentos coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, produtos alimentícios, produtos de minerais não metálicos, veículos automotores, metalurgia, produtos de borracha e de material plástico. Os ingressos direcionados

Quadro 5.27 – Investimentos estrangeiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 728	10 804	9 076	24 179	23 925	48 104
Receitas	52 259	47 108	99 367	87 058	122 869	209 927
Despesas	53 987	36 304	90 291	62 879	98 944	161 823
Investimentos em ações	4 141	3 575	7 716	7 584	18 634	26 217
Receitas	26 886	24 401	51 287	46 348	73 075	119 424
Despesas	22 745	20 826	43 571	38 765	54 442	93 206
Negociadas no país	2 334	3 525	5 859	6 239	18 374	24 613
Receitas	24 600	23 911	48 511	44 545	72 036	116 581
Despesas	22 266	20 386	42 652	38 307	53 662	91 968
Negociadas no exterior (ADR)	1 807	50	1 857	1 345	259	1 604
Receitas	2 286	490	2 776	1 803	1 040	2 842
Despesas	480	440	919	458	780	1 238
Títulos de renda fixa	-5 869	7 229	1 360	16 595	5 291	21 887
Receitas	25 373	22 707	48 080	40 710	49 793	90 503
Despesas	31 242	15 478	46 720	24 114	44 502	68 616
Negociados no país	6 066	4 976	11 042	12 512	7 970	20 482
Médio e longo prazos	3 941	3 031	6 971	8 232	5 317	13 548
Receitas	10 121	7 655	17 776	15 961	25 026	40 987
Despesas	6 180	4 625	10 805	7 729	19 709	27 439
Curto prazo	2 125	1 945	4 070	4 280	2 653	6 933
Receitas	5 881	4 519	10 400	8 299	12 038	20 337
Despesas	3 756	2 574	6 330	4 018	9 385	13 403
Negociados no exterior	-11 935	2 253	-9 682	4 083	-2 678	1 405
Bônus	-13 304	81	-13 223	-3 435	-4 445	-7 880
Privados	0	25	25	-100	-3	-103
Desembolsos	0	125	125	0	0	0
Amortizações	0	100	100	100	3	103
Públicos	-13 304	56	-13 248	-3 335	-4 442	-7 777
Desembolsos	2 060	3 390	5 450	2 883	0	2 883
Novos ingressos	1 862	2 890	4 752	2 883	0	2 883
Refinanciamentos	198	500	698	0	0	0
Amortizações	15 364	3 334	18 698	6 218	4 442	10 660
Pagas	15 166	2 601	17 767	6 218	4 442	10 660
Valor de face	14 257	2 337	16 594	5 179	3 970	9 149
Descontos	-909	-263	-1 172	-1 039	-472	-1 512
Refinanciadas	198	733	931	0	0	0
Notes e commercial papers	1 768	1 682	3 450	4 380	1 254	5 633
Desembolsos	5 504	4 739	10 244	8 330	7 104	15 434
Amortizações	3 737	3 057	6 794	3 950	5 850	9 801
Títulos de curto prazo	-399	490	91	3 138	513	3 651
Desembolsos	1 806	2 278	4 084	5 237	5 625	10 862
Amortizações	2 205	1 788	3 993	2 099	5 112	7 211

às indústrias de celulose e papel, têxteis, equipamentos de informática e produtos farmacêuticos e farmacêuticos apresentaram a maior retração. Os fluxos de IED direcionados à agricultura, pecuária e atividade extrativa mineral, que cresceram 208,1% em relação a 2006, atingindo US\$4,8 bilhões, concentraram-se nas atividades de extração de minerais metálicos, com participação de 9,5% no total dos ingressos de 2007.

Os segmentos dos investimentos estrangeiros em carteira apresentaram expressiva melhoria em 2007, em relação ao ano anterior. Os fluxos de capitais, impulsionados pela busca de rentabilidade, totalizaram ingressos líquidos de US\$48,1 bilhões, ante US\$9,1 bilhões em 2006, resultado dos aumentos de 111,3% nos ingressos e de 79,2% nas remessas. O comportamento dos fluxos distribuídos por instrumento financeiro foi diferenciado ao longo dos doze meses. Afetado pela liquidez nos mercados financeiros, o fluxo relativo ao mercado de ações, com forte alta em 2005 e 2006, esteve muito ativo em 2007, quando os preços das ações em mercados emergentes atingiram níveis elevados. Em 2007, os desembolsos líquidos desses investimentos somaram US\$26,2 bilhões, ante US\$7,7 bilhões em 2006, com as receitas elevando-se 132,9%, para US\$119,4 bilhões, e as despesas aumentando 113,9%, para US\$93,2 bilhões.

O resultado desse segmento refletiu a aceleração do ingresso líquido de investimento estrangeiro em ações negociadas no país, que respondeu por 93,9% do ingresso líquido do investimento estrangeiro em ações. Em 2007, tal ingresso somou US\$24,6 bilhões, ante US\$5,9 bilhões no ano anterior, com intensificação das operações na segunda metade do ano, período em que superaram em 194,5% os valores líquidos do primeiro semestre. As colocações de ADR, de valores menos importantes, somaram ingressos líquidos de US\$1,6 bilhão, ante US\$1,9 bilhão em 2006.

Os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa, com fluxos mais expressivos no primeiro semestre de 2007, registraram desembolsos líquidos de US\$21,9 bilhões, ante US\$1,4 bilhão no ano anterior. Os montantes negociados atingiram patamares sem precedentes, US\$90,5 bilhões nos ingressos e US\$68,6 bilhões nas remessas, representando aumento de 88,2% e 46,9% em relação a 2006. Os valores líquidos das operações efetuadas no segundo semestre foram 68,1% inferiores aos daquelas da primeira metade do ano.

Os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa, negociados no país, apresentaram desembolsos significativos, acumulando ingressos líquidos de US\$20,5 bilhões, ante US\$11 bilhões em 2006, dos quais US\$12,5 bilhões no primeiro semestre do ano.

O fluxo de capitais referente a bônus soberanos registrou saídas líquidas de US\$7,8 bilhões em 2007, como consequência não apenas do cronograma original de vencimentos, mas, principalmente, dos resgates antecipados de dívida (programa de recompras, ofertas públicas e exercícios de cláusulas de antecipação de pagamentos). Do ponto de vista das novas emissões, destaquem-se os desembolsos totais,

US\$2,9 bilhões, advindos do lançamento dos bônus *Global BRL 28*, US\$1,9 bilhão, incluindo reabertura, e da reabertura dos bônus *Global 17*, US\$525 milhões, e *Global 37*, US\$500 milhões.

As operações de *notes* e *commercial papers* apresentaram ingressos líquidos de US\$5,6 bilhões, ante US\$3,5 bilhões em 2006. Os títulos de curto prazo registraram desembolsos líquidos de US\$3,7 bilhões em 2007, ante US\$91 milhões no ano anterior. Os ingressos cresceram 166%, e as saídas, 80,6%.

Quadro 5.28 – Outros investimentos estrangeiros

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	7 083	17 021	24 104	31 493	431	31 923
Crédito comercial (de fornecedores)	8 369	4 420	12 789	17 213	298	17 511
Longo prazo	-345	-496	-841	-323	456	133
Desembolsos	417	395	812	434	1 184	1 618
Amortizações	762	890	1 653	756	728	1 484
Curto prazo (líquido)	8 714	4 916	13 630	17 536	-158	17 378
Empréstimos	-2 292	12 143	9 851	13 638	156	13 794
Autoridade monetária	-69	-69	-138	-69	-69	-138
Operações de regularização	0	0	0	0	0	0
FMI	0	0	0	0	0	0
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	0	0	0	0	0	0
Outros empréstimos de longo prazo	-69	-69	-138	-69	-69	-138
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	69	69	138	69	69	138
Demais setores	-2 223	12 213	9 990	13 707	225	13 933
Longo prazo	932	9 574	10 505	-8 071	8 234	163
Desembolsos	7 345	19 905	27 250	4 048	12 028	16 076
Organismos ^{1/}	3 608	1 492	5 100	957	1 998	2 955
Agências	752	717	1 469	266	553	819
Compradores	1 001	1 116	2 117	774	5 510	6 284
Empréstimos diretos	1 985	16 579	18 564	2 050	3 968	6 018
Amortizações	6 414	10 331	16 745	12 119	3 794	15 914
Organismos ^{1/}	1 069	1 081	2 150	998	955	1 953
Agências	3 131	339	3 470	269	246	515
Compradores	1 257	1 056	2 313	645	776	1 420
Empréstimos diretos	957	7 855	8 812	10 208	1 817	12 025
Curto prazo	-3 154	2 639	-516	21 778	-8 008	13 770
Moeda e depósitos	1 002	456	1 458	629	-22	607
Outros passivos	4	1	5	13	-1	11
Longo prazo	0	0	0	0	0	0
Curto prazo	4	1	5	13	-1	11

1/ Inclui Corporação Financeira Internacional (CFI).

Os outros investimentos estrangeiros registraram ingressos líquidos de US\$31,9 bilhões, ante US\$24,1 bilhões em 2006, crescimento proveniente das operações de curto prazo, tanto nos créditos comerciais como nos empréstimos. Conseqüentemente, ao mesmo tempo em que a dívida externa de médio e longo prazo permaneceu praticamente estável, desde o final de 2006, a dívida de curto prazo elevou-se significativamente ao longo de 2007. O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos de US\$17,5 bilhões, ante US\$12,8 bilhões em 2006. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram ingressos líquidos de US\$133 milhões, enquanto os créditos de curto prazo líquidos somaram ingressos de US\$17,4 bilhões, ante US\$13,6 bilhões em 2006.

Os empréstimos e financiamentos de médio e longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US\$163 milhões, enquanto os de curto prazo registraram desembolsos líquidos de US\$13,8 bilhões, ante amortizações líquidas de US\$516 milhões em 2006. As operações de empréstimos dos demais setores de longo prazo concentraram-se em compradores, com desembolsos líquidos de US\$4,9 bilhões; organismos, US\$1 bilhão; e agências, US\$304 milhões. Adicionalmente, ocorreram amortizações líquidas de US\$6 bilhões de empréstimos diretos, ante desembolsos líquidos de US\$9,8 bilhões no ano anterior. Os ingressos líquidos de recursos de não-residentes mantidos no país sob a forma de depósitos e moeda somaram US\$607 milhões, ante US\$1,5 bilhão no ano anterior.

Quadro 5.29 – Investimentos brasileiros diretos

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-4 502	-23 700	-28 202	3 426	-10 493	-7 067
Retornos	501	628	1 129	10 442	12 055	22 497
Saídas	5 003	24 328	29 331	7 016	22 547	29 563
Participação no capital	-4 525	-18 889	-23 413	-4 620	-5 471	-10 091
Retornos	390	613	1 002	658	1 386	2 044
Saídas	4 915	19 501	24 416	5 279	6 856	12 135
Empréstimos intercompanhias	23	-4 812	-4 789	8 046	-5 022	3 025
Ingressos	111	15	126	9 784	10 669	20 453
Saídas	88	4 827	4 915	1 737	15 691	17 428

As condições favoráveis ao financiamento das contas externas podem ser entendidas como requisito para a internacionalização das empresas brasileiras, que ampliam escala e passam a ter participação relevante no mercado mundial, com mudança expressiva no patamar de valores da conta investimentos brasileiros no exterior. Essa evolução fica evidenciada pelo aumento no estoque de investimentos brasileiros diretos no exterior, que totalizaram US\$129,8 bilhões em 2007.

Os investimentos brasileiros diretos no exterior somaram aplicações líquidas de US\$7,1 bilhões, ante US\$28,2 bilhões em 2006, quando os investimentos brasileiros diretos superaram, pela primeira vez, os investimentos estrangeiros diretos, ambos em valores líquidos. Em 2007, do total, US\$10,1 bilhões referiam-se a aumento de participações, saídas líquidas para constituição de novos ativos brasileiros no exterior, ante

Quadro 5.30 – Investimentos brasileiros em carteira

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 034	-1 029	6	-52	338	286
Receitas	3 857	2 167	6 024	2 328	3 408	5 736
Despesas	2 823	3 195	6 018	2 380	3 070	5 449
Investimentos em ações	-387	-529	-915	-686	-727	-1 413
Receitas	160	247	406	163	399	562
Despesas	546	775	1 322	849	1 127	1 976
<i>Brazilian Depositary Receipts (BDR)</i>	-291	-323	-614	-452	-784	-1 235
Receitas	3	3	6	10	1	12
Despesas	294	326	620	462	785	1 247
Demais	-96	-205	-301	-234	56	-178
Receitas	156	244	400	152	398	550
Despesas	252	449	701	387	342	728
Títulos de renda fixa	1 421	-500	921	634	1 065	1 699
Receitas	3 698	1 920	5 618	2 165	3 008	5 173
Despesas	2 277	2 420	4 697	1 531	1 943	3 474

Quadro 5.31 – Outros investimentos brasileiros

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-3 929	-4 486	-8 416	-19 330	607	-18 723
Empréstimos	-1 983	-3 032	-5 015	- 15	-1 759	-1 773
Longo prazo	-2 096	-2 883	-4 979	74	-1 665	-1 590
Receitas	788	725	1 513	2 109	789	2 898
Despesas	2 884	3 608	6 492	2 035	2 453	4 489
Curto prazo (líq.)	113	- 149	- 35	- 89	- 94	- 183
Moeda e depósitos	-1 698	-1 045	-2 743	-18 890	2 607	-16 283
Bancos	- 703	- 531	-1 234	-9 974	- 738	-10 712
Demais setores	- 995	- 514	-1 509	-8 916	3 345	-5 571
Demais	- 995	- 514	-1 509	-8 916	3 345	-5 571
Outros ativos	- 248	- 410	- 658	- 425	- 241	- 666
Longo prazo	- 51	- 147	- 198	- 205	- 54	- 260
Receitas	3	0	4	236	86	322
Despesas	54	147	201	441	140	581
Curto prazo	- 197	- 262	- 460	- 219	- 187	- 406

Quadro 5.32 – Fluxos financeiros por credor externo – Itens selecionados^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	2007
Bird ^{2/3/}	-615	-121	1 255	-535
Desembolsos	1 524	1 644	2 717	938
Amortizações	1 821	1 424	1 046	947
Juros	317	341	416	526
BID ^{3/}	-1 965	-576	710	361
Desembolsos	719	1 073	2 388	2 017
Amortizações	2 026	1 106	1 084	1 006
Juros	658	543	594	650
FMI	-5 577	-24 370	-125	-23
Desembolsos	-	-	-	-
Amortizações	4 363	23 271	-	-
Juros	1 214	1 099	125	23
Agências governamentais				
Agências	-2 314	-1 765	-2 278	50
Desembolsos	785	1 219	1 469	819
Amortizações	2 617	2 624	3 470	515
Juros	482	360	277	255
Memo:				
Clube de Paris	-1 638	-1 090	-2 667	-
Amortizações	1 418	985	2 584	-
Juros	220	105	83	-
Bônus	-5 815	-3 438	-18 727	-12 718
Desembolsos	5 928	12 490	5 575	2 883
Novos ingressos	5 928	7 981	4 877	2 883
Refinanciamentos	0	4 509	698	-
Amortizações	6 368	10 282	18 798	10 763
Pagas	6 368	5 773	16 694	9 251
Refinanciadas	0	4 509	2 103	1 512
Juros	5 375	5 645	5 504	4 838
Notes e commercial papers	-9 360	-6 392	-99	2 290
Desembolsos	5 085	7 337	10 194	15 434
Amortizações	11 196	10 463	6 769	9 801
Juros	3 249	3 265	3 524	3 343
Intercompanhias – IED	-1 431	-1 231	1 884	6 716
Desembolsos	5 259	8 018	9 590	15 898
Amortizações	5 683	7 997	6 181	7 387
Juros	1 007	1 253	1 525	1 794
Bancos ^{4/}	-2 817	-2 403	7 614	-3 130
Desembolsos	5 227	4 039	20 563	12 302
Amortizações	6 683	5 114	11 125	13 428
Juros	1 361	1 329	1 824	2 004
De empréstimos	866	992	1 481	1 676
De financiamentos	495	337	343	328

^{1/} Não inclui fornecedores.^{2/} Inclui CFI.^{3/} Inclui empréstimos e financiamentos.^{4/} Inclui empréstimos de bancos e créditos de compradores.

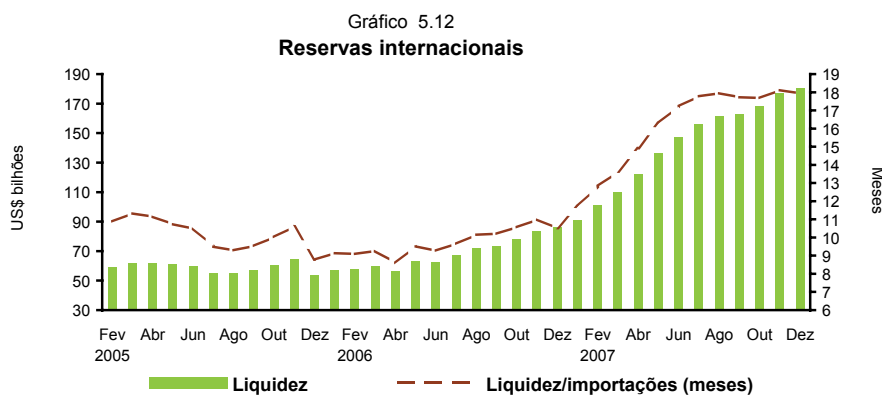
US\$23,4 bilhões registrados em 2006. Os empréstimos de empresas brasileiras a coligadas no exterior proporcionaram retornos líquidos de US\$3 bilhões, ante aplicações líquidas de US\$4,8 milhões em 2006.

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram retornos líquidos de US\$286 milhões em 2007, ante US\$6 milhões no ano anterior, registrando-se remessas líquidas de US\$1,4 bilhão em investimentos em ações de companhias estrangeiras, ante US\$915 milhões em 2006. Os investimentos em títulos de renda fixa apresentaram retornos líquidos de US\$1,7 bilhão em 2007, ante a US\$921 milhões no ano anterior.

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram saídas líquidas de US\$18,7 bilhões, ante US\$8,4 bilhões em 2006, evolução associada, principalmente, às aplicações na forma de moeda e depósitos, US\$16,3 bilhões, das quais US\$10,7 bilhões de bancos e US\$5,6 bilhões de demais setores. O saldo dos empréstimos de longo prazo ao exterior somou remessas líquidas de US\$1,6 bilhão, ante US\$5 bilhões, em 2006. Os outros ativos totalizaram remessas líquidas de US\$666 milhões, dos quais US\$406 milhões de curto prazo.

Reservas internacionais

O permanente influxo de recursos externos ao longo de 2007 permitiu ao Banco Central efetuar compras líquidas no mercado doméstico de câmbio de US\$78,6 bilhões. As compras contribuíram decisivamente para que as reservas internacionais atingissem, ao final do ano, o recorde de US\$180,3 bilhões, o que representou crescimento de US\$94,5 bilhões em relação ao ano anterior.



As operações externas do Banco Central somaram receitas líquidas de US\$15,9 bilhões. Os desembolsos totais, US\$2,9 bilhões, ocorreram exclusivamente em função do lançamento de bônus, conforme discriminado a seguir: *Global 17*, US\$525 milhões; *Global 37*, US\$500 milhões; e *Global BRL 28*, US\$1,9 bilhão.

As amortizações totalizaram US\$140 milhões, sendo US\$138 milhões referentes ao *Multiyear Deposit Facility Agreement (MYDFA)*.

A receita líquida de juros somou US\$6,3 bilhões no ano, resultado de pagamentos de juros sobre alocações para o FMI, de US\$23 milhões, e de receitas com a remuneração das reservas, de US\$6,3 bilhões.

As demais operações totalizaram receitas líquidas de US\$6,9 bilhões, fundamentalmente pela apropriação dos ganhos de preços de títulos, US\$5,3 bilhões, e de paridades, US\$1,8 bilhão.

Quadro 5.33 – Demonstrativo de variação das reservas internacionais

US\$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007
I – Posição das reservas (final do ano anterior)	52 935	53 799	85 839
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervenção)	21 491	34 336	78 589
Pronto	21 491	34 336	78 589
Linhas com recompra	-	-	-
Linhas para exportação	-	-	-
2. Operações externas do Banco Central	-20 627	-2 297	15 905
Desembolsos	12 490	6 605	2 883
Bônus	12 490	5 450	2 883
Organismos	-	1 155	-
Amortizações	-27 914	-12 856	-140
Bônus e MYDFA	-4 641	-12 854	-138
Organismos	-23 273	-2	-2
Clube de Paris	-	-	-
Juros	-2 261	2 417	6 300
Bônus e MYDFA	-2 441	-273	-7
Organismos	-1 099	-125	-24
Clube de Paris	-2	-	-
Remuneração das reservas	1 280	2 815	6 330
Demais ^{1/}	-2 941	1 537	6 863
II – Total das operações do Banco Central (1+2)	864	32 040	94 495
III – Posição das reservas (final de período)	53 799	85 839	180 334
Memo:			
Mercado de câmbio liquidado:	21 491	34 336	78 589
Operações com clientes no país (líquido)	19 223	36 428	87 940
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	-475	-	-
Variação da posição dos bancos (líquido) ^{2/}	2 743	-2 092	-9 351

1/ Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

2/ A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do Banco Central nas modalidades pronto e linhas para exportação.

Serviço da dívida externa do Tesouro Nacional

Em 2007, diante da continuidade do desempenho favorável das contas externas do país, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer face ao serviço da dívida, principal e juros, relativo a bônus. Ao longo do ano, as liquidações da STN em mercado somaram US\$14 bilhões, dos quais US\$9,1 bilhões referentes a principal, e US\$4,8 bilhões, a juros. Dentre os pagamentos de principal, destacaram-se os referentes aos bônus *Global 07-N*, US\$571,7 milhões; *Euromarco 07*, US\$603 milhões; *Samurai 07*, US\$526,9 milhões; *Global 07*, US\$959 milhões; *Eurolibra 07*, US\$278,6 milhões; e *Euro 07*, US\$820,6 milhões.

Quadro 5.34 – Tesouro Nacional – Serviço da dívida externa ^{1/}

US\$ milhões

Período	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
2007						
Jan	597	895	1 491	1 491	-	1 491
Fev	1 177	614	1 791	1 791	-	1 791
Mar	837	205	1 042	1 042	-	1 042
Abr	1 485	479	1 963	1 963	-	1 963
Mai	778	198	976	976	-	976
Jun	305	135	440	440	-	440
Jul	1 579	979	2 558	2 558	-	2 558
Ago	532	370	902	902	-	902
Set	118	291	409	409	-	409
Out	1 223	449	1 672	1 672	-	1 672
Nov	462	161	624	624	-	624
Dez	55	62	117	117	-	117
Ano	9 149	4 838	13 986	13 986	-	13 986

^{1/} Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus e Clube de Paris.

O programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira no mercado internacional, que até dezembro de 2006 tinha como foco títulos com vencimento até 2012, passou a abranger, a partir de janeiro de 2007, potencialmente todos os títulos, independentemente de seu vencimento. Além disso, o programa passou a ser conduzido por meio da mesa de operações de dívida externa do Tesouro Nacional. Sua principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no exterior.

Na execução desse programa, foram liquidados cerca de US\$7 bilhões no mercado, dos quais US\$5,4 bilhões gastos nas amortizações, correspondendo ao valor da efetiva redução da dívida externa; US\$121 milhões em juros decorridos; e US\$1,5 bilhão em despesas de ágio.

Quadro 5.35 – Tesouro Nacional – Operações de recompra de títulos soberanos da dívida externa
Pela data de liquidação

US\$ milhões				
Período	Principal	Juros	Ágio/Deságio	Total
2007				
Jan	25	1	6	31
Fev	575	8	131	714
Mar	821	13	258	1 092
Abr	958	20	284	1 262
Mai	778	25	295	1 098
Jun	305	10	66	381
Jul	342	9	73	423
Ago	532	11	121	664
Set	102	2	27	132
Out	403	9	103	515
Nov	462	12	128	602
Dez	55	1	21	77
Ano	5 358	121	1 511	6 990

Dívida externa

A dívida externa total alcançou US\$193 bilhões em dezembro de 2007, elevando-se US\$21 bilhões em relação ao estoque de dezembro de 2006. A dívida de médio e longo prazo aumentou US\$2 bilhões no período, atingindo US\$154,3 bilhões, enquanto a dívida de curto prazo cresceu US\$18,6 bilhões, para US\$38,9 bilhões, e o estoque de empréstimos intercompanhias aumentou US\$20,5 bilhões, situando-se em US\$47,3 bilhões, dos quais US\$43,1 bilhões referentes a empréstimos de médio e longo prazo.

No mesmo período, o estoque de bônus da dívida externa recuou US\$4,8 bilhões, dos quais 97,6% referentes a bônus do setor público.

As operações de empréstimos em moeda respondiam por 39,1% da dívida externa de médio e longo prazo, posição de dezembro de 2007, seguindo-se os bônus, 30,6%, e os financiamentos de comércio, 30,3%. O estoque de empréstimos em moeda permaneceu praticamente estável em 2007, com o aumento do passivo em *notes*, US\$5,7 bilhões, sendo compensado pela redução dos empréstimos diretos em igual montante. Os financiamentos de comércio, em linha com a ampliação da corrente de comércio do país, registraram crescimento de US\$6,8 bilhões em 2007.

O aumento na dívida de curto prazo, de 91,4%, traduziu, fundamentalmente, as elevações nos empréstimos de bancos comerciais, US\$11,1 bilhões, e nas operações de empréstimos dos demais setores, US\$7,7 bilhões.

Em dezembro de 2007, considerado somente o estoque de dívida externa registrada, representativo de 85,7% da dívida externa total, o setor privado figurava como maior devedor, 51,2% desse total, acumulando US\$75,2 bilhões em recursos de médio e longo prazo e US\$9,7 bilhões em recursos de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazo do setor privado concentrava-se na modalidade *notes*, US\$42,9 bilhões, responsável por 51% do passivo privado registrado.

Quadro 5.36 – Endividamento externo bruto^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
A. Dívida total (B+C)	214 930	201 374	169 450	172 589	193 219
B. Dívida de médio e longo prazo ^{2/}	194 736	182 630	150 674	152 266	154 318
Programa de assistência financeira	28 255	24 946	-	-	-
FMI	28 255	24 946	-	-	-
BIS	-	-	-	-	-
BoJ	-	-	-	-	-
Demais empréstimos do FMI	-	-	-	-	-
Bônus de dívida reestruturada (<i>Bradies</i>)	16 068	14 174	6 948	-	-
Demais bônus ^{3/}	45 747	48 059	55 842	51 968	47 195
Financiamentos de importações	47 869	42 609	38 877	39 983	46 758
Organismos internacionais	23 433	22 241	21 779	25 148	26 981
Agências governamentais	12 856	10 970	8 614	6 259	6 482
Outros financiadores	11 579	9 398	8 483	8 575	13 295
Empréstimos em moeda	56 797	52 842	49 007	60 315	60 365
<i>Notes</i> ^{4/}	46 661	42 037	38 257	40 151	45 884
Empréstimos diretos	10 136	10 805	10 750	20 164	14 481
Empréstimos diversos	-	-	-	-	-
C. Dívida de curto prazo	20 194	18 744	18 776	20 323	38 901
Linhas de crédito de importação de petróleo	-	-	-	-	-
Bancos comerciais	14 822	15 991	15 701	16 527	27 613
Financiamento rural (Resolução nº 2.483)	-	-	-	-	-
Outras operações	5 372	2 753	3 075	3 796	11 288
Financiamentos	1 299	782	602	530	305
Empréstimos	4 073	1 971	2 473	3 266	10 983
D. Empréstimos intercompanhias	20 484	18 808	18 537	26 783	47 276
E. Dívida total + empréstimos intercompanhias (A+D)	235 414	220 182	187 987	199 372	240 495

1/ A partir de 2001 contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas, e exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, que podem não coincidir com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ Inclui *pré-bradies* (BIB).

4/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

Os restantes 48,8% da dívida externa registrada, de responsabilidade do setor público, dividiam-se em US\$79,2 bilhões de passivos com prazo original superior a 360 dias e US\$1,6 bilhão de curto prazo. Do total da dívida externa de médio e longo prazo do setor público não financeiro, 84% concentravam-se no Tesouro Nacional, dos quais US\$46,1 bilhões na modalidade bônus. A dívida dos governos estaduais e municipais representava 10% do total do setor público não financeiro, concentrada em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, 6% do total do setor público não financeiro, representava créditos concedidos por organismos internacionais, bancos e agências, além da emissão de *notes*.

A dívida contratada com aval do setor público atingiu US\$13,5 bilhões em dezembro de 2007, dos quais apenas US\$436 milhões constituíam dívida do setor privado.

O esquema de amortização da dívida externa bruta registrada de médio e longo prazo, de acordo com a posição de dezembro de 2007, revela concentração de 51,2% do total de vencimentos nos próximos cinco anos. Considerando a dívida de médio e longo prazo com vencimentos até 2012, a participação do setor público não financeiro atingia 32%; a do setor público financeiro, 6%; e a do setor privado, 62%.

Quadro 5.37 – Dívida externa registrada

US\$ milhões					Posição: 31.12.2007			
Devedor	Credor							
	Bônus	Organis- mos ^{1/}	Bancos	Notes ^{2/}	Agências	Fornece- dores	Outros	Total
A. Total	47 195	27 200	26 211	51 823	6 482	5 197	1 497	165 606
B. Médio e longo prazo	47 195	26 981	21 423	45 884	6 482	5 063	1 289	154 318
Setor público	46 070	22 421	4 299	3 028	3 078	269	1	79 165
Setor público não financeiro	46 070	18 277	1 917	1 500	2 216	269	1	70 250
Tesouro Nacional	46 070	11 102	989	-	666	164	-	58 991
Banco Central do Brasil	-	-	-	-	14	-	-	14
Estatais	-	887	621	1 500	1 110	97	1	4 215
Estados e municípios	-	6 289	307	-	426	8	-	7 029
Setor financeiro	-	4 143	2 382	1 528	862	-	-	8 915
Setor privado	1 125	4 560	17 125	42 856	3 405	4 794	1 289	75 153
Não financeiro	1 000	2 692	12 884	22 105	3 269	4 782	511	47 244
Financeiro	125	1 868	4 240	20 750	136	12	778	27 910
C. Curto prazo	-	219	4 788	5 939	-	134	208	11 288
Empréstimos	-	175	4 661	-	-	-	208	5 044
Não financeiro	-	-	539	-	-	-	35	574
Financeiro	-	175	4 123	-	-	-	173	4 470
Financiamento de importações	-	44	126	5 939	-	134	-	6 244
Não financeiro	-	-	5	4	-	134	-	143
Financeiro	-	44	122	5 936	-	-	-	6 101
D. Empréstimos intercompanhias	255	-	-	3 223	-	-	43 798	47 276
E. Dívida total + empréstimos intercompanhias (A+D)	47 451	27 200	26 211	55 046	6 482	5 197	45 295	212 882

1/ Inclui FMI.

2/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

Quadro 5.38 – Dívida pública externa registrada

Composição do principal por devedor e avalista

US\$ milhões

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Governo federal (contratada diretamente)	76 729	75 345	75 161	63 942	58 991
Estados e municípios	6 364	6 904	6 474	6 815	7 055
Direta	2	-	0	-	41
Com aval	6 363	6 904	6 474	6 815	7 013
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	48 328	43 041	14 953	14 777	14 700
Direta	13 708	12 280	9 447	9 041	8 619
Com aval	34 620	30 761	5 505	5 735	6 081
Setor privado (com aval do setor público)	225	128	98	89	436
Total geral	131 646	125 418	96 686	85 622	81 182
Direta	90 439	87 625	84 608	72 983	67 652
Com aval	41 207	37 793	12 078	12 640	13 530
Pelo governo federal	41 023	37 604	12 034	12 597	13 454
Pelos estados e municípios	-	-	4	3	8
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	184	188	40	40	67

Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedorEsquema de amortização^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	Estoque	2008	2009	2010	2011	2012
A. Dívida total (B+C)	165 606	34 588	16 927	16 176	11 515	11 158
B. Dívida de médio e longo prazo	154 318	23 300	16 927	16 176	11 515	11 158
Setor público não financeiro	70 250	4 938	4 519	4 604	5 150	6 070
Governo Central	59 005	3 448	3 345	3 592	4 017	5 111
Demais	11 244	1 490	1 174	1 012	1 133	960
Setor público financeiro	8 915	1 419	571	843	1 394	499
Setor privado	75 153	16 944	11 838	10 729	4 971	4 589
C. Dívida de curto prazo	11 288	11 288	-	-	-	-
Setor público não financeiro	22	22	-	-	-	-
Setor público financeiro	1 559	1 559	-	-	-	-
Setor privado	9 706	9 706	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	47 276	11 399	4 236	3 489	3 405	3 538
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	212 882	45 988	21 163	19 665	14 920	14 696

(continua)

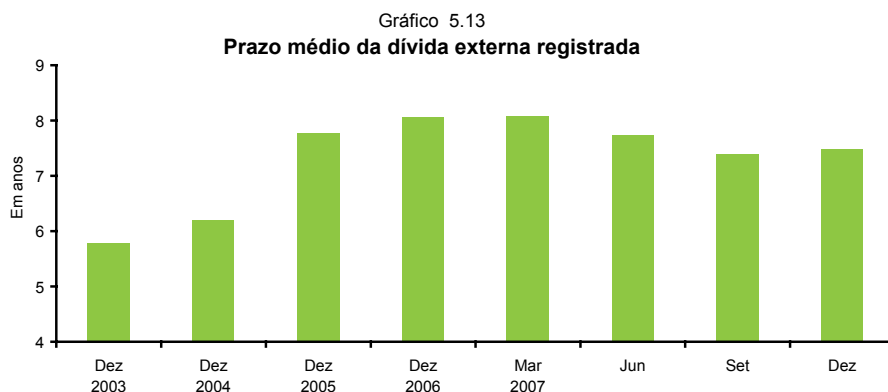
Quadro 5.39 – Dívida externa registrada – Por devedor (continuação)Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões	Posição: 31.12.2007					
Discriminação	2013	2014	2015	2016	2017	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	9 806	5 992	9 880	7 580	6 890	35 093
B. Dívida de médio e longo prazo	9 806	5 992	9 880	7 580	6 890	35 093
Setor público não financeiro	3 547	2 551	5 287	3 499	3 835	26 250
Governo Central	2 618	1 915	3 963	2 819	3 386	24 792
Demais	929	637	1 324	679	449	1 457
Setor público financeiro	1 138	434	394	348	307	1 569
Setor privado	5 122	3 007	4 198	3 734	2 747	7 274
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	0
Setor público não financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	2 565	2 729	2 647	2 469	2 819	7 980
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	12 372	8 721	12 527	10 049	9 708	43 073

^{1/} Inclui operações de regularização.

O esquema de amortização da dívida externa registrada, de acordo com o tipo de credor ou instrumento, revela que os empréstimos em moeda e os bônus correspondiam a 46,8% e 15,8%, respectivamente, dos vencimentos de médio e longo prazo até 2012, enquanto os débitos com organismos internacionais correspondiam a 18,1% dos vencimentos previstos.

O prazo médio da dívida externa registrada reduziu-se de 8,1 anos, em dezembro de 2006, para 7,5 anos, em dezembro de 2007. De acordo com esse último estoque, a dívida referente a fornecedores/compradores se constituía na modalidade com menor prazo médio, 3,3 anos, e a referente a bônus, na de prazo mais longo, 13,7 anos. O prazo médio do passivo com organismos internacionais recuou de 6,7 anos para 6,4 anos em 2007.



Quadro 5.40 – Dívida externa registrada – Por credor

 Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões		Posição: 31.12.2007					
Discriminação	Estoque	2008	2009	2010	2011	2012	
A. Dívida total (B+C)	165 606	34 588	16 927	16 176	11 515	11 158	
B. Dívida de médio e longo prazo	154 318	23 300	16 927	16 176	11 515	11 158	
Organismos internacionais	26 981	2 048	2 566	3 179	2 763	3 724	
Agências governamentais	6 482	837	929	931	730	686	
Compradores	8 232	1 487	1 708	1 432	1 097	1 222	
Fornecedores	5 063	1 235	541	2 028	251	123	
Empréstimos em moeda	60 365	15 266	9 148	6 324	3 648	2 654	
Notes ^{2/}	45 884	10 728	6 263	4 748	1 732	1 783	
Empréstimo direto	14 481	4 538	2 885	1 577	1 916	871	
Bônus	47 195	2 428	2 035	2 282	3 026	2 749	
C. Dívida de curto prazo	11 288	11 288	-	-	-	-	
D. Empréstimos intercompanhias	47 276	11 399	4 236	3 489	3 405	3 538	
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	212 882	45 988	21 163	19 665	14 920	14 696	
Discriminação	2013	2014	2015	2016	2017	Posteriores e vencidos	
A. Dívida total (B+C)	9 806	5 992	9 880	7 580	6 890	35 093	
B. Dívida de médio e longo prazo	9 806	5 992	9 880	7 580	6 890	35 093	
Organismos internacionais	2 264	1 744	1 568	1 313	1 168	4 643	
Agências governamentais	566	454	399	329	234	387	
Compradores	602	387	189	33	15	59	
Fornecedores	309	47	53	45	48	384	
Empréstimos em moeda	4 139	2 205	4 367	3 460	2 517	6 636	
Notes ^{2/}	3 188	1 829	3 761	3 241	2 383	6 229	
Empréstimo direto	951	376	606	219	134	408	
Bônus	1 926	1 156	3 304	2 400	2 907	22 983	
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-	
D. Empréstimos intercompanhias	2 565	2 729	2 647	2 469	2 819	7 980	
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	12 372	8 721	12 527	10 049	9 708	43 073	

^{1/} Inclui operações de regularização.

^{2/} Inclui *commercial papers* e *securities*.

Quadro 5.41 – Prazo médio de amortização

Dívida externa registrada^{1/}

US\$ milhões

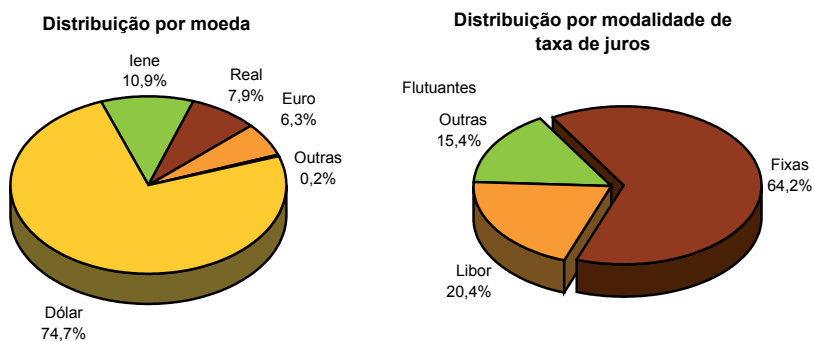
Discriminação	2007	Prazo médio (anos)
A. Total	162 136	7,47
Organismos internacionais	26 976	6,40
Agências governamentais	6 468	4,87
Fornecedores/compradores	12 916	3,28
Empréstimos em moeda + curto prazo	68 580	4,63
Bônus	47 195	13,72
<i>Bradies</i>	186	3,50
Global/Euro	45 884	13,96
Outros	1 125	5,44
B. Empréstimos intercompanhias	43 572	5,68
C. Total + intercompanhia	205 707	7,09

1/ Exclui vencidos.

Gráfico 5.14

Composição da dívida externa registrada

Dezembro de 2007



A segmentação da dívida externa registrada de acordo com a moeda de desembolso revela que a participação do dólar norte-americano recuou de 81,4% do total, em 2006, para 74,7%, em dezembro de 2007. A participação relativa das dívidas registradas em euro passou de 7,5% para 6,3%, nesse mesmo período, enquanto os passivos externos em ienes e em reais aumentaram, na ordem, de 7,1% para 10,9% e de 3,7% para 7,9%.

Quanto à composição da dívida externa registrada por modalidade de taxas de juros, o estoque remunerado por taxas flutuantes reduziu-se de 35,9%, em 2006, para 35,8%, em dezembro de 2007. Do total da dívida contratada sob taxas flutuantes de juros, a *Libor* semestral permaneceu como principal indexador, aumentando sua participação relativa de 55,7% para 56,9%, no período.

Indicadores de sustentabilidade externa

Em 2007, permaneceu a tendência observada em anos anteriores de melhoria nos indicadores de sustentabilidade externa. Esse resultado deveu-se à expressiva elevação das reservas internacionais, que mais que dobraram no ano em questão, e à redução do serviço da dívida externa, em especial das amortizações, acompanhadas do aumento no valor em dólares das exportações e do PIB.

O valor do serviço da dívida recuou 8,8% em 2007, em relação ao ano anterior, redução associada à elevada base de comparação, tendo em vista os pagamentos antecipados referentes às operações de *call* dos bônus *Bradies*, à *Tender Offer* e à liquidação do passivo com o Clube de Paris, realizados em 2006. Em 2007, as exportações cresceram 16,6%, implicando redução na participação do serviço da dívida nas exportações, de 41,3% para 32,3%, no período.

O PIB nominal em dólares aumentou 22,6%, em 2007, enquanto a dívida externa total cresceu 12%, levando à redução de 1,4 p.p., para 14,7%, no indicador dívida externa/PIB. A relação entre o serviço da dívida e o PIB também diminuiu, passando de 5,3% para 3,9%.

Quadro 5.42 – Indicadores de sustentabilidade externa^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Serviço da dívida	52 988	51 800	66 048	56 902	51 880
Amortizações ^{2/}	38 809	37 561	51 587	42 024	36 588
Juros brutos	14 179	14 239	14 460	14 878	15 292
Dívida de médio e longo prazo (A)	194 736	182 630	150 674	152 266	154 318
Dívida de curto prazo (B)	20 194	18 744	18 776	20 323	38 901
Dívida total (C)=(A+B)	214 930	201 374	169 450	172 589	193 219
Reservas internacionais (D)	49 296	52 935	53 799	85 839	180 334
Créditos brasileiros no exterior (E) ^{3/}	2 915	2 597	2 778	2 939	2 894
Haveres de bancos comerciais (F)	11 726	10 140	11 790	8 990	21 938
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	150 993	135 702	101 082	74 821	-11 948
Exportações	73 084	96 475	118 308	137 807	160 649
PIB	553 603	663 783	882 439	1 071 973	1 313 901
Indicadores (em percentagem)					
Serviço da dívida/exportações	72,5	53,7	55,8	41,3	32,3
Serviço da dívida/PIB	9,6	7,8	7,5	5,3	3,9
Dívida total/exportações	294,1	208,7	143,2	125,2	120,3
Dívida total/PIB	38,8	30,3	19,2	16,1	14,7
Dívida total líquida/exportações	206,6	140,7	85,4	54,3	-7,4
Dívida total líquida/PIB	27,3	20,4	11,5	7,0	-0,9

^{1/} Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazo do setor privado.

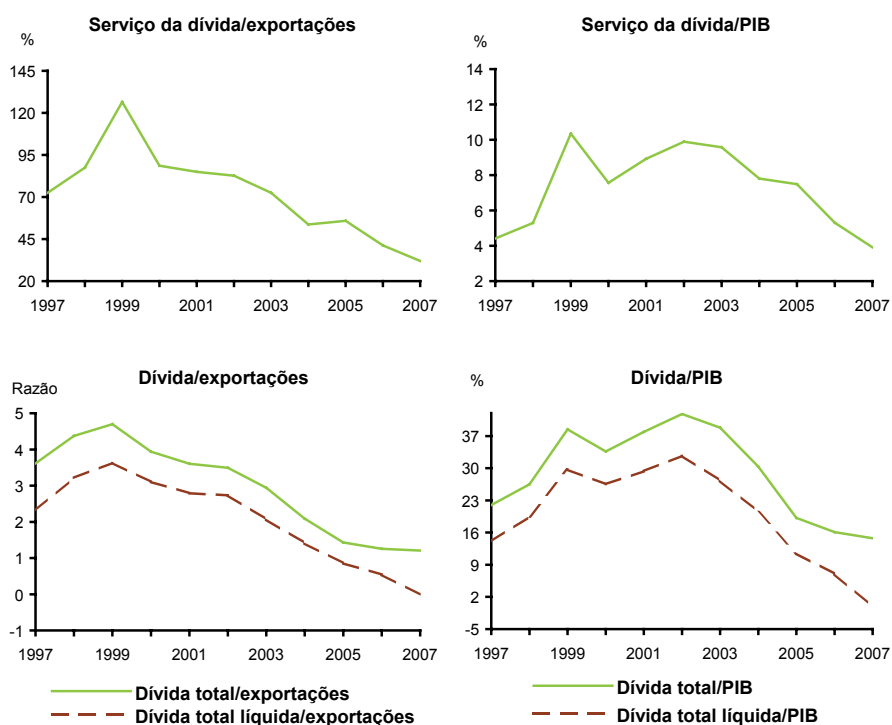
^{2/} Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

^{3/} Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O indicador que expressa a dívida externa total como proporção das exportações permaneceu em trajetória declinante, passando de 125,2%, em 2006, para 120,3%, ao final de 2007.

A dívida externa total líquida de ativos tornou-se negativa, o que significa que o Brasil assumiu posição internacional credora, pela primeira vez, em 2007, com o total de ativos financeiros brasileiros contra não residentes (reservas internacionais, créditos comerciais e haveres de bancos no exterior) superando o valor da dívida externa total. Assim, a relação entre a dívida externa líquida e o valor da receita de exportações dos últimos doze meses passou de 54,3%, em dezembro de 2006, para -7,4%, em dezembro de 2007. O mesmo passivo líquido, agora relacionado ao PIB, recuou de 7% para -0,9%, no período.

Gráfico 5.15
Indicadores de sustentabilidade externa



Captações externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2007 somou US\$2,9 bilhões. As captações no mercado internacional, distribuídas no primeiro semestre do ano, foram expressas nas seguintes moedas: em dólar, com as reaberturas do *Global 37* e do *Global 17*; e em reais, com o lançamento e três reaberturas do título

Global BRL 28. Os prazos de vencimento dos títulos variaram de dez a trinta anos. Os prêmios de risco, diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos brasileiros e a dos títulos equivalentes do Tesouro Americano, nos lançamentos de 2007, alcançaram 173 p.b. para a reabertura do *Global 37* e 122 p.b. na reabertura do *Global 17*. Em

Quadro 5.43 – Emissões da República

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8,000		242
Global 27 ^{2/}	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10,125	10,90	395
Eurolira ^{3/}	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11,000		348
Eurolibra	30.7.1997	30.7.2007	10	244	10,000	8,73	268
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9,375	10,29	375
Euromarco 08 ^{4/}	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10 a 7	8,97	328
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14,500	14,01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12,000	12,02	743
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12,750	13,27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11,000	12,52	652
Global 30 ^{5/}	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12,250	12,90	663
Global 07 ^{6/}	26.7.2000	26.7.2007	7	1 500	11,250	12,00	612
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11,000	13,73	788
Euro 07 ^{7/}	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9,500	11,01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4,750	10,92	531
Global 06	11.1.2001	11.1.2006	5	1 500	10,250	10,54	570
Euro 11	24.1.2001	24.1.2011	10	938	9,500	10,60	560
Global 24	22.3.2001	15.4.2024	23	2 150	8,875	12,91	773
Samurai 07	10.4.2001	10.4.2007	6	638	4,750	10,24	572
Global 12	11.1.2002	11.1.2012	10	1 250	11,000	12,60	754
Global 08N	12.3.2002	12.3.2008	6	1 250	11,500	11,74	738
Euro 09	2.4.2002	2.4.2009	7	440	11,500	12,12	646
Global 10	16.4.2002	15.4.2010	8	1 000	12,000	12,38	719
Global 07N	6.5.2003	16.1.2007	4	1 000	10,000	10,70	783
Global 13	17.6.2003	17.6.2013	10	1 250	10,250	10,58	738
Global 11 ^{8/}	7.8.2003	7.8.2011	8	1 250	10,000	11,15	701
Global 24B	7.8.2003	15.4.2024	21	825	8,875	12,59	764
Global 10N	22.10.2003	22.10.2010	7	1 500	9,250	9,45	561
Global 34	20.1.2004	20.1.2034	30	1 500	8,250	8,75	377
Global 09 N	28.6.2004	29.6.2009	5	750	Libor 3m	Libor 3m	359
					+5,76	+ 5,94	
Global 14 ^{9/}	14.7.2004	14.7.2014	10	1 250	10,500	10,80	538
Euro 12 ^{10/}	24.9.2004	24.9.2012	8	1 228	8,500	8,57	474
Global 19	14.10.2004	14.10.2019	15	1 000	8,875	9,15	492
Euro 15	3.2.2005	3.2.2015	10	652	7,375	7,55	399
Global 25	4.2.2005	4.2.2025	20	1 250	8,750	8,90	431
Global 15	7.3.2005	7.3.2015	10	1 000	7,875	7,90	353
Global 19							
(Reabertura)	17.5.2005	14.10.2019	14	500	8,875	8,83	458

(continua)

Quadro 5.43 – Emissões da República (continuação)

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Global 34 (Reabertura)	2.6.2005	20.1.2034	29	500	8,250	8,81	440
Global 15 (Reabertura)	27.6.2005	7.3.2015	10	600	7,875	7,73	363
A-Bond 18 (Troca C Bond)	1.8.2005	15.1.2018	13	4 509	8,000	7,58	336
Global 25 (Reabertura)	13.9.2005	4.2.2025	20	1 000	8,750	8,52	417
Global BRL 16	26.9.2005	5.1.2016	10	1 479	12,500	12,75	-
Global 15 (Reabertura)	17.11.2005	7.3.2015	9	500	7,875	7,77	312
Global 34 (Reabertura)	6.12.2005	20.1.2034	28	500	8,250	8,31	363
Global 37	18.1.2006	20.1.2037	31	1 000	7,125	7,56	295
Euro 15 (Reabertura)	3.2.2006	3.2.2015	9	362	7,375	5,45	185
Global 37 (Reabertura)	23.3.2006	20.1.2037	31	500	7,125	6,83	204
Global 34 (Reabertura)	2.6.2006	20.1.2034	28	198	8,250	8,24	-
Global 37 (Reabertura)	15.8.2006	20.1.2037	30	500	7,125	7,15	205
Global BRL 22	13.9.2006	5.1.2022	15	743	12,500	12,88	-
Global BRL 22 (Reabertura)	13.10.2006	5.1.2022	15	301	12,500	12,47	-
Global 17	14.11.2006	17.01.2017	10	1 500	6,000	6,25	159
Global BRL 22 (Reabertura)	11.12.2006	5.1.2022	15	346	12,500	11,66	-
Global 37 (Reabertura)	30.1.2007	20.1.2037	30	500	7,125	6,64	173
Global BRL 28	14.2.2007	10.1.2028	21	715	10,250	10,68	-
Global BRL 28 (Reabertura)	27.3.2007	10.1.2028	21	361	10,250	10,28	-
Global 17 (Reabertura)	11.4.2007	17.1.2017	10	525	6,000	5,89	122
Global BRL 28 (Reabertura)	17.5.2007	10.1.2028	21	389	10,250	8,94	-
Global BRL 28 (Reabertura)	26.6.2007	10.1.2028	21	393	10,250	8,63	-

1/ Sobre US Treasury, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*.

2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$3 bilhões em 9.6.1997 e US\$500 milhões em 27.3.1998.

3/ Os recursos ingressaram em dois momentos: ITL500 bilhões em 26.6.1997 e ITL250 bilhões em 10.7.1997.

4/ *Step-down* – 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subsequentes.

5/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps, e US\$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.

6/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US\$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US\$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.

7/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000.

8/ A emissão do Global-11 ocorreu em duas *tranches*: US\$500 milhões, com *spread* de 757 bps, em 7.8.2003, e US\$750 milhões, com *spread* de 633 bps, em 18.9.2003.

9/ A emissão do Global-14 ocorreu em duas *tranches*: US\$ 750 milhões, com *spread* de 632 bps, em 7.7.2004, e US\$ 500 milhões, com *spread* de 398 bps, em 6.12.2004.

10/ A emissão do Euro-12 ocorreu em duas *tranches*: EUR 750 milhões, com *spread* de 482 bps, em 8.9.2004, e EUR 250 milhões, com *spread* de 448 bps, em 22.9.2004.

fevereiro, o Tesouro Nacional realizou a terceira emissão da dívida soberana externa expressa em reais, com o lançamento do *Global BRL 28*, com reabertura em março, maio e junho.

A dívida externa reestruturada remanescente totalizou US\$186 milhões em 2007, reduzindo-se US\$169 milhões em relação ao saldo de 2006. A maior parte dessa redução decorreu da liquidação do MYDFA, efetuada em setembro de 2007, pelo Banco Central. O saldo residual da dívida externa reestruturada na posição analisada refere-se, exclusivamente, ao saldo do bônus pré-*Brady Exit Bond* (*Brazil Investment Bond* – BIB).

Quadro 5.44 – Dívida externa reestruturada

Discriminação	Saldo em 31.12.2007	Data de vencimento
	US\$ milhões	
<i>Exit Bond</i> (<i>Brazil Investment Bond</i> – BIB) – (Pré- <i>Bradies</i>)	186	15.9.2013
Total	186	-

Títulos da dívida externa brasileira

A cesta contendo títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, apresentou, ao longo de 2007, diferencial médio de remuneração em relação a títulos do Tesouro Americano (*spread*), calculado com base em observações diárias, de 181 p.b, ante 399 p.p em 2005, e 235 p.b, em 2006.

Posição Internacional de Investimento

A Posição Internacional de Investimento (PII) apresentou elevação de US\$189,7 bilhões no passivo externo líquido em dezembro de 2007, em relação a dezembro de 2006, resultado de aumentos de US\$315,8 bilhões no passivo externo bruto e de US\$126,1 bilhões no ativo externo.

Em relação ao ativo externo, assinalem-se os aumentos de US\$94,5 bilhões nas reservas internacionais e de US\$16,3 bilhões nos haveres no exterior constituídos na modalidade de moedas e depósitos. Adicionalmente, ocorreram expansões de US\$15,9 bilhões nos investimentos brasileiros diretos no exterior e de US\$0,9 bilhão nos investimentos brasileiros em carteira.

Relativamente à evolução do passivo externo, ressalte-se o aumento de US\$206,1 bilhões no estoque dos investimentos estrangeiros em carteira, dos quais US\$172,5 bilhões em investimentos em ações e US\$33,6 bilhões em títulos de renda fixa. O estoque de IED

Gráfico 5.16

Cotações de títulos brasileiros no exterior

Mercado secundário – Cotação de compra, final de período – 2007

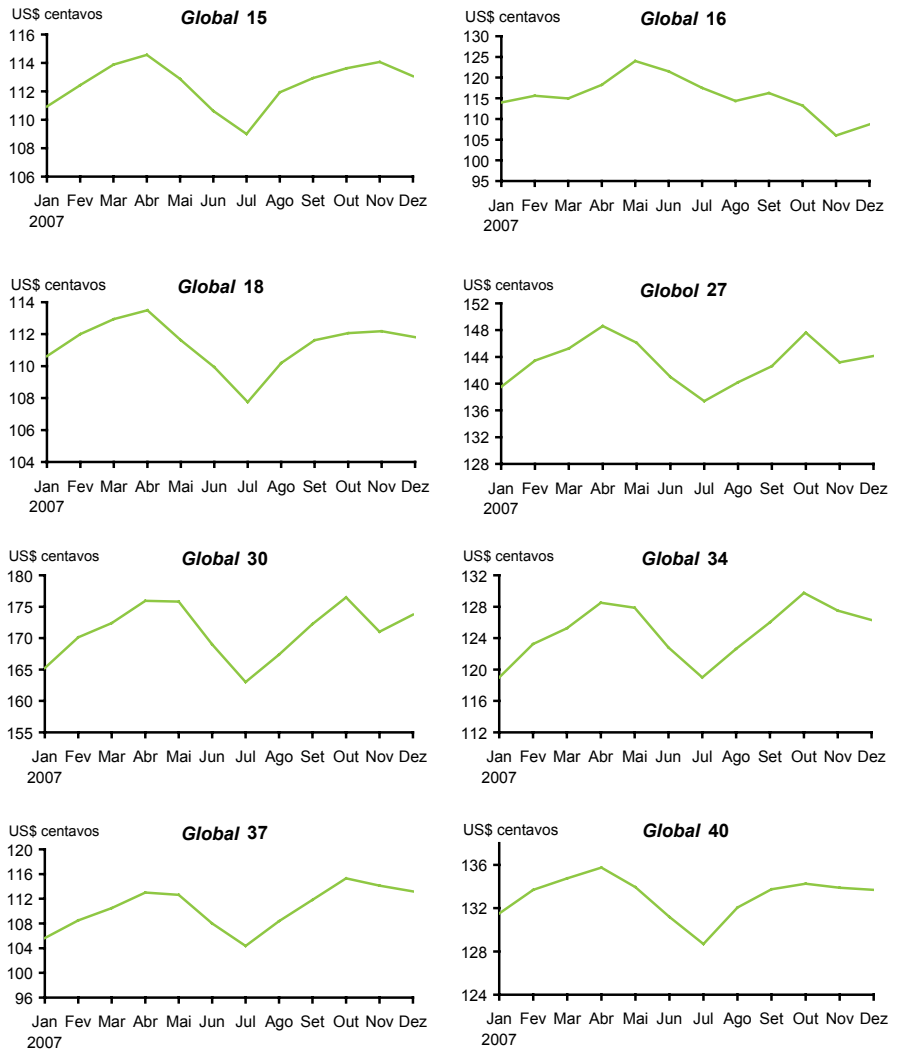
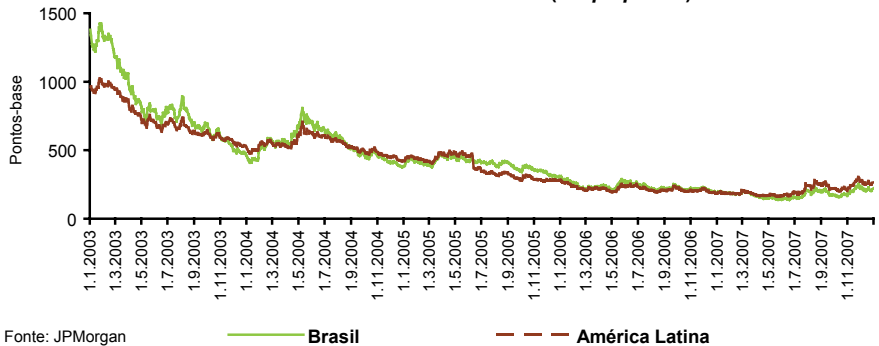


Gráfico 5.17

Índice de risco-Brasil – Embi+ (Strip spread)

aumentou US\$92,3 bilhões, especialmente em decorrência da ampliação da modalidade participação no capital, US\$71,8 bilhões.

O estoque de outros investimentos cresceu US\$16,1 bilhões, variação associada, integralmente, ao aumento dos empréstimos contraídos por residentes no país junto a não residentes, registrando-se expansões de US\$1,1 bilhão nos estoques das operações de médio e longo prazo e de US\$14,4 bilhões nos de curto prazo.

Os estoques de IED-participação no capital e de investimentos em ações e em títulos de renda fixa negociados no país, apesar de publicados em dólares norte-americanos, são expressos e apurados em reais, tendo sido, por essa razão, impactados diretamente pela apreciação cambial de 17,2% ocorrida em 2007. Adicionalmente, os investimentos em ações evidenciaram o expressivo ganho de preços, que, considerando-se o índice Ibovespa, atingiram 43,6%, no mesmo período. Assim, o aumento de 172,5% registrado nos estoques de investimentos estrangeiros em ações refletiu, principalmente, as variações nos preços dos papéis negociados e a apreciação cambial, considerando-se, ainda, de acordo com as estatísticas do balanço de pagamentos, fluxos líquidos positivos de US\$26,2 bilhões no período analisado.

Quadro 5.45 – Posição internacional de investimento

US\$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007
Posição internacional de investimento (A-B)	-331 085	-384 377	-574 063
Ativo (A)	168 182	238 924	365 008
Investimento direto brasileiro no exterior	79 259	113 925	129 839
Participação no capital ^{1/}	65 418	97 465	107 556
Empréstimos intercompanhia	13 842	16 460	22 284
Investimentos em carteira ^{2/}	10 834	14 429	15 337
Investimentos em ações	2 809	3 754	5 167
Títulos de renda fixa	8 026	10 675	10 170
Bônus e notas	4 850	6 185	5 590
Dos quais títulos colaterais (principal)	1 249	-	0
Títulos de curto prazo	3 176	4 490	4 580
Derivativos	119	113	62
Outros investimentos	24 171	24 617	39 436
Crédito comercial (de fornecedores)	98	70	70
Empréstimos	727	562	-1 580
Moeda e depósitos	17 077	17 200	33 539
Outros ativos	6 269	6 785	7 407
Dos quais títulos colaterais (juros)			
e cotas em organismos internacionais	1 363	1 121	1 076
Ativos de reservas	53 799	85 839	180 334

(continua)

Quadro 5.45 – Posição internacional de investimento (continuação)

US\$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007
Passivo (B)	499 268	623 300	939 071
Investimento estrangeiro direto	195 562	236 186	328 455
Participação no capital ^{1/}	177 024	209 403	281 179
Empréstimos intercompanhia	18 537	26 783	47 276
Investimentos em carteira	232 627	303 583	509 648
Investimentos em ações	125 532	191 513	363 999
No país	50 394	82 994	165 708
No exterior	75 138	108 520	198 291
Títulos de renda fixa	107 096	112 070	145 650
Bônus e notas	107 096	112 070	145 650
No país	5 147	18 163	46 631
No exterior	101 949	93 907	99 018
Médio e longo prazo	101 047	92 119	93 079
Curto prazo	901	1 788	5 939
Derivativos	219	445	1 771
Outros investimentos	70 859	83 087	99 197
Crédito comercial (de fornecedores)	4 772	5 216	5 197
Médio e longo prazo	4 424	4 869	5 063
Curto prazo	349	347	134
Empréstimos	62 729	73 466	89 003
Autoridade monetária	301	157	14
FMI	-	-	-
Outros empréstimos de longo prazo	301	157	14
Curto prazo	-	-	-
Demais setores	62 428	73 309	88 989
Médio e longo prazo	44 902	55 121	56 162
Organismos	21 779	25 148	26 981
Agências	8 614	6 259	6 482
Crédito de compradores	4 059	3 707	8 232
Empréstimos diretos	10 449	20 007	14 467
Curto prazo	17 527	18 188	32 827
Moeda e depósitos	3 358	4 405	4 996
Autoridade monetária	111	83	73
Bancos	3 246	4 321	4 923
Outros passivos	-	-	-

^{1/} Inclui lucros reinvestidos.^{2/} Contempla títulos de emissão de residentes.



A Economia Internacional

O desempenho da atividade econômica mundial experimentou duas fases distintas em 2007. No primeiro semestre, registrou-se desempenho positivo nas três principais áreas econômicas e na maior parte das economias emergentes, enquanto nos Estados Unidos a persistente retração do investimento residencial, observada desde meados de 2006, contribuiu para a ocorrência de suave desaceleração econômica. O desempenho favorável das economias da Área do Euro e do Japão esteve impulsionado pelos investimentos.

No segundo semestre, entretanto, o balanço geral de riscos ao crescimento global deteriorou-se ante a crescente inadimplência no mercado *subprime* norte-americano e suas repercussões sobre os balanços das instituições financeiras. A inadimplência em produtos financeiros lastreados nesses títulos exerceu efeitos de segunda ordem sobre o mercado de crédito global, determinando a atuação conjunta dos principais bancos centrais para manter a liquidez do sistema financeiro internacional em níveis adequados e mitigar o impacto macroeconômico das dificuldades no setor financeiro.

Embora essas ações tenham abrandado as restrições de liquidez, os mercados não retornaram às condições anteriores à crise. Restrições de liquidez prevaleceram nos mercados interbancários a termo ao longo de todo o segundo semestre, condicionando a revisão das previsões da atividade econômica e da inflação mundial.

Atividade econômica

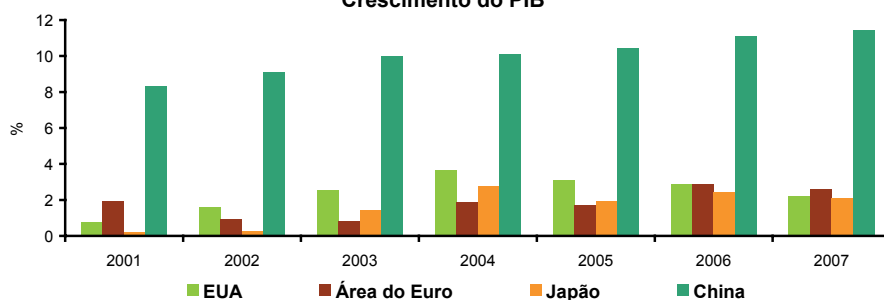
A atividade econômica nos EUA esteve condicionada, ao longo de 2007, à evolução do mercado imobiliário. O cenário de desaceleração suave, característico do primeiro semestre, foi gradualmente substituído por expectativas mais pessimistas quanto à evolução da economia. O aumento da inadimplência, a partir do terceiro trimestre do ano, refletiu-se em restrições adicionais ao crédito, a despeito dos esforços do *Federal Reserve* (Fed) para conter tensões no mercado interbancário.

Mesmo nesse ambiente, mas favorecido pela continuidade da expansão dos gastos de consumo, que, evidenciando a evolução robusta do mercado de trabalho, cresceram 2,9%, em termos reais, ante 3,1% em 2006, o PIB dos EUA aumentou 2,2% em 2007,

ante 2,9% no ano anterior. Os investimentos privados, influenciados pela retração dos investimentos residenciais, recuaram 4,9% no ano, ante expansão de 2,7% em 2006. A demanda doméstica, que havia crescido 3% em 2006, aumentou 1,6% em 2007.

As exportações líquidas contribuíram com 0,6 p.p. para a variação anual do PIB. Esse resultado, que se constituiu na primeira contribuição positiva desde 1995, refletiu, por um lado, os impactos exercidos pela demanda doméstica e pela depreciação do dólar sobre as importações, que se elevaram 1,9% no ano, ante 5,9% em 2006. Adicionalmente, ressaltou-se o impacto do crescimento real das exportações, que pelo segundo ano consecutivo superou 8%, reflexo tanto da evolução da taxa de câmbio quanto da continuidade da forte expansão das economias emergentes e do crescimento na Europa e no Japão.

Gráfico 6.1
Crescimento do PIB^{1/}



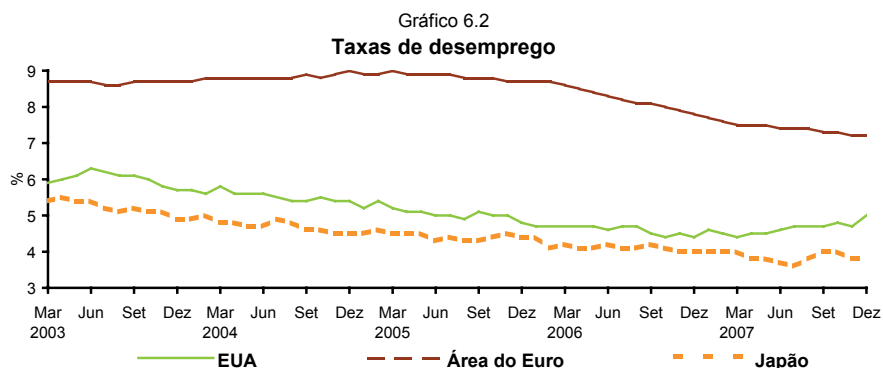
Fontes: Bureau of Economic Analysis, Eurostat, Economic and Social Research Institut, Bloomberg

1/ Variações anuais.

A sustentação do crescimento econômico na Área do Euro esteve vinculada, em especial no primeiro semestre, à evolução da demanda doméstica, em linha com a elevação do investimento privado, em ambiente de recuperação corporativa, e à evolução favorável do mercado de trabalho. No segundo semestre, a despeito da evolução favorável do mercado de trabalho e dos investimentos corporativos, a tensão nos mercados de crédito, a elevação do preço das energias e o impacto da apreciação do euro e da retração da economia norte-americana reduziram o dinamismo da atividade na região. Nesse ambiente, o PIB aumentou 2,6% no ano, ante 2,9% em 2006.

O PIB japonês cresceu 2,1% em 2007, ante 2,4% no ano anterior, resultado associado, em grande parte, ao desempenho das exportações para o continente asiático, à desaceleração do crescimento das importações e ao aumento dos gastos públicos, que contrabalançaram, em parte, os impactos das desacelerações nos crescimentos do consumo e do investimento privados. Assinale-se que a elevada lucratividade, as expectativas empresariais favoráveis e a evolução da demanda externa possibilitaram que a expansão dos investimentos privados (2,4%) superasse a registrada pelo PIB.

A economia da China, evidenciando tanto o desempenho da demanda externa quanto a intensificação do consumo interno, cresceu, em 2007, a taxas trimestrais superiores



Fontes: Bureau of Labor Statistics, Eurostat, Ministry of Internal Affairs and Communications

a 11%, considerados períodos correspondentes de anos anteriores. Esse dinamismo compensou, em parte, a relativa desaceleração observada na economia norte-americana e na da Área do Euro, função exercida igualmente, mas em menor escala, por outros países emergentes, que, a despeito das incertezas originadas da crise financeira nos EUA, seguiram em ritmo de crescimento robusto, traduzindo a redução da importância dos canais de contaminação da atividade norte-americana para as demais economias.

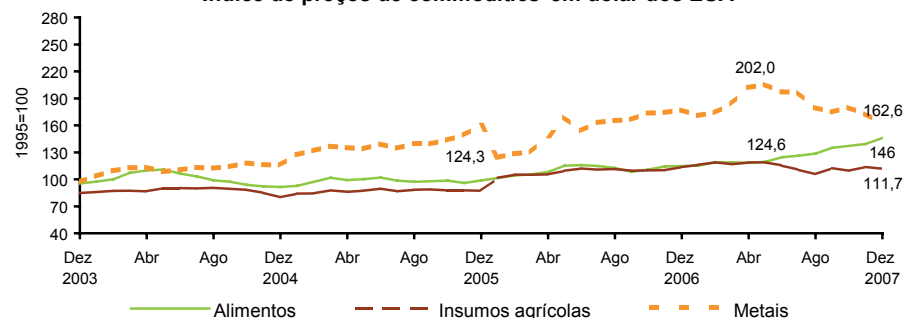
A economia dos principais países da América Latina, em particular, sustentada pelo fortalecimento da demanda interna, não sofreu influência representativa da crise norte-americana. Nesse sentido, o crescimento econômico da região deverá atingir 5,6% em 2007, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Ressalte-se que a economia dos países emergentes mostra-se, de modo geral, progressivamente menos dependente do desempenho das economias maduras. De fato, nos últimos anos, a contribuição da China para o crescimento mundial vem-se mostrando significativamente superior à proporcionada pelos EUA e pelos países da Área do Euro, evolução associada, em parte, à sua inclusão na OMC, em meados de 2001, que alterou a relevância dos principais blocos econômicos nos fluxos internacionais de bens e serviços. O comércio inter-regional, especialmente na Ásia, mas também na América Latina, ganha destaque nesse cenário.

Nesse ambiente, a globalização do comércio mundial vem favorecendo a redução da correlação entre as economias emergentes e as economias centrais, especialmente em relação aos países produtores de *commodities*, cuja economia seguiu alavancada pelo aumento da demanda nesse mercado.

A elevação do preço das *commodities*, em 2007, refletiu o descompasso entre o crescimento da oferta e da demanda, esta estimulada pela elevação expressiva do consumo nos mercados emergentes, e o aumento de sua atratividade como ativo alternativo e opção de *hedge* ante o cenário global de depreciação do dólar, redução nas taxas de juros de curto prazo e alta da inflação.

Gráfico 6.3
Índice de preços de *commodities* em dólar dos EUA



O preço das principais *commodities* agrícolas, evidenciando o aumento médio anual de 56,6% no segmento de grãos, apresentou, em 2007, crescimento superior ao registrado em anos anteriores, com ênfase na elevação anual na cotação do trigo, 76,7%; soja, 75,4%; cacau, 24,5%; algodão, 21,1%; e milho, 16,7%. Em sentido inverso, o preço internacional do açúcar recuou 7,91%, traduzindo o excedente de produção mundial.

O aumento no preço das *commodities* agrícolas, além de evidenciar a ocorrência de estoques reduzidos, esteve associado a fatores como o impacto do aumento na cotação do petróleo sobre o custo dos insumos utilizados nas principais culturas. No mesmo sentido, o aumento da demanda por carne e produtos derivados do leite em países cuja demanda interna vem apresentado expansão acentuada, como China e Índia, exerceu influência sobre o preço dos grãos utilizados para alimentar os rebanhos domésticos. Adicionalmente, ressaltem-se os efeitos da elevação da demanda por matéria bruta para a produção de biocombustível, que, de acordo com o Banco Mundial, representou 20% da produção de milho, nos Estados Unidos, e 68% da relativa a óleo vegetal, na União Européia.

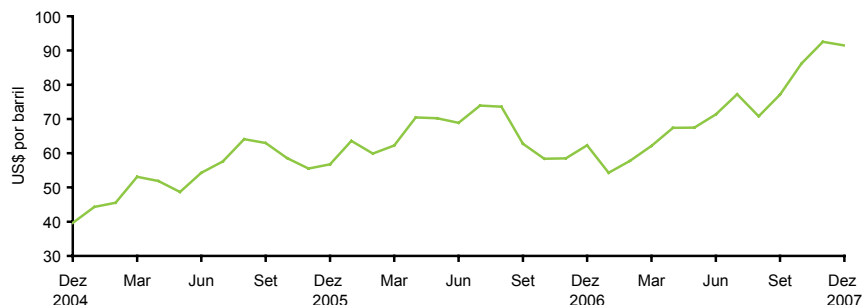
O preço das *commodities* metálicas, após apresentar crescimento acentuado no início de 2007, passou a experimentar trajetória declinante a partir de maio e acumulou, em média, recuo anual de 12,1% em relação ao ano anterior. Esse resultado refletiu, em grande parte, a redução observada na cotação do zinco, 44,8%; do níquel, 22,7%; e do alumínio, 14,4%, impactada pela crise que atingiu o setor imobiliário norte-americano. Em sentido inverso, o preço do chumbo aumentou 55,6% no ano, em linha com o aquecimento nos segmentos químico, munição, médico-hospitalar e elétrico.

A cotação do ouro, traduzindo a demanda exercida por investidores no cenário de depreciação do dólar, aumentou 28,5% no ano, pressionando os preços no segmento de metais preciosos, que cresceram, em média, 25,9%.

O preço do barril de petróleo apresentou forte volatilidade ao longo de 2007, pressionado pela relação desfavorável entre a oferta e a demanda, que refletiu tanto os problemas de produção na Nigéria, observados no primeiro semestre do ano, quanto a relutância

da Opep em elevar a produção do cartel; pelo enfraquecimento do dólar frente às principais moedas; pela ativa atuação de fundos de investimentos especulativos; e por fatores geopolíticos originados no Oriente Médio.

Gráfico 6.4
Petróleo U.K. Brent – Mercado a vista



Fonte: Bloomberg

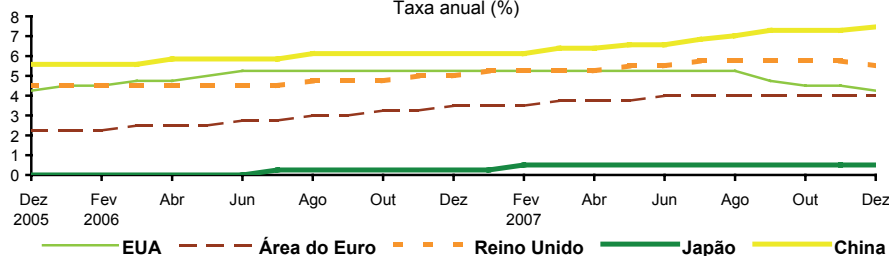
Nesse ambiente, a cotação média do barril tipo WTI atingiu US\$72,23 em 2007, ante US\$66,09 no ano anterior, registrando recordes sucessivos no decorrer do ano e alcançando a marca histórica de US\$98,88, em 20 de novembro. A cotação do barril tipo *Brent* acompanhou a relativa ao WTI, atingindo o maior valor, US\$95,81, em 23 de novembro.

Política monetária e inflação

A condução da política monetária pelo banco central das maiores economias, de forma condizente com a evolução das perspectivas para a atividade econômica, experimentou dois momentos distintos em 2007. Durante o primeiro semestre, com preços relativamente estáveis e, sobretudo, antes das manifestações da crise financeira internacional, observou-se – à exceção do Fed, que manteve estável a meta para os *Fed funds* – a continuidade dos ciclos de restrição monetária.

A partir de meados de agosto, no entanto, esse cenário foi profundamente modificado. Por um lado, a taxa de desemprego recuava, a utilização da capacidade instalada se mantinha elevada e o preço das *commodities* aumentava em função de choques de oferta, da ampliação da demanda global por alimentos e das tensões geopolíticas em áreas produtoras de petróleo. Por outro lado, a crescente percepção de que investimentos em ativos lastreados em hipotecas causariam danos de extensão ainda desconhecida agravou a incerteza e aprofundou os problemas de liquidez nos mercados de financiamento de curto prazo, inicialmente nos Estados Unidos e, em um segundo momento, nos mercados globais. Assim, os bancos centrais, atentos às crescentes tensões nos mercados financeiros, foram obrigados, à exceção do da China, a ampliar suas operações de mercado aberto, abrandar o caráter restritivo de suas políticas monetárias e evitar que as respectivas taxas de curto prazo se mantivessem acima das metas pré-estabelecidas.

Gráfico 6.5
Taxas de juros oficiais^{1/}
Taxa anual (%)

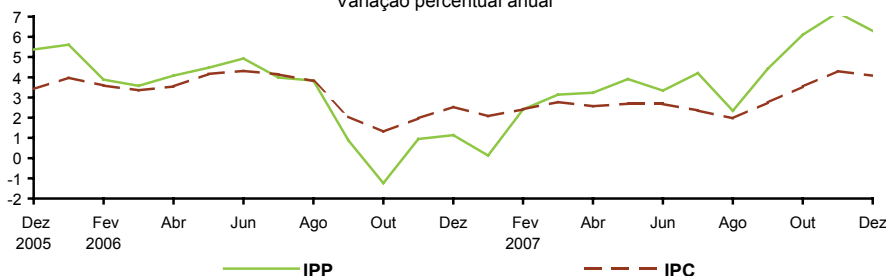


Fonte: EUA – Fed, Área do Euro – BCE, Reino Unido – BoE, Japão – BoJ e China – BPC

^{1/} EUA – *Fed funds*, Área do Euro – Taxa mínima de referência, Reino Unido – *Securities repurchase*, Japão – *Overnight call rate* e China – Capital de giro de 1 ano.

Nos EUA, embora a inflação apresentasse aceleração no segundo trimestre – a variação acumulada em 12 meses do índice de preços ao consumidor atingiu 4,3% em novembro, após manter-se inferior a 3% no decorrer da primeira metade do ano – o Fed, tendo em vista o agravamento da crise no setor *subprime* e seus desdobramentos sobre o mercado financeiro, optou pela reversão do ciclo de contração monetária, expressa tanto na redução da taxa de redesconto quanto no corte da meta para os *Fed funds*, que passou de 5,25% a.a., em agosto, para 4,25% a.a., em dezembro.

Gráfico 6.6
EUA: Inflação^{1/}
Variação percentual anual



Fonte: Bureau of Labor Statistics

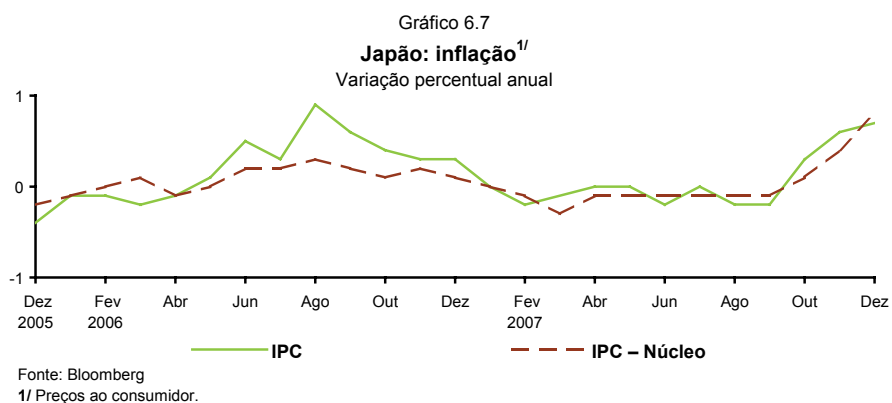
^{1/} Preços ao produtor e ao consumidor.

Em uma segunda frente de ação para combater o estreitamento do crédito, o Fed capitaneou uma ação coordenada global de injeção de recursos financeiros por meio de leilões a termo nos quais, tanto nos EUA como na Área do Euro, na Suíça, na Inglaterra e no Canadá, os empréstimos foram feitos a taxas abaixo daquelas disponíveis por meio da janela de redesconto, ao tempo em que ampliavam-se os prazos e os tipos de colaterais aceitos. Além das *Term Auction Facility* (TAF), nome dado a esses leilões nos Estados Unidos, o Fed estabeleceu linhas de *swap* de moedas com o Banco Central Europeu (BCE) e com o Banco Nacional da Suíça no intuito de reduzir a pressão sobre o eurodólar.

No Japão, o nível geral de preços se manteve em desaceleração ou estável ao longo do primeiro semestre. Ainda sem constrangimentos externos, o Banco do Japão (BoJ)

deu prosseguimento ao processo de supressão do caráter acomodaticio de sua política monetária, elevando, ainda em fevereiro, a *overnight call rate* para 0,50% a.a.

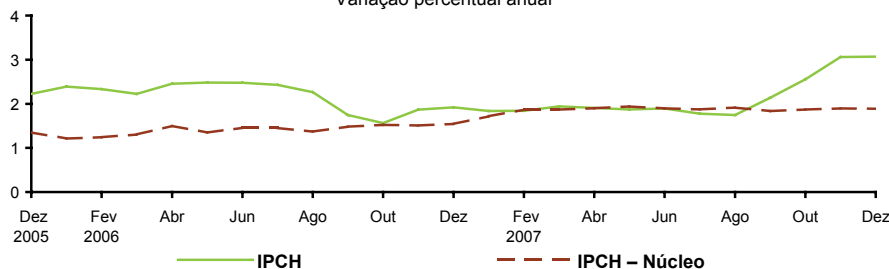
Ao longo do segundo semestre, em face das perspectivas de desaceleração econômica global e da apreciação do iene, o BoJ, embora não tenha acompanhado as demais economias maduras na ação conjunta de socorro ao sistema financeiro internacional, interrompeu o processo de normalização monetária, ainda que, no quarto trimestre, as altas dos preços internacionais das *commodities* tenham promovido a reversão das pressões deflacionárias. Nesse cenário, em que a variação acumulada do índice de preços ao consumidor e a de seu núcleo atingiram 0,70% e 0,80%, respectivamente, a taxa de juros reais atingiu valores negativos ao final do ano.



Na Área do Euro, apesar do nível geral de preços manter-se abaixo da meta de 2%, até agosto, o BCE, apontando os riscos de alta da inflação, agiu no sentido de ancorar as expectativas inflacionárias de médio e de longo prazo. Assim, em ambiente em que se verificava crescimento vigoroso da oferta de moeda e de crédito e ampla utilização dos fatores de produção, o BCE deu prosseguimento ao ciclo de contenção monetária, iniciado em dezembro de 2005, elevando a *refi rate* para 4% a.a., em junho.

Em meados de agosto, com as primeiras evidências de uma possível crise no sistema financeiro, o BCE atuou no mercado local aportando o equivalente a US\$250 bilhões por meio de operações de mercado aberto a termo. Embora a partir de setembro a evolução dos índices de preços passasse a evidenciar riscos iminentes de alta inflacionária – a variação acumulada em 12 meses do índice de preços ao consumidor atingiria 3,1% em dezembro –, a deterioração das condições financeiras e a relutância do sistema bancário em prover recursos ao consumidor final, somadas à postura de política monetária progressivamente acomodaticia no Fed e, em última instância, à persistente valorização do euro, mantiveram o BCE no dilema entre responder à alta inflacionária ou prover liquidez ao sistema financeiro. Nesse contexto, as taxas de juros básicas foram mantidas em 4% a.a., até dezembro.

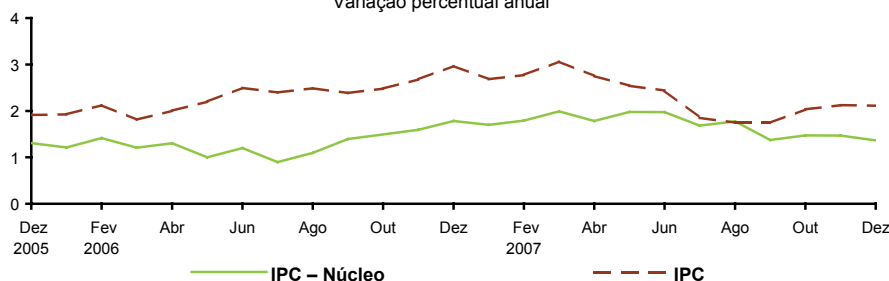
Gráfico 6.8
Área do Euro: inflação^{1/}
Variação percentual anual



Fonte: Bloomberg
1/ Preços ao consumidor.

No Reino Unido, a forte alta dos preços, em especial da educação e dos alimentos, pressionou a inflação anual ao consumidor, que alcançou 3,1% em março. Em resposta, o Banco Central da Inglaterra (BoE) deu prosseguimento ao ciclo de restrição monetária iniciado em agosto de 2006, elevando duas vezes a taxa básica de juros – *repo rate* –, que alcançou 5,75% a.a. em julho. No segundo semestre do ano, traduzindo a eclosão da crise financeira global, que atingiu em especial o *Northern Rock Bank*; o estreitamento do crédito; e as perspectivas de redução da atividade econômica para 2008, o BoE optou, pela primeira vez em mais de dois anos, por reduzir a *repo rate*, que encerraria o ano em 5,5% a.a.

Gráfico 6.9
Reino Unido: inflação^{1/}
Variação percentual anual

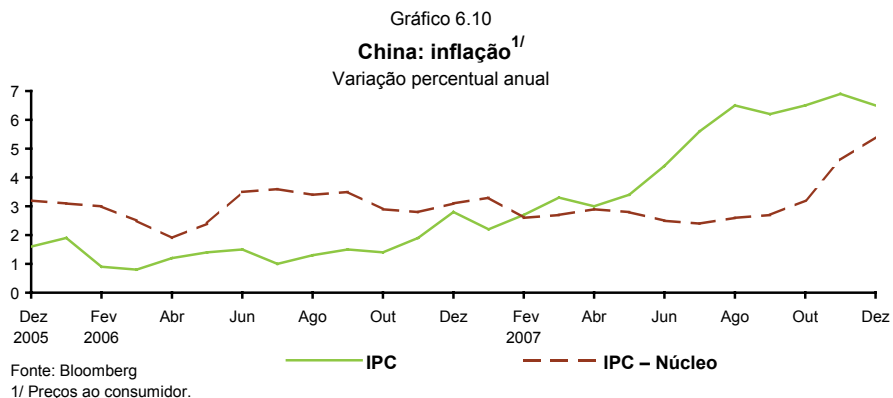


Fonte: Bloomberg
1/ Preços ao consumidor.

A inflação na China apresentou elevação persistente ao longo de 2007. A variação do índice de preços ao consumidor, acumulada em 12 meses, respondendo à pressão nos preços dos alimentos, aumentou de patamar inferior a 3%, no primeiro bimestre do ano, para cerca de 7% no quarto trimestre, maior variação dos últimos dez anos.

Em cenário de superaquecimento da atividade econômica e renovado recorde de superávit comercial, que atingiu US\$262 bilhões no ano, com desdobramentos sobre a ampliação da liquidez interna, o Banco do Povo da China voltou a aprofundar a contração monetária. Nesse sentido, a taxa de juros básicos foi elevada em 135 p.b. ao longo de 2007, atingindo 7,47% a.a. em dezembro, enquanto a taxa do compulsório foi acrescida em 550 p.b.,

para 14,5%. Além de dar prosseguimento à política de esterilização direcionada de moeda, o governo de Pequim optou, ao longo do quarto trimestre, pelo emprego de novas medidas administrativas, que incluíram tanto o congelamento temporário de alguns preços dos setores energético e alimentício quanto a utilização dos estoques governamentais de carne e a redução das tarifas de importação de grãos.



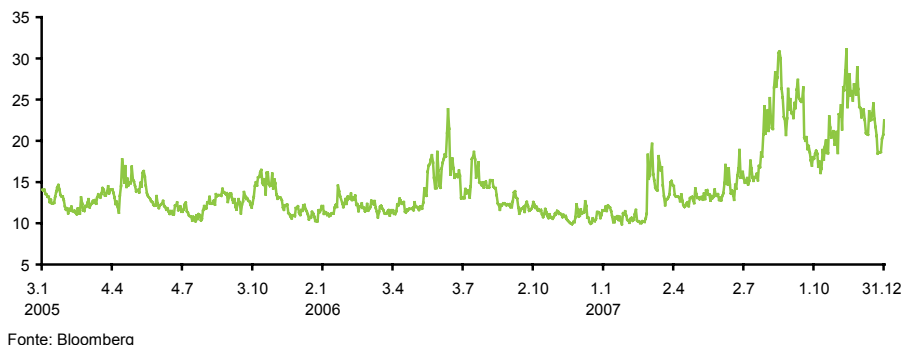
Mercado financeiro internacional

Em 2007, duas dinâmicas distintas também predominaram nos mercados financeiros internacionais. Na primeira, delineada até meados de julho, prevaleceu ampla liquidez internacional e baixa aversão ao risco. A partir daquele mês, a seqüência de resultados negativos do mercado *subprime* acabou por contaminar outras áreas dos mercados financeiros e de capitais dos EUA, com desdobramentos sobre os níveis de liquidez, volatilidade e aversão ao risco. Nesse contexto, a disseminação da turbulência financeira, inicialmente concentrada em um segmento específico do mercado financeiro norte-americano, afetou o setor real de importantes economias, deflagrando contínua deterioração das expectativas relativas aos efeitos, amplitude e profundidade dessa crise sobre a economia mundial.

O expressivo aumento da inadimplência no segmento *subprime* desencadeou um processo de reprecificação de ativos que impôs perdas patrimoniais a diversas instituições financeiras norte-americanas e européias, contribuindo para a elevação da volatilidade nos mercados de capitais. Nesse cenário, a média do índice *Chicago Board Options Exchange* (VIX), que mede a volatilidade implícita de curto prazo do índice *Standard and Poor's* (S&P500) e se constitui em importante indicador da aversão ao risco, atingiu 21,8 pontos no segundo semestre de 2007, alcançando o valor máximo de 31,1 pontos em 12 de novembro, ante médias próximas a 13 pontos tanto no semestre anterior quanto no biênio 2005/06, período em que o valor máximo do indicador atingiu 23,8 pontos. O patamar do segundo semestre de 2007 somente havia sido alcançado nas crises da Ásia e da Rússia, no colapso do fundo *Long-Term Capital Management* (LTCM), no

estouro da bolha das ações de tecnologia, no atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 e no início da guerra do Iraque.

Gráfico 6.11
VIX

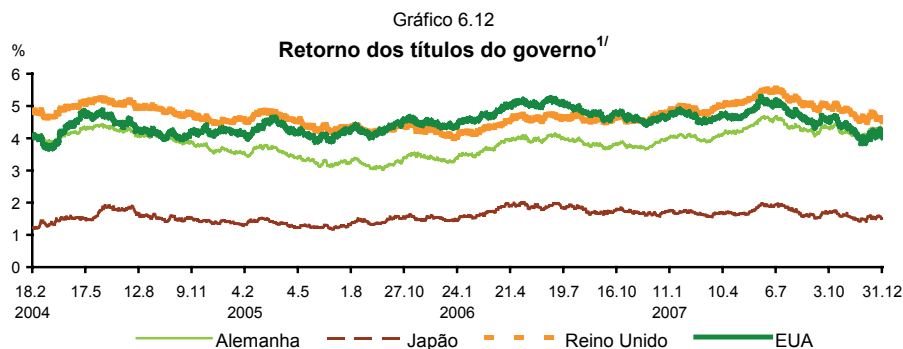


Nesse ambiente de incertezas e de desconfiança crescente sobre os próprios sistemas financeiros domésticos, o banco central dos EUA e o do Reino Unido adotaram medidas objetivando a redução das taxas de juros de curto prazo, enquanto os bancos centrais da Área do Euro e o do Japão mantiveram-nas constantes.

Esses movimentos contribuíram para a redução da taxa de juros de longo prazo no segundo semestre do ano, tendência estimulada, adicionalmente, pela elevação da demanda por esses papéis, em linha com o aumento da aversão ao risco por parte dos investidores. Essa trajetória declinante – após a elevação observada, no primeiro semestre, nas taxas de juros dos títulos governamentais de 10 anos nos EUA, Alemanha e Reino Unido, quando as políticas monetárias visavam a conter pressões inflacionárias – proporcionou maior horizontalização da estrutura a termo das taxas de juros nesses países e reversão da curva invertida de juros, observada desde 2006, nos EUA e no Reino Unido.

A média da remuneração anual dos títulos de dez anos do Tesouro dos EUA atingiu 4,62% em 2007, ante 4,78% em 2006, enquanto no Japão a remuneração de títulos similares atingiu 1,68% e 1,75%, respectivamente. Em sentido inverso, a média da taxa anual dos títulos de 10 anos da Alemanha e do Reino Unido aumentou de 3,78% e 4,5%, respectivamente, em 2006, para 4,23% e 5%.

As principais bolsas de valores, excetuando-se a do Japão, apresentaram resultados positivos em 2007, não obstante registrassem intensa volatilidade no decorrer do ano. Esse desempenho refletiu os desdobramentos da crise no segmento *subprime*, em especial as baixas contábeis reportadas e potenciais de importantes instituições financeiras, as expectativas de redução dos lucros corporativos e as perspectivas de redução no nível da atividade da economia mundial.

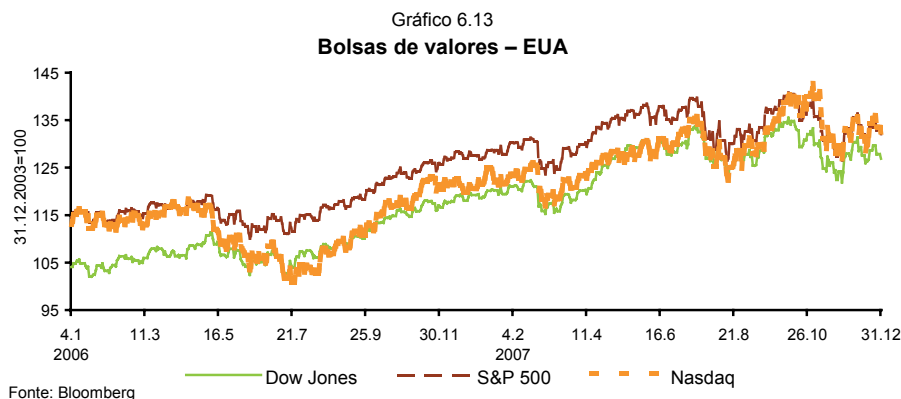


Fonte: Bloomberg

1/ Retorno nominal de títulos públicos de dez anos.

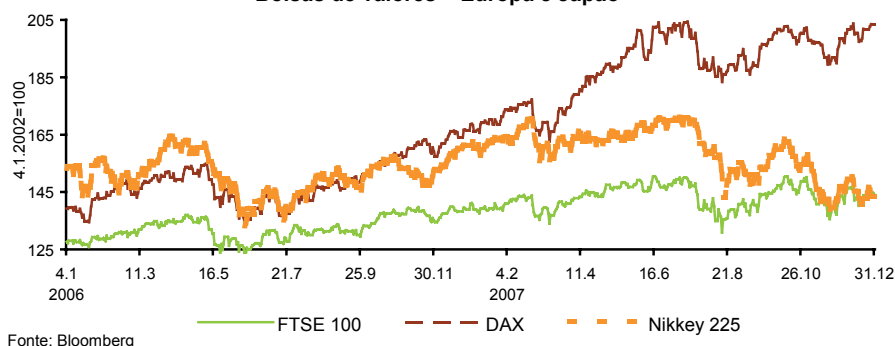
As variações anuais dos índices *Dow Jones*, dos EUA, *Financial Times Securities Exchange Index* (FTSE 100), do Reino Unido, e *Deutscher Aktienindex* (DAX), da Alemanha, atingiram, na ordem, 6,4%, 3,8% e 22,3%, em 2007, ante 16,3%, 10,7% e 22%, respectivamente, no ano anterior, enquanto o índice *Nikkei*, do Japão, recuou 11,1%, ante aumento de 6,9% em 2006 e de 40,2% em 2005.

A evolução dessas bolsas de valores apresentou momentos distintos no decorrer do ano, em especial no segundo semestre. Traduzindo a crise na bolsa da China, registrada no final de fevereiro, os índices *Dow Jones*, FTSE 100, DAX e *Nikkei* recuaram, na ordem, 4,6%, 5,8%, 7% e 8,6%, entre 27 de fevereiro e 5 de março, apresentando até 23 de julho, véspera da eclosão da crise do *subprime*, respectivamente, recuperação de 15,7%, 9,3%, 21,6% e 7,9%. De 24 de julho a 16 de agosto, período em que a proporção da crise financeira assumiu contornos evidentes, os mesmos índices registraram, na ordem, recuo de 7,9%, 11,6%, 8,5% e 15%. Esses indicadores, que, até o final de outubro, haviam recuperado as perdas do período anterior, experimentaram, nos dois últimos meses do ano, novo processo de perdas, como reflexo do recrudescimento da contração do crédito, das novas e expressivas baixas contábeis nos balanços das instituições financeiras, da retração da demanda associada à ampliação das perspectivas de menor crescimento da renda dos tomadores e de aumento do desemprego.



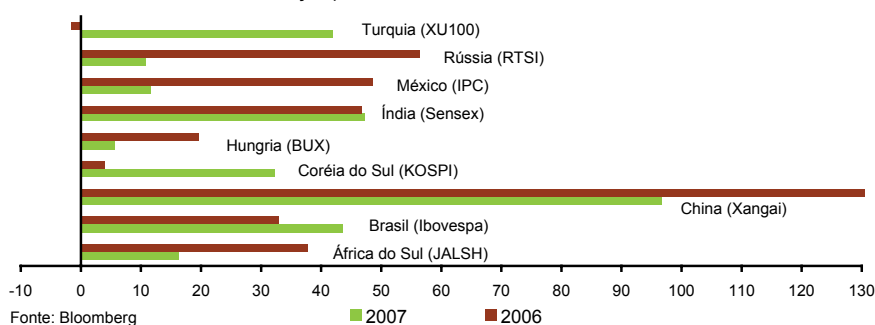
Fonte: Bloomberg

Gráfico 6.14
Bolsas de valores – Europa e Japão



As bolsas de valores dos principais países emergentes apresentaram resultados positivos em 2007, atingindo, na ordem, 43,6%, 32,3% e 42% no Brasil, Coréia do Sul e Turquia, ante 32,9%, 4% e recuo de 1,7%, respectivamente, em 2006. A bolsa da Índia apresentou valorização de 46,7%, mesmo patamar de 2006, enquanto na China, mesmo no contexto de intensificação de políticas monetária e creditícia restritivas, o aumento atingiu 96,7%, ante 130,4% no ano anterior. Adicionalmente, as bolsas da África do Sul, México e Rússia apresentaram, respectivamente, valorização de 16,2%, 11,7% e 10,7%, em 2007, ante, na mesma ordem, 37,7%, 48,6% e 56,4%, no ano anterior. Esses resultados atestam que as turbulências financeiras originadas em economias maduras tendem a impactar as economias dos países emergentes de forma mais branda do que em episódios anteriores.

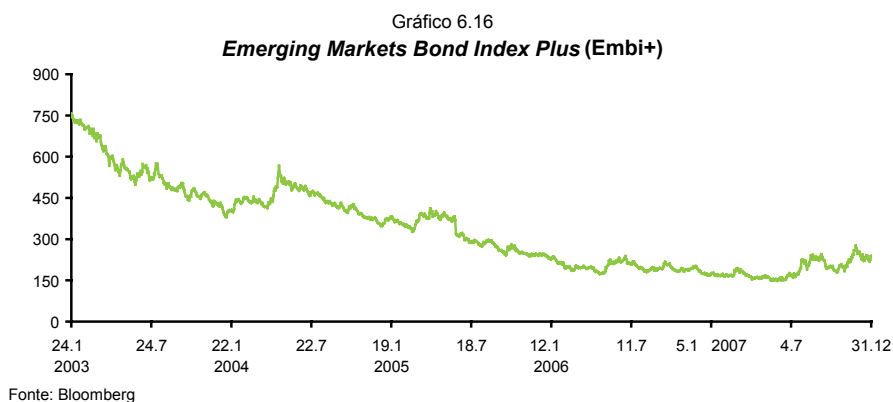
Gráfico 6.15
Bolsas de Valores – Mercados emergentes
Variação percentual em 2005 e 2006, em moeda local



Ressalte-se que as bolsas dos países emergentes, evidenciando a venda generalizada de ativos considerados de maior risco, tanto para liquidar dívidas e cobrir posições, quanto para realizar lucros, apresentaram, entre 24 de julho e 16 de agosto, perdas mais acentuadas do que as bolsas dos países desenvolvidos. Nesse período, os índices *Índice de Precios y Cotizaciones* (IPC), do México, *Mercado de Valores de Buenos Aires* (Merval), da Argentina, *JSE All Share Index* (Jalsh), da África do Sul, *Istanbul Stock Exchange National 100 Index* (XU100), da Turquia, e Ibovespa, do Brasil, registraram recuo de 13,6%, 20,4%, 13%, 20% e 17,3%, respectivamente.

Os *spreads* praticados nos mercados internacionais de crédito permaneceram em patamar historicamente reduzido em 2007. O indicador *Emerging Markets Bond Index Plus* (Embi+), associado a mercados emergentes, registrou média de 190 pontos no ano, ante 199 pontos em 2006, evolução condizente com a redução da exposição externa, com o crescimento das reservas internacionais e com os acentuados dinamismo e estabilidade de parcela representativa dessas economias. Assinale-se que o aumento no indicador observado a partir da configuração do cenário mais adverso para a economia mundial mostrou-se pouco expressivo, conforme evidenciado pela média de 166 pontos, até 23 de julho, e de 219 pontos, no restante do ano. O Embi+ referente ao Brasil apresentou média de 181 pontos no ano, situando-se, pela primeira vez, abaixo do indicador geral.

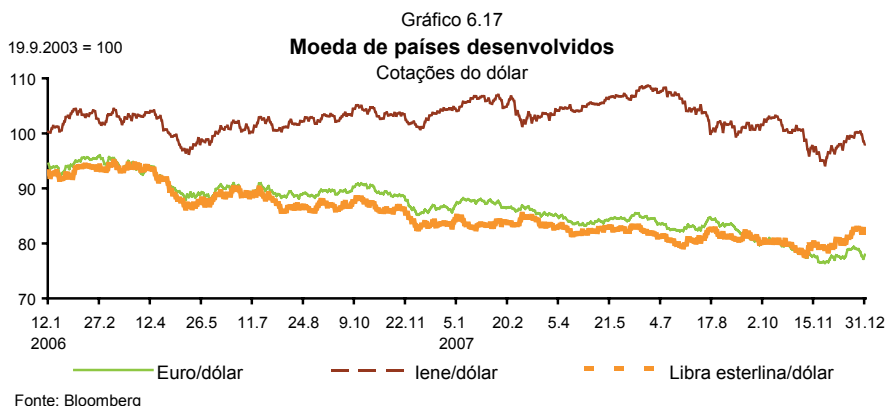
Consideradas a posição de final de 2007 e a do ano anterior, o indicador geral e o Embi+ associado a Brasil, México, Rússia e Turquia elevaram-se, na ordem, 42%, 15,1%, 52%, 53,1% e 15,5%.



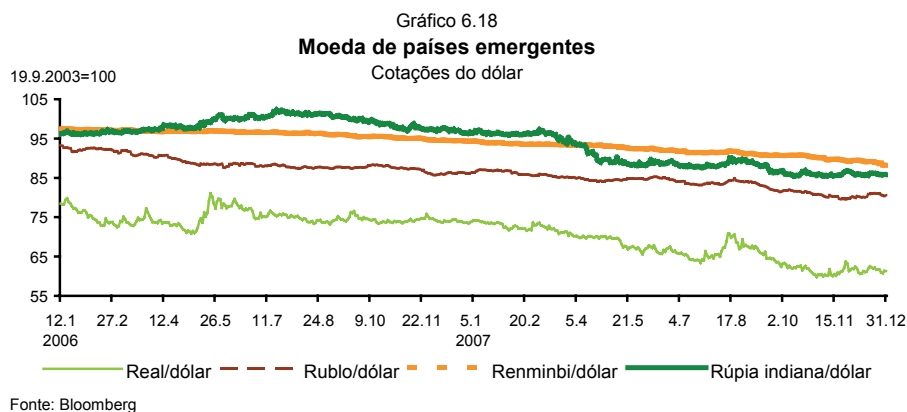
As expectativas de desaceleração do nível da atividade econômica e de continuidade da ocorrência de elevados déficits em transações correntes nos EUA, assim como a política de relaxamento monetário adotada pelo Fed em relação à postura de outros importantes bancos centrais e ao estreitamento do diferencial de rendimento ao longo das curvas de juros contribuíram para reforçar a tendência de depreciação duradoura do dólar ante as principais moedas.

Nesse ambiente, a moeda norte-americana apresentou depreciação anual em relação ao euro, 9,5%; iene, 6,2%; e libra esterlina, 1,3%, processo mais intenso, exceto em relação à libra, no segundo semestre do ano. O recrudescimento das turbulências financeiras, com impacto sobre o grau de aversão ao risco dos investidores, estimulou a liquidação de operações de mais risco, a exemplo de *carry trade* – tomada de recursos no mercado japonês para aplicação em ativos denominados em dólar –, provocando a valorização do iene frente ao dólar e à libra esterlina e sua depreciação em relação ao euro.

O dólar sofreu, igualmente, depreciação em relação à moeda dos principais países emergentes, trajetória associada, ainda, às melhoras nos fundamentos macroeconômicos,



à solidez das contas externas e ao patamar das taxas de juros praticadas nesses países. A depreciação da moeda norte-americana em relação ao real atingiu 16,7% em 2007, seguindo-se os recuos relacionados à rúpia indiana, 10,9%; ao renminbi chinês, 6,5%; e ao rublo russo, 6,4%. Na China, embora o limite diário de variação do renminbi frente ao dólar tenha permanecido em 0,5%, sua apreciação traduziu a combinação da redução das taxas dos *Fed funds* e a elevação da taxa básica de juros doméstica.



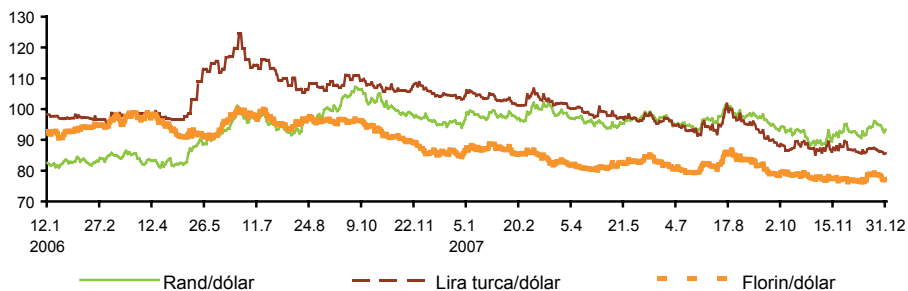
Ressalte-se, adicionalmente, que mesmo a moeda de países emergentes que vêm apresentando elevados déficits em transações correntes, como a da Turquia, a da África do Sul e a da Hungria, apreciou-se em relação ao dólar ao longo de 2007. A apreciação de 17,3%, 8,9% e 2% registrada, na ordem, por essas moedas, no ano, refletiu, em grande parte, a melhora nas condições de financiamento dos seus déficits em transações correntes.

Gráfico 6.19

Moeda de países emergentes

19.9.2003=100

Países com déficits externos elevados – Cotações do dólar



Fonte: Bloomberg



Organismos Financeiros Internacionais

Fundo Monetário Internacional

O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem como funções precípuas promover a cooperação monetária internacional; a estabilidade cambial; o crescimento econômico com altos níveis de emprego; a assistência financeira temporária aos países em fase de ajustamento do balanço de pagamentos; e facilitar a expansão equilibrada do comércio internacional.

Adicionalmente, o organismo acompanha e analisa anualmente a economia dos países-membros e realiza variados estudos, destacando-se o Perspectivas da Economia Mundial (WEO) e o Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global (GFSR), editados semestralmente.

Além de analisar a economia e as finanças internacionais, o FMI efetua as consultas estabelecidas pelo Artigo IV de seu Acordo Constitutivo – dedicadas à supervisão macroeconômica de cada país-membro, normalmente com periodicidade anual – bem como realiza as Revisões de Programas, normalmente trimestrais, quando um país se encontra sob Programa de Assistência Financeira patrocinado pelo fundo. Além disso, o FMI, em conjunto com o Banco Mundial, produz os Relatórios de Observância a Códigos e Padrões (ROSC), que se constituem em avaliações do grau de adoção, pelos países, dos códigos e padrões reconhecidos internacionalmente em doze áreas: qualidade dos dados; transparência da política monetária e financeira; transparência fiscal; supervisão bancária; regulação de mercados de capitais; supervisão de seguros; sistemas de pagamento; combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; governança corporativa; contabilidade; auditoria; e insolvência e direitos dos credores.

Outra importante atividade, também realizada em conjunto com o Banco Mundial, é o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), que ocorre a partir de solicitação de país-membro. Além de propiciar a elaboração de ROSC, o FSAP verifica, mediante a aplicação de testes de estresse, o grau de estabilidade financeira diante de choques econômicos e produz um relatório com recomendações às autoridades, assim como dois relatórios sintéticos – o Avaliação da Estabilidade do Sistema Financeiro (FSSA) e o Avaliação do Setor Financeiro (FSA) – que são apresentados à diretorias do FMI e à do Banco Mundial, respectivamente.

Com referência à divulgação de dados econômicos, 64 países subscreveram, até o final de 2007, o Padrão Especial de Disseminação de Dados (SDDS), inclusive o Brasil. O SDDS é um guia para a divulgação ao público, de forma tempestiva e abrangente, de estatísticas econômicas e financeiras, exercendo desdobramentos favoráveis sobre a solidez de políticas macroeconômicas e o aperfeiçoamento dos mercados financeiros.

A agenda do FMI para 2007 privilegiou a discussão dos desequilíbrios globais e das implicações para a economia global da crise financeira, bem como a implementação da estratégia de médio prazo do organismo.

Com respeito ao desequilíbrio global, foram realizados encontros com Estados Unidos, Japão, China, área do euro e Arábia Saudita, por meio do Mecanismo de Consultas Multilaterais, objetivando a resolução de problemas de modo compatível com o crescimento sustentado e com a responsabilidade compartilhada. Em relação à estratégia de médio prazo, as principais questões discutidas referiram-se à *surveillance* nos países-membros, à reforma do sistema de representação dos países-membros (quotas e voz) e ao novo modelo de renda da instituição.

No que se refere à *surveillance*, a ênfase foi colocada na revisão e na atualização da Decisão de 1977, de Supervisão sobre Taxas de Câmbio. A revisão¹ não criou novas obrigações para os membros, mas atualizou a antiga decisão. Entre seus novos elementos, destacam-se a introdução do conceito de estabilidade externa como princípio organizador da *surveillance* bilateral; a definição do escopo da *surveillance* em áreas de união monetária; o estabelecimento da colaboração, do diálogo e da existência de discussões francas e imparciais como fundamentais para a *surveillance*; e a definição clara do que é uma manipulação da taxa de câmbio para ganhar vantagens competitivas sobre outros membros.

No que diz respeito à reforma do sistema de representação dos países-membros, embora nenhuma proposta tenha se mostrado viável, ocorreram significativos progressos em direção ao estabelecimento de um acordo em 2008, tendo sido construído um consenso no sentido de se triplicarem os votos básicos, beneficiando diretamente os países com menor representação.

O tema da definição de um novo modelo de renda do FMI foi debatido ao longo de 2007, tendo em vista os problemas orçamentários associados à redução expressiva experimentada pelas receitas dos empréstimos aos países-membros. Entre as principais medidas sugeridas pela diretoria executiva do fundo, ressaltam-se a ampliação do

1/ Também chamada de Decisão de 2007.

mandato para investir os recursos da *Investment Account* (IA)² e da *Special Disbursement Account* (SDA)³ e a possibilidade da efetivação de venda do ouro obtido pelo FMI a partir de 1978 (época da Segunda Emenda aos Artigos)⁴.

O capital total do FMI alcançou Direitos Especiais de Saque (DES) 217 bilhões ao final de 2007, e o crédito total pendente de recebimento, DES 9,7 bilhões. A cota do Brasil atinge DES 3.036 milhões, com participação de 1,4 % no capital total do organismo.

Grupo dos 20 (G-20)

O Grupo dos 20 (G-20) é um fórum informal que promove o debate aberto e construtivo entre os países industrializados e os emergentes mais dinâmicos sobre assuntos-chave relacionados à estabilidade econômica global. O G-20 apóia o crescimento e o desenvolvimento mundial por meio do fortalecimento da arquitetura financeira internacional e das oportunidades de diálogo sobre políticas nacionais, cooperação internacional e instituições econômico-financeiras internacionais.

Criado em resposta às crises financeiras do final dos anos 1990, o G-20 é composto pelos ministros de finanças e presidentes de bancos centrais de dezenove países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. A União Européia também faz parte do grupo, representada pela presidência rotativa do Conselho da União Européia e pelo Banco Central Europeu. Ainda, para garantir o trabalho simultâneo com instituições internacionais, o Diretor-Gerente do FMI e o Presidente do Banco Mundial também participam *ex-officio* das reuniões.

Diferentemente de organizações internacionais como a OCDE, o FMI ou Banco Mundial, o G-20 não possui quadro de pessoal permanente. A presidência do grupo é anual e rotativa entre os membros, estabelecendo-se um secretariado provisório a cada ano. Objetivando evitar a descontinuidade dos trabalhos, o grupo é gerenciado na forma de uma tríaca constituída pelo último país anfitrião, pelo atual e pelo próximo presidente. Nessa ordem, a tríaca em 2007 foi composta por Austrália, África do Sul e Brasil. O Reino Unido, escolhido ao final do ano para exercer a presidência em 2009, passou a integrar a tríaca em 2008, em substituição à Austrália.

2/ Conta criada em junho de 2006 por meio da transferência de recursos das reservas precaucionárias do FMI para permitir a aplicação de recursos do fundo em ativos de um país-membro ou de um organismo internacional que tenha baixo risco e apresente retornos esperados acima da taxa SDR para o mesmo período.

3/ Conta que recebe e investe o lucro da venda de ouro do FMI no mercado e que pode fazer transferências para outras contas quando houver autorização do *Executive Board*.

4/ São 12.966 milhões de onças, o que geraria aproximadamente US\$ 250 milhões.

Por ser um fórum informal, o G-20 realiza uma reunião anual de ministros (presidentes de bancos centrais e ministros de finanças), precedida de duas reuniões de *Deputies* (em geral vice-governadores dos bancos centrais e secretários dos ministérios das finanças), além de promover seminários sobre temas específicos e grupos virtuais de trabalho.

Em 2007, os temas nos quais o G-20 concentrou suas discussões foram conjuntura econômica internacional e reforma das instituições de *Bretton Woods*. Neste último assunto, mais precisamente, houve a concentração de esforços na reforma do sistema de quotas e voz do FMI. Acordou-se que o tema Reforma do Banco Mundial, apesar de importante e necessário, poderia esperar pelas conclusões do processo de reforma no FMI. Houve, ainda, a realização de seminários sobre espaço fiscal e sobre a ligação entre o mercado de *commodities* e a estabilidade do sistema financeiro.

Membros do G-20 compuseram, também, dois grupos de estudo sobre temas específicos e de relevância significativa no contexto atual: mudanças climáticas e a história do G-20. Neste último, desenvolveu-se importante debate acerca da eficiência do G-20 e seu papel no futuro próximo, principalmente em virtude da atual dificuldade de as instituições de *Bretton Woods* (FMI, Banco Mundial e OMC) assumirem papel mais ativo na coordenação econômica global.

O Brasil é o Presidente do G-20 em 2008, sendo o Banco Central do Brasil e o Ministério da Fazenda responsáveis pela elaboração e execução de todas as atividades do grupo no período. Na presidência brasileira, a agenda de trabalhos do G-20 será caracterizada pela introdução dos temas Energia Limpa e o Mercado de *Commodities* e Concorrência no Setor Financeiro, assim como pelo prosseguimento dos temas Reforma das Instituições de *Bretton Woods* e Espaço Fiscal.

Finalmente, deve-se destacar que a presidência do G-20 representa uma oportunidade para o Brasil participar ativamente das discussões e das decisões referentes a temas estratégicos da economia mundial. Complementarmente, também será beneficiado de uma percepção mais clara das principais opções e caminhos viáveis para as alterações necessárias nos arcabouços de governança e estratégia acerca dos desequilíbrios globais que se apresentam – por conta da tarefa de coordenação e gestões ante os demais países participantes.

Banco de Compensações Internacionais

O Banco Central do Brasil é acionista do Banco de Compensações Internacionais (BIS) desde 25 de março de 1997, com 3.000 ações subscritas no valor de DES 15 milhões, representando 0,55% do capital total do organismo. O BIS tem como função principal fomentar internacionalmente a cooperação financeira e monetária, atuar como agente fiduciário em operações internacionais de bancos centrais e como centro de pesquisa financeira e monetária.

Sediado na Basileia, Suíça, o BIS coordena comitês e organizações que têm por objetivo promover a estabilidade financeira, entre os quais o Comitê da Basileia de Supervisão Bancária; o Comitê de Sistemas de Pagamentos e Recebimentos; o Comitê do Sistema Financeiro Global; e o Comitê de Mercado. Estabelecidos ao longo dos anos pelos bancos centrais dos países do G-10⁵, esses comitês possuem elevado grau de autonomia na estruturação de suas agendas e atividades.

O BIS também secretaria o Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), criado em 1999 para debater questões referentes ao fortalecimento da arquitetura financeira internacional e promover a cooperação entre autoridades nacionais e organismos internacionais e órgãos reguladores.

Os ativos do BIS somavam, ao final do último ano fiscal de 2007, o valor recorde de DES 270,9 bilhões, 23% maior em relação ao ano anterior. Em janeiro de 2001, o BIS decidiu pelo fechamento de seu capital a agentes privados, restringindo tal participação exclusivamente a bancos centrais, procedendo à compra das antigas ações pertencentes a instituições particulares e revendendo-as aos bancos centrais membros interessados.

Merecem destaque as atividades do Comitê do Sistema Financeiro Global e do Comitê de Sistemas de Pagamentos e Recebimentos, este último pelo seu trabalho em parceria com a *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO) no sentido de promover a segurança dos sistemas de pagamentos, fortalecendo a infra-estrutura de mercado e reduzindo o risco sistêmico.

O Comitê da Basileia de Supervisão Bancária seguiu empreendendo esforços direcionados ao fortalecimento da supervisão prudencial das instituições bancárias; à adoção de práticas mais transparentes em registros financeiros; e ao encorajamento para que o sistema bancário avance na avaliação de riscos.

Ainda em 2007, ocorreram discussões tendo em vista a possível criação de um *Consultative Council for the Americas* (CCA) no âmbito do BIS. O CCA objetiva tornar-se um veículo de comunicação entre o BIS e os bancos centrais das américas em assuntos de interesse destes. Seria a repetição para as américas da experiência positiva da criação na Ásia do *Asian Consultative Council* (ACC).

Finalmente, no papel de banco dos bancos centrais, o BIS oferece uma larga variedade de serviços bancários especialmente desenhados para auxiliar no gerenciamento de reservas. Aproximadamente 140 instituições, entre elas diversos bancos centrais, fazem uso desse serviço.

5/ Grupo de países industrializados composto por Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Suécia e Suíça.

Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos

O Centro de Estudos Monetários Latino-americanos (Cemla), organismo estabelecido em 1952, é uma associação civil com domicílio na Cidade do México que tem como objetivos específicos a promoção de melhor entendimento sobre assuntos monetários e bancários na América Latina e no Caribe, assim como a assistência na capacitação do corpo funcional dos bancos centrais; a pesquisa e sistematização de resultados; e a divulgação de informações aos membros sobre fatos de interesse internacional e regional do âmbito das políticas monetárias e financeiras.

O Cemla é composto atualmente por cinquenta instituições, trinta das quais são bancos centrais associados. As demais instituições estão divididas entre membros colaboradores e assistentes.

A maior parte do orçamento do Cemla, que atingiu US\$2.580 milhões no exercício de 2007, é composta pelas contribuições anuais tanto de membros associados como de membros colaboradores e assistentes, com destaque para o crescimento da participação de fundos externos, notadamente no financiamento de programas plurianuais.

Também em relação à difusão de conhecimentos, destacam-se as publicações periódicas do Cemla (revistas *Boletín*, *Monetaria* e *Money Affairs*) e as não periódicas (ensaios, artigos e pesquisas), que analisam assuntos econômicos, financeiros e bancários. Ainda, como forma de incentivo e reconhecimento, o centro confere, todos os anos, o *Prêmio Rodrigo Gómez* ao melhor trabalho publicado sobre temas de relevância para os bancos centrais. Na edição de 2007, um trabalho brasileiro foi o vencedor do prêmio.



Principais Medidas de Política Econômica

Emendas Constitucionais

55, de 20.9.2007 – Alterou o art. 159 da Constituição, aumentando em um ponto percentual (de 22,5% para 23,5%) a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que será efetivada no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano. No exercício de 2007, tal alteração somente se aplica sobre a arrecadação realizada a partir de 1º de setembro. Esta medida implica aumento de aproximadamente R\$1,97 bilhão em 2008 nos repasses da União aos municípios, com base na estimativa de arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) integrante da proposta orçamentária de 2008.

56, de 20.12.2007 – Prorrogou até 31.12.2011 a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Leis Complementares

124, de 3.1.2007 – Instituiu, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de natureza autárquica especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, com sede na cidade de Belém (Pará) e vinculada ao Ministério da Integração Nacional. A Sudam tem por finalidade promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. A lei estabeleceu sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação e dispôs sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA).

125, de 3.1.2007 – Instituiu, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), de natureza autárquica especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, com sede na cidade do Recife (Pernambuco) e vinculada ao Ministério da Integração Nacional. A Sudene tem por finalidade promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva

da base produtiva regional na economia nacional e internacional. A lei estabeleceu sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação e dispôs sobre o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

126, de 15.1.2007 – Dispôs sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário.

127, de 14.8.2007 – Alterou a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Leis

11.445, de 5.1.2007 – Estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico e sua política. Considera-se como saneamento básico o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

11.451, de 7.2.2007 – Estimou a receita da União, para o exercício financeiro de 2007, em R\$1.575.881 milhões e fixou a despesa em igual valor. Desse total, R\$558.326 milhões se referem ao Orçamento Fiscal; R\$312.067 milhões ao Orçamento da Seguridade Social; R\$655.751 milhões ao refinanciamento da dívida pública federal; e R\$49.737 milhões ao Orçamento de Investimento das empresas estatais.

11.452, de 27.2.2007 – Dispôs sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados e aos municípios, no exercício de 2006, com o objetivo de fomentar as exportações do país; alterou as leis nº 8.248/1991, nº 8.387/1991, nº 10.865/2004, nº 11.051/2004, nº 10.833/2003, nº 11.314/2006, nº 11.119/2005, nº 7.713/1988, nº 9.250/1995, nº 11.281/2006, o Decreto-Lei nº 1.593/1977, a Medida Provisória nº 2.185-35/2001 e a Lei nº 10.168/2000. Converteu em Lei a MP nº 328, de 1º.11.2006.

11.457, de 16.3.2007 – Autorizou a unificação da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária, do Ministério da Previdência Social. A unificação deu origem a um novo órgão da administração direta, denominado Secretaria da Receita Federal do Brasil, subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda.

11.460, de 21.3.2007 – Dispôs sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescentou dispositivos às leis nº 9.985/2000 e nº 11.105/2005; revogou o art. 11 da Lei nº 10.814/2003.

11.474, de 15.5.2007 – Alterou a Lei nº 10.188, de 12.2.2001, que criou o Programa de Arrendamento Residencial e instituiu o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3.1.2006, que regulamentou a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos.

11.477, de 29.5.2007 – Alterou dispositivos da Lei nº 11.439, de 29.12.2006, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007.

11.478, de 29.5.2007 – Instituiu o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura (FIP-IE).

11.480, de 30.5.2007 – Autorizou a renegociação dos créditos da União e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás) junto à Itaipu Binacional.

11.482, de 31.5.2007 – Efetuou alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispôs sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nas hipóteses que menciona; alterou as leis nº 7.713, de 22.12.1988, nº 9.250, de 26.12.1995, nº 11.128, de 28.6.2005, nº 9.311, de 24.10.1996, nº 10.260, de 12.7.2001, nº 6.194, de 19.12.1974, nº 8.387, de 30.12.1991, nº 9.432, de 8.1.1997, nº 5.917, de 10.9.1973, nº 8.402, de 8.1.1992, nº 6.094, de 30.8.1974, nº 8.884, de 11.6.1994, nº 10.865, de 30.4.2004, nº 8.706, de 14.9.1993; e revogou dispositivos das leis nº 11.119, de 25.5.2005, nº 11.311, de 13.6.2006, nº 11.196, de 21.11.2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19.5.1988.

11.484, de 31.5.2007 – Dispôs sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital (PATVD); alterou a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revogou o art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Conversão em lei da Medida Provisória nº 352/2007.

11.487, de 15.6.2007 – Alterou a Lei nº 11.196/2005, que instituiu o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras e o Programa de Inclusão Digital e dispôs sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica, para incluir novo incentivo à inovação tecnológica e modificar as regras relativas à amortização acelerada para investimentos vinculados à pesquisa e ao desenvolvimento.

11.488, de 15.6.2007 – Criou o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi):

- reduziu para vinte e quatro meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) decorrentes da aquisição de edificações;
- ampliou o prazo para pagamento de impostos e contribuições;
- alterou a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24.8.2001 e as leis nº 9.779, de 19.1.1999, nº 8.212, de 24.7.1991, nº 10.666, de 8.5.2003, nº 10.637, de 30.12.2002, nº 4.502, de 30.11.1964, nº 9.430, de 27.12.1996, nº 10.426, de 24.4.2002, nº 10.833, de 29.12.2003, nº 10.892, de 13.7.2004, nº 9.074, de 7.7.1995, nº 9.427, de 26.12.1996, nº 10.438, de 26.4.2002, nº 10.848, de 15.3.2004, nº 10.865, de 30.4.2004, nº 10.925, de 23.7.2004, nº 11.196, de 21.11.2005; e
- revogou dispositivos das leis nº 4.502, 30.11.1964, nº 9.430, de 27.12.1996, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21.12.1977.

11.491, de 20.6.2007 – Instituiu o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) e alterou a Lei nº 8.036, de 11.5.1990.

11.492, de 20.6.2007 – Dispôs sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do país. Conversão em lei da Medida Provisória nº 355, de 23.2.2007.

11.494, de 20.6.2007 – Regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

- alterou a Lei nº 10.195, de 14.2.2001; e
- revogou dispositivos das leis nº 9.424, de 24.12.1996, nº 10.880, de 9.6.2004 e nº 10.845, de 5.3.2004.

11.495, de 22.6.2007 – Deu nova redação ao *caput* do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória.

11.496, de 22.6.2007 – Deu nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea “b” do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21.12.1988, para modificar o processamento de embargos no Tribunal Superior do Trabalho.

11.498, de 28.6.2007 – Dispôs sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2007.

11.499, de 28.6.2007 – Acrescentou o art. 2º-A e alterou o art. 3º da Lei nº 10.184, de 12.1.2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais. Nas operações de financiamento ou de equalização

vinculadas à exportação de bens ou serviços nacionais, o Tesouro Nacional poderá pactuar condições aceitas pela prática internacional aplicada a países, projetos ou setores com limitações de acesso a financiamento de mercado. Conversão da Medida Provisória nº 363, de 18.4.2007.

11.508, de 23.7.2007 – Dispôs sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação e revogou o Decreto-Lei nº 2.452/1988, as leis nº 8.396/1992 e nº 8.924/1994, o inciso II do § 2º do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o inciso XVI do *caput* do art. 88 da Lei nº 9.430/1996.

11.512, de 9.8.2007 – Dispôs sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do país. Conversão em lei da Medida Provisória nº 368, de 4.5.2007.

11.514, de 13.8.2007 – Dispôs sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2008 e deu outras providências.

11.529, de 22.10.2007 – Dispôs sobre o desconto de créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485/2002 e de produtos classificados na Tabela de Incidência de Impostos sobre Produtos Industrializados (Ipi), aprovada pelo Decreto nº 6.006/2006; autorizou a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e alterou as leis nº 10.637/2002 e nº 10.865/2004.

11.531, de 24.10.2007 – Alterou o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, que trata da concessão de aposentadoria especial ao cooperado filiado à cooperativa de trabalho ou de produção, sujeito a condições de trabalho prejudiciais a sua saúde ou a sua integridade física, estendendo até o mês de maio de 2010 o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os regimes próprios de previdência social da União, estados, Distrito Federal e municípios, relativos aos benefícios em manutenção em 5.5.1999, concedidos a partir de 5.10.1988, data da promulgação da Constituição Federal. Além disso, adotou as seguintes providências:

- alterou o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19.10.2006, que trata do pagamento ao anistiado político, a título de reparação econômica;
- prorrogou até 31.12.2007 o prazo para o parcelamento dos débitos previdenciários dos estados e do Distrito Federal, de que trata o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16.3.2007.

11.540, de 12.11.2007 – Dispôs sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

11.578, de 26.11.2007 – Dispôs sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos estados, Distrito Federal e municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) nos exercícios de 2007 e 2008.

11.580, de 27.11.2007 – Revogou a Medida Provisória nº 380/2007, que instituiu o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

11.604, de 5.12.2007 – Revogou a Medida Provisória nº 382/2007, que dispôs sobre o desconto de créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485/2002 e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, aprovada pelo Decreto nº 6.006/2006; autorizou a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira. Trata-se de conversão em Lei da Medida Provisória nº 392, de 18.9.2007

Medidas Provisórias

347, de 22.1.2007 – Autorizou a União a conceder crédito à Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de R\$5,2 bilhões, para aplicação em saneamento e habitação, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

348, de 22.1.2007 – Instituiu o Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura (FIP-IE), que terá por objetivo o investimento em novos projetos de infraestrutura no território nacional.

349, de 22.1.2007 – Instituiu o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), caracterizado pela aplicação de recursos do FGTS, destinado a investimentos em empreendimentos dos setores de energia, rodovia, ferrovia, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS.

350, de 22.1.2007 – Alterou a Lei nº 10.188, de 12.2.2001, que criou o Programa de Arrendamento Residencial para atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda com opção de compra, e deu outras providências.

351, de 22.1.2007 – Criou o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), reduziu para vinte e quatro meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) decorrentes da aquisição de edificações, ampliou o prazo para pagamento de impostos e contribuições e deu outras providências.

352, de 22.1.2007 – Dispôs sobre a concessão de incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, mediante a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico na Indústria de Semicondutores (Padis) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital (PATVD).

353, de 22.1.2007 – Dispôs sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), sociedade de economia mista, instituída com base na autorização contida na Lei nº 3.115, de 16.3.1957, e alterou dispositivos da Lei nº 10.233, de 5.6.2001.

355, de 26.2.2007 – Dispôs sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do país.

362, de 29.3.2007 – Elevou de R\$350,00 para R\$380,00 o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de abril de 2007.

363, de 19.4.2007 – Acrescentou o art. 2º-A e alterou o art. 3º da Lei nº 10.184/2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais. O Tesouro Nacional poderá pactuar condições aceitas pela prática internacional aplicada a países, projetos ou setores com limitações de acesso a financiamento de mercado.

368, de 4.5.2007 – Dispôs sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados e aos municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do país.

372, de 22.5.2007 – Dispôs sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006 de produtores rurais e suas cooperativas com fornecedores de insumos.

374, de 31.5.2007 – Alterou o artigo 12 da Lei nº 10.666, de 8.5.2003, que dispõe sobre o prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social.

378, de 20.6.2007 – Deu nova redação ao *caput* do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14.2.2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados.

380, de 28.6.2007 – Instituiu o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Tem por objetivo regulamentar o comércio fronteiriço do Paraguai com o Brasil, a fim de permitir a implementação de medidas de racionalização e facilitação do comércio bilateral, principalmente no que se refere à simplificação de procedimentos de controle aduaneiro e de tributação.

382, de 24.7.2007 – Dispôs sobre o desconto de créditos da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3.7.2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28.12.2006; autorizou a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro; têxtil; de confecção; e de móveis de madeira; e dá outras providências. Foram redirecionados os recursos da linha de crédito especial “FAT – Giro Setorial” e, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Programa de Apoio à Revitalização dos Setores Calçadista, Moveleiro e de Confeções (Revitaliza), para linhas de crédito destinadas a “Capital de Giro”, “Investimento” e “Exportação” (modalidade pré-embarque), cujas beneficiárias serão empresas com Receita Operacional Bruta de até US\$300 milhões que atuam nos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecções, de fabricação de móveis.

384, de 20.8.2007 – Instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas), e deu outras providências.

385, de 22.8.2007 – Acrescentou parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

387, de 31.8.2007 – Dispôs sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução, pelos estados, Distrito Federal e municípios, de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) nos exercícios de 2007 e 2008. Tal medida confere o adequado grau de priorização e celeridade à execução de projetos

do PAC que contem com recursos federais e sejam implementados pelos demais entes federados, além de maior racionalidade à utilização dos recursos destinados a projetos de infra-estrutura. No que se refere ao PSH, a medida tem por objetivo viabilizar a execução do Programa conforme a sistemática estabelecida na Lei nº 10.198, de 15 de dezembro de 2004.

404, de 11.12.2007 – Alterou o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, visando a antecipar parte do pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para os cinco últimos dias do mesmo mês a que correspondam, já a partir da competência dezembro de 2007.

410, de 28.12.2007 – Acrescentou artigo à Lei nº 5.889, de 8.6.1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabeleceu normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural e prorrogou o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24.9.2007.

412, de 31.12.2007 – Dispôs sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), instituído pela Lei nº 11.033/2004.

Decretos

6.018, de 22.1.2007 – Regulamentou a Medida Provisória nº 353, de 22.1.2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), e determinou que fica a cargo do Ministério dos Transportes a coordenação e a supervisão dos procedimentos administrativos relativos a sua inventariança.

6.019, de 22.1.2007 – Instituiu, no âmbito do Ministério da Previdência Social, o Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS) com as seguintes finalidades: promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do governo federal para o aperfeiçoamento e a sustentabilidade dos regimes de previdência social e sua coordenação com as políticas de assistência social; subsidiar a elaboração de proposições legislativas e normas infra-legais pertinentes; e submeter ao Ministro de Estado da Previdência Social os resultados e conclusões sobre os temas discutidos no âmbito do FNPS.

6.020, de 22.1.2007 – Dispôs sobre a dissolução e liquidação da Companhia de Navegação do São Francisco (Franave), incluída no Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) pelo Decreto nº 99.666, de 1º.11.1990. A liquidação da Franave far-se-á sob a supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e observará, no que couber, as disposições da Lei nº 8.029, de 12.4.1990.

6.021, de 22.1.2007 – Criou a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), com a finalidade de tratar de matérias relacionadas com a governança corporativa nas empresas estatais federais e da administração de participações societárias da União.

6.022, de 22.1.2007 – Instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

6.023, de 22.1.2007 – Estendeu a isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social (PIS) para os computadores com valores até R\$4 mil.

6.024, de 22.1.2007 – Reduziu de 5% para zero as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre perfis de aço.

6.025, de 22.1.2007 – Instituiu o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle de expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal. Definiu o seu Comitê Gestor e deu outras providências.

6.038, de 7.2.2007 – Instituiu o Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, denominado Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

6.042, de 12.2.2007 – Definiu regras do Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Com esse plano, a alíquota de contribuição a cargo dos contribuintes individuais ficou reduzida de 20% para 11%, e passou a incidir sobre o valor de um salário mínimo, e não mais sobre a remuneração total do segurado.

6.046, de 22.2.2007 – Dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007. Ressalta-se que o cronograma foi elaborado com base em novas estimativas de receitas e despesas, devido à revisão de algumas variáveis macroeconômicas utilizadas para projeção desses agregados na Lei Orçamentária. Em relação às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, a reestimativa aponta para uma redução de R\$17,8 bilhões (passou de R\$411,7 bilhões para R\$393,9 bilhões), enquanto a projeção de recolhimentos com as “demais receitas” sinaliza uma redução de R\$2,8 bilhões

(passou de R\$70,7 bilhões para R\$67,9 bilhões). Esse novo cenário determinou um ajuste nas despesas não obrigatórias, para fins de cumprimento da meta de resultado primário, e gerou a necessidade de limitação de empenho e pagamento no valor de R\$16,4 bilhões.

6.047, de 22.2.2007 – Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) com o objetivo de reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, bem como de orientar os programas e ações federais no território nacional, atendendo ao disposto no inciso III do art. 3º da Constituição Federal.

6.088, de 23.4.2007 – Dispôs sobre a execução do Sexagésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre Brasil e Uruguai, de 29.12.2006, prorrogando, até 30.6.2007, as regras de comércio bilateral para o setor automotivo, vigentes para o ano de 2006.

6.112, de 10.5.2007 – Promulgou o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Comunidade Européia, celebrado em Brasília em 19.1.2004.

6.118, de 22.5.2007 – Dispôs sobre a execução no Território Nacional da Resolução nº 1.747, de 24.3.2007, do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a qual aprofunda as sanções previstas na Resolução nº 1.737/2006 do CSNU – incorporada ao ordenamento jurídico interno pelo Decreto nº 6.045, de 21.2.2007 – e, entre outras disposições, conclama os Estados-partes a se absterem de novos compromissos no que se refere à concessão de doações, assistência financeira e empréstimos ao Irã; proíbe o fornecimento, venda ou transferência de armas pelo Irã ou seus nacionais; e exorta os Estados-partes a restringirem o fornecimento, venda ou transferência àquele país de carros de combate, veículos blindados, sistemas de artilharia de grosso calibre, aviões de combate, helicópteros de ataque, navios de guerra e mísseis.

6.121, de 13.6.2007 – Dispôs sobre a execução do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 53, entre Brasil e México, de 4.5.2007. Aumentou para 100% a preferência tarifária outorgada pelo Brasil ao produto “Ácido tereftálico e seus sais”, Nomenclatura da Associação Latino-Americana de Integração/Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (Naladi/SH) (96) 2917.36.00.

6.127, de 18.6.2007 – Dispôs sobre a suspensão da exigência da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita auferida na comercialização de material de embalagem a empresa sediada no exterior para entrega em território nacional.

6.135, de 26.6.2007 – Dispôs sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

6.140, de 3.7.2007 – Regulamentou a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF).

6.144, de 3.7.2007 – Regulamentou a forma de habilitação e co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pelos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15.6.2007.

6.157, de 16.7.2007 – Deu nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17.9.2004, que criou o Programa Bolsa Família.

6.158, de 16.7.2007 – Alterou o Decreto nº 4.544, de 26.12.2002, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

6.166, de 24.7.2007 – Regulamentou o parcelamento dos débitos dos estados e do Distrito Federal relativos às contribuições sociais de que tratam as alíneas “a” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24.7.1991, instituído pelos arts. 32 a 39 da Lei nº 11.457, de 16.3.2007.

6.167, de 24.7.2007 – Alterou e acresceu dispositivos ao Decreto nº 6.144, de 3.7.2007, que regulamenta a forma de habilitação e co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pelos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15.6.2007.

6.174, de 1.8.2007 – Instituiu e regulamentou o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e deu outras providências.

6.184, de 13.8.2007 – Alterou as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre os produtos que menciona.

6.187, de 14.8.2007 – Regulamentou a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, e dispôs sobre o parcelamento de débitos tributários e não-tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e deu outras providências.

6.204, de 5.9.2007 – Regulamentou o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal.

6.227, de 8.10.2007 – Alterou a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 6.006/2006, reduzindo a zero a

alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre equipamentos destinados à televisão digital.

6.233, de 11.10.2007 – Estabeleceu critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis), que concedeu isenção do Imposto de Renda (IR) e reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), instituído pelos arts. 1º a 11 da Lei nº 11.484/2007.

6.234, de 11.10.2007 – Estabeleceu critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital (PATVD), que reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), instituído pelos arts. 12 a 22 da Lei nº 11.484/2007.

6.242, de 19.10.2007 – Ampliou em R\$988,8 milhões os valores constantes da reserva do anexo I e da alínea “b” do inciso I do art. 10 e alterou os anexos VIII, IX, X e XI do Decreto nº 6.046, de 22.2.2007, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007.

6.251, de 6.11.2007 – Aprovou o Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais para o exercício de 2008.

6.252, de 13.11.2007 – Dispôs sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção, inclusive linha lar, e de móveis de madeira, com receita operacional bruta anual de até R\$300 milhões, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.529, de 22.10.2007.

6.253, de 13.11.2007 – Dispôs sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), regulamentou a Lei nº 11.494, de 20.6.2007, e adotou outras providências.

6.259, de 20.11.2007 – Instituiu o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) e revogou o Decreto nº 4.776/2003.

6.260, de 20.11.2007 – Dispôs sobre a exclusão do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), dos dispêndios efetivados em projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT).

6.262, de 20.11.2007 – Determinou que os ministérios da Ciência e Tecnologia, Fazenda, Saúde e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, bem como seus órgãos e entidades vinculados, deverão disciplinar no prazo de 45 dias, prorrogável por igual período, no âmbito de suas competências e observado o disposto nos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.010, de 29.3.1990, o desembaraço aduaneiro simplificado na importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.

6.276, de 28.11.2007 – Discriminou as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

6.306, de 14.12.2007 – Regulamentou o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

6.307, de 14.12.2007 – Dispôs sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7.12.2007. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

6.308, de 14.12.2007 – Dispôs sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e adotou outras providências.

6.309, de 18.12.2007 – Ampliou os valores constantes da programação orçamentária e financeira do Orçamento da União de 2007.

6.314, de 20.12.2007 – Regulamentou o art. 5º da Lei nº 9.818, de 23.8.1999, que criou o Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Esse artigo estabeleceu que os recursos do Fundo de Garantia à Exportação podem ser utilizados para a cobertura de garantias prestadas pela União contra riscos de obrigações contratuais sob a forma de garantia de execução, garantia de reembolso de adiantamento de recursos, e garantia de termos e condições de oferta, para operações de bens de capital ou de serviços.

6.322, de 21.12.2007 – Alterou o Estatuto Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aprovado pelo Decreto nº 4.418/2002. Foi ampliada a possibilidade de financiar investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, desde que contribuam para o desenvolvimento econômico e social do país (anteriormente, essa possibilidade restringia-se à promoção das exportações); possibilitou ao BNDES efetuar aplicações não reembolsáveis, destinadas especificamente a apoiar projetos e investimentos de caráter social na área de recursos hídricos.

6.326, de 27.12.2007 – Discriminou ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

6.337, de 31.12.2007 – Deu nova redação ao art. 1º do Decreto nº 5.821/2006, que reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep – Importação e da Cofins – Importação dos produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo poder público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), conforme disposições do § 3º do art. 2º da Lei nº 10.637/2002, do § 3º do art. 2º da Lei nº 10.833/2003 e do §11 do art. 8º da Lei nº 10.865/2004.

6.338, de 31.12.2007 – Fixou o valor absoluto do limite global das deduções do Imposto de Renda devido, a título de doações e patrocínios, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos.

Decretos Legislativos do Senado Federal

295, de 29.10.2007 – Aprovou o texto do Quinto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC), concluído em Genebra em 27.2.1998.

296, de 29.10.2007 – Aprovou o texto do Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Resoluções do Conselho Monetário Nacional

3.437, de 22.1.2007 – Contingenciamento de Crédito ao Setor Público – Alteração de limite – Inclusão do inciso VI do art. 9º-B e dos §§ 13 a 15 da Resolução nº 2.827, de 30.3.2001.

3.438, de 23.1.2007 – Contingenciamento de Crédito ao Setor Público – Incluiu o art. 9º-I na Resolução nº 2.827, de 30.3.2001, e autorizou contratação de operações de crédito no âmbito do Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público (Pró-Moradia).

3.439, de 30.1.2007 – Alterou a redação do inciso VIII e incluiu o inciso IX ao § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827, de 30.3.2001.

3.440, de 2.2.2007 – Definiu novo prazo para formalização das operações de crédito de que tratam os arts. 15 e 15-A da Lei nº 11.322, de 2006, referentes às operações contratadas ao amparo das resoluções nº 2.238, de 1996, nº 2.471, de 1998, e nº 2.681, de 1999, e alterações posteriores, e dispôs sobre o ressarcimento aos agentes financeiros do bônus de adimplência de que trata o art. 2º, incisos I e II, da Lei nº 10.437, de 2002.

3.441, de 28.2.2007 – Dispôs sobre a análise, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de pleitos relativos a emissões de valores mobiliários no mercado brasileiro por organismos financeiros multilaterais autorizados a captar recursos no Brasil.

3.442, de 28.2.2007 – Revisou a regulamentação sobre a constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito. Fundamentalmente, visou a aprimorar os procedimentos de auditoria externa, ao estabelecer que as cooperativas de crédito devem seguir a regulamentação pertinente às demais instituições financeiras. Nesse sentido, estabeleceu a obrigatoriedade, a partir dos demonstrativos contábeis de dezembro de 2007, de realização de auditoria externa por auditor independente ou por entidade cooperativa, constituída por cooperativas centrais ou por suas confederações. No que se refere à formação do quadro de associados, permitiu a empresários e microempreendedores mesclar seu quadro de associados com segmentos de profissionais ou empregados, ampliando suas possibilidades de atuação.

3.443, de 28.2.2007 – Alterou e consolidou as disposições sobre aplicação no exterior das disponibilidades dos bancos autorizados a operar em câmbio. Revogou a Resolução nº 3.368, de 25.5.2006.

3.444, de 28.2.2007 – Redefiniu o Patrimônio de Referência (PR), que se refere ao patrimônio-base utilizado na verificação do atendimento dos limites operacionais a que estão submetidas as instituições financeiras. Do componente Nível I do PR, foram excluídos os créditos tributários com expectativa de realização superior a cinco anos e os ativos permanentes diferidos, deduzidos de ágios pagos na aquisição de investimentos. Por sua vez, passou a compor o Nível II do PR o saldo de ganhos e perdas não realizados decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” e dos instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de fluxo de caixa. Com intuito de se evitar elevação artificiosa dos níveis de capitalização do sistema, deduziram-se, ainda, do PR alguns ativos emitidos por outras instituições financeiras, como ações e instrumentos híbridos de capital e dívida. No que se refere à autorização para que um instrumento de captação possa compor algum dos níveis do PR, adotou-se a possibilidade de que valores efetivamente integralizados de instrumentos híbridos de capital e dívida integrem o Nível I, desde que satisfaçam algumas condições, entre as quais a de estarem limitados a 15% do referido nível.

3.445, de 2.3.2007 – Alterou a Resolução nº 3.407, de 2006, que trata da renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área

de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), em face das modificações introduzidas na Lei nº 11.322, de 2006, por meio da Lei nº 11.420, de 2006.

3.446, de 6.3.2007 – Alterou a metodologia de cálculo da Taxa Referencial (TR).

3.447, de 5.3.2007 – Dispôs sobre o registro declaratório eletrônico, no Banco Central do Brasil, do capital estrangeiro de que trata a Lei nº 11.371, de 28.11.2006, e definiu critérios para a aplicação de penalidades por infrações às normas que regulam os registros de capital estrangeiro em moeda nacional. Esses capitais já deveriam estar registrados no Banco Central, até mesmo porque são oferecidos regularmente à tributação; no entanto, por não atenderem a condições formais para sua efetivação – como ausência de ingresso efetivo de moeda estrangeira no país, na forma exigida no art. 1º da Lei nº 4.131, de 1964 –, estavam até então impossibilitados de obter o referido registro. Importante ressaltar que somente podem ser registrados os capitais que constarem dos registros contábeis da pessoa jurídica brasileira receptora do capital estrangeiro, na forma da legislação e regulamentação em vigor. Além disso, o Banco Central foi autorizado a publicar dados constantes do registro.

3.448, de 30.3.2007 – Definiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o segundo trimestre de 2007.

3.449, 29.3.2007 – Dispôs sobre despesas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) relativas à remuneração dos agentes na safra 2006/2007.

3.450, de 3.4.2007 – Dispôs sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal (EFG) para uva da safra 2006/2007.

3.451, de 5.4.2007 – Dispôs sobre linhas de crédito destinadas aos financiamentos de custeio, colheita, estocagem de café e para Financiamento para Aquisição de Café (FAC), ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), e revogou as resoluções que menciona.

3.452, de 26.4.2007 – Alterou o art. 1º da Resolução nº 3.334, de 22.12.2005, que autoriza transferências do e para o exterior relacionadas às aplicações por parte de fundos de investimento, que deverão obedecer aos limites e demais normas prescritos pela Comissão de Valores Mobiliários no exercício de suas atribuições, sem prejuízo da competência do Banco Central do Brasil.

3.453, de 26.4.2007 – Incluiu o art. 9º-J na Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, estabelecendo linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para contratação de operações de crédito no âmbito do Programa Caminho da Escola.

3.454, de 30.5.2007 – Dispôs sobre as condições para captação de depósitos a prazo. Entre as alterações efetuadas na regulamentação desses depósitos, destaca-se a autorização para que as sociedades de crédito, financiamento e investimento possam captar depósitos a prazo, sem emissão de certificado. Por outro lado, foi vedada a captação nas modalidades de depósito de aviso prévio, de reaplicação automática e de acionistas representados por recibos inegociáveis de depósitos não movimentáveis por cheque, bem como foi proibida a captação de depósitos a prazo de instituições financeiras, exceto de sociedades de crédito ao microempreendedor. Ademais, foram eliminadas as condições para rescisão de contratos de depósitos a prazo antes do vencimento, transferindo às partes contratantes a decisão quanto a essas condições, inclusive no aspecto da remuneração desses depósitos, que anteriormente era proibida. Finalmente, institucionalizou as siglas CDB e RDB, com esta designando os depósitos a prazo sem emissão de certificado, os Recibos de Depósito Bancário, enquanto aquela designa os Certificados de Depósito Bancário.

3.455, de 30.5.2007 – Dispôs sobre o registro declaratório eletrônico, no Banco Central do Brasil, do capital estrangeiro de que trata a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, e definiu critérios para a aplicação de penalidades por infrações às normas que regulam os registros de capital estrangeiro em moeda nacional.

3.456, de 1º.6.2007 – Dispôs sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

3.457, de 4.6.2007 – Instituiu, ao amparo dos recursos obrigatórios (MCR 6-2) e da poupança rural (MCR 6-4), a linha de crédito especial denominada Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA), destinada a financiar a liquidação de dívidas de produtores rurais ou de suas cooperativas com fornecedores de insumos agropecuários.

3.458, de 13.6.2007 – Dispôs sobre financiamentos para retenção de matrizes suínas, ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2).

3.459, de 13.6.2007 – Dispôs sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal (EGF) e de Linha Especial de Crédito (LEC) de milho para atividades de avicultura e suinocultura exploradas sob regime de parceria e de LEC de carne suína para produtores e para suinocultura explorada em regime de parceria.

3.460, de 15.6.2007 – Dispôs sobre concessão de prazo para pagamento de prestações de investimento com vencimento em 2007 e sobre prorrogação de parcela com vencimento em 2007 dos créditos de custeio prorrogados referentes às safras 2004/2005 e 2005/2006.

3.461, de 26.6.2007 – Dispôs sobre as exigibilidades de aplicação em crédito rural ao amparo dos recursos obrigatórios (MCR 6-2) e da poupança rural (MCR 6-4).

3.462, de 26.6.2007 – Fixou em 6,25% ao ano a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a vigorar no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2007, inclusive.

3.463, de 26.6.2007 – Fixou para o ano de 2009 a meta para a inflação de 4,5%, com intervalo de tolerância de menos 2,0 p.p. e de mais 2,0 p.p.

3.464, de 26.6.2007 – Dispôs sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de mercado associado às operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. A estrutura de gestão de risco de mercado a ser implementada deve ser compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado da instituição, cabendo a esta o estabelecimento de sistemas capazes de medir, monitorar e controlar a exposição a risco tempestivamente. Ressalte-se, ainda, que as políticas e as estratégias para o gerenciamento do risco de mercado devem ser aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pela Diretoria da instituição e pelo Conselho de Administração, se houver, sendo exigida, ainda, a indicação de diretor responsável pelo gerenciamento de risco de mercado. Nesse sentido, foi estabelecido um cronograma para implementação da estrutura de gerenciamento do risco de mercado nas instituições financeiras, sendo prevista a sua conclusão até 30 de junho de 2008.

3.465, de 29.6.2007 – Alterou os prazos estabelecidos no *caput* dos arts. 9º-F e 9º-G da Resolução nº 2.827, de 30.3.2001, incluídos pelas resoluções nº 3.365, de 26.4.2006, e nº 3.372, de 16.6.2006, com alterações posteriores.

3.466, de 29.6.2007 – Alterou o art. 9º-I da Resolução nº 2.827, de 30.3.2001, com a redação dada pela Resolução nº 3.38, de 22.1.2007.

3.467, de 2.7.2007 – Alterou dispositivos do Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e institui linha de crédito no âmbito desse programa.

3.468, de 2.7.2007 – Dispôs sobre concessão do bônus de adimplência de que trata o art. 15 da Lei nº 11.322, de 2006, com a redação dada pela Medida Provisória nº 372, de 2007.

3.469, de 2.7.2007 – Dispôs sobre concessão de prazo adicional para realização de operações de renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

3.470, de 2.7.2007 – Autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a repassar recursos equalizados pelo Tesouro Nacional a cooperativas singulares e centrais de crédito credenciadas, na safra 2007/2008, para aplicação nas linhas de crédito de custeio agropecuário dos Grupos “D” e “E” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.471, de 2.7.2007 – Alterou a Resolução nº 3.403, de 2006, no que se refere à concessão de crédito de comercialização destinado a financiar proteção de preços e/ou prêmios de risco e de equalização de preços.

3.472, de 2.7.2007 – Dispôs sobre encargos financeiros das operações de crédito rural com recursos captados por meio de depósitos de poupança rural (MCR 6-4).

3.473, de 2.7.2007 – Alterou prazos estabelecidos pela Resolução nº 3.434, de 2006 de operações de crédito rural amparadas por recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).

3.474, de 3.7.2007 – Alterou programas de investimento amparados em recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

3.475, de 4.7.2007 – Dispôs sobre redução de encargos financeiros aplicáveis aos financiamentos com recursos controlados do crédito rural e às operações do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), bem como sobre ajustes das normas da exigibilidade de aplicação em crédito rural ao amparo dos recursos obrigatórios (MCR 6-2), a partir da safra 2007/2008.

3.476, de 4.7.2007 – Dispôs sobre ajustes nas normas de crédito rural.

3.477, de 26.7.2007 – Dispôs sobre a instituição de componente organizacional de ouvidoria pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.478, de 31.7.2007 – Alterou as condições do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) a partir da safra 2007/2008.

3.479, de 31.7.2007 – Estendeu às operações de custeio da safra 2003/2004 a medida contida no art. 2º da Resolução nº 3.460, de 2007, e postergou por um mês as datas estabelecidas no referido artigo.

3.480, de 31.7.2007 – Autorizou a concessão de financiamentos de investimento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

programados no plano safra 2007/2008, a agricultores familiares do grupo “D” cujos contratos não puderam ser efetivados antes de 30 de junho de 2007.

3.481, de 31.7.2007 – Prorrogou o prazo para os agricultores familiares que solicitarem o financiamento de investimento para reconversão e/ou revitalização de unidades de produção e estendeu o benefício nas mesmas condições aos agricultores dos grupos beneficiários não detentores de operações de crédito “em ser”.

3.482, de 31.7.2007 – Dispôs sobre ajustes nas normas do crédito rural e no Programa de Modernização da Agricultura e de Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro).

3.483, de 31.7.2007 – Dispôs sobre emissão de “Declaração de Aptidão ao Pronaf” aos agricultores dos grupos “A” e “A/C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.484, de 1.8.2007 – Dispôs sobre novo cronograma e reprogramação de financiamentos ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

3.485, de 2.8.2007 – Alterou a redação dos arts. 3º, 7º e 8º e revogou o art. 4º do Regulamento anexo à Resolução nº 1.655, de 26 de outubro de 1989, que disciplina a constituição e o funcionamento das sociedades corretoras de valores mobiliários. Esta resolução revogou condicionalidades previstas para constituição e funcionamento de sociedade corretora, estabelecendo que essa deverá ser constituída sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, dependendo ainda de autorização do Banco Central do Brasil para funcionar. Estabeleceu, ainda, que, caso a sociedade corretora seja membro da bolsa de valores, o título patrimonial de sua titularidade garantirá, privilegiadamente, mediante caução real, os débitos que tiver com a bolsa de valores e a boa liquidação das operações nela realizadas, devendo ser caucionado em favor da bolsa antes de a sociedade iniciar suas operações. A sociedade que alienar título patrimonial, a qualquer forma, deverá comunicar imediatamente o fato à respectiva bolsa de valores.

3.486, de 3.8.2007 – Instituiu linha de crédito especial, com subvenção econômica pela União, para financiamentos e empréstimos a empresas dos setores de calçados e artefatos de couro; de têxteis, exceto fiação; de confecção, inclusive linha lar, e de móveis de madeira. O total dos financiamentos e dos empréstimos a serem subvencionados pela União foi limitado a R\$2 bilhões com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

3.487, de 3.8.2007 – Dispôs sobre contingenciamento de crédito ao setor público, no âmbito do Programa de Geração e Transmissão de Energia Elétrica e incluiu o inciso X no § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

3.488, de 29.8.2007 – Estabeleceu que o limite do Patrimônio de Referência (PR), definido consoante a Resolução nº 3.444, para a exposição em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial, é de 30%. O cálculo dessa exposição deve incluir as dependências no exterior e ser obtido de forma consolidada para os casos de instituições integrantes de conglomerado financeiro e de consolidados econômico-financeiros, nos termos do Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Os processos e controles relativos ao limite estabelecido nesta resolução constituem atribuição de diretor responsável pelo gerenciamento de risco da instituição, cuja indicação deve ser mantida atualizada no Banco Central do Brasil, admitindo-se seu desempenho em outras funções, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros e operações de tesouraria. O referido limite poderá ser alterado a critério do Banco Central do Brasil, observado o limite mínimo e máximo de 15% e 75%.

3.489, de 29.8.2007 – Alterou a Resolução nº 3.477, de 2007, que dispõe sobre a instituição de componente organizacional de ouvidoria pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta resolução acrescentou as ouvidorias das sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio e das associações de poupança e empréstimo no rol das instituições que, caso não façam parte de conglomerado financeiro, podem firmar convênio com a associação de classe a que sejam filiadas para utilização de serviço de atendimento e assessoramento. Ademais, excluiu as cooperativas centrais de crédito da exigência de constituição de componente organizacional de ouvidoria, bem como instituiu que, no caso de conglomerado financeiro, toda e qualquer alteração estatutária ou contratual exigida por esta resolução poderá ser promovida somente pela instituição que o constituir. Por fim, estabeleceu que as instituições que optarem pela faculdade supramencionada deverão ratificar o ato societário por ocasião da primeira assembléia geral de cada uma ou da primeira reunião de diretoria que resultar em alteração do contrato social.

3.490, de 29.8.2007 – Dispôs sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) em substituição ao Patrimônio Líquido Exigido (PLE) como conceito de capital regulamentar mínimo. A alteração visa a tornar mais estreita a associação do PRE com o conceito de Patrimônio de Referência (PR), com o qual ele é comparado para fins de verificação do atendimento aos limites prudenciais. O montante de capital regulamentar a ser mantido pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) passa a ser dado, então, pelo PRE, cuja composição consiste na soma de seis parcelas, cada uma delas relativa a um determinante específico de risco financeiro: i) parcela referente às exposições ponderadas por fator de ponderação de risco a elas atribuído; ii) parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial; iii) parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros e classificadas na carteira de negociação; iv) parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias/*commodities*; v) parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;

vi) parcela referente ao risco operacional. Esta resolução determinou, ainda, ao Banco Central do Brasil a competência para estabelecer os procedimentos para o cálculo de cada uma dessas parcelas, por meio da edição de circulares que confirmam tratamento específico a cada uma delas. Fundamentalmente, uma vez que o PRE corresponde ao capital mínimo exigido das instituições a fim de que essas absorvam perdas não esperadas decorrentes dos riscos de crédito, mercado e, futuramente, risco operacional, o montante de capital do PR deverá ser superior ao valor do PRE obtido mediante fórmula própria. Cabe observar que, dado o cronograma de implementação do Basileia II no Brasil, bem como a adequação das instituições financeiras às novas regras, esta resolução entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2008.

3.491, de 29.8.2007 – Instituiu linha de crédito especial, mediante subvenção econômica pela União, para financiamentos e empréstimos a empresas dos setores de calçados e artefatos de couro; de têxteis, exceto fiação; de confecção, inclusive linha lar; e de móveis de madeira. O total dos financiamentos e dos empréstimos a serem subvencionados pela União foi limitado a R\$1 bilhão, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

3.492, de 30.8.2007 – Definiu fatores de ponderação incidentes sobre os saldos das aplicações realizadas com recursos captados em depósitos de poupança rural (MCR 6-4), efetuadas pelo Banco do Brasil S.A., para efeito de cumprimento de exigibilidade.

3.493, de 30.8.2007 – Incluiu, entre os itens financiáveis pela Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria), a integralização de cotas-partes vinculadas ao projeto a ser financiado.

3.494, de 30.8.2007 – Alterou dispositivos das linhas de crédito ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

3.495, de 30.8.2007 – Dispôs sobre concessão de prazo para pagamento de prestações de investimento com vencimento em 2007 e sobre prorrogação de parcela com vencimento em 2007, dos créditos de custeio prorrogados referentes às safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006.

3.496, de 30.8.2007 – Dispôs sobre a concessão de rebate e sobre a prorrogação das parcelas de investimento com vencimento em 2007.

3.497, de 30.8.2007 – Dispôs sobre concessão de rebate de que trata o Decreto nº 6.200, de 2007 e sobre permissão para prorrogação parcial de parcelas de financiamento ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.498, de 27.9.2007 – Manteve fixa em 6,25% a.a. (seis vírgula vinte e cinco por cento ao ano) a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a vigorar no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2007, inclusive.

3.499, de 27.9.2007 – Estabeleceu critérios para a reclassificação de operações de crédito rural renegociadas ou prorrogadas.

3.500, de 28.9.2007 – Alterou as resoluções nº 3.495, nº 3.496 e nº 3.497, todas de 2007.

3.501, de 28.9.2007 – Dispôs sobre ajustes nas normas de crédito rural.

3.502, de 28.9.2007 – Dispôs sobre novo cronograma e reprogramação do pagamento das dívidas de financiamentos ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

3.503, de 26.10.2007 – Dispôs sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

3.504, de 26.10.2007 – Instituiu linha de crédito especial, com subvenção econômica pela União, para financiamentos e empréstimos a empresas dos setores de pedras ornamentais; beneficiamento de madeira; beneficiamento de couro; calçados e artefatos de couro; de têxteis; de confecção, inclusive linha lar; e de móveis de madeira.

3.505, de 26.10.2007 – Dispôs sobre a realização, no país, de operações de derivativos no mercado de balcão pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, entendidas essas operações como aquelas praticadas fora de ambiente de pregão, viva-voz ou eletrônico, com base em contratos bilaterais e parâmetros pactuados entre as partes. Transcorridos mais de seis anos desde a última atualização normativa, quando da edição da Resolução nº 2.873, de 2001, o mercado doméstico de derivativos de balcão apresentou desenvolvimento suficiente para consolidar sua maturidade e transparência. Com efeito, o Conselho Monetário Nacional (CMN), na forma desta resolução, buscou conferir adequação do aparato regulatório ao ambiente de desenvolvimento do mercado de balcão no Brasil, promovendo, para tanto, maior flexibilidade às operações dessa natureza, mediante concessão às instituições de maior liberdade de ação e melhores condições para atender às demandas por proteção, sem prejuízo de segurança, transparência e adequada formação de preços.

3.506, de 26.10.2007 – Dispôs sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

3.507, de 1.11.2007 – Dispôs sobre linha de crédito especial denominada Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA), destinada a financiar a liquidação de dívidas de produtores rurais ou de suas cooperativas com fornecedores de insumos agropecuários, e revogou a Resolução nº 3.457/2007.

3.508, de 30.11.2007 – Incluiu § 3º ao art. 7º e § 3º ao art. 9º, ambos da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001.

3.509, de 30.11.2007 – Dispôs sobre a incidência de fator de ponderação para operações de crédito rural lastreadas com recursos não controlados da poupança rural (MCR 6-4), para efeito de cumprimento da exigibilidade.

3.510, de 30.11.2007 – Dispôs sobre a garantia de preços nos financiamentos de custeio de arroz, feijão, milho, mandioca, soja, leite, café, tomate, inhame, cará e castanha de caju, concedidos no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.511, de 30.11.2007 – Alterou a Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, e revogou a Resolução nº 3.487, de 3 de agosto de 2007.

3.512, de 30.11.2007 – Definiu os critérios aplicáveis ao financiamento da exportação brasileira prevista no art. 2º-A da Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001.

3.513, de 30.11.2007 – Alterou o prazo a que se refere o art. 4º da Resolução nº 3.427, de 21 de dezembro de 2006, que trata do Sistema de Supervisão Baseada em Risco (SBR) do mercado de valores mobiliários.

3.514, de 30.11.2007 – Alterou normas de crédito rural relativas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

3.515, de 30.11.2007 – Autorizou que as despesas relacionadas a contratos de opção de venda em bolsas de mercadorias e futuros nacionais possam ser debitadas na conta gráfica do financiamento de custeio ou de comercialização, ao amparo de recursos obrigatórios de crédito rural (MCR 6-2).

3.516, de 6.12.2007 – Vedou a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e estabeleceu critérios para cálculo do valor presente para amortização ou liquidação desses contratos. Anteriormente, a ausência de critérios homogêneos aplicados à liquidação antecipada de operação de crédito dificultava ao mutuário trocar de instituição diante de condições mais favoráveis de custo. A medida se insere no âmbito de estímulo à portabilidade do crédito e da promoção e incentivo à concorrência, assegurando equidade nas relações e diminuição da assimetria de informações entre os agentes.

3.517, de 6.12.2007 – Dispôs sobre a informação e a divulgação do custo efetivo total (CET) correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas. Estabeleceu a metodologia de cálculo da CET e sua obrigatoriedade de divulgação em informes publicitários, juntamente com a taxa anual efetiva de juros cobrados na operação.

3.518, de 7.12.2007 – Disciplinou a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A definição das modalidades de tarifas busca a padronização e uniformidade das denominações utilizadas pelas instituições em suas tabelas tarifárias, o que evitaria grande número de reclamações sobre a dificuldade de realização de comparações entre os preços cobrados pelas instituições.

3.519, de 6.12.2007 – Prorrogou prazo para contratação de operações no âmbito da linha de crédito especial, com subvenção econômica pela União, para financiamentos e empréstimos a empresas dos setores de pedras ornamentais; beneficiamento de madeira; beneficiamento de couro; calçados e artefatos de couro; de têxteis; de confecção, inclusive linha lar; e de móveis de madeira.

3.520, de 20.12.2007 – Definiu em 6,25% a.a. (seis vírgula vinte e cinco por cento ao ano) a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a vigorar no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2008, inclusive.

3.521, de 20.12.2007 – Fixou fator de ponderação sobre o saldo das operações contratadas no âmbito da linha de crédito especial denominada Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA), com recursos captados em depósitos de poupança rural (MCR 6-4), para efeito de cumprimento da exigibilidade.

3.522, de 20.12.2007 – Dispôs sobre despesas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

3.523, de 20.12.2007 – Complementou disposições das resoluções nº 3.496 e nº 3.497, ambas de 30 de agosto de 2007, para fins de concessão de bônus de adimplência sobre as parcelas com vencimento em 2007 de financiamentos rurais, e concedeu novo prazo para pagamento de prestações de investimento rural com vencimento em 2007.

3.524, de 20.12.2007 – Complementou as disposições da Resolução nº 3.502, de 28 de setembro de 2007, que trata de novo cronograma e reprogramação do pagamento das dívidas de financiamentos ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

3.525, de 20.12.2007 – Dispôs sobre abertura e manutenção, em banco autorizado a operar no mercado de câmbio, de contas em moeda estrangeira tituladas por sociedade seguradora, inclusive de crédito à exportação, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro, observada a regulamentação editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), sendo vedado o financiamento ou a manutenção de saldos devedores nessas contas. Os valores registrados em moeda estrangeira de que trata esta resolução podem ser livremente convertidos para reais, mediante contratação e liquidação de operação de câmbio, na forma da legislação em vigor, com exceção dos

valores relativos às aplicações dos recursos garantidores das provisões técnicas cuja conversão em reais seja vedada.

3.526, de 20.12.2007 – Dispôs sobre o estabelecimento de alíquotas de adicional do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para enquadramento no programa de operações de custeio agrícola de amendoim, ameixa, nectarina, pêra e pêssego, observadas as condições do Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

3.527, de 26.12.2007 – Dispôs sobre concessão de Empréstimos do Governo Federal para uva da safra 2007/2008.

Resoluções da Câmara de Comércio Exterior

1, de 22.1.2007 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital e Sistemas Integrados que menciona, na condição de ex-tarifários, e alterou as resoluções nº 28/2006 e nº 40/2006.

2, de 22.1.2007 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que menciona, na condição de ex-tarifários.

11, de 25.4.2007 – Manteve a redução tarifária temporária do Imposto de Importação ao nível de 2% para o produto sardinha, de que tratavam as resoluções nº 7, de 17.4.2006, e nº 41, de 19.12.2006, para as importações amparadas por licenças registradas no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) até 18.4.2007.

12, de 25.4.2007 – Dispôs sobre a possibilidade de realização da exportação brasileira mediante recebimento em reais.

13, de 25.4.2007 – Restaurou a aplicação do direito *antidumping* definitivo sobre a importação de ferrocromo alto carbono, classificado no item 7202.41.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originária da África do Sul e da Rússia, nos termos originalmente estabelecidos na Resolução nº 31, de 5.10.2004.

14, de 3.5.2007 – Alterou para 2% (dois por cento), até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicações que especifica, na condição de ex-tarifário.

15, de 3.5.2007 – Alterou para 2% (dois por cento), até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre Bens Capital que especifica, na condição de ex-tarifário.

16, de 3.5.2007 – Dispôs sobre a aplicação de direito *antidumping* provisório na importação de pedivelas, NCM 8714.99.90, originárias da República Popular da China.

17, de 8.5.2007 – Alterou o art. 1º da Resolução nº 5, de 23.2.2007, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26.12.2007, aplicando-se o direito *antidumping* específico de US\$2.092,47 por tonelada, na importação de metacrilato de metila originária da Alemanha, Espanha, França e Reino Unido.

18, de 18.5.2007 – Concedeu redução tarifária temporária ao amparo da Resolução Grupo Mercado Comum (GMC) nº 69/2000 para o produto Sardinhas (NCM 0303.71.00).

20, de 27.6.2007 – Alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e a Tarifa Externa Comum (TEC), de que trata o Anexo I da Resolução nº 43, de 22.12.2006, na forma dos Anexos I e II desta resolução, e prorrogou, até 31.12.2007, o prazo de vigência da Lista de Exceções de Bens de Informática e de Telecomunicações (BIT).

21, de 27.6.2007 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e de Telecomunicações (BIT) que relaciona, na condição de ex-tarifários, e prorrogou, até 31.12.2008, o prazo de vigência do ex-tarifário que especifica, constante da Resolução nº 14/2005.

22, de 27.6.2007 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona; prorrogou, até 31.12.2008, o prazo de vigência dos ex-tarifários que especifica pertencentes às resoluções nº 32/2001, nº 40/2001, nº 24/2003, nº 29/2003, nº 14/2005, nº 21/2005, nº 27/2005 e nº 31/2005 e modificou as resoluções nº 27/2002, nº 31/2005, nº 41/2005, nº 11/2006, nº 17/2006, nº 32/2006, nº 40/2006, nº 10/2007 e nº 15/2007.

23, de 19.6.2007 – Encerrou o processo de revisão dos direitos *antidumping* aplicados na importação brasileira de ventiladores de mesa, acima de 15 cm, com motor elétrico incorporado, de potência não superior a 125 W, produto classificado no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 8414.51.10, originária da China, com a manutenção dos direitos *antidumping* em vigor, na forma da alíquota de 45,24% *ad valorem*.

24, de 19.6.2007 – Encerrou a investigação com a fixação de direito *antidumping* definitivo sobre a importação de ferros elétricos de passar, a seco e/ou a vapor, classificados no item Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 8516.40.00, quando originária da China, e excluiu da aplicação do direito *antidumping* os ferros elétricos para viagem, os ferros elétricos para hobbymodelismo, os ferros elétricos de passar sem fio e os ferros elétricos industriais.

27, de 25.7.2007 – Alterou para 2% (dois por cento), até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que relaciona, na condição de ex-tarifários.

28, de 25.7.2007 – Alterou para 2% (dois por cento), até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona, e alterou as resoluções nº 6/2006, nº 11/2006, nº 32/2006, nº 10/2007, nº 15/2007 e nº 22/2007.

29, de 31.7.2007 – Dispôs sobre o apoio oficial brasileiro à exportação de aeronaves civis. O apoio oficial brasileiro à exportação de aeronaves civis deverá observar os termos, condições e procedimentos estipulados pelo novo Entendimento Setorial sobre Créditos à Exportação para Aeronaves Civis (“Entendimento Setorial Aeronáutico”) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

30, de 7.8.2007 – Alterou para 0% (zero por cento), até 31.12.2008, na condição de ex-tarifário especial, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre o Bem de Informática e Telecomunicação (BIT) classificado no código NCM 8525.50.29 (Transmissores digitais de televisão em VHF/UHF).

35, de 22.8.2007 – Determinou as diretrizes para a utilização do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

36, de 6.9.2007 – Alterou para 2% (dois por cento), até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona, e modificou as resoluções nº 2/2006, nº 17/2006, 32/2006, nº 15/2007, nº 22/2007 e nº 28/2007.

37, de 6.9.2007 – Alterou para 2% (dois por cento), até 31.12.2008, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre Bem de Informática e Telecomunicação (BIT), na condição de ex-tarifário, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados relacionados.

38, de 6.9.2007 – Fixou as cotas anuais da importação de pneumáticos remoldados, classificados nos códigos Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4012.11.00, 4012.12.00 e 4012.19.00, originários e procedentes dos Estados-Partes do Mercosul ao amparo do Acordo de Complementação Econômica nº 18, autorizada pelo art. 41 da Portaria da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) nº 35/2006.

40, de 28.9.2007 – Alterou as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC) e respectiva Lista de Exceções, de que tratam os Anexos da Resolução nº 43/2006.

41, de 3.10.2007 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona e modificou as resoluções nº 8/2005, 3 nº 2/2006, nº 10/2007, nº 15/2007, nº 22/2007 e nº 28/2007.

42, de 3.10.2007 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações (BIT), na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona.

56, de 20.11.2007 – Alterou para 0%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona e prorrogou o prazo de vigência do ex-tarifário que especifica pertencente à Resolução nº 1/2006.

57, de 20.11.2007 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, bem como sobre os componentes dos Sistemas Integrados que relaciona e modificou as resoluções nº 2/2006, nº 20/2006, nº 10/2007, nº 22/2007, nº 28/2007, nº 36/2007 e nº 41/2007.

58, de 20.11.2007 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que relaciona, na condição de ex-tarifários.

67, de 11.12.2007 – Alterou para 0%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicações que relaciona, na condição de ex-tarifários especiais.

71, de 20.12.2007 – Alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e as alíquotas do Imposto sobre a Importação que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC), de que trata o Anexo I da Resolução nº 43/2006.

72, de 20.12.2007 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação incidente sobre Bem de Informática e Telecomunicação, na condição de ex-tarifário, e prorrogou a vigência dos ex-tarifários mencionados na Resolução nº 41/2005 e do ex-tarifário mencionado na Resolução nº 5/2006.

73, de 20.12.2007 – Alterou para 2%, até 31.12.2008, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital, na condição de ex-tarifários, e sobre os componentes dos Sistemas Integrados, e prorrogou o prazo de vigência dos ex-tarifários das resoluções nº 36/2001, nº 40/2001, nº 1/2002, nº 29/2003, nº 46/2003, nº 35/2003, nº 46/2003, nº 3/2004, nº 41/2005, nº 2/2006, e nº 6/2006.

Circulares do Banco Central do Brasil

3.340, de 17.1.2007 – Divulgou a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 3.354, de 31.3.2006, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).

3.341, de 7.2.2007 – Prorrogou o prazo estabelecido no art. 8º da Circular nº 3.290, de 2005, para a adaptação dos sistemas das instituições financeiras com a finalidade de atender o disposto em seus arts. 2º, 3º e 5º.

3.342, de 23.2.2007 – Dispôs sobre a concessão de autorização para administrar grupos de consórcio, transferência de controle societário, cisão, fusão, incorporação, prática de outros atos societários e exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em administradoras de consórcio, bem como sobre o cancelamento de autorização para administrar grupos de consórcio.

3.343, de 1.3.2007 – Dispôs sobre os procedimentos a serem adotados na solicitação para que instrumentos de captação integrem o Nível I e o Nível II do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução nº 3.444, de 2007, e demais autorizações estabelecidas naquela norma.

3.344, de 7.3.2007 – Regulamentou a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.447, de 5.3.2007, que determinou o registro em moeda nacional (no Banco Central) do capital estrangeiro contabilizado em empresas no país, ainda não registrado e não sujeito a outra forma de registro no banco. O registro deve ser efetuado em observância aos seguintes prazos: até 30.6.2007, o capital existente em 31.12.2005; até o último dia útil do ano-calendário subsequente ao do balanço anual no qual a pessoa jurídica estiver obrigada a registrar o capital, o capital contabilizado a partir de 2006, inclusive.

3.345, de 16.3.2007 – Estabeleceu forma, limites e condições da declaração de bens de valores detidos no exterior por pessoas física ou jurídica residentes, domiciliadas ou com sede no país. Os detentores de ativos totais, em 3.12.2006, cujos valores somados totalizem montante inferior a US\$100 mil, ou seu equivalente em outras moedas, estão dispensados de prestar a declaração.

3.346, de 28.3.2007 – Dispôs sobre a transferência de recursos de que tratam os arts. 3º e 8º da Lei nº 9.311, de 1996, e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a abertura, manutenção e movimentação de contas-correntes de depósito para investimento e modalidade de depósito de poupança com rendimento adicional.

3.347, de 11.4.2007 – Dispôs sobre a constituição, no Banco Central do Brasil, do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS).

3.348, de 3.5.2007 – Alterou o Índice e a Seção 2 do Capítulo 3 do Título 2 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), divulgado pela Circular nº 3.280, de 2005. Estabeleceu que as transferências do e para o exterior em moeda nacional ou estrangeira, relativas a investimento no exterior, por parte de fundos de investimento, devem obedecer aos limites e demais normas prescritos pela Comissão de Valores Mobiliários no exercício de suas atribuições.

3.349, de 31.5.2007 – Prorrogou até as 20 horas de 29.6.2007 o prazo da Circular nº 3.345, de 2007, para prestação de informações ao Censo Brasileiro Exterior.

3.350, de 8.6.2007 – Alterou o Capítulo 4 do Título 3 do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), divulgado pela Circular nº 3.280, de 2005. Regulamentou o registro declaratório eletrônico, no Banco Central do Brasil, do capital estrangeiro de que trata a Lei nº 11.371, de 28.11.2006. Circular reeditada em 21.8.2007

3.351, de 8.6.2007 – Revisou a metodologia de cálculo e elaboração das informações relativas ao acompanhamento e ao controle da exposição em ouro, em moedas estrangeiras e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial. Para fins de cálculo da exposição líquida, essa circular tornou obrigatória a utilização da metodologia de considerar conjuntamente, como uma única moeda, as exposições em dólar dos Estados Unidos, euro, libra esterlina, iene, franco suíço e ouro. Dada a percepção de que as posições contrárias nessas moedas não constituem um *hedge* perfeito, é exigida uma parcela adicional, calculada por meio da multiplicação do montante representativo das posições contrárias por 0,70 (setenta centésimos), coeficiente esse obtido a partir das correlações históricas entre as moedas integrantes do grupo considerado. Ademais, a circular inseriu tratamento específico às exposições compensadas entre instituições de um mesmo conglomerado, em se tratando de posições no Brasil e no exterior. Nesse caso, após a apuração da exposição cambial, será adicionado a esse montante o valor referente ao saldo compensado internacionalmente pelo conglomerado.

3.352, de 8.6.2007 – Alterou, de 60% para 30%, o limite de exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial, de que trata a Resolução nº 2.606, de 1999, com vigência a partir da data de sua publicação. Revogou a Circular nº 3.333, de 5.12.2006.

3.353, de 8.6.2007 – Alterou, de 0,50 para 1,0, o fator F aplicável às operações com ouro e com ativos e passivos referenciados em variação cambial, constante da fórmula do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) de que tratam o Regulamento Anexo IV à Resolução nº 2.099, de 1994, e modificações posteriores. Assim, foi aumentado de 50% para 100% a exigência de capital para cobrir a exposição cambial, com vigência a partir de 2.7.2007.

- 3.354, de 27.6.2007** – Estabeleceu critérios mínimos para classificação de operações na carteira de negociação, conforme Resolução nº 3.464, de 26.6.2007.
- 3.355, de 11.7.2007** – Divulgou a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 3.354, de 2006, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).
- 3.356, de 19.7.2007** – Dispôs sobre o valor do parâmetro “b” de que trata a Resolução nº 3.354, de 2006, alterada pela Resolução nº 3.446, de 2007.
- 3.357, de 23.7.2007** – Estabeleceu remuneração pela execução do Programa de Crédito Educativo de que trata a Lei nº 8.436, de 1992.
- 3.358, de 16.8.2007** – Alterou a Circular nº 3.298, de 1º de novembro de 2005, e o Regulamento da Custódia de Numerário do Banco Central do Brasil a ela anexo.
- 3.359, de 23.8.2007** – Dispôs sobre a instituição de componente organizacional de ouvidoria pelas administradoras de consórcio.
- 3.360, de 12.9.2007** – Estabeleceu os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições ponderadas por fator de risco, de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007.
- 3.361, de 12.9.2007** – Estabeleceu os procedimentos de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real, de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007.
- 3.362, de 12.9.2007** – Estabeleceu os procedimentos de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras, de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007.
- 3.363, de 12.9.2007** – Estabeleceu os procedimentos de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços, de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007.
- 3.364, de 12.9.2007** – (Cancelada e reeditada em 25.9.2007) – Estabeleceu os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de taxa de juros, de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007.
- 3.365, de 12.9.2007** – Dispôs sobre a mensuração de risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação.
- 3.366, de 12.9.2007** – Estabeleceu os procedimentos de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação do preço de ações,

de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007. Destaque-se, inicialmente, que, para fins de cálculo do requerimento de capital para ações, apenas as operações incluídas na carteira de negociação devem ser consideradas. Adaptando ao caso brasileiro a metodologia-padrão proposta pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, esta circular determinou a apuração de uma parcela relacionada ao risco específico (*specific risk*) e outra relacionada ao risco geral (*general market risk*). A primeira é obtida por meio do produto entre o fator de risco específico, igual a 0,08, ou 0,04, no caso de carteiras consideradas diversificadas segundo critérios definidos por este Banco Central, e o somatório dos valores absolutos das exposições líquidas de cada emitente. A parcela de risco geral, por sua vez, permite a compensação entre exposições líquidas compradas e vendidas de diferentes emitentes, sendo obtida por meio do produto entre o fator de risco geral, igual a 0,08, e o valor absoluto do somatório das exposições líquidas de cada emitente, considerando-se as exposições líquidas vendidas como valor negativo. De maneira análoga, o tratamento das posições em cotas de fundos de investimento também pode ser feito considerando a exposição em cotas a partir da composição da carteira do fundo ou, na impossibilidade disso, considerando essas cotas como ações de um emitente. Esta circular produz efeitos a partir de 1º de julho de 2008.

3.367, de 12.9.2007 – (Cancelada e reeditada em 17.9.2007) – Consolidou os procedimentos para o cálculo e a elaboração das informações relativas ao acompanhamento e ao controle da exposição em ouro, em moedas estrangeiras e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial, em bases consolidadas. Introduziu aprimoramento para o risco de conversibilidade existente em operações realizadas no exterior, destacando-se: i) a apuração das exposições pela cotação de venda das moedas estrangeiras, conforme prática do mercado; ii) a permissão para que as próprias instituições determinem as moedas que comporão a exposição comprada associada à posição vendida decorrente de participação estrangeira; iii) permitiu que, até 31.12.2007, sejam desconsideradas as exposições relativas aos recursos captados no exterior e objeto de repasse para operações de crédito no âmbito do conglomerado financeiro, para a apuração da exposição segmentada no Brasil e no exterior. Na apuração do montante de exposição cambial, são consideradas três parcelas, que, somadas, são multiplicadas por um fator “F”, atualmente fixado em 1,00. As alterações na forma de apuração da exposição cambial entraram em vigor com a publicação desta norma.

3.368, de 12.9.2007 – Estabeleceu os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (*commodities*), de que trata a Resolução nº 3.490, de 2007.

3.369, de 19.10.2007 – Dispôs acerca da comprovação do cumprimento dos requisitos de acessibilidade previstos no Decreto nº 5.296, de 2004, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.370, de 23.10.2007 – Dispôs sobre procedimentos complementares relativos à implantação de componente organizacional de ouvidoria.

3.371, de 6.12.2007 – Instituiu tabela padronizada de serviços prioritários e pacote básico padronizado, na forma prevista na Resolução nº 3.518, de 2007.

3.372, de 13.12.2007 – Divulgou a metodologia de apuração da taxa média de câmbio real/dólar divulgada pelo Banco Central do Brasil (Sistema de Controle e Informações das Taxas de Câmbio – PTAX) e alterou o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) no tocante aos procedimentos relativos ao registro de operações de câmbio interbancárias eletrônicas.

3.373, de 21.12.2007 – Dispôs sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as administradoras de consórcio e respectivos grupos.

Circulares da Secretaria de Comércio Exterior

3, de 22.1.2007 – Tornou público o resultado final da Revisão Anual 2006 do Sistema Geral de Preferências (SGP) norte-americano, publicado no Volume 72, nº 10, págs. 2.033 a 2.035, do *Federal Register*, em 17.1.2007, por meio do documento *Generalized System of Preferences* (GSP), disponível no endereço eletrônico: www.ustr.gov/assets/Trade_Development/Preference_Programs/GSP/asset_upload_file19_10292.pdf.

6, de 15.2.2007 – Tornou público que a quota contemplada com o benefício de 100% de preferência tarifária, correspondente à exportação do Brasil para o Uruguai, ocorridas de 1.1.2007 a 30.6.2007, de 3.250 unidades de automóveis e veículos comerciais leves de até 1.500 kg de capacidade de carga, compreendidos nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que figuram no Apêndice I do 31º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 18 e que cumpram as disposições contidas no 62º Protocolo Adicional ao ACE nº 2, ficou distribuída entre as empresas que menciona.

25, de 30.5.2007 – Tornou público que, conforme edital publicado no *Federal Register* de 2007, as autoridades norte-americanas informam ao público o início do processo da revisão anual de 2007 do Sistema Geral de Preferências (SGP), sendo que as entidades brasileiras interessadas poderão enviar, por correio eletrônico, ao escritório da Representante Comercial dos Estados Unidos (*United States Trade Representative* – USTR), petições para inclusão de produtos no esquema do SGP dos Estados Unidos ou para concessão de *waiver* dos limites de competitividade previstos no programa do SGP norte-americano.

30, de 18.6.2007 – Tornou pública a forma de redistribuição, entre as empresas que menciona, da quota, resultante da aplicação do Sexagésimo Quinto Protocolo Adicional, de 3.250 unidades de automóveis e veículos comerciais leves de até 1.500 kg de capacidade de carga, compreendidos nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que figuram no Apêndice I do Trigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica 18 e que cumpram as disposições contidas no Sexagésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, contemplada com o benefício de 100% de preferência tarifária na exportação do Brasil para o Uruguai.

35, de 6.7.2007 – Tornou público que o encerramento da Revisão Anual 2006 do Sistema Geral de Preferências (SGP) norte-americano foi publicado no Volume 72, nº 125, do *Federal Register*, em 29.6.2007, por meio do documento *Proclamation 8157, de 28.6.2007 – To Modify Duty-Free Treatment Under the Generalized System of Preferences, Take Certain Actions Under the African Growth Opportunity Act, and for Other Purposes, by the President of the United States of America*, acessível no sítio oficial do governo norte-americano, no seguinte endereço eletrônico: http://www.ustr.gov/assets/Trade_Development/Preference_Programs/GSP/GSP_Results_of_the_2006_Annual_Review/asset_upload_file58_12946.pdf.

36, de 11.7.2007 – Dispôs sobre a consolidação dos procedimentos aplicáveis em importação, exportação e *drawback* e revogou a Portaria nº 35/2006 e demais normativos que menciona.

51, de 17.9.2007 – Tornou pública a forma de distribuição, entre as empresas que menciona, da quota de 6.500 unidades de automóveis e veículos comerciais leves de até 1.500 kg de capacidade de carga, compreendidos nos códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que figuram no Apêndice I do Trigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 e que cumpram as disposições contidas no Sexagésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação nº 2, contemplada com o benefício de 100% de preferência tarifária na exportação do Brasil para o Uruguai.

61, de 31.10.2007 – Tornou público que o *United States Trade Representative* (USTR), do governo dos Estados Unidos, publicou, por meio do *Federal Register*, Vol. 72, 205, p.p. 60.395 a 60.396, em 24.10.2007, comunicado com o título: *Generalized System of Preferences (GSP): Import Statistics relating to Competitive Need Limitations; 2007 Annual GSP Review; Petitions Requesting CNL*, informando sobre a disponibilidade de estatísticas provisórias de importação norte-americanas do período de janeiro a agosto do exercício de 2007.

Carta-Circular do Banco Central do Brasil

3.277, de 31.5.2007 – Esclareceu a dúvida emanada dos integrantes do sistema financeiro quanto aos depósitos de aviso prévio, aos de reaplicação automática e aos depósitos de acionistas das sociedades de crédito, financiamento e investimento existentes na data de publicação da Resolução nº 3.454. Como referido no art. 4º, parágrafo único, da mencionada resolução, é possível que se mantenham essas aplicações até os seus respectivos vencimentos.

Portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

309, de 9.10.2007 – Determinou que a alocação da cota preferencial de exportação de açúcar, destinada ao Brasil pelos Estados Unidos, será feita às unidades de produção de açúcar instaladas nas regiões Norte e Nordeste, nos volumes que especifica, já descontada a polarização, para exportação no ano-safra 2007/2008, e observará a participação de cada Unidade da Federação nos rateios realizados em anos anteriores e a ponderação de cada unidade industrial de acordo com sua produção dos derivados da cana-de-açúcar na safra 2006/2007.

Portaria do Ministério da Ciência e Tecnologia

685, de 25.10.2007 – Dispôs sobre os procedimentos para a inclusão de novos modelos de produtos já habilitados à fruição dos incentivos fiscais instituídos pela Legislação de Informática, conforme determinado pelo § 5º do art. 22 do Decreto nº 5.906/2006, e revogou a Portaria Interministerial Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) nº 151/2006.

Portarias do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

7, de 17.1.2007 – Regulamentou as normas e procedimentos para execução do Trigésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 14 (Acordo Automotivo), celebrado entre Brasil e Argentina, em 28.6.2006.

232, de 4.12.2007 – Substituiu o Anexo da Portaria nº 58, de 10.4.2002, que relacionou os produtos elegíveis para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), fase pós-embarque.

Portaria da Secretaria de Comércio Exterior

33, de 30.10.2007 – Alterou a Portaria da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) nº 35, de 24.11.2006, visando à implantação do *Drawback Web*, e revogou a Circular Secex nº 39, de 3.8.2007.

Portaria do Ministério da Fazenda

214, de 28.8.2007, republicada em 31.8.2007 – Criou Grupo de Trabalho para avaliar, no âmbito do Ministério da Fazenda, a possibilidade de aprofundamento da cooperação entre o Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional

177, de 29.3.2007 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$45.046.120,97 (quarenta e cinco milhões, quarenta e seis mil, cento e vinte reais e noventa e sete centavos), referenciada a 15.3.2007, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

350, de 11.6.2007 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$47.501.759,29 (quarenta e sete milhões, quinhentos e um mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos), referenciadas a 15.5.2007, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

403, de 27.6.2007 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$28.343.820,99 (vinte e oito milhões, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e vinte reais e noventa e nove centavos), referenciadas a 15.6.2007, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

490, de 23.7.2007 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$17.036.383,11 (dezessete milhões, trinta e seis mil, trezentos e oitenta e três reais e onze centavos), referenciadas a 15.7.2007, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

566, de 28.8.2007 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$39.986.517,65 (trinta e nove milhões, novecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), referenciadas a 15.8.2007, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

627, de 24.9.2007 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$17.929.912,60 (dezessete milhões, novecentos e vinte e nove mil, novecentos e doze reais e sessenta centavos), referenciadas a 15.9.2007, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

692, de 30.10.2007 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$17.367.163,20 (dezessete milhões, trezentos e sessenta e sete mil, cento e sessenta e três reais e vinte centavos), referenciadas a 15.10.2007, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

735, de 21.11.2007 – Autorizou a emissão de Notas do Tesouro Nacional – Série I (NTN-I), no valor de R\$27.267.243,60 (vinte e sete milhões, duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e sessenta centavos), referenciadas a 15.11.2007, a serem utilizadas no pagamento de equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Portaria do Ministério da Justiça

2.258, de 28.12.2007 – Aprovou o Regimento Interno do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade e revogou a Portaria nº 1.207/2005.

Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil

722, de 12.2.2007 – Alterou a Instrução Normativa nº 687/2006, que dispôs sobre a apresentação de informações relativas aos recursos em moeda estrangeira, decorrentes de recebimentos de exportações de mercadorias e serviços, mantidos no exterior.

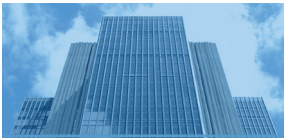
726, de 28.2.2007 – Dispôs sobre operações de câmbio e a manutenção de recursos no exterior, em moeda estrangeira, relativos à exportação de mercadorias e serviços, e instituiu a Declaração sobre a Utilização dos Recursos em Moeda Estrangeira Decorrentes do Recebimento de Exportações (Derex).

731, de 3.4.2007 – Alterou a Instrução Normativa nº 680, de 2.10.2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação.

744, de 31.5.2007 – Alterou a Instrução Normativa nº 252/2002, que dispõe sobre a incidência do Imposto de Renda na fonte sobre rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos para pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior nas hipóteses que menciona, como a participação em feiras e eventos de promoção comercial.

794, de 19.12.2007 – Alterou a Instrução Normativa nº 560/2005, que dispõe sobre o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas.

799, de 26.12.2007 – Dispôs sobre o despacho aduaneiro de importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.



Apêndice

Membros do Conselho Monetário Nacional

Administração do Banco Central do Brasil

Unidades centrais (departamentos) do Banco Central do Brasil

Unidades regionais do Banco Central do Brasil

Siglas

Membros do Conselho Monetário Nacional (31 de dezembro de 2007)

Guido Mantega

Ministro da Fazenda – Presidente

Paulo Bernardo

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Henrique de Campos Meirelles

Presidente do Banco Central do Brasil

Administração do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2007)

Diretoria Colegiada

Henrique de Campos Meirelles

Presidente

Afonso Sant’Anna Bevilaqua

Diretor

Alexandre Antonio Tombini

Diretor

Alvir Alberto Hoffmann

Diretor

Anthero de Moraes Meirelles

Diretor

Antonio Gustavo Matos do Vale

Diretor

Mario Gomes Torós

Diretor

Mário Magalhães Carvalho Mesquita

Diretor

Paulo Vieira da Cunha

Diretor

Secretaria-Executiva da Diretoria

Secretário-Executivo:

Sérgio Almeida de Souza Lima

*Secretário da Diretoria e do
Conselho Monetário Nacional:*

Sérgio Albuquerque de Abreu e Lima

Secretário de Relações Institucionais:

José Linaldo Gomes de Aguiar

Consultores da Diretoria

Carolina de Assis Barros

Clarence Joseph Hillerman Junior

Dalmir Sérgio Louzada

Flávio Pinheiro de Melo

Katherine Hennings

Marco Antonio Belém da Silva

Sidinei Corrêa Marques

Unidades centrais do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2007)

Assessoria Parlamentar (Aspar)

Chefe: *Luiz do Couto Neto*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 19º andar

70074-900 Brasília – DF

Corregedoria-Geral do Banco Central do Brasil (CGBCB)

Corregedor-Geral: *Jaime Alves de Freitas*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 12º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi)

Chefe: *Jefferson Moreira*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 16º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Auditoria Interna (Deaud)

Chefe: *José Aísio Catunda Aragão*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 15º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro (Decic)

Chefe: *Ricardo Lião*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 7º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Controle e Análise de Processos Administrativos Punitivos (Decap)

Chefe: *Claudio Jaloretto*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 14º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Controle de Gestão e de Planejamento da Supervisão (Decop)

Chefe: *Arnaldo de Castro Costa*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 14º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin)

Chefe: *Ronaldo Malagoni de Almeida Cavalcante*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 4º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento Econômico (Depec)

Chefe: *Altamir Lopes*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 10º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Estudos e Pesquisas (Depep)

Chefe: *Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 9º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Gestão de Pessoas e Organização (Depes)

Chefe: *Miriam de Oliveira*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 17º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Liquidações Extrajudiciais (Deliq)

Chefe: *José Irenaldo Leite de Ataíde*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Departamento do Meio Circulante (Mecir)

Chefe: *João Sidney de Figueiredo Filho*

Av. Rio Branco, 30 – Centro

20090-001 Rio de Janeiro – RJ

Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor)

Chefe: *Amaro Luiz de Oliveira Gomes*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 15º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban)

Chefe: *José Antônio Marciano*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 18º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Operações de Mercado Aberto (Demab)

Chefe: *João Henrique de Paula Freitas Simão*

Av. Presidente Vargas, 730 – 6º andar

20071-900 Rio de Janeiro – RJ

Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin)

Chefe: *Márcio Barreira de Ayrosa Moreira*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 5º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)

Chefe: *Luiz Edson Feltrim*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 19º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Planejamento e Orçamento (Depla)

Chefe: *José Clóvis Batista Dattoli*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 9º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Recursos Materiais e Patrimônio (Demap)

Chefe: *Dimas Luís Rodrigues da Costa*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Segurança (Deseg)

Chefe: *Sidney Furtado Bezerra*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Supervisão de Bancos e de Conglomerados Bancários (Desup)

Chefe: *Oswaldo Watanabe*

Av. Paulista, 1.804 – 14º andar – Bela Vista

01310-922 São Paulo – SP

Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não-Bancárias (Desuc)

Chefe: *Gilson Marcos Balliana*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 16º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação (Desig)

Chefe: *Cornélio Farias Pimentel*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 6º andar

70074-900 Brasília – DF

Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf)

Chefe: *Fernando de Abreu Faria*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º andar

70074-900 Brasília – DF

Ouvidoria (Ouvid)

Ouvidor: *Hélio José Ferreira*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 13º andar

70074-900 Brasília – DF

Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC)

Procurador-Geral: *Francisco José de Siqueira*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 11º andar

70074-900 Brasília – DF

Gerências-Executivas

Gerência-Executiva de Desestatização (Gedes)

Gerente-Executivo: *Geraldo Pereira Junior*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 12º andar

70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Estudos Especiais (Geesp)

Gerente-Executivo: *Eduardo Fernandes*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 20º andar

70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros (Gence)

Gerente-Executivo: *Geraldo Magela Siqueira*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 3º andar

70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva do Proagro (GTPRO)

Gerente-Executivo: *Deoclécio Pereira de Souza*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 19º andar

70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Projetos (Gepro)

Gerente-Executivo: *Nivaldo Peçanha de Oliveira*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 17º andar

70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin)

Gerente-Executivo: *Renato Jansson Rosek*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º subsolo

70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Relacionamento da Fiscalização (Gefis)

Gerente-Executivo: *Andreia Lais de Melo Silva Vargas*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 6º andar

70074-900 Brasília – DF

Gerência-Executiva de Risco da Área de Política Monetária (Gepom)

Gerente-Executivo: *Isabela Ribeiro Damaso Maia*

SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 5º andar

70074-900 Brasília – DF

Unidades regionais do Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2007)

1ª Região – Gerência-Administrativa em Belém (ADBEL)

Gerente-Administrativo: *Maria de Fátima Moraes de Lima*
Jurisdição: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima
Boulevard Castilhos França, 708 – Centro
Caixa Postal 651
66010-020 Belém – PA

2ª Região – Gerência-Administrativa em Fortaleza (ADFOR)

Gerente-Administrativo: *Luiz Edivam Carvalho*
Jurisdição: Ceará, Maranhão e Piauí
Av. Heráclito Graça, 273 – Centro
Caixa Postal 891
60140-061 Fortaleza – CE

3ª Região – Gerência-Administrativa em Recife (ADREC)

Gerente-Administrativo: *Cleber Pinto dos Santos*
Jurisdição: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte
Rua da Aurora, 1.259 – Santo Amaro
Caixa Postal 1445
50040-090 Recife – PE

4ª Região – Gerência-Administrativa em Salvador (ADSAL)

Gerente-Administrativo: *Antonio Carlos Mendes Oliveira*
Jurisdição: Bahia e Sergipe
Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina
Caixa Postal 44
40210-901 Salvador – BA

5ª Região – Gerência-Administrativa em Belo Horizonte (ADBHO)

Gerente-Administrativo: *Everaldo José da Silva Júnior*
Jurisdição: Minas Gerais, Goiás e Tocantins
Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho
Caixa Postal 887
30170-001 Belo Horizonte – MG

6ª Região – Gerência-Administrativa no Rio de Janeiro (ADRJA)

Gerente-Administrativo: *Paulo dos Santos*
Jurisdição: Espírito Santo e Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 730 – Centro
Caixa Postal 495
20071-900 Rio de Janeiro – RJ

7ª Região – Gerência-Administrativa em São Paulo (ADSPA)

Gerente-Administrativo: *Fernando Roberto Medeiros*
Jurisdição: São Paulo
Av. Paulista, 1.804 – Bela Vista
Caixa Postal 894
01310-922 São Paulo – SP

8ª Região – Gerência-Administrativa em Curitiba (ADCUR)

Gerente-Administrativo: *Salim Cafruni Sobrinho*
Jurisdição: Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico
Caixa Postal 1.408
80530-914 Curitiba – PR

9ª Região – Gerência-Administrativa em Porto Alegre (ADPAL)

Gerente-Administrativo: *José Afonso Nedel*
Jurisdição: Rio Grande do Sul e Santa Catarina
Rua 7 de Setembro, 586 – Centro
Caixa Postal 919
90010-190 Porto Alegre – RS

Siglas

a.a.	Ao ano
Abitrigo	Associação Brasileira da Indústria do Trigo
ACC	Adiantamento sobre Contratos de Câmbio
ACC	<i>Asian Consultative Council</i>
ACE	Adiantamentos sobre Cambiais Entregues
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Adene	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Anda	Associação Nacional para Difusão de Adubos
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
Apex	Agência de Promoção de Exportações do Brasil
BBC	Bônus do Banco Central do Brasil
BBCA	Bônus do Banco Central – Série A
BCE	Banco Central Europeu
BDR	Recibos de Depósito Brasileiros (Brazilian Depositary Receipt)
BIB	<i>Brazil Investment Bond</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BIS	Banco de Compensações Internacionais
BIT	Bens de Informática e Telecomunicações
BK	Bens de Capital
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESpa	BNDES Participações S. A.
BoE	Banco da Inglaterra
BoJ	Banco do Japão
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
BTN	Bônus do Tesouro Nacional
CAF	Corporação Andina de Fomento
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CCA	<i>Consultative Council for the Americas</i>
CCR	Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos
CCS	Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDP	Certificados da Dívida Pública Mobiliária Federal
CEF	Caixa Econômica Federal
Cemla	Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos
CET	Custo Efetivo Total
CFI	Corporação Financeira Internacional
CFT-A	Certificado Financeiro do Tesouro – Série A
CFT-B	Certificado Financeiro do Tesouro – Série B
CFT-C	Certificado Financeiro do Tesouro – Série C

CFT-D	Certificado Financeiro do Tesouro – Série D
CFT-E	Certificado Financeiro do Tesouro – Série E
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGSN	Comitê Gestor do Simples Nacional
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CMC	Conselho do Mercado Comum do Mercosul
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
Copom	Comitê de Política Monetária
Cosif	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTN	Certificado do Tesouro Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DAX	<i>Deutscher Aktienindex</i>
Derex	Declaração sobre Utilização dos Recursos em Moeda Estrangeira Decorrentes do Recebimento de Exportação
DES	Direitos Especiais de Saque
DI	Depósito Interfinanceiro
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DOU	Diário Oficial da União
DPF	Dívida Pública Federal
DPMFi	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
DRU	Desvinculação de Receitas da União
EGF	Empréstimos do Governo Federal
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Embi+	<i>Emerging Markets Bond Index Plus</i>
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EUA	Estados Unidos da América
FAC	Financiamento para Aquisição de Café
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBC	Formação Bruta de Capital
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
Fecomercio SP	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Fed	<i>Federal Reserve System</i>
Fenabrave	Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores
FGE	Fundo de Garantia à Exportação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getulio Vargas
FI-FGTS	Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Finame	Agência Especial de Financiamento Industrial
FIP	Fundos de Investimento em Participações
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FIP-IE	Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP-FGTS	Fundos Mútuos de Privatização com Recursos do FGTS
FMP-FGTS-CL	Fundos Mútuos de Privatização – Carteira Livre
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNPS	Fórum Nacional de Previdência Social
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FRA	Financiamento de Recebíveis do Agronegócio
Franave	Companhia de Navegação do São Francisco
FSA	Avaliação do Setor Financeiro
FSAP	Programa de Avaliação do Setor Financeiro
FSF	Fórum de Estabilidade Financeira
FSSA	Avaliação da Estabilidade do Sistema Financeiro
FTSE 100	<i>Financial Times Securities Exchange Index</i>
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Funcex	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
Gantec	Grupo de Alto Nível para Examinar a Consistência e Dispersão da TEC
GFSR	Relatório sobre a Estabilidade Financeira Global
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GMC	Grupo Mercado Comum
GSP	<i>Generalized System of Preferences</i>
IA	<i>Investment Account</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibovespa	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Icea	Índice de Condições Econômicas Atuais
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICT	Instituição Científica e Tecnológica
IE	Índice de Expectativas
IEC	Índice de Expectativas do Consumidor
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado
II	Imposto sobre a Importação
INC	Índice Nacional de Confiança
INCC	Índice Nacional do Custo da Construção
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IOSCO	Organização Internacional das Comissões de Valores
IPA-DI	Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna
IPA-OG-PA	Índice de Preços por Atacado – Oferta Global – Produtos Agrícolas
IPA-OG-PI	Índice de Preços por Atacado – Oferta Global – Produtos Industriais
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPC	<i>Índice de Precios y Cotizaciones</i>

IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPC-Br	Índice de Preços ao Consumidor – Brasil
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
IRPF	Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas
IRPJ	Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas
ISA	Índice da Situação Atual
Jalsh	<i>JSE All Share Index</i>
LBC	Letra do Banco Central do Brasil
LC	Lei Complementar
LEC	Linha Especial de Crédito
LFT	Letras Financeiras do Tesouro Nacional
LGN	Líquidos de Gás Natural
Loas	Lei Orgânica da Assistência Social
LTCM	<i>Long-Term Capital Management</i>
LTN	Letras do Tesouro Nacional
MCR	Manual de Crédito Rural
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Mercosul	Mercado Comum do Sul
Merval	Mercado de Valores de Buenos Aires
MME	Ministério de Minas e Energia
Moderagro	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais
Moderfrota	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MYDFA	Acordo Plurianual de Facilidade de Depósito
Naladi	Nomenclatura da Associação Latino-Americana de Integração
NBCA	Nota do Banco Central do Brasil – Série A
NBCE	Nota do Banco Central do Brasil – Série Especial
NBCF	Nota do Banco Central do Brasil – Série Flutuante
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
NTN	Nota do Tesouro Nacional
NTN-B	Nota do Tesouro Nacional – Série B
NTN-C	Nota do Tesouro Nacional – Série C
NTN-D	Nota do Tesouro Nacional – Série D
NTN-F	Nota do Tesouro Nacional – Série F
NTN-I	Nota do Tesouro Nacional – Série I
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada na Indústria
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
p.b.	Pontos base
p.p.	Pontos percentuais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
Padis	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico na Indústria de Semicondutores

PAF	Plano Anual de Financiamento
PAM	Pesquisa Agropecuária Municipal
PAP	Plano Agrícola e Pecuário
Pasep	Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público
PATVD	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos da TV Digital
PIB	Produto Interno Bruto
PII	Posição Internacional de Investimento
PIM	Pesquisa Industrial Mensal
PIS	Programa de Integração Social
PLE	Patrimônio Líquido Exigível
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPI	Projeto Piloto de Investimento
PR	Patrimônio de Referência
PRE	Patrimônio de Referência Exigido
Proagro	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Procera	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
Prodeagro	Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
Prodefruta	Programa de Desenvolvimento da Fruticultura
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Proger Rural	Programa de Geração de Emprego e Renda Rural
Pró-Moradia	Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronaf Agroindústria	Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
Ptax	Sistema de Controle e Informações das Taxas de Câmbio
RDB	Recibo de Depósito Bancário
Recap	Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras
Reidi	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura
Reporto	Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária
Revitaliza	Programa de Apoio à Revitalização dos Setores Calçadista, Moveleiro e de Confecções
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMCCI	Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RMV	Renda Mensal Vitalícia
ROSC	Relatórios de Observância a Códigos e Padrões
RTU	Regime de Tributação Unificada

S&P 500	<i>Standard and Poor's 500</i>
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SBR	Sistema de Supervisão Baseada em Risco
SCPC	Serviço Central de Proteção ao Crédito
SDA	<i>Special Disbursement Account</i>
SDDS	Padrão Especial de Disseminação de Dados
Secex	Secretaria de Comércio Exterior
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SGP	Sistema Geral de Preferências
SH	Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias
Sibratec	Sistema Brasileiro de Tecnologia
Siscomex	Sistema Integrado de Comércio Exterior
Sisprom	Sistema de Autorização de Remessa para Promoção de Exportação
SML	Sistema de Pagamentos em Moeda Local
Sped	Sistema Público de Escrituração Digital
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAF	<i>Term Auction Facility</i>
TBF	Taxa Básica Financeira
TDA	Título da Dívida Agrária
TEC	Tarifa Externa Comum
TIPI	Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TN	Tesouro Nacional
TR	Taxa Referencial
UE	União Européia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
USTR	<i>United States Trade Representative</i>
VIX	Índice de Volatilidade <i>Chicago Board Options Exchange</i>
WEO	Perspectivas da Economia Mundial
XU100	<i>Istanbul Stock Exchange National 100 Index</i>